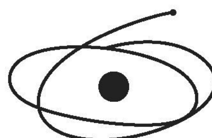
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano XIV nº 55-56 1971



ISSN 0034-7329





INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

Apoio Técnico: Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa: *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*

RBPI

Ano XIV nº 55-56 Setembro-Dezembro 1971

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuições de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções dos poderes públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.

PRAIA DE BOTAFOGO, 186

RIO DE JANEIRO, GB — BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE
POLÍTICA INTERNACIONAL

A **Revista Brasileira de Política Internacional**, editada trimestralmente pelo **Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, sob a orientação de seu Conselho Curador, não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. As opiniões expressas nos estudos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Diretor :

CLEANTHO DE PAIVA LEITE

Secretário :

CEZAR C. HAROUCHE

Direção e Administração :

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 — TEL.: 246-9542

Rio de Janeiro — GB, BRASIL

Assinatura anual: Cr$ 30,00 — Para o exterior: US$ 12,00

Número avulso: Cr$ 12,00

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

VOL. XIV — SETEMBRO/DEZEMBRO 1971 — Nº 55/56

SUMÁRIO

ARTIGOS

DOCUMENTOS

RESENHA

RESENHA DE LIVROS

BIBLIOGRAFIA

NOTA LIMINAR

O presente número da REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL divulga trabalhos preparados especialmente para esta publicação, com ênfase em problemas relacionados com o sistema interamericano.

O artigo do Embaixador Teixeira Soares sobre "Pontos de fricção na América Latina", é complementado pela documentação sobre o ponto de vista do Panamá a respeito da Zona do Canal e pelo Relatório PLANK sobre as divergências dos Estados Unidos e dos países latinoamericanos.

Os artigos do Engº Glycon de Paiva e do Sr. Antônio Patriota tratam sobre os problemas de população, planejamento familiar e das atitudes governamentais a respeito.

Além da seção costumeira de *Documentos, Bibliografia Brasileira* e *Livros publicados* em línguas estrangeiras sobre problemas internacionais, divulgamos nesse número uma *"Bibliografia especializada sobre problemas do sistema interamericano"*.

O PROBLEMA DEMOGRÁFICO: POSIÇÃO DO BRASIL NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Antonio Patriota

A rápida aceleração do crescimento demográfico, em especial as elevadas taxas verificadas no após-guerra nas áreas menos desenvolvidas do globo, está preocupando seriamente a consciência das lideranças responsáveis pelos destinos da humanidade. Nos foros internacionais, sob a égide das Nações Unidas, estadistas, homens de governo e planejadores — economistas, sociólogos, técnicos e estudiosos de renome universal — se debruçam atualmente sobre o problema, em busca de solução para uma situação reconhecidamente grave e que muitos qualificam de calamitosa. Com efeito, a chamada "explosão demográfica" continua a acentuar-se de maneira surpreendente em algumas áreas, desafiando os esforços de cooperação multilateral os quais, orientados em geral pelos governos dos *países industrializados, buscam, através a mobilização maciça de recursos*, circunscrever a alarmante ameaça mediante a aceitação geral de uma política de controle da população, com ênfase no planejamento familiar.

As causas principais das elevadas taxas de crescimento populacional prevalescentes na atualidade são atribuídas a um conjunto de fatores diretamente responsáveis pela diminuição do índice de mortalidade. São as acentuadas melhorias verificadas nas últimas décadas nas condições de vida — melhor alimentação e melhores condições de saúde e higiene — resultantes dos avanços da ciência e da tecnologia em geral e da medicina moderna em particular, com o advento dos antibióticos e a descoberta de processos seguros de conservação de alimentos e matérias comestíveis em larga escala, que possibilitaram, primeiro nos países hoje desenvolvidos e mais recentemente nos países em desenvolvimento, um grau acentuado de urbanização relativamente confortável. Tudo isso teve como conseqüência até certo ponto imprevista o aumento rápido da longevidade média.

A expectativa de vida situa-se hoje em torno de 74 anos nos países industrializados. [1] Conquanto seja ainda muito inferior nos países de baixa renda por habitante, está se aproximando rapidamente dos índices mais elevados dos centros desenvolvidos. O aumento da longevidade média é por todas as razões altamente desejável.

Mas, o fenômeno que se conveio chamar de "explosão demográfica" não decorre, como se poderia desavisadamente supor, de aumento da taxa de natalidade (ou taxa de fertilidade, como também é chamada). Essa taxa, como se sabe, constitui uma relação percentual de nascimentos por número de habitantes, em geral mil habitantes, por ano. Contrariamente ao que se pensa, a taxa de natalidade não tem aumentado; mantém-se estável, ou mesmo declinante, em torno de 35-34 nascimentos anuais por mil habitantes. [2] Segundo declaração de autoridade internacional de reconhecida responsabilidade na matéria, como o Diretor-Geral da Organização Mundial de Saúde, o brasileiro Doutor Marcolino Gomes Candau, a referida taxa de fertilidade tem declinado em todo o mundo, inclusive nos países em desenvolvimento, que são considerados os principais causadores do crescimento "explosivo" da população. [3]

O já referido relatório Pearson (op. cit. pág. 55 *et seq*) assinala que há apenas vinte anos não se poderia imaginar que o crescimento da população iria tornar-se problema maior nos países de baixa renda. As projeções formuladas pelos setores técnicos das Nações Unidas, em 1951, para o período 1950-1980 indicavam que as populações da África e da Ásia cresceriam à taxa anual de 0,7 a 1,3 por cento, por ano. Foi o grande êxito alcançado na redução da mortalidade que modificou drasticamente o panorama demográfico. Assim, a taxa de crescimento da população dos países em desenvolvimento aumentou persistentemente nas duas primeiras décadas daquele período de trinta anos projetado pelas Nações Unidas, nivelando-se em torno do índice médio de 2,5 por cento.

O mesmo estudo assinala ainda que "somente agora as taxas globais de fertilidade começam a declinar", mas adverte que "mesmo se a taxa de fertilidade puder ser consideravelmente reduzida nas próximas décadas, a população do mundo menos desenvolvido dobrará antes do fim do século corrente" (op. cit. pág. 55).

O problema demográfico em sua extrema complexidade tem suscitado muita controvérsia nos foros internacionais, onde se debate a política e se concertam as magnitudes da assistência multilateral para o desenvolvimento. Transformou-se no passado recente em parâmetro político e econômico fundamental dessa assistência. Condiciona na atualidade, mais do que seria desejável, a ajuda internacional para desenvolvimento das áreas atrasadas, tanto a que é dispensada mediante entendimento bilateral, de governo a governo, como a canalizada multilateralmente através dos organismos internacionais. A matéria, que está influenciando cada vez mais os programas nacionais de desenvolvimento e o planejamento a longo prazo de praticamente todos os governos, tem dado lugar a abundante bibliografia.

A ênfase da ação de grande envergadura que se contempla com urgente prioridade recai, e não sem razão, diretamente sobre as políticas de planejamento dos países em desenvolvimento — o chamado terceiro mundo — já que são esses países considerados os principais responsáveis do crescimento acelerado da população.

Seria enfadonho citar longa bibliografia aplicada à questão demográfica.[4] Os estudos e relatórios das Nações Unidas e das agências especializadas, que se debatem anualmente nas sessões da Assembléia Geral da ONU, do Conselho Econômico e Social, das Comissões funcionais como a de População e nas reuniões dos numerosos órgãos técnicos subsidiários e comitês especializados da entidade internacional seriam suficientes para exemplificar o interesse e a magnitude do problema, cuja seriedade universalmente reconhecida a todos preocupa.

Estudos e relatórios especiais de governos, como tem sido o caso nos Estados Unidos da América desde a administração Eisenhower, passando pela Kennedy e Johnson à atual administração Nixon, assim como a ênfase que o assunto tem merecido nos países da Europa ocidental, principalmente os nórdicos, testemunham sua importância. Haja vista, por outro lado, o interesse crescente que a matéria está despertando nas instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial. Com efeito, sob a presidência de McNamara, o BIRD postula hoje abertamente, no contexto da componente "desenvolvimento" que lhe integra o título original — Banco Internacional para Reconstrução e *Desenvolvimento* — uma política agressiva de controle demográfico, assistida financeiramente com os amplos recursos colocados à sua disposição.[5]

Entre nós, no Brasil, o assunto população tem merecido e continua a merecer justificada preocupação, de maneira crescente por parte das lideranças políticas, entidades e eminentes personalidades da vida pública nacional, pessoas com responsabilidade na formulação e execução das políticas que norteam os destinos da Pátria. O próprio Chefe do Governo, General Emílio Garrastazu Médici, não se furtou ao trato do momentoso assunto. Em discurso pronunciado em junho do ano passado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Presidente precisou a posição do governo e definiu os interesses nacionais na matéria. O Ministro da Fazenda, Professor de Economia Antonio Delfim Netto tem defendido dentro e fora do País posição doutrinária bem caracterizada sobre o tema população visto no contexto especial do caso brasileiro, que alcançou grande repercussão na imprensa nacional com importantes reflexos no exterior.[6]

Entidades nacionais, como o Banco do Nordeste do Brasil, por exemplo, estão se preocupando legitimamente com o assunto, e promovendo estudos e pesquisas destinados ao seu esclarecimento e ao equacionamento do problema em nível regional e nacional. No caso específico do BNB, os estudos se referem à área de sua jurisdição — sem dúvida a região mais crítica do ponto de vista demográfico no País. Assim, pela voz do seu atual Presidente, o BNB propugna uma definição urgente de política demográfica racional para e região que serve, *et pour cause.*

Refletindo os interesses nacionais permanentes, o Brasil defende nos foros internacionais em que se debatem questões demográficas posição clara e bem caracterizada. O tratamento que os representantes brasileiros dão à

matéria nos foros técnicos dos diversos organismos e agências do sistema das Nações Unidas é ditado pelas grandes coordenadas traçadas nos discursos e pronunciamentos principais dos líderes das delegações do Brasil às Assembléias Gerais das Nações Unidas, principalmente, que são os Ministros de Estado das Relações Exteriores. Tais discursos, assim como o importante depoimento do Ministro da Fazenda na Assembléia anual do Fundo Monetário Internacional, em 1970, anteriormente referido, derivam, obviamente, de posição definida pela Chefia do Governo, na matéria.

Sobre ser um problema extremamente complexo nos seus diferentes aspectos, a questão demográfica não se presta facilmente a tratamento internacional, seja bilateral ou multilateral. Visando claramente ao controle de nascimentos, mediante o chamado planejamento familiar, as políticas que se contemplam internacionalmente pressupõem ingerência de natureza exógena na delicada questão, que vêm ferir susceptibilidades políticas, culturais, religiosas, sem falar nas repercussões de ordem econômica e social. Por outro lado, não se pode desprezar a relevante noção de soberania inerente ao tema, que coloca a matéria na esfera da política interna, quando muito, já que se trata — o planejamento familiar — de opção a ser tomada individualmente.

Com a vivência de longos anos a serviço do Brasil nos foros internacionais, o autor tem participado na formulação da posição advogada pelo nosso País na matéria, e, em oportunidades diversas, em reuniões técnicas, seminários, encontros, tem defendido as premissas básicas dessa posição. Seu depoimento pessoal poderá constituir aporte subsidiário ao esclarecimento do tema, e, em particular, informação válida de como vem sendo discutido o assunto população nos foros internacionais.

Sem embargo da seriedade dos estudos técnicos que orientam a ação multilateral, da honestidade e competência dos especialistas dedicados a tais estudos, da sinceridade geralmente reconhecida dos porta-vozes governamentais que procuram influir na formação de uma opinião generalizada sobre o tema, o problema da "explosão demográfica" vem sendo tratado de maneira surpreendentemente simplista nos órgãos das Nações Unidas.

Técnicos e representantes de governos apresentam com freqüência antigas teses malthusianas sob novos invólucros. Idéias que não resistem à análise teórica e tão pouco se prestam à verificação empírica são advogadas com ligeireza, e estão sendo disseminadas como se fossem dogmas absolutos, de validade científica indiscutível, com o evidente propósito de impressionar os governos, as lideranças políticas e as elites intelectuais dos países em desenvolvimento.

O representante do Brasil na XXIV sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas (1969), chamou a atenção da comunidade internacional para os perigos de uma situação em que " organizações privadas, pseudoprivadas, entidades públicas, com ou sem o beneplácito da entidade internacional — a ONU — ou de suas agências, se constituem em arautos da verdade demográfica".

Por outro lado, do ponto de vista doutrinário, apresentam-se como indiscutíveis umas tantas linhas de argumentação nitidamente tendenciosas. Sugerem-se projeções alarmantes das taxas de crescimento da população, nas quais se procura demonstrar cientificamente que em período relativamente curto, como duzentos anos, por exemplo, não haverá sequer espaço no planeta para a população permanecer de pé, caso não se reduzam drasticamente as elevadas taxas de natalidade hoje prevalescentes nos países em desenvolvimento.

No contexto de uma política desenvolvimentista como a que é preconizada na II Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento, procuraram os representantes dos países ditos outorgantes — os industrializados — definir o progresso econômico simplesmente em termos *per capita*, e, partindo dessa falaciosa premissa quantitativa são feitas afirmações categóricas de que à medida que a população aumenta o desenvolvimento econômico se reduz, ou é literalmente neutralizado pelas elevadas taxas de crescimento demográfico. [7]

Há certamente algo de verdadeiro nesses argumentos, mas nem toda a verdade poderia estar contida em tais generalizações. Com efeito, no que toca às projeções a longo prazo, omite-se geralmente o fato de que o crescimento demográfico mais recente, qualificado de "explosivo", não se deve a aumento da taxa de fertilidade, como já foi referido, mas resulta primordialmente de redução substancial na taxa de mortalidade, e conseqüente aumento da longevidade nos países atrasados. Como é sabido, até muito recentemente a expectativa de vida em certos países do chamado terceiro mundo não excedia 30 anos, ao nascer. Hoje esse limite se aproxima da longevidade elevada dos países da Europa ocidental e da América setentrional, estimada em cerca de 74 anos, ao nascer.

Assim, o aumento acelerado da população que se verifica atualmente no mundo, principalmente nos países em desenvolvimento, é acompanhado de um processo de envelhecimento das populações, que induz também reestruturação da pirâmide etária.

Ora, como não é possível aumentar indefinidamente a expectativa de vida, parece óbvio que ao atingirem os habitantes dos países em desenvolvimento os elevados índices de longevidade dos habitantes dos países industrializados (73/74 anos), ou ao se avizinharem desses índices, o incremento demográfico médio da ordem de 2,5 a 3,0% que prevalesce em muitos países subdesenvolvidos tenderá a regredir, devendo equilibrar-se em níveis aceitáveis, próximos dos originais. Dar-se-á o "plafonnement" e eventual queda da curva.

Cabe aqui esclarecer, como o fez a Delegação do Brasil na XXIV sessão da Assembléia Geral da ONU, que a simples comparação bioestatística entre a taxa de fertilidade e a de mortalidade (nascimentos menos óbitos) não constitui teoria demográfica de validade universal e absoluta. O tamanho da população de um país e sua taxa de crescimento dependem

de uma combinação de fatores que tendem a variar no tempo e no espaço, como função principalmente de modificações sócio-econômicas, culturais, políticas e religiosas.

No que respeita ao conflito aparente entre crescimento populacional e desenvolvimento econômico, há muitas idéias falaciosas correntemente aceitas sem maior reflexão. O argumento segundo o qual o crescimento econômico em termos *per capita* é anulado ou perigosamente reduzido pelo crescimento demográfico, conquanto estatisticamente verificável não encerra toda a verdade, já que o simples índice *per capita* não é tudo como medida de desenvolvimento econômico e social, que tem por finalidade o progresso da pessoa humana.

Por outro lado, tal argumento parece desprezar o fato de que economicamente falando a população como base da força de trabalho constitui em si mesma importante fator de produção. Igualmente, deixa de considerar a possibilidade de que a falta de pleno emprego das populações dos países atrasados pode ser também devido a outros fatores, como inadequação das instituições, programação insuficiente ou irracional, má distribuição da renda e da riqueza, dissipação dos recursos naturais e humanos, etc., todos males próprios dos estágios inferiores de desenvolvimento em que se encontram, por definição, os países das áreas atrasadas do mundo.

Além disso, dada a contribuição do fator trabalho para o incremento da renda, é de esperar que a redução substancial no crescimento da população se reflita a longo prazo de maneira adversa no incremento da renda.

Em alguns países, e parece ser este o modelo brasileiro, estima-se que cerca de 1/3 do incremento da renda provém diretamente do incremento da população. É inegável porém que existe uma estreita relação funcional entre incremento da renda e crescimento demográfico. Essa relação está a demandar análise aprofundada em todas as suas conseqüências, com perfeita compreensão de todas as possíveis implicações — políticas, econômicas, sociais, etc. — antes de se aceitarem os corolários apressados de certas teorias exógenas de controle familiar visando à redução drástica da taxa de crescimento da população. Esta, ao que parece, e se aceitarmos o argumento do teto da longevidade média — do "plafonnement" — encontrará no tempo seu próprio contrafreio e equilíbrio. Resta saber quais os países em desenvolvimento que estão em condições de esperar esse nivelamento espontâneo da taxa de crescimento demográfico. Quais os que podem tirar proveito efetivo do valor dinâmico para a economia de uma população crescente, em termos de ampliação de mercado, de aproveitamento de escalas de produção, de realização de objetivos nacionais. Quais os que podem fazer face aos crescentes investimentos sociais em termos de saúde e educação — hospitais e escolas —, serviços públicos e economias externas criadoras de empregos, que o incremento acelerado da população exige.

Em termos muito gerais, e a curto prazo, é possível afirmar que só os países asiáticos — China continental, Índia, Paquistão, Indonésia —

defrontam-se com problema demográfico de reconhecida gravidade, que se não for convenientemente equacionado e resolvido poderá comprometer seriamente os naturais anseios de desenvolvimento daqueles países e acarretar dificuldades irremediáveis na vida da presente e futuras gerações, com imprevisíveis conseqüências geopolíticas no continente asiático e fora dele.

Os países da África e os da América Latina, em geral, não têm excesso de população, salvo situações tópicas como a de pequenos países como El Salvador, na América Central, que tem uma densidade demográfica comparável à da Suíça (cerca de 150 habitantes/km²), ou situações regionais internas como a do nordeste do Brasil, que, conquanto não possa ser considerada inquietante, está a exigir a atenção das autoridades nacionais dado o estágio ainda bastante inferior de desenvolvimento da área, que não guarda relação sequer com a média nacional, que por si é baixa e característica de país em desenvolvimento. Por outro lado, no que toca ao nordeste do Brasil, sua elevada taxa de crescimento demográfico — uma das mais elevadas do mundo — justifica a preocupação que seus líderes devotam ao estudo dos aspectos econômicos e sociais decorrentes de uma população que cresce e se empobrece relativamente à média nacional da renda *per capita.* Mas, aqui como alhures, no Brasil, o atraso econômico da região não pode ser atribuído simplesmente a uma taxa de crescimento demográfico, embora seja ela considerada "explosiva" por alguns. Outros e relevantes fatores explicam o atraso relativo da área em relação ao resto do Brasil, assim como explicam o atraso do Brasil em relação aos países desenvolvidos e a crescente discrepância — o chamado "gap" ou hiato — entre o conjunto de países em desenvolvimento e os industrializados, ou entre pobres e ricos.

Os estudiosos desses problemas sabem que um séquito de condições adversas de várias índoles, algumas historicamente explicáveis, outras menos, são responsáveis pelo anacronismo de instituições e a vigência de normas e práticas que militam em desfavor dos países periféricos e das áreas caudatárias dos centros industrializados. Esse conjunto de condições, cuja origem se perde na história dos povos e que não cabe aqui analisar detalhadamente, explica mas não justifica satisfatoriamente a iníqua distribuição de renda que resulta de uma divisão internacional do trabalho que a comunidade internacional reconhece injusta.

Os esforços do conjunto de países em desenvolvimento nas conferências internacionais — econômicas, sociais, políticas — orientados no sentido da obtenção de melhores condições nas relações internacionais visando ao desenvolvimento, desloca, não raramente, a consideração prioritária do parâmetro população. A problemática do desenvolvimento evidentemente comporta a variável população; as questões maiores do desarmamento, do financiamento externo para o desenvolvimento, educacão, saúde, o novo tópico da diplomacia parlamentar — a poluição —, todos eles estão sendo condicionados por aquela variável — a "explosão demográfica".

Mas num universo em que um terço da população total, que é a dos países industrializados, detém 87,5% da produção mundial bruta, e em que o resto da humanidade, representando dois terços da população do globo produz apenas 12,5% daquela riqueza total, a pobreza destes últimos não pode ser atribuída somente ao fator demográfico, cuja taxa de crescimento é efetivamente muito mais elevada (em média mais do dobro) nos países em desenvolvimento do que nos industrializados.

Nos foros internacionais da diplomacia parlamentar econômica e social, onde a matéria é discutida, países como o Brasil, que tem uma situação especial em função de seu imenso território ainda não totalmente integrado, advogam a posição de que não compete à Organização Mundial — as Nações Unidas — promover agressivamente uma campanha visando à adoção de uma política demográfica global, mediante planejamento e controle, como o querem em geral McNamara e Pearson do Banco Mundial, os representantes dos governos dos países industrializados e muitos líderes nacionais de países em desenvolvimento.

Reconhece o Brasil que as Nações Unidas e suas agências podem e devem, quando solicitadas, assistir na análise e esclarecimento da questão. Assim, não se opõe o nosso País a que a ONU estude e pesquise a matéria, desde que o faça com recursos especiais próprios — os chamados fundos voluntários — e não com recursos orçamentários regulares, que são as contribuições de todos os Estados membros, inclusive a de países menos desenvolvidos que não têm problemas urgentes de população, ou que não desejam custear tal assistência, estudos e pesquisas, por considerarem o tema da esfera nacional interna. Por outro lado, defende o Brasil a liberdade de cada país aceitar ou recusar assistência internacional para fins de controle demográfico.

Esta posição, que se ajusta ademais à da Igreja, é minoritária nos foros das Nações Unidas. Cumpre reconhecer que predomina hoje a idéia de que cabe à comunidade internacional uma atitude ativa, pedagógica, promocional, visando ao esclarecimento e controle do fenômeno demográfico.

No que toca às organizações e agências do sistema da ONU, vale notar que algumas já tomaram posição inequívoca em prol das recomendações, por exemplo, do relatório Pearson em matéria de população. [8] O Banco Mundial, sob a Presidência de McNamara, advoga abertamente uma política global de controle demográfico, com ênfase obviamente nos países em desenvolvimento. A Organização Mundial da Saúde, cautelosamente mas com firmeza, coadjuva no mesmo sentido. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, sob a Administração de Paul Hoffman, colabora estreitamente com o BIRD, condicionando a canalização de recursos a projetos de agências executoras como OMS, UNESCO, UNICEF, OIT, etc., que podem ter influência na matéria. As agências financeiras do grupo do Banco Mundial, os Bancos regionais e os progra-

mas por eles assistidos sofrem influência desse novo e importante parâmetro político — o fator demográfico. Isso tudo se ajusta à recomendação de Pearson, constante da página 199 do seu relatório (op. cit.) para um programa internacional de pesquisa da reprodução humana, "enlisting existing institutions and laboratories in high priority work on fertility control", quando reconhece que "é difícil determinar a responsabilidade central para uma tal "venture" e propõe que o Banco Mundial, em consulta com a Organização Mundial da Saúde, lance imediatamente um programa internacional de larga envergadura para a direção, coordenação, e o financiamento da pesquisa no campo da reprodução humana e controle da fertilidade" (op. cit. pág. 199).

O Comitê do Planejamento para Desenvolvimento, que é presidido pelo economista e Prêmio Nobel Jan Tinbergen, e a Comissão de População do Conselho Econômico e Social, nos estudos feitos para a preparação da II Década do Desenvolvimento também tomaram posição doutrinária sobre o problema do crescimento demográfico. Melhor seria dizer sobre o aparente conflito entre desenvolvimento econômico e crescimento acelerado da população nas áreas atrasadas. [9]

No debate desta matéria no âmbito do Comitê Preparatório da II Década das Nações Unidas o Brasil deixou sempre explícito que "estamos resolvendo esse problema por nossos próprios meios e de acordo com nossas próprias prioridades nacionais, e que não podíamos aceitar que o controle da natalidade figurasse entre os objetivos prioritários da Década". Nas últimas sessões do Comitê, V e VI (março e julho de 1970, em Nova York) venceu porém o ponto de vista dos países desenvolvidos apoiados em parte pelos asiáticos (Índia e Paquistão) e africanos (RAU e Tunísia), o qual, devidamente qualificado, exprime, entretanto, o conceito duplo da posição brasileira de que as medidas populacionais só devem ser aplicadas pelos países em desenvolvimento que julgarem que sua taxa de crescimento demográfico está prejudicando seu desenvolvimento e que, por outro lado, a adoção de tais medidas obedecerá à própria concepção de cada país do que seja desenvolvimento econômico e social. Mas a estratégia do desenvolvimento finalmente aprovada na XXV sessão da Assembléia Geral (1970), incorpora texto que propicia a ação das organizações internacionais do sistema das Nações Unidas na formulação de uma política de controle da população.

É este o quadro em suas linhas gerais do tratamento do assunto no âmbito das Nações Unidas. É fora de dúvida que os países industrializados se servirão dos organismos internacionais na formulação e promoção de políticas de controle demográfico, como aliás, já o vêm fazendo. Há recursos abundantes do Banco Mundial à disposição. Já foi criado um Fundo para População nas Nações Unidas que no início de 1970 contava com cerca de 80 milhões de dólares. Nomes como os de John Rockfeller III, os já citados Robert McNamara e Lester Pearson, Paul Hoffman, Eugene

Black, e os especialistas das ciências políticas e geopolíticas das grandes potências estão certos de poder contar com a docilidade dos dirigentes das organizações internacionais e sabem que podem usar os setores técnicos dessas organizações para estudos, formulação e os meios de difusão na promoção de uma política demográfica.

Países como o Brasil têm a opção de aceitar ou não essa influência exógena, segundo os ditames de seus interesses nacionais de integração econômica e social, defesa do seu patrimônio cultural e das suas fronteiras, enfim, razões de ordem interna e de segurança. A pressão externa se fará sentir cada vez mais de forma concreta e crescente. Ela tem adeptos bem intencionados, e continua a convencer outros, fazendo novos "demófobos", na expressão do Ministro Delfim Netto. E não é só a assistência canalizada por via multilateral que está sendo influenciada pela variável população. As relações bilaterais, de governo a governo, são muito mais persuasivas e efetivas, numa matéria como esta em que o convencimento precisa ser feito de maneira muito cautelosa.

O Brasil tem a situação especial, quase única, de poder adiar a prioridade do problema. Não é possível conceber excesso de população num país como o nosso, de mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, maior do que os Estados Unidos da América (sem o território separado do Alasca) e que tem apenas 45% da população americana. O caso do Nordeste, evidentemente, é um caso especial, interno, que demanda atenção das autoridades, mas não é crítico. Será equacionado devidamente e solucionado no conjunto dos problemas brasileiros de desenvolvimento, como uma variável do modelo brasileiro, à feição brasileira.

Como é sabido, com o desenvolvimento a taxa líquida de crescimento demográfico cai. Isso verificou-se em todos os países hoje considerados desenvolvidos. É fato historicamente provado, que emana de um conjunto de causas interrelacionadas com a obtenção de níveis superiores de renda e de bem-estar geral das populações, à medida que estas superam as precárias condições inerentes ao subdesenvolvimento. A Inglaterra, toda a Europa ocidental, os Estados Unidos da América, a Rússia, o Japão, todos têm hoje uma taxa de crescimento demográfico que é menos da metade da taxa do conjunto dos países em desenvolvimento, e, em alguns casos, é apenas um terço da taxa de crescimento da população do Brasil e de outros países da América Latina. O declínio da taxa de crescimento demográfico que resulta do processo de desenvolvimento econômico é uma "espécie de sub-produto automático desse processo". [10]

O progresso material de um povo se traduz pelo aumento da renda real por indivíduo. O incremento da renda possibilita poupanças, maiores investimentos e aumento da taxa de capitalização. Coadjuvado pelo setor externo da economia, através do comércio e das relações econômicas internacionais, dá-se a absorção e adaptação de tecnologia exógena, expansão do setor industrial conseqüente ao aproveitamento de escalas de produção.

Tudo isso, em países de grande território e população crescente como o Brasil conduz à expansão do mercado, fator dinâmico indispensável ao progresso material e ao aproveitamento que se deseja ótimo, dos recursos e das potencialidades existentes, em especial dos recursos humanos, vale dizer do homem, como objetivo final do desenvolvimento e do progresso econômico e social.

O desenvolvimento econômico de um povo é até certo ponto uma opção política. Cabe, assim, à Administração nacional — ao governo e às lideranças políticas e intelectuais — orientar esse desenvolvimento, legitimando a preocupação dos técnicos e especialistas que estudam o equacionamento dessa problemática, inclusive, da variável população. O que é preciso é que se resguardem os interesses e as peculiaridades nacionais na matéria ainda pouco conhecida da inter-relação econômico-demográfica. Como é sabido, os estudos econômico-demográficos no Brasil são raros, e os poucos existentes tratam do problema, em geral, do ponto de vista força de trabalho/emprego, dada a pressão que a taxa elevada de crescimento da população exerce sobre o mercado de trabalho e as conseqüências disso resultantes em termos de desemprego e subemprego. Só muito recentemente, têm aparecido estudos e análises sobre o assunto, elaborados pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), Fundação Getúlio Vargas (Instituto Brasileiro de Economia), Departamento Nacional de Mão-de-Obra, Escola de Saúde do Estado de São Paulo, SUDENE e Banco do Nordeste (ETENE), estes últimos devotados à região que servem.

É inegável que a preocupação recente da inter-relação econômico-demográfica resulta diretamente do chamado debate malthusiano. É natural pois a suspeita existente em países como o Brasil de que a pesquisa nesse campo tenha motivação geopolítica, já que as doutrinas neo-malthusianas parecem presentes na colocação do problema até mesmo nos estudos que desejaríamos isentos e insuspeitos elaborados sob a égide das Nações Unidas. Infelizmente, os estudos da ONU emanam de resoluções de índole nitidamente política, ou melhor de política demográfica, que são votadas por grande maioria, quando não unanimemente.

O Brasil e uns poucos países costumam abster-se na votação de tais propostas, e muitas vezes procuram modificá-las no transcurso da negociação dos textos. Tal foi o caso no Comitê Preparatório da Década, onde se elaborou a estratégia do desenvolvimento para os anos de 1970. E, na já citada XV sessão da Comissão de População das Nações Unidas, na votação de projeto também relacionado com a II Década do Desenvolvimento, no qual, *inter alia*, se afirmava que "efforts during the second United Nations Development Decade to promote long-term economic and social development adequate to improve the quality of life could be frustrated by the continuance of present high rates of population growth..."

Sob o fundamento de que afirmações dessa natureza não estão ainda suficientemente estudadas e cientificamente provadas, o nosso País tem

expressado a esperança de que a matéria seja devidamente investigada, com toda isenção. Mas cumpre assinalar que, não raro, em tais estudos omitem-se aspectos relevantes como o do já citado "plafonnement" e as diferenças de densidade, por exemplo. Conforme referiu o representante do Brasil no Comitê *ad hoc* de Técnicos em Programas sobre Aspectos Demográficos do Desenvolvimento Econômico, na reunião de junho de 1970, em Nova York, [11] este elemento (as diferenças de densidade demográfica) é significante para melhor compreensão do desenvolvimento econômico e social. A análise da situação da Índia, por exemplo, torna-se muito mais clara quando aquele país é considerado com a densidade de 300 pessoas por quilômetro quadrado. Por outro lado, o desenvolvimento do Brasil não pode ser inteiramente entendido sem se ter presente o fato de que se trata de um país com apenas 10 habitantes por quilômetro quadrado. E acrescenta: The field of studies on economic-demographic interrelations could be elarged by taking into consideration national or local peculiarities of a density type. This would then lead to a less compromised Malthusian way of putting the population problem".

Noutro estudo apresentado ao Comitê *ad hoc*, o mesmo técnico brasileiro observa que a consideração do fator *densidade* reconduz o estudo das inter-relações demográfico-econômicas a um campo de especulação que tem sido subestimado, a saber: a busca do nível *ótimo* da população, já que existe uma relação ótima entre efetivos humanos e recursos físicos sintetizados no território. Enquanto não se atinge essa relação ótima, a população deveria continuar a crescer. Ao lado de possíveis razões econômicas, contariam em favor de um rápido aumento da *densidade* demográfica, em tais situações, fatores psicossociais, políticos e até mesmo de segurança. [12]

O Brasil tem uma densidade média da ordem de 10 habitantes por quilômetro quadrado. Essa densidade mascara ainda desequilíbrios regionais que apresentam gravíssimos problemas de integração nacional. Existem duas macro-regiões definidas no tocante à ocupação do território. De um lado, um Brasil despovoado, verdadeiro vazio demográfico e econômico, que se estende por mais de dois terços do território nacional, com o índice médio de ocupação inferior a 0.5 hab./km². De outro, o Brasil ocupado, onde vivem mais de 90% da população total em apenas 35% do território, com uma densidade média de 25 hab./km².

Num país de baixa densidade demográfica como é o nosso, parece justificada por motivos políticos e sociais a realização de inversões de infra-estrutura em condições de baixa eficiência, com sobrecarga aparentemente pesada para a economia. Conforme assinala Vinicius Fonseca (op. cit.) "El Aumento de esas inversiones, o la mejora de la respectiva relación costos-beneficios, supone el aumento de los beneficios que, *ceteris paribus*, implica un aumento de la densidad demográfica. La combinación desequilibrada entre población y recursos físicos puede conducir, en el caso de superabundancia relativa de território, a una falta

relativa de población, que podrá cambiarse en factor crítico del sistema, haciendo su crecimiento deseable económicamente".

Nos países de ocupação recente, predominaram dois tipos de ocupação: (a) a ocupação *extensiva e dispersa,* orientada com o objetivo de *consolidar conquista militar e domínio político efetivo do espaço geográfico* nacional (ou colonial); e (b) ocupação *intensiva e seletiva,* objetivando efetiva colonização mais do que conquista militar do território, pelo que se concentra só numa parte do espaço geográfico nacional (ou colonial) que recebe a totalidade do esforço de ocupação, enquanto o restante do território permanece praticamente vazio.

A ocupação demográfica do Brasil, no ver do referido técnico (op. cit. pág. 9) "se aproxima do primeiro modelo, em razão da necessidade de afirmação política e militar da nação portuguesa sobre um território imensamente superior às suas disponibilidades humanas de ocupação. Já a ocupação dos Estados Unidos da América se assemelha ao segundo modelo, uma vez que a conquista efetiva do território americano foi feita por etapas, a partir da consolidação de um núcleo mais antigo, no qual a densidade de ocupação já era considerável (talvez indicativa de uma relação ótima de população-recursos físicos), quando no século XIX se abriram as novas fronteiras de ocupação do oeste. A Austrália e o Canadá, países de densidade ainda mais baixa, seguiram um comportamento similar ao dos Estados Unidos da América.

No Brasil, tudo leva a crer que a relação ótima entre população e recursos físicos ainda não foi alcançada nem mesmo na área efetivamente ocupada, de densidade demográfica de 25 hab./km². Nesta área, a existência de seis cidades de mais de um milhão de habitantes num território de cerca de 3 milhões de km², revela, mesmo aí, imensos vazios demográficos. Dir-se-ia assim que do ponto de vista econômico, o aumento da densidade, o que vale dizer, o crescimento da população, mesmo na área de maior ocupação se afigura conveniente para expansão e consolidação do mercado.

Não é possível ignorar o ônus econômico de uma população crescente em país de baixa renda. É sem dúvida fator negativo na obtenção de níveis mais elevados de renda *per capita,* como se pode demonstrar aritmeticamente. Mas, afirmar que em qualquer situação, a melhora da relação renda/população só pode ser obtida através da diminuição do denominador, não passa de simplificação. [13]

Em casos como o nosso, razões políticas criam a necessidade da construção de uma infra-estrutura econômica, social e administrativa que necessariamente opera em condições de eficiência reduzida, devida a uma relação custos-benefícios desfavorável. A melhora dessa relação e conseqüentemente o aumento da eficiência do sistema, requer maior densidade do mercado, que só pode ser obtida mediante aumento da população.

No passado, outros países lograram aumentar a densidade do mercado sem aumento vegetativo da população, mediante o processo imigratório.

Foi o caso dos Estados Unidos da América, que é por demais conhecido, e cujos resultados foram os melhores possíveis. Mas, as perspectivas dos movimentos imigratórios internacionais são cada vez mais limitadas. Não seria realista no Brasil procurar superar a insuficiência da ocupação demográfica através da imigração estrangeira.

Voltando ao terreno ainda pouco conhecido das políticas demográficas e suas inter-relações econômicas, em todas as suas conseqüências e implicações, o que parece necessário, no Brasil, é cuidado e firmeza para evitar indesejáveis influências exógenas. Nessas condições, e como corolário da posição que o Brasil defende nos foros internacionais na controvertida matéria, dir-se-ia desejável que se procurasse:

a) preservar a liberdade de ação do Governo para estabelecer políticas econômicas e sociais condizentes com as peculiaridades e os interesses nacionais;

b) propiciar o espírito de investigação científica, livre porém de injunções políticas, e, nesse sentido, caberia criticar a expansão das atividades das Nações Unidas no campo da população, sem adequada técnica ou exame suficiente por parte dos órgãos deliberativos da organização. [14]

Como já foi assinalado, não deve o nosso País opor obstáculo à realização de estudos completos sobre as relações entre o crescimento demográfico e o desenvolvimento econômico, [15] tendo presentes os perigos decorrentes da adoção de uma política geral de controle de natalidade, antes de terem sido estudados convenientemente todos os seus aspectos e possíveis conseqüências para os interesses nacionais. Nesse contexto, entretanto, cabe criticar a simplificação com que o crescimento demográfico tem sido considerado nos foros internacionais como obstáculo ao desenvolvimento. Ao contrário, caberia argumentar:

(a) que a redução da taxa de natalidade é conseqüência normal do desenvolvimento econômico, (b) o fator de produção — trabalho — tem sido desprezado em relação ao fator capital, o que parece uma contradição nos países em desenvolvimento, onde o capital é escasso, (c) que existe uma relação direta entre o aumento da renda e o crescimento da população (como já foi assinalado, no Brasil cerca de 1/3 do crescimento da renda é atribuído ao crescimento da população), (d) a criação e expansão de um mercado interno é elemento indispensável para a industrialização, e, por fim (e) que o desenvolvimento econômico não é incompatível com o crescimento da população (os períodos de industrialização dos Estados Unidos da América e do Japão, entre outros, foram acompanhados de altas taxas de crescimento demográfico).

Por outro lado, no que tange à intromissão dos organismos internacionais, o Governo brasileiro tem insistido na necessidade de que todos os projetos de assistência com os países no campo da população devem ser tratados em nível governamental, através das autoridades designadas para esse fim, para que se evitem "ingerência externa, ou relações diretas entre

entidades não-oficiais e organizações internacionais, em assuntos que são da competência exclusiva dos Estados".

Como corolário dessa posição, o Brasil não tem concordado com aumentos de contribuições aos organismos do sistema das Nações Unidas, decorrentes de atividades no campo da população.

Mas, como não poderia deixar de ser, o Governo brasileiro, através de seus agentes diplomáticos no exterior mantém atitude interessada, procurando ser informado da maneira mais completa possível das atividades de todos os setores das Nações Unidas no campo da população, inclusive das atividades empreendidas por solicitação dos Estados. Estas, no ver do Brasil, devem ser custeadas com fundos especiais, próprios, como os chamados "fundos voluntários".

Em conclusão, o autor está convencido de que o pseudo problema de excesso de população, mesmo regional, no Brasil pode e deve ser resolvido sem ingerência externa. *É lícito que o setor público se preocupe com* o assunto e procure formular uma política demográfica consentânea com os nossos interesses maiores e duradouros — políticos, econômicos, sociais, culturais, religiosos e de segurança —, da nação brasileira. A integração territorial do nosso País deve constituir parâmetro fundamental numa política demográfica nacional. Nesse sentido, é digno de encômios a política seguida por entidades promotoras do desenvolvimento, como o BNB, por exemplo, ao fomentar agressivamente a criação de empregos na área de sua jurisdição, e ao procurar investigar as causas e as conseqüências econômicas e sociais adversas do crescimento populacional rápido na região por ele servida, visando a uma definição racional do problema.

O deslocamento de populações em função do interesse nacional, a ação promocional do Governo visando à ocupação dos vazios demográficos, a construção de estradas de integração, como a Belém-Brasília, a Transamazônica e outros esforços, no campo da educação, no da redistribuição mais equitativa da renda; as medidas de política tomadas para facilitar a absorção, adaptação e disseminação da tecnologia industrial e agrícola, são, entre outros, aspectos do desenvolvimento que deveriam continuar a merecer alta prioridade dos setores públicos, paralelamente à variável demográfica.

NOTAS

1 Cf. "Partners in Development" — relatório da Comissão sobre Desenvolvimento Internacional ("Pearson Commission"), Praeger Publishers, Inc., New York, 1969, pág. 56.

2 21-19 p/1000 nos países desenvolvidos e 41 p/1000 nos países em desenvolvimento.

3 Declaração feita pelo Diretor-Geral da OMS no plenário do Comitê Preparatório da II Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em Genebra, em 1969.

4 O "Population Bulletin" nº 5 (nov. 1969) cataloga mais de 400 documentos relevantes sobre população. O "Bulletin" é publicado pelo Population Reference Bureau, Inc. — Washington, D.C.

5 Exemplo eloqüente dessa política do Banco Mundial é a ênfase dada ao tema população no já referido relatório Pearson, comissionado, como é sabido, pelo Presidente do BIRD, Robert McNamara ao antigo Primeiro-Ministro do Canadá e Prêmio Nobel Lester B. Pearson, no qual colaboraram eminentes economistas e homens públicos de renome internacional, dentre os quais o economista e diplomata brasileiro, ex-Ministro do Planejamento Roberto de Oliveira Campos.

6 Haja vista a cobertura que as agências telegráficas noticiosas deram ao discurso do Ministro Delfim Netto na reunião do FMI, em Estocolmo, Suécia, em setembro de 1970, no qual formulou reservas à posição assumida pelo Presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, favorável a uma política internacional de controle demográfico.

7 A chamada estratégia internacional do desenvolvimento aprovada pela XXV sessão da Assembléia Geral (1970) no contexto da II Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento pressupõe como objetivo a atingir nos anos 70 a taxa de crescimento anual do PNB do conjunto dos países em desenvolvimento de pelo menos 6%. A taxa média de incremento *per capita* de 3,5% no mundo em desenvolvimento desconta a taxa média de crescimento demográfico de 2,5%.

8 Em matéria de população o relatório Pearson (op. cit.) propõe, *inter alia*: (a) que as organizações internacionais ampliem seus programas de treinamento de especialistas em questões demográficas e planejamento familiar em todas as categorias; (b) endossa a criação de um Comissário para População (Commissioner) nas Nações Unidas; (c) recomenda que as agências bilaterais e multilaterais "press in aid negotiation for adequate analysis of population problems and of the bearing of these problems on development programs" (op. cit. pág. 196 *et seq. passim*).

9 Como já vimos, os estudos técnicos e projeções das Nações Unidas, feitos sob a direção do Professor Tinbergen, no CPD, foram usados na determinação dos objetivos quantitativos (os "targets") que constituem as metas da II Década para os anos 70.

10 Vide: "World Population — A challenge to the United Nations and its system of agencies — relatório de um "panel" da Associação das Nações Unidas dos Estados Unidos da América. New York, 1969.

11 "Study and Research on Demographic-Economic Interrelations in Brazil", by Vinicius Fonseca, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA). (Doc. E/CN.9/AC.11/L.26).

12 "Interrelaciones Demografico-Económicas en Condiciones de Baja Densidad" (E/CN.9/AC.11/L.8), documento apresentado pelo representante do Brasil, Vinicius Fonseca no Comitê Especial de Técnicos em Programas sobre Aspectos Demográficos do Desenvolvimento, Nova York, junho de 1970.

13 A diminuição do denominador pode contribuir para maior redução do numerador, como diz Vinicius Fonseca (op. cit.), com efeito depressivo sobre o quociente, pelo menos no caso da combinação de (a) baixa densidade demográfica e (b) ocupação dispersa mas concentrada com grandes vazios intermediários.

14 O Brasil tem encarado com reservas o fato de as Nações Unidas estarem oferecendo e efetivamente prestando assistência para formulação de políticas de população quando essas devem decorrer da expressão de decisões nacionais e muitos governos não estão ainda preparados para formular suas próprias políticas, inclusive por falta de dados.

15 "Economic analysis may be productively applied to the study of population and the social problems associated with different rates and structures of population growth. Although an integrated theory and empirical approach to the study of economic-demography is urgently needed, the current state of knowledge is neither sufficiently unified nor comprehensive enough to infer with confidence the precise causes of various demographic events or their consequences on the economic and social aims of a country". (See "Report of the *ad hoc* Committee of Experts on Programmes in Demographic Aspects of Economic Development" (E/CN.9/239). Out. 1970.

AS FORÇAS DE MUDANÇA NA AMÉRICA LATINA E SUA RELEVÂNCIA NAS RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS (*)

Antonio Ortiz Mena

Ao invés de pronunciar um discurso modelar, cheio de estatísticas e citações eruditas, proponho apresentar uma tese simples, acreditando que esta será por sua vez provocativa e estimulante. Mantenho em minha tese que àqueles aos quais concernem as relações com os Estados Unidos e as perspectivas do desenvolvimento econômico e social da região, enfrentam o seguinte paradoxo. A impressão superficial é de fracasso; de fracasso nas relações interamericanas; de fracasso na cooperação econômica e de fracasso em relação ao desenvolvimento. Apesar de tudo, se interpreto bem os fatos, as tendências subjacentes são auspiciosas e a perspectiva não é de toda desoladora como se acredita. Ainda que esta impressão superficial distorça a visão da realidade, talvez tanto os latino-americanos como os Estados Unidos venham a perder uma oportunidade que pode demorar a apresentar-se novamente.

As Forças de Mudança

Que quero dizer quando assinalo que as tendências subjacentes são muito promissoras? Primeiramente, estou me referindo a uma mudança na consciência do desenvolvimento no Hemisfério. Durante a década passada o desenvolvimento como política deliberada de governo passou a ser tão comum que agora o tomamos como pressuposto. A Direita e Esquerda como identificações de Governos são termos virtualmente obsoletos. O critério uniforme para avaliar a política de um governo é o compromisso que este vem assumindo para promover o desenvolvimento econômico e social e a eficiência com que leva a cabo esse objetivo. Nenhum governo, seja

(*) Exposição do Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, perante o Conselho de Relações Exteriores em Nova York, 17 de novembro de 1971.

qual for a forma pela qual chegue ao poder, civil ou militar, eleito democraticamente ou resultado de uma insurreição, pode ignorar este compromisso básico. Já não basta dizer estar a favor ou contra o *status quo*. É preciso ocupar-se de questões concretas. Quem se responsabilizará pelo processo de desenvolvimento? De que maneira será levado a cabo? Qual será a divisão das cargas e benefícios entre os grupos da sociedade? No curso deste decênio ocorreu uma profunda transformação na linguagem e na substância das atuações políticas. Esta é uma mudança de primeira magnitude.

Em segundo lugar esta consciência de desenvolvimento já não é um conceito limitado a um grupo seleto e altamente educado da população que se encerra em discussões esotéricas num mundo cerrado e convenientemente isolado das massas. As comunicações modernas — os rádios transistores, a imprensa, os satélites, a televisão e o cinema — transformaram a a consciência do desenvolvimento num fenômeno de massas. Despertaram-se as esperanças e a consciência do que está ocorrendo, já não se pode ocultar. Queiramos ou não isto faz parte da atual realidade latino-americana e como tal deve ser encarada pelos dirigentes políticos. Isto também é uma mudança na acepção mais fundamental do termo.

Em terceiro lugar, emergiu no Hemisfério uma infra-estrutura humana de pessoal tecnicamente qualificado que, cada vez mais, vai penetrando nas instituições, nos setores público e privado. No começo da década somente haviam uns poucos organismos de planificação econômica na América Latina dignos deste nome. Um dos problemas que se apresentaram nos primeiros anos da Aliança para o Progresso, por exemplo, foi o da ausência de projetos bem concebidos de desenvolvimento econômico e social. Na atualidade existe apenas um país no continente que não tem um organismo de planificação competente.

Esta consciência de desenvolvimento, esta infra-estrutura humana se refletem em resultados às vezes dramáticos. As taxas de crescimento da América Latina no período 66/69, por exemplo, foram mais elevadas que nos países industrializados em seu conjunto. Neste período a taxa anual média de crescimento do Produto Interno Bruto foi de 5,5%, o que é fundamentalmente superior àquela do período 61-65. Evidentemente, há variações importantes entre os países, porém, o fato relevante é que, as tendências se orientem numa direção claramente positiva. Além do mais, no período 66-69 a poupança interna contribuiu com a maior parte da formação de capital e financiou mais de 91% da inversão total enquanto que o financiamento externo bruto contribuiu com o saldo de aproximadamente 9%. A Aliança para o Progresso, como sabem, previu originalmente 80% de financiamento interno e 20% de financiamento externo. Quisera, em especial, destacar que os resultados obtidos são conseqüência, primordialmente, de uma política deliberada, encaminhada a aperfeiçoar a administração e a estrutura das arrecadações tributárias. Na América

Latina de nossos dias o orçamento fiscal se transformou num instrumento para concretizar objetivos programáticos.

Os progressos são igualmente extraordinários em outra esfera importante: a diversificação das receitas de exportação nesta década, trouxe um aumento significativo das exportações não tradicionais, incluindo bens elaborados e manufaturados. Em 1960 e 1964 e no período 65-68, a importância relativa dos produtos manufaturados e semi-manufaturados no total das exportações passou de 9,8% para 14,3% e chegou a 16,7% em 1968, enquanto que houve um declínio proporcional da importância relativa dos produtos básicos. Essa tendência reflete o nascimento e, em alguns casos, o processo de amadurecimento incipiente do setor industrial que constitui um impulso para a integração da região, num ímpeto que, tenho certeza. irá adquirindo cada vez mais importância na próxima década. Na década de 60 se produziu, além do mais, o estabelecimento de uma estrutura institucional bem planificada que pode servir para canalizar a assistência externa. As instituições mais tradicionais tais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco de Exportação e Importação, foram completados com a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento. As dúvidas que se lançaram a respeito da necessidade e justificação de um organismo regional são coisas do passado já que o BID surgiu como a principal fonte de financiamento para obras de desenvolvimento no Hemisfério.

O Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso, conhecido geralmente como CIAP, constituiu o marco de referência para o estudo dos planos de desenvolvimento em um conjunto integrado e para a vinculação da assistência técnica e financeira a esses mesmos planos. Certamente o CIAP é um conceito singular. Em nenhuma outra parte do mundo em desenvolvimento, existe um foro multinacional similar para examinar os objetivos do desenvolvimento nacional. O florescimento dessa estrutura institucional é assombroso quando o comparamos com a situação no princípio da década.

Houve, além do mais, significativos avanços na concretização dos objetivos sociais da Aliança para o Progresso. Reduziu-se o analfabetismo dos adultos; aumentou-se o acesso a educação universitária e secundária dos grupos de poder aquisitivo mais baixo. A reforma agrária, talvez o objetivo de mais difícil obtenção, além de ser um tema controvertido, foi aceita nos esquemas de desenvolvimento. Reduziu-se a mortalidade infantil e levou-se a água potável dos grandes centros urbanos às zonas rurais. Os problemas de população, que virtualmente eram tema vedado à discussão no início da década de 60 são agora objeto de franco e aberto debate.

Não quero com isto dar a impressão de que pode haver progresso sem problemas. É óbvio que o ritmo de progresso em muitas dessas áreas não foi totalmente aquilo que gostaríamos que fosse. O programa de trabalho para a década de 70 é gigantesco. Entretanto, quando colocado

em perspectiva e examinado com objetividade, creio que podemos afirmar que o que se alcançou no decênio de 60 foi impressionante. Como se explica pois o pessimismo que às vezes parece dominar nossa visão do progresso de desenvolvimento da América Latina nas relações interamericanas?

O Paradoxo

Diria que as tensões que agora observamos, tanto nas relações interamericanas como na sociedade latino-americana, são uma conseqüência direta dos êxitos que acabo de assinalar. O fato de existir um nível mais alto de consciência sobre o desenvolvimento, por exemplo, gerou um forte sentimento de identificação nacional. Isto se traduziu, por sua vez, na determinação da América Latina de controlar as principais decisões econômicas nacionais. Os recursos naturais básicos por razões históricas perfeitamente compreensíveis, têm estado em mãos de empresas estrangeiras. A decisão de afirmar o controle nacional sobre esses recursos pode produzir um conflito entre o país e a empresa ou empresas e, em alguns casos, com o Governo dos Estados Unidos. Nós, mexicanos, entendemos muito bem este processo. Em 1938 passamos por uma experiência similar com a expropriação dos bens de várias companhias petrolíferas de propriedade estrangeira e a constituição da PEMEX, empresa petrolífera nacional. Nessa oportunidade ambos os governos se guiaram pela seguinte prioridade: primeiro: o desejo de manter as relações amistosas acima do conflito criado pela expropriação; segundo: encarar a indenização do ponto de vista de uma avaliação *ex post facto* com o objetivo de satisfazer a todos os interessados. Devido ao clima cortês mantido durante o período de negociação logo após uma primeira, inevitável e amarga reação, não houve recriminações nem ficaram feridos, permanentemente, o orgulho e prestígio das partes. Em troca se consolidou a amizade mútua que na oportunidade conveniente culminou com uma conclusão razoável do conflito mediante um acordo justo e equitativo de pagamento eventual por parte do México.

Podemos observar outro aspecto desse fenômeno de identificação nacional e da fortíssima reação latino-americana face a sobretaxa de importação de 10% incluída na nova política econômica do Presidente Nixon. O Governo deste país observou acertadamente que as importações de produtos básicos, que sem dúvida constitui a parte mais importante do comércio da América Latina com os Estados Unidos, estão isentos da sobretaxa. Por que então uma reação latino-americana aparentemente exagerada em face desta medida?

Afora casos individuais em que a sobretaxa traz um grande prejuízo para determinados países, a reação latino-americana deve ser interpretada num contexto mais amplo. A industrialização na América Latina é certa-

mente, economicamente significativa e as exportações industriais, em termos percentuais, são as que têm apresentado um crescimento mais acelerado. Entretanto, para as economias que tradicionalmente têm sido exportadoras de produtos básicos, a industrialização e a diversificação das exportações passaram a ser também um símbolo de independência que, em termos políticos e psicológicos, é essencial na América Latina contemporânea. Muitos latino-americanos entendem que no momento em que sua atividade industrial passa da adolescência à maturidade os Estados Unidos lhes desferem um golpe com a sobretaxa de importação. Sabemos que esta não é a intenção da sobretaxa, entretanto, a reação perante a mesma é compreensível. Sob um aspecto pois, o êxito da década de 60, que acelerou a criação de novas indústrias e empresários é, em parte, responsável por esta agressiva resposta latino-americana diante da imposição da sobretaxa.

Talvez, o exemplo mais dramático deste paradoxo do êxito, alimentando uma ilusão de fracasso, pode ser visto no fermento político que invade o continente. Na América Latina, os setores de população antes marginalizados da sociedade são agora atores vigorosos e organizados que exigem a participação na vida política e na distribuição dos benefícios econômicos. Diante das novas pressões talvez se produza uma inversão total do equilíbrio das forças políticas na sociedade ou, ao menos, uma mudança radical às instituições tradicionais, tais como a Igreja e as Forças Armadas, estão assumindo novas funções. As coalizões políticas que eram inimagináveis 10 anos atrás são agora coisa natural.

Neste panorama de mudança não há um modelo político unitário e muito menos um baseado em experiências externas. O que há é uma busca de soluções políticas baseadas nas realidades nacionais. Este processo tardará algum tempo para se concretizar. Somente podemos ter a certeza de uma coisa: a mudança, às vezes surpreendente e com freqüência inquietante, cuja direção muitas vezes não podemos entender agora, presumivelmente será uma constante que prevalecerá durante a próxima década. É como a rocha que parece tão sólida e indestrutível mas que, quando sujeita à fúria implacável de poderosas correntes, gradualmente vai sofrendo a erosão até finalmente restar unicamente a própria corrente. Assim ocorre agora com a corrente da mudança que bate contra a rocha da sociedade latino-americana. Não podemos determinar a direção desta corrente. Se abaixará o leito do rio, se se conformará com suas margens ou se mudará de curso, porém sabemos que está em movimento e que continuará assim.

Seria um erro crer que este processo de mudança afeta somente a América Latina. É evidente que também nos Estados Unidos estão ocorrendo mudanças profundas. As hipóteses que têm sustentado as políticas pós-bélicas dos Estados Unidos no mundo, tem sido postas em juízo. As raízes intelectuais às quais nos havíamos comodamente ancorado nos últimos 25 anos tem se relaxado quando não quebradas e não sabemos quando voltarão a encontrar terra firme. Se alguma dúvida resta a este

respeito, seguramente terá sido eliminada pela nova política econômica dos Estados Unidos e pela surpreendente votação negativa do Senado norte-americano com respeito a ajuda externa. É óbvio pois que entramos numa nova etapa da evolução política e econômica do mundo e que, se bem que esta etapa ainda não se defina com absoluta clareza, contudo, pelo que fazem os Estados Unidos e a América Latina creio que podemos delinear desde já as grandes linhas de uma nova relação.

As Novas Relações

Primeiramente o mais provável é que as relações econômicas — a assistência financeira e o intercâmbio comercial — continuarão ocupando um lugar central no diálogo entre os Estados Unidos e a América Latina, porém seus termos se modificarão. Por parte dos Estados Unidos, é evidente que se pretende uma participação muito maior de outros países desenvolvidos no esforço de assistência econômica externa e que não se deve considerar que os Estados Unidos serão os únicos a custodiar o sistema econômico e a segurança do mundo não-comunista.

Ao contrário das circunstâncias existentes no período imediato à Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos deixam de ser a fonte exclusiva de capital para o desenvolvimento, da tecnologia, e da liquidez financeira internacional. Esta mudança nas condições econômicas e financeiras desembocou no atual grande debate, nos Estados Unidos, a respeito da função econômica e financeira que ele deverá desempenhar no mundo. Esta redefinição do papel dos Estados Unidos, agora em processo formativo, se complementa na América Latina com o desejo de diversificar sua dependência com relação aos Estados Unidos, como fonte praticamente exclusiva de assistência em termos concessionários. Esta dependência não é política nem economicamente sã. O desejo de diversificar as fontes de financiamento é resultado do impulso de identidade nacional a que antes me referi. Ambas tendências são complementares e não antagônicas. Trata-se de uma questão de equilíbrios para se chegar a novas proporções mediante um processo de negociações sustentadas, razoáveis e firmes, em lugar de fazê-lo como resultado de reações emotivas e irracionais. Na busca deste objetivo, o BID mantém ativas conversações com o Canadá e as nações da Europa Ocidental a fim de definir as novas relações financeiras com esses países.

Porém não bastará diversificar as fontes de financiamento. Para que seja eficaz a mobilização dos recursos externos que complementam o esforço interno do desenvolvimento é imprescindível também revisar os termos da assistência econômica. Tenho a esperança de que à medida em que o balanço de pagamentos dos Estados Unidos adquiram maior equilíbrio, este país tomará a iniciativa com seus amigos e aliados no mundo inteiro de propor um descompromissamento geral da assistência externa. Assim mesmo, confio que os Estados Unidos apoiarão vigorosamente a

adoção de condições de pagamento mais flexíveis, tendo assim em conta a enorme carga de dívida que pesa sob o mundo em desenvolvimento, peso este que ameaça, de forma crescente, anular os atuais benefícios das atuais relações econômicas e financeiras.

Referi-me, também, à complexidade das considerações relativas ao tema da inversão estrangeira. Quisera tão somente sugerir agora que na década de 70 a aceitabilidade da inversão estrangeira como instrumento do desenvolvimento, se julgue não tanto pelo que significa como entrada de capital senão por sua importância tecnológica. Assim sendo, as novas inversões estrangeiras deveriam concentrar-se nas esferas em que a tecnologia seja mais inovadora deixando, gradualmente, em mãos da iniciativa local, aquelas indústrias cuja tecnologia existente é conhecida e de fácil acesso.

Por último, creio que na próxima década será sumamente importante que os países desenvolvidos ofereçam às exportações latino-americanas não-tradicionais, uma oportunidade justa e equitativa de acesso a seus mercados. A disposição do mundo desenvolvido de ajustar-se à industrialização ocorrida na América Latina na década passada, será interpretada como um índice de sua disposição de aceitar a América Latina como um participante com plenos direitos e não de segunda categoria no sistema econômico e monetário que deverá tomar o lugar do existente.

Em resumo, há essencialmente dois enfoques do processo de mudança que tentei esboçar. O primeiro vê a América Latina como um continente enfermo que reflete conflitos profundos, talvez insolúveis. Nesta visão das coisas a melhor alternativa seria que os Estados Unidos se retirassem e se mantivessem o mais longe possível das turbulências que virão. Em termos práticos isto significaria reduzir, senão eliminar, a assistência econômica e acarreta um escasso interesse em buscar soluções para os árduos dilemas políticos e econômicos.

O outro enfoque consiste em ver o fermento e a turbulência como símbolo de vitalidade, de experimentação e inovação, de uma confrontação com as conseqüências da mudança que adquiriu uma extraordinária aceleração na década passada. Neste caso a tendência oposta procura buscar afinidades e ajustes face ao progresso. Em termos de sistema interamericano significa adaptar as instituições e conceitos a um sistema que possa absorver, sem se enfraquecer, as reações individuais. Em outras palavras, significa que será mister desenhar um sistema que nos permita superar os conflitos momentâneos e orientar-nos a longo prazo.

O fato é que nos encontramos hoje precisamente numa encruzilhada na qual devemos escolher um dos enfoques. Podemos adotar, em desespero, uma atitude de abandono e dizer que a situação está perdida. Ou podemos aplicar nossa energia e imaginação no empenho comum para encontrar soluções práticas e, senão soluções, ao menos mecanismos e conceitos que nos ajudem a cruzar a dificílima década que temos pela frente.

AMAZÔNIA: O PROBLEMA DA URBANIZAÇÃO EM ÁREAS PIONEIRAS (*)

Embaixador Miguel Ozorio de Almeida

É esse talvez um dos mais graves problemas brasileiros da atualidade: *a ocupação produtiva de áreas pioneiras mediante a criação de* núcleos urbanos que sirvam de pontos de fixação e apoio a atividades primárias, de centros de retenção e concentração em escalas adequadas de elementos dinâmicos do processo econômico e de instrumento de fixação na área, mediante o suprimento de amenidades culturais e sociais, dos elementos humanos de maior sucesso na área pioneira.

A história dos povos mostra que o perigo da não ocupação de uma área tão vasta e tão potencialmente rica, como a Amazônia e o Oeste brasileiro é muito grande. Pela primeira vez a humanidade, como um todo, começa a sentir-se acotovelada no pequeno navio espacial que é a terra. Por outro lado o resultado de grandes concentrações humanas e industriais em outros continentes tem provocado tais perturbações na ecologia mundial que surge forte tendência para a preservação, em estado natural, das poucas grandes áreas virgens ainda existentes na terra. O que isso pode representar para o Brasil todos podemos imaginar. Como representante do nosso país em numerosas reuniões preparatórias da Conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente estou em condições de afirmar que têm sido numerosas e fortes as pressões internacionais para, em nome da humanidade, impedir o Brasil de ocupar essa região.

Por outro lado, a história recente indica que não existem tão grandes problemas na ocupação mal realizada quanto na não ocupação. Uma região dessas dimensões, ocupada em condições de baixa economicidade, pode representar maior perigo para a integração brasileira do que a manutenção da mesma nas condições atuais. O recente exemplo do Paquistão deve servir-nos de lição. Uma ampla área (o Paquistão Oriental), relativamente isolada dos centros econômicos e do poder, mantida por erros econômicos e de planejamento em níveis muito abaixo dos prevalecentes no

(*) Baseado em conferência pronunciada em Belo Horizonte.

Paquistão Ocidental, acabou revoltando-se e separando-se, cindindo o país politicamente, apesar de toda a unidade histórica, racial e religiosa. Que houve incentivos externos para que isso acontecesse parece não haver dúvida, porém incentivos externos de dissociação nacional são constantes na história de todos os povos.

Ao ocupar a Amazônia o Brasil está exercendo o direito soberano de tratar de sua integração nacional. Porém, perante as pressões internacionais e as suas recentes expressões, podemos estar certos de que o tempo disponível já é pequeno (embora suficiente) e que as margens de erro devem ser consideradas como muito reduzidas. Daí o imenso valor do cuidadoso planejamento do esforço a ser realizado, a fim de se minimizarem os inevitáveis erros no ataque a problema de tão grande complexidade.

Objetivos da Urbanização em Faixas Pioneiras

Ao tratar de assunto tão complexo parece indicado começar-se com cuidadosa delimitação do terreno a ser percorrido. Essa delimitação será feita, adiante, em termos de universo de discussão que terá de ser o nacional; e em termos dos objetivos nacionais que serão, presumivelmente, atingidos pela criação de núcleos urbanos em áreas pioneiras. Evitar-se-ão, assim, confusões entre meios e fins, obter-se-á uma noção quase linear do caminho a ser percorrido, poder-se-á ter uma noção de caminhos alternativos ou, como dizem os economistas, uma noção dos custos de oportunidade da política de fato selecionada ou implementada.

Os objetivos nacionais a serem servidos serão indicados axiomaticamente. Trata-se de:

1 — Aceleração do desenvolvimento econômico do país;

2 — Melhor distribuição da renda nacional do duplo ponto de vista pessoal e regional;

3 — Consolidação da segurança nacional, quer do ponto de vista territorial, quer do ângulo da redução de tensões sociais.

É evidente que objetivos enunciados de forma tão generalizada contêm certo grau de duplicação nas margens, porém para o esclarecimento dos raciocínios que se seguem esse grau de generalização não é prejudicial e foge-se ao risco de polêmica com a enunciação mais discriminada e precisa.

A indicação dos objetivos nacionais permite logo a derivação de objetivos regionais e de objetivos próprios ou locais para os empreendimentos urbanos que se tem em vista.

Com efeito, a melhor distribuição da renda regional exige claramente uma ampla subversão da situação existente e condiciona de forma drástica as fórmulas de ocupação a serem implementadas. Em primeiro lugar

exclui a possibilidade de ocupações exclusivamente agrárias ou primárias, pouco conducentes à retenção na própria região da "mais-valia" econômica a ser criada. Exige, ao contrário, a criação de estruturas muito mais *complexas, capazes de sustentar nas áreas a serem ocupadas as atividades* de setores e sub-setores cuja produção receba no mercado remuneração de alto nível. Esses setores e sub-setores são normalmente encontrados nas áreas de atividades secundárias (ou industrial) e terciária (ou de serviços). Esses são caracteristicamente encontrados em pontos de alta concentração humana e econômica e encontram produtividade máxima em escalas e condições que tendem a ser encontradas exclusivamente em áreas urbanas.

O objetivo nacional de melhor distribuição regional de renda terá, portanto, como uma de suas condições necessárias (embora não suficientes) um forte componente de urbanização das áreas a serem ocupadas.

Por outro lado, o objetivo de maior justiça na distribuição da renda pessoal, por razões óbvias que não necessitam explicitação, também exige um forte componente de urbanização das novas áreas.

O objetivo de segurança nacional exige que o nível de vida das populações relocadas cresça muito e o mais rapidamente possível. Esse crescimento tem composição, i.e., significa não apenas um valor em dinheiro por indivíduo, como também a disponibilidade e absorção de valores educacionais, culturais e técnicos, e de nutrição, saúde e de serviços que só podem ser criados e prestados a partir de concentrações urbanas. Em outras palavras, a partir de certo ponto, a melhoria da renda individual pressupõe um processo de urbanização e crescerá com este.

Apesar das afirmações acima, não é inconcebível ou impossível encontrarem-se exemplos ou formularem-se modelos de comunidades prósperas baseadas em atividades essencialmente primárias. Porém a regra não será essa e tanto a análise do problema como a experiência ampla indicam forte tendência para as áreas puramente primárias e rurais sofrerem esvaziamento em favor de áreas fortemente urbanizadas e industrializadas. O processo de esvaziamento dá-se tanto na sociedade internacional como dentro de áreas nacionais e até mesmo dentro de regiões. Em outro contexto será apresentado mais adiante um esboço analítico das causas dessa transferência de recursos de uma área para a outra, não permitindo o espaço que se alonguem considerações sobre o assunto.

O importante é indicar desde logo que um dos corolários a serem derivados dos objetivos nacionais, sobretudo no que diz respeito a melhor distribuição de renda e à segurança nacional, é a necessidade de criação nas áreas pioneiras de comunidades integradas e equilibradas, como componentes rurais e urbanos, e com boas perspectivas dinâmicas de auto-desenvolvimento.

O conjunto de objetivos nacionais indicados e os sub-objetivos deles derivados, tais como objetivos regionais e locais, revelam desde logo que

se deverá evitar quaisquer tipos de ocupação baseada em esquema de tipo colonial. Entende-se por ocupação de tipo colonial aquela baseada essencialmente em atividade primária, extrativa ou agrícola, com tecnologia importada e remunerada fora da região e na qual os aumentos de produtividade sejam totalmente ou substancialmente transferidos para os importadores do produto (nacionais ou estrangeiros) e para os donos da tecnologia, mediante uma remuneração excessiva e economicamente injustificada da mesma.

Esse tipo de ocupação seria contrário aos interesses nacionais entre outras razões por falhas na área de segurança nacional, na redistribuição da renda (já que tenderia a enriquecer aquelas regiões que comerciassem com a região pioneira e não a esta) e não representaria a melhor alternativa para o mais rápido crescimento econômico nacional, como se verá adiante.

O objetivo, portanto, tem de ser o de trazer tão rapidamente quanto possível, para a área pioneira, os componentes tecnológicos de que necessita e, muito especialmente, gerar na mesma esses componentes; criar nessa área condições de suprimento de bens e serviços industriais, sobretudo *urbanos, cuja produção seja adequada para as necessidades de um bom* padrão de produção e consumo no setor primário e cuja remuneração seja suficiente para absorver uma fração significativa da produção primária regional, sobretudo da produção agrícola. Em outras palavras, exige-se um modelo de desenvolvimento rural-urbano razoavelmente integrado e equilibrado, evitando-se, tão rapidamente quanto possível, a consolidação de relações do tipo "periferia — centro econômico" em que este esteja fora da área, quer em território nacional quer no exterior.

A obtenção das condições de equilíbrio e integração desejadas exigem, além da criação de centros urbanos com fortes setores secundários e terciários, na região, que a produção primária e sobretudo agrícola se di*versifique rapidamente, fugindo às monoculturas exportadoras. Tratar-se-á* desse e de outros aspectos mais adiante. Cabe aqui apenas destacar que o desenvolvimento da região pioneira tem de ser visto como processando-se em favor do bem-estar da própria comunidade e em condições tais que atraia os valores humanos econômicos e tecnológicos de que necessita mediante radicação na área e não mediante remuneração dos mesmos fora da área. O mínimo a que se deve almejar é que se possa encontrar desde logo condições de retenção dos valores humanos e econômicos criados na faixa pioneira e que, tão rapidamente quanto possível, se criem condições para o despertar da atitude inovadora na área tecnológica.

As Condições Gerais do Problema

A enunciação do problema, até agora, talvez dê a impressão de que existe a intenção de fugir aos aspectos essenciais e objetivos do mesmo. Porém acredito que mais adiante haverá algo a dizer de objetivo sobre o

tema. Antes de lá chegar terei, entretanto, de fazer novas excursões em áreas de interesse nacional. Acredito que a perspectiva nacional na consideração do problema da ocupação de faixas pioneiras é absolutamente indispensável ao correto entendimento do mesmo.

As condições nacionais do problema de desenvolvimento econômico são amplamente conhecidas. O país é relativamente pobre, tendo atingido em 1971 cerca de 420 dólares de P.N.B. *per capita*, cerca de 100 milhões de habitantes, 42 bilhões de dólares de P.N.B. total, e grande desequilíbrio regional e pessoal de renda. Cerca de 46% da população vive de atividades primárias, agrícolas e extrativas, 13,3% vive de atividades secundárias e 40,7% de atividades terciárias (ou serviços). A relação entre a renda *per capita* urbana e a renda *per capita* rural é de aproximadamente 3,8, isto é, a população urbana recebe *per capita*, por seus esforços produtivos, 3,8 vezes mais do que a população rural. O país tem dimensões continentais e baixa densidade demográfica.

Em termos da abertura de uma área pioneira, como a Amazônia, o que caracteriza o Brasil é (sem ordenação hierárquica):

1 — forte escassez de capital.

2 — relativa abundância de mão-de-obra, embora com fortes desequilíbrios regionais.

3 — abundância de terra e recursos naturais, embora com os desequilíbrios regionais conhecidos.

4 — alta percentagem da população mantida em níveis de subsistência, quer em áreas primárias e não monetizadas quer em áreas urbanas, em nível de subemprego.

5 — tendência para a aplicação de tecnologias importadas que não correspondem às disponibilidades e remuneração relativas dos fatores de produção, levando ao subemprego, à restrição do mercado interno de consumo, a escalas de produção acima da capacidade de absorção do mercado interno, a não diluição dos custos fixos do capital e conseqüentes altos custos unitários de produção ou, o que é o mesmo, a baixa produtividade e a baixas rendas *per capita*.

Essas características econômicas (bem como suas implicações sociais) sugerem a necessidade de certas correções. Se o capital é escasso e a terra e a mão-de-obra são absoluta e relativamente abundantes torna-se necessário economizar o primeiro e encontrar melhor utilização para os fatores em maior disponibilidade. A ocupação da Amazônia, do ponto de vista puramente econômico, corresponde à necessidade de encontrar equações produtivas para a mão-de-obra redundante em outras áreas do país. Trata-se do primeiro passo para o desenvolvimento de fórmulas macro e micro tec-

nológicas para a combinação produtiva de fatores abundantes (terra e tarbalho) com a economia máxima de fator escasso (o capital). Em sua essência, portanto, trata-se de um desafio tecnológico no mais amplo sentido da palavra, indo muito além das fórmulas de maximização micro-econômicas (embora abrangendo-as) e muito além daquele sentido em que se confunde tecnologia com ciência ou pesquisa aplicadas (embora também abrangendo a estas).

Ao considerar o problema da abertura de faixas pioneiras, no Brasil, não se podem perder de vista as características indicadas, que levam a necessidade de:

1 — minimizar, na primeira fase, a aplicação do fator escasso, que é o *capital. Evitar-se-á assim o atraso do desenvolvimento nacional mediante* desvio de recurso de capital para áreas de menor produtividade (por falta de infra-estrutura sócio-econômica) ou onde os hiatos de tempo entre investimento e produção de bens finais de consumo é muito grande;

2 — intensificar a utilização da mão-de-obra, utilizando todas as oportunidades economicamente legítimas para o desenvolvimento de atividades produtivas de alta densidade de trabalho;

3 — estabelecer, tão rapidamente quanto possível, condições que estimulam a pesquisa científica e a inovação tecnológica, de forma a poder extrair eficientemente produção e capital de fórmulas produtivas em que os principais fatores sejam a terra e o trabalho, reduzindo o desvio de capital de outras áreas de maior produtividade.

O Problema Tecnológico

A própria essência do problema é, portanto de natureza tecnológica. Quer do ponto de vista macro-econômico quer micro-econômico será necessário inovar, pois os parâmetros do problema, sobretudo as proporções em que se apresentam, não encontram antecedentes claros que nos sirvam de guia.

Cabe aqui lembrar que só desenvolveram economicamente, até hoje, aqueles países que, por coincidências históricas, puderam encontrar fórmulas conducentes ao pioneirismo e à inovação tecnológicas. E cabe, também, lembrar, que o pioneirismo tecnológico, entendido como o hábito de procurar constantemente novas fórmulas de maximização dentro do processo produtivo, a partir de novas disponibilidades de insumos ou de novas características para essas disponibilidades, é naturalmente estimulado pela abertura de faixas pioneiras, onde as condições climáticas, a qualidade das matérias-primas, as combinações de fatores e diversidade de experiências prévias tende a ser diferente daquelas que prevalecem em regiões anteriormente ocupadas.

O desenvolvimento tecnológico, nessas condições, será sempre função de uma confrontação constante da experiência das condições locais que se vai acumulando, com a experiência tecnológica que vem de fora. A experiência das condições locais tem de ser mais do que a mera constatação de resultados positivos e negativos na aplicação de matérias produtivas transplantadas para a área, consubstanciando também o resultado da pesquisa científica e da experimenação controlada. A injeção de tecnologia externa deve representar mais do que a utilização de processos produtivos criados para condições diferentes, constituindo-se sobretudo em repertório de sugestões para a experimentação e variação das fórmulas produtivas em uso a qualquer momento.

Se pudermos aceitar estas considerações como básicas, talvez o maior risco na aplicação das mesmas seja o que se poderia chamar de patriarcalismo governamental. Entender-se-á como tal a tendência governamental de realizar diretamente uma percentagem muito alta dos trabalhos de instalação e radicação na faixa pioneira das populações que para ela se dirigirem. Tautologicamente, a recíproca do pioneirismo tecnológico será a passividade tecnológica. Um excesso de atividade por parte do Governo na criação das condições de recepção das populações re-locadas, grande parte das quais em nível bastante primitivo e muito castigadas pelas circunstâncias nas suas áreas de origem, levará necessariamente à passividade, fazendo com que deixem para o Governo a responsabilidade máxima e que tendam para a aceitação do que for feito como o limite de suas reivindicações. Se isso acontecer e dada a estrutura qualidade e magnitude dos recursos disponíveis a ocupação da Amazônia representará apenas a transferência de populações deserdadas de uma área inóspita para outra área igualmente agressiva, onde a sua experiência será de pouca valia e um sério desperdício de recursos nacionais de capital, desviados de áreas onde sua produtividade seria bem maior.

Cumpre, portanto, por todos os meios, usar a oportunidade da abertura de áreas pioneiras para estimular o aparecimento de iniciativas tecnológicas, para reforçar o hábito inovador e para estabelecer as condições institucionais da pesquisa.

Parte desses resultados deverão surgir em função da própria instalação da população na área, evitando-se por todos os meios a perpetuação na mesma da passividade tecnológica e inovadora que tem caracterizado muito peculiarmente o nosso Nordeste, área que proporcionará o maior contingente humano para as faixas pioneiras Amazônicas. Que essa passividade não é característica humana da população nordestina pode ser demonstrado pelo comportamento daqueles elementos que se transferem para áreas onde encontram estímulos institucionais, como no centro sul e muito especialmente nos Estados de São Paulo e Guanabara.

A Cidade como Centro de Pesquisa e Muito Especialmente de Pesquisa Operacional

A solução do problema tem de ser encontrada a partir da composição estrutural e humana da cidade na faixa pioneira.

A "urbs" tem de ser vista como uma concentração adequada dos ingredientes humanos, científicos, tecnológicos, financeiros, industriais, sociais, culturais, comerciais, e outros, necessários ao funcionamento de certas atividades indispensáveis ao desenvolvimento sócio-econômico de uma determinada área.

Para toda uma gama de atividades humanas existem massas críticas ou concentrações mínimas abaixo das quais a atividade não se processa ou se processa ineficientemente. Na medida em que aumenta a complexidade da civilização industrial-tecnológica, cresce também a dimensão mínima compatível com a eficiência das atividades que constituem a vida das modernas civilizações.

Robinson Crusoe, durante os 30 anos que passou na sua ilha não inventou absolutamente nada, contentando-se em recolher recursos de capital dos navios que naufragavam convenientemente a intervalos regulares. Se lhe faltasse a pólvora morreria de fome. Faltou-lhe "massa crítica humana" para discutir os seus problemas e para inovar, e o papagaio que ensinou a falar pouco contribuiu intelectualmente ao esclarecimento de sua posição e problemas, sendo mero equivalente nas suas expressões a um moderno ditafone.

A cidade grega ideal tinha, na sua simplicidade do helenismo pastoril clássico, cerca de 10.000 habitantes. O advento do comércio permitiu o aumento desse número para perto de 100.000. Os números crescem sempre e a grande cidade industrial de hoje tem sempre populações acima do milhão de habitantes.

O essencial, entretanto, além de se compreender o simples fato de que a "urbs" representa um indispensável ponto de concentração de ingredientes necessários a certos processos característicos da civilização moderna, é que uma orientação prévia e consciente pode permitir a eficiência desses processos a partir da magnitude humana e econômica, muito inferiores àqueles que foram ou são o resultado das coincidências históricas.

Assim, a "urbus", em faixas pioneiras, deve ser vista desde a fase de planejamento, como uma unidade sócio-política-cultural que deve conter implicitamente (e se possível explicitamente) equipes de pesquisa operacional capazes de solucionar os problemas da região que serve, bem como os seus próprios problemas de crescimento. A formação dessas equipes pode ser explicitamente proporcionada pelo planejamento prévio da cidade e de sua lotação, porém o mais importante é obter que as condições sócio-institucionais da mesma evoluam no sentido de enriquecê-las e completá-las, automaticamente, através da adesão de elementos locais competentes e a migra-

ção, para a área, das competências necessárias. Essa imigração deveria a partir de certo momento ser, tanto quanto possível, espontânea.

Não há dúvida de que existirá em toda abertura de áreas novas uma fase heróica, em que se terá de apelar para o patriotismo, para a coragem e para o espírito de sacrifício dos pioneiros. A esses ingredientes ter-se-á de juntar incentivos de outra natureza, sobretudo econômicos, como a promessa de mais altas remunerações para técnicos e funcionários, a distribuição de recursos locais, como terras em regime de uti-possidetis, ou ainda incentivos coercitivos como a necessidade de um período de "sacrifício" na área para o registro de diplomas profissionais, etc. Porém esse conjunto de incentivos será sempre insuficiente e incapaz de consolidar o trabalho de ocupação. Tão rapidamente quanto possível a área terá de oferecer condições sociais, culturais, tecnológicas, industriais, comerciais, etc. etc., que constituam uma atração suficiente para que indivíduos com capacidade de movimentação e confrontados com áreas alternativas de imigração resolvam procurar as áreas pioneiras para nelas estabelecerem as suas atividades e as suas famílias, nelas melhorando a sua vida.

Seria fascinante tentar indicar que tipos de indivíduos e competências seria necessário concentrar em áreas urbanas ao longo do processo evolutivo de uma região, a partir de sua abertura pioneira. Isso corresponderia, entretanto, à descrição "ex-ante" de um processo de desenvolvimento econômico em regime de minimização de fricções e com o crescimento máximo compatível com os recursos disponíveis. Esse esforço, que só seria válido para as fases iniciais do processo de desenvolvimento e para algumas das condições necessárias ao mesmo, foge, senão ao objetivo deste artigo, certamente às nossas possibilidades dentro do espaço disponível.

Porém o papel da "urbs" em faixa pioneira excede amplamente a essa função de centro diretor, planejador, inovador e pesquisador de atividades da mesma ou ainda de retentor na área dos valores humanos necessários a essas atividades. A "urbs" tem igualmente o papel de multiplicador e retentor ou fixador da "mais-valia" produzida na área por atividades inicialmente primárias, o que passaremos a examinar.

O Problema da Absorção da 'Mais-Valia'

Se a totalidade da atividade estabelecida em faixa pioneira se concentrasse na produção (tão eficiente quanto possível) de produtos primários, relativamente brutos, minerais, animais e vegetais para exportação, para outras áreas nacionais, teríamos a probabilidade, em regime de relativo livre empreendimento, dos seguintes resultados, relevantes aos nossos objetivos analíticos:

1º — aumentaria a oferta nacional dos produtos primários produzidos;

2º — cairiam os preços desses produtos primários nos mercados consumidores;

3º — os processos econômicos nos mercados consumidores tornar-se-iam mais competitivos;

4º — a remuneração dos produtores nas áreas pioneiras seria representada pelo preço (cadente, em função do aumento de oferta) obtido nas áreas de absorção, deduzidos os custos de transporte entre centro produtor e o centro consumidor;

5º — a remuneração obtida seria utilizada para a aquisição de produtos, na sua maioria, produzida fora de área e cujo preço, portanto, teria de ser acrescido dos custos de transporte até a área pioneira;

6º — o padrão de vida (ou de remuneração real) do produtor na faixa pioneira seria deprimido pelos três fatores indicados, ou seja:

a) pela queda nacional dos preços unitários dos seus produtos (função do aumento de oferta);

b) pelos custos de transportes dos produtos exportados;

c) pelos custos de transportes dos produtos importados;

7º — surgiria a tendência na faixa pioneira para concentração na produção de artigos com maior "vantagem comparativa" na área, ou seja, uma tendência para a monocultura ou para a concentração em menor número de produtos, o que aumentaria a tendência de queda de preços;

8º — quaisquer aumentos de produtividade na área, na medida em que se generalizassem tenderiam a ser passados ao consumidor ou importador, fora da área, mediante a redução dos preços de importação do produto;

9º — ter-se-ia criado condições tais que tenderiam a frustrar os objetivos de melhor redistribuição regional e pessoal de renda e aumento da segurança nacional em função da redução de tensões sociais e de ocupação tranqüila de uma faixa pioneira.

No caso de exportação para fora do mercado nacional teríamos de deduzir do esquema acima uma fração, possivelmente muito significativa, da deterioração dos preços dos produtos exportados em função do aumento de oferta, cuja magnitude relativa seria menor em mercados internacionais do que em nacionais. É perfeitamente possível que sobretudo na fase inicial esse efeito fosse praticamente nulo. Porém nas dimensões do empreendimento que se tem em mira e, sobretudo, na faixa de produtos primários agrícolas e silvícolas que têm mercados internacionais, como arroz, milho, madeiras, cacau, borracha, castanhas, etc. etc., quaisquer aumentos de oferta internacional, significativas em termos das dimensões amazônicas, poderiam ter efeitos arrazadores nos preços internacionais do produto.

Além dos impactos negativos indicados, no padrão de vida de uma população que tendesse à monocultura primária em faixa pioneira, ter-se-ia de computar o efeito inflacionário, que seria o resultado automático dos altos custos dos bens importados. Esses altos custos, dentro dos limites em que não pudessem ser deduzidos dos padrões de vida da mão-de-obra ou dos donos dos demais fatores de produção (capital e terra) representariam uma tendência crescente para a perda das condições de competitividade da área, podendo representar eventualmente a liquidação econômica de todo o empreendimento. Isso aconteceria, aliás, em ambas as hipóteses, pois se as forças inflacionárias pudessem ser deduzidas do padrão de vida dos "fatores" produtivos, não haveria desenvolvimento econômico e sim apenas ocupação em condições de isolamento relativo e estagnação econômica, o que nos faz pensar nos acontecimentos recentes de Bangla Desh.

Solução dos Problemas Delineados

A solução dos problemas indicados, e cuja essência consiste na perda de substância econômica em favor de áreas mais adiantadas, quer nacionais, quer estrangeiras, encontre a "urbs" regional e local como uma das suas condições necessárias.

Um aspecto essencial do "uti-possidetis" de uma área pioneira consiste na pesquisa sistemática dos seus recursos naturais, incluindo solo, clima, águas, recursos agrícolas, minerais, etc.. Grande parte dessa pesquisa exige processamento "in loco" que só podem ser encontrados em condições operacionais eficientes em centro de pesquisa relativamente sofisticados, característicos de concentrações urbanas.

Um sub-aspecto do problema consiste no fato de que a montagem de equações produtivas a partir da pesquisa direta realizada requer combinações às vezes complexas de competência, solidamente alicerçada em experiência das condições locais, o que só pode ser feito na própria região.

Nesse sentido a composição dos times de pesquisa condicionam, de certa forma, a estrutura humana da "urbs" em diferentes estágios de seu desenvolvimento. A cidade tem de abrigar, em condições de razoável produtividade pessoal e profissional, grupos cada vez mais complexos de competência, que se possam reunir em esforços coletivos para a solução dos problemas da área. Esses problemas começam com a saúde física, emocional e intelectual, da unidade rural-urbana de que faz parte, passam pelos problemas de maximização de objetivos nas equações micro-econômicas de produção, quer em termos de iniciativas individuais de firmas, ou de pequenas unidades estatais, e terminam na determinação de condições de optimização macro-econômicas e sócio-econômicas da unidade vista como um todo.

As condições para a formação, a retenção e a evolução profissional do "time" na "urbs" são complexas e representam aspectos essenciais da evolução de toda a região.

Essas condições abrangem componentes sociais, econômicos e profissionais. Os componentes da "equipe", que se sofisticará ao longo do tempo, têm de encontrar, a partir de sua radicação na área, condições sociais aceitáveis. Essas condições exigem, entre outras:

Que se evite o sentimento de isolamento cultural.
Que se proporcione a sensação de duração de progresso ou potencialidade do progresso econômico.
Que se garanta a oportunidade de intercâmbio profissional em nível local ou, na pior das hipóteses, regional.

O time terá de abranger o médico, o dentista, o engenheiro, o economista, o agrônomo, o geólogo, o administrador e numerosas das especializações dentro dessas carreiras ou competências. As condições de "urbs" não são necessárias apenas para o profissional, e sim para a totalidade da família que o acompanha, incluindo como núcleo essencial, mulher e filhos. Para estes, sobretudo, as características culturais do processo educativo é fundamental, pois dificilmente um técnico de alto nível permitirá que seus filhos tenham educação inferior a sua própria.

O Problema das Tesouras ou do Equilíbrio Rural-Urbano

Indicamos anteriormente o nosso medo da monocultura e da tentativa de desenvolvimento via exportações de produtos primários. Indicamos agora algumas das condições — necessariamente urbanas — para o desenvolvimento do pioneirismo tecnológico nas novas áreas. Resta sugerir o essencial de um modelo de desenvolvimento integrado para uma região pioneira.

O primeiro aspecto desse modelo consiste no fato de que o objetivo imediato da ocupação de uma área pioneira deve ser a localização na mesma de uma população em condições vantajosas para a sua própria prosperidade e permanência. O que se quer não é aumentar a produtividade de São Paulo, fornecendo-lhe matérias-primas baratas (embora esse resultado se conciliado com os demais, também seja desejável).

Para esse objetivo as principais preocupações devem ser:

1. Desde o primeiro momento orientar a produção agrícola na direção do próprio consumo. Não de um consumo de subsistência na própria unidade rural, e sim do consumo recíproco de unidades rural-urbanas integradas. Uma das condições para isso será a orientação inicial da produção primária, sobretudo da agrícola e especialmente a de alimentos, para atingir o maior grau possível de auto-suficiência local e re-

gional. Essa auto-suficiência é compatível com a especialização de unidades micro-produtoras, como cerealistas, fruticultores, hortigrangeiros, pecuaristas, etc.; porém o conjunto da unidade macro-econômica rural-urbana deve ser tão auto-suficiente quanto possível à luz das produtividades obteníveis. O teste dessa produtividade deverá ser a comparação dos custos unitários locais e dos produtos importados, devendo-se optar pela produção local máxima compatível com essa estrutura de preços, evitando-se, assim, os impactos inflacionários decorrentes dos custos de transporte de bens essenciais à comunidade.

2. Criar nas áreas urbanas a serem estabelecidas, condições imediatas para o fornecimento, além dos serviços tecnológicos já indicados, de outros serviços que correspondam a necessidades básicas do setor primário. Esses serviços abrangem a área financeira, a área de estocagem e conservação, a área de processamento que possam valorizar o produto e torná-lo consumível na área. Incluem também os serviços escolares, de saúde e outros serviços sociais. Abrangem o comércio atacadista e varejista quer de bens de consumo quer de produção, inclusive insumos para o processo produtivo. Parte essencial serão as oficinas de reparos de equipamento que poderão caminhar rapidamente para a construção local de certos tipos de equipamento, como aqueles que podem ser feitos com matérias-primas locais (barcos, carroças, arreios, peças fundidas para equipamento agrícola, etc. etc.).

O objetivo tem de ser o "fechamento das tesouras" que se abrem sempre que uma comunidade agrícola não encontra na área urbana a que está vinculada bens e serviços que correspondam às suas legítimas necessidades e ao valor de sua produção. O resultado das tesouras abertas tende a ser ou a estagnação ou a redução da produção primária, por falta de incentivos para o esforço, ou a redução sistemática dos preços da mesma (sobretudo se crescente), absorvendo a área urbana e mais valia assim produzida. Se essa área urbana se encontra fora da região, perde esta a sua substância econômica para outras mais adiantadas; se dentro da região, provocam-se desequilíbrios e tensões que reduzam a velocidade geral do desenvolvimento e podem coibi-lo.

O modelo equilibrado de desenvolvimento exige, portanto, que a área urbana cresça do ponto de vista demográfico, mais rapidamente do que a área rural circunjacente. Em virtude da Lei de Engels é esse crescimento indispensável para evitar a abertura das tesouras e isso tanto do ponto de vista do necessário aumento da demanda urbana de bens primários como do de aumento constante da oferta urbana de bens de consumo e insumos econômicos à área agrícola.

Do ponto de vista estrutural, acredito que o esquema ora sendo considerado para a região se prestará amplamente às necessidades da mesma.

A Agrovila, a Agrópolis e a Rurópolis, na escala crescente de urbanização, parecem oferecer condições ideais de flexibilidade, contato entre as áreas puramente rurais e as puramente urbanas e opções de crescimento à luz das características e experiências acumuladas.

Não é improvável, entretanto, que essas três unidades estejam sofrendo, na conceituação que pude examinar em brilhante trabalho do Professor José Geraldo da Cunha Camargo, de alguma timidez dimensional e estrutural.

A Agrovila, por exemplo, está sendo considerada com dimensões e estrutura abaixo das necessidades, sobretudo se um dos objetivos for a capitalização mais intensa do fator trabalho e um melhor aproveitamento das possibilidades de especialização que maior densidade na mesma ofereceria. Em outras palavras, a Agrovila deveria, à luz das experiências que conheço, dar forte passo na direção da Agrópolis, estendendo-se amplamente na direção de atividades mais caracteristicamente urbanas. Caso contrário, dificilmente poderá ela evoluir suficientemente na oferta de serviços técnicos e outros, perdendo seus melhores valores para a Agrópolis, a Rurópolis e Cidades fora da região. Dificilmente serviria de foco de fixação local da mais-valia agrícola eventualmente produzida na sua área de influência, perdendo substância para outras áreas infra ou extra-regionais.

Tanto a Agrópolis como a Rurópolis teriam, conseqüentemente, de subir na escala de urbanização para manter a necessária e eficiente especialização desejada.

O problema de estrutura produtiva das diferentes unidades rural-urbanas é dos mais sérios e enormes vantagens decorreriam, para os planejadores, com a criação de modelos de simulação que possam dar algum ensinamento sobre a matéria.

Antes de terminar, devo esclarecer que a falta de espaço, a necessidade de condensação permitiram uma análise mais global do problema, obrigando-me a delinear o que chamaria de "esqueleto analítico do mesmo". Assim, gostaria de indicar que tentei concentrar no que me pareceram tendências e medidas essenciais, a maioria das quais passíveis de exceção. Em certo grau, as áreas pioneiras encontrarão vantagens absolutas e comparativas na exportação de produtos e terão de fazê-lo, inclusive para monotizar-se. O que não podem é basear o seu crescimento essencialmente nessas exportações, pois criariam limites muito baixos para o seu crescimento e frustrariam numerosos dos objetivos nacionais, regionais e locais da ocupação dessas áreas.

Um segundo ponto deve ser esclarecido, ou seja, de que o esquema proposto não corresponderia ao isolamento da área pioneira através de crescimento inteiramente autônomo. Simplesmente seria a mesma "protegida" durante a sua fase "infantil", a fim de aparecer no mercado nacio-

nal de produção e consumo com o vigor necessário, no momento em que tivesse superado as suas dores de nascimento e crescimento. Caso contrário, seria sufocada no nascedouro, representando pela estagnação de novas populações em áreas relativamente inóspitas, um perigo para a segurança nacional e um freio para o crescimento do país.

Aos planejadores urbanos cabe olhar para o problema de forma que transcenda amplamente o planejamento formal dos velhos tempos e até dos dias de hoje. Cabe enfrentar os diferentes estágios da criação de uma cidade em função da posição estrutural da mesma no país, na região, e no local, criando nela ciclo adequado para todas as competências, e as condições necessárias para todas as atividades que dêem equilíbrio econômico à unidade rural-urbana de que fizer parte.

E sobretudo cabe acreditar que essas cidades e essa região vão crescer muito mais depressa do que quaisquer outras de que tenhamos conhecimento.

PONTOS DE FRICÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Teixeira Soares

A despeito das condições de paz reinantes no Continente americano, que representam uma vitória das forças do Direito e da Moral internacional sobre os elementos de dessimetria jurídica ou sobre os apetites grosseiros de posse do poder para a implantação de condições de subversão social, existem ainda alguns pontos de fricção que demandam o trabalho de polimento da diplomacia. Por conseguinte, um relato circunstanciado, mas não prolixo, desses pontos de fricção valerá como uma lição para os que se interessam pelo andamento dos assuntos americanos em função dos processos dinâmicos de solução de controvérsias, não só preconizados pelo Direito internacional, mas também pela Carta da Organização das Nações Unidas (negociação, solução judicial, inquérito, mediação, conciliação, arbitramento, recurso a entidades ou acordos regionais, tal como se encontra estatuído no Cap. VI da Carta da ONU).

John Maynard Keynes, o notável economista e pensador político, certa vez escreveu o seguinte: "Porque há nos tempos presentes duas opiniões; não, como nos tempos antigos, o verdadeiro e o falso, mas o lado de fora (*outside*) e o lado de dentro (*inside*); a opinião do público pronunciada pelos políticos e pelos jornais, e a opinião dos políticos, dos jornalistas, dos funcionários públicos, escada acima e escada abaixo e por detrás das escadas, expressa em círculos limitados". Com isso quis Keynes referir-se aos que estão "por dentro" de um assunto, bem como aos que estão "por fora" deste assunto. Ora, a matéria a ser desenvolvida no presente trabalho terá a finalidade de atender às exigências dos que estão "por dentro", bem como aumentar as informações dos que estão "por fora" do assunto.

Será, pois, natural que se dê atenção prioritária ao problema de Cuba, ponto de fricção não bilateral, mas multilateral, problema hoje muito *esvaziado,* por que o tempo se encarregou de desgastar a chamada "originalidade" do processo reinvindicatório inaugurado em Sierra Maestra por Fidel Castro e que o levou ao poder em fevereiro de 1959. As reformas prometidas foram feitas sem dúvida, mas em sua maior parte falharam. As condições gerais do comércio de exportação de Cuba perderam sua

diversificação fundamental para se tornarem monopólio apenas de um cliente interessado, a União Soviética, que se prevalesceu da circunstância de um apoio prestado ao governo castrista para obter favores extraordinários. Dessa forma, Cuba perdeu o grande mercado norte-americano, responsável em 90% pelo crescimento surpreendente da economia cubana nas décadas de 1920 a 1950.

Ainda há pouco, precisamente em novembro de 1971, Fidel Castro esteve no Chile. Sua visita notabilizou-se por um "excessive speechifying", como afirmou uma revista norte-americana. As declarações do caudilho cubano não primaram pela originalidade, porque é preciso que se seja um gênio absoluto para poder valorizar as mais conceituosas banalidades, repetidas sem muito entusiasmo. O caudilho cubano poderá ser comparado a um leão que envelhece e se reumatiza implacavelmente. Mas, como detém o poder na "Pérola das Antilhas", fácil será imaginar que muita gente ainda acredite na sua estabilidade política. Recorde-se que George C. Lodge, num artigo sobre *"Revolução na América Latina"* [1] citou o depoimento de Rufo López Fresquet, economista que foi o primeiro ministro da Fazenda de Fidel Castro após a vitória na Sierra Maestra. López Fresquet declarou que a causa fundamental de Castro conquistar o poder e manter-se no poder foi a abdicação da liderança pelos empresários cubanos nos primórdios da década de 1940, proporcionando por conseguinte a base para a ditadura destrutiva de Batista e para a de Fidel Castro.

Em conseqüência da Conferência de Punta del Este (1954), com exceção do México, os demais países-membros da OEA romperam com o governo de Castro. A recente decisão do governo de Lima de reatar relações com o de Havana não será susceptível de modificar *imediatamente* o panorama continental em relação a Cuba. E não pode modificar imediatamente, porque, ao cabo de mais de uma década de dominação castrista, Cuba deixou de ser espantalho para os demais países, bem como deixou de apresentar qualquer novidade ideológica que pudesse ter *appeal* para os outros Estados americanos. No campo das relações econômicas, o mais importante foram os acordos comerciais cubano-soviéticos de 1964 e 1970 pelos quais, a União Soviética se comprometeu a comprar 24 milhões de toneladas de açúcar cubano a um preço garantido. Também é preciso considerar que Cuba mantém relações econômicas e comerciais com a Espanha, Inglaterra, França e Canadá, para citar alguns países do mundo ocidental.

Estará Fidel Castro perfeitamente senhor da situação? Terão suas reformas proporcionado desafogo ao trabalhador cubano ou continuará o trabalhismo cubano a ser um *Lumpenproletariat?* Estas indagações, feitas sem partidarismo por uma porção de observadores estrangeiros, tiveram diversas respostas: e a mais significativa dessas respostas foi que Fidel Castro se mantém no poder e se vem cançando do poder, não tendo ainda escolhido o seu sucessor, porque se julga senhor do poder ainda por muito

tempo. O processo castrista perdeu, pois, sua *originalidade*. Mas, a despeito de tudo, mantém seu *poder de combustão,* sem ainda se saber quando se apagará.

A América Central caracteriza-se pela valorização do transporte interoceânico, do qual o Canal do Panamá é exemplo flagrante. Tanto no passado como no presente vem-se estudando a possibilidade da abertura de um novo canal interoceânico, porquanto o de Panamá se está tornando obsoleto.

No século passado, a América Central foi cenário de cometimentos imperialistas por parte da Inglaterra, já possuidora desde o tempo de Cromwell (presumivelmente desde 1638) do Território de Belize, ou Honduras britânica, com o pensamento posto na abertura de um canal interoceânico.

A Inglaterra teve veleidades de domínio sobre a Costa de Mosquitos (à qual a Colômbia chegou a alegar títulos históricos, porque é a possuidora das ilhas de San Andrés e Providência), bem como às ilhas Bay. Juntamente com essas aspirações se discutiu tanto, em Londres como em Washington, e com muita paixão, um vasto projeto: a abertura de um canal interoceânico através da Nicarágua. Os Estados Unidos resolveram assumir uma posição firme no assunto do possível canal. Em conseqüência, a Inglaterra e Estados Unidos assinaram, em 1850, em Washington, o famoso Tratado Clayton-Bulwer, assim chamado porque seus firmantes foram o Secretário de Estado John M. Clayton e Sir Henry Litton Bulwer (Lord Dalling), ministro da Inglaterra junto ao Governo norte-americano. Foi por certo o ato internacional mais discutido nos Estados Unidos no século passado, afirmou John Bassett Moore. Na realidade, o Tratado estabeleceu a *neutralização* do canal que viesse a ser construído; mas determinou também que nenhuma parte signatária poderia "ocupar, fortificar, colonizar ou pretender estabelecer domínio sobre a Nicarágua, Costa Rica, Costa de Mosquitos ou qualquer outra parte da América Central". Assim, desvaneceram-se as veleidades da Inglaterra à Costa de Mosquitos e às ilhas Bay, muito embora a Inglaterra houvesse alegado que as ilhas Bay constituíssem dependência do Território de Belize.

Em 1859 e 1860 a Inglaterra assinou tratados com países centro-americanos, de maneira que os assuntos das ilhas Bay e da Costa de Mosquitos ficaram resolvidos de acordo com o ponto de vista sustentado pelos Estados Unidos. Recorde-se que em 1848 os ingleses ocuparam San Juan del Norte (Greytown) na Costa de Mosquitos, território da Nicarágua; e que a descoberta de ouro na Califórnia chamou a atenção para a posição estratégica da Nicarágua. Em 1855 o aventureiro norte-americano William Walker, com 56 companheiros, participou das lutas internas da Nicarágua com certo êxito para ser aprisionado por um Capitão Salomon, da Marinha Inglesa, que o entregou às autoridades hondurenhas. Estas fuzilaram Walker.

Desse panorama tumultuoso de aventureiros, a Colônia de Belize ficou de pé. Nos dias de hoje, Belize (ou Honduras Britânica) com 22.965 km², é um território limitado ao Norte e ao Noroeste pelo Território federal mexicano de Quinta Roos; ao Nordeste e Leste pelo Golfo de Honduras e ao Sul e Oeste pela Guatemala.

Em 1859 Inglaterra e Guatemala assinaram uma Convenção de Limites que estabeleceu o plano de ligação rodoviária entre Belize e a Cidade de Guatemala. Infelizmente essa estrada não se abriu. Certas reclamações do governo da Guatemala a respeito da linha de fronteira não tiveram solução adequada para a Guatemala. Assim, o governo guatemalteco, em 1940, declarou inválida a Convenção de Limites, alegando aspirações a uma revisão da linha de fronteira. A Inglaterra procurou levar o assunto, de comum acordo, à competência da Corte de Justiça Internacional, de Haia, mas a Guatemala se recusou, preferindo negociações diretas.

O estatuto do Canal do Panamá também criou ponto de fricção entre os governos de Washington e de Panamá.

Remontemos ao passado, porque o assunto é altamente interessante: Vasco Nuñes de Balboa, fidalgo estremenho de Jerez de los Caballeros, governador da província de Castilla de Oro, situada na costa de Dariém e no vale do rio Atrato (atual território da Colômbia), resolveu explorar o istmo de Panamá. Saiu a 1º de setembro de 1513 de Santa Maria de la Antígua de Dariém, desembarcando num sítio entre o Cabo Tiburón e a Baía de Caledônia. Iniciou então famosa marcha através do istmo até que não dia 25 pôde duma cumiada abarcar o horizonte e descortinar ambos os oceanos. No dia 29, chegou afinal ao Golfo de San Miguel, na costa do Pacífico, e com uma grandeza d'alma verdadeiramente castelhana tomou posse de todas essas águas imensas em nome do Rei d'Espanha.

Em 1516, nomeado "Adelantado de los Mares del Sur", Vasco Nuñes de Balboa atravessou novamente o istmo, e desta vez transportando desarmados quatro bergantins, que foram montados nas margens do Pacífico. Depois de haver explorado as Ilhas das Pérolas, foi intimado a regressar pelo governador, o seu inimigo mortal Pedro Árias de Ávila. Julgado por desobediência, foi decapitado em 1517, morrendo com heróica impavidez.

Carlos V determinou se fizessem estudos minuciosos a respeito das baías e golfos da América Central com vistas à descoberta de alguma ligação marítima entre os dois oceanos. Em 1520, Fernão Cortés e Gonzalo de Sandoval atravessaram o istmo de Tehuantepec, utilizando o rio Coatzcoalcos como parte do percurso total. Gonzáles Dávila, saído do Panamá, descobriu o lago de Nicarágua, assim chamado por causa do tuxáua Nicaro, que foi amável para com ele. Em 1529, Diego Machuca construiu um bergantim e uma falua dentro do lago de Nicarágua, desceu o rio San Juan, chegando ao Mar das Antilhas. Estava descoberta uma importante via de acesso, que tornava a construção do Canal de Nicarágua perfeitamente possível. Em 1528, engenheiros espanhóis propuseram a abertura

de um canal que utilizasse a passagem natural entre Chagres e Cruces e abrisse a calha do canal de Cruces a Panamá. Surgiram os ingleses em 1579 com Francis Drake que não deram tréguas ao porto do Panamá, atacando-o em investidas ferozes. Viram-se os espanhóis obrigados a utilizar a Nicarágua como passagem interoceânica. Os bucaneiros ingleses incendiaram povoados, apresaram caravelas atestadas de ouro, prata e pedrarias e mais tarde levaram o mogno da América Central (do território de Belize justamente), onde os *freebooters,* prófugos da justiça, se haviam estabelecido. Acrescente-se que em 1530 o navegador e historiador português Antonio Galvão, muito prezado por Carlos V, defendeu a praticabilidade da construção de canais através de Dariém, Panamá, Nicarágua e Tehuantepec. Em 1655 Cromwell apoderou-se da Jamaica, donde passou a hostilizar os espanhóis da Nicarágua. Em 1671 Sir Henry Morgan atravessou o istmo do Panamá e saqueou a velha cidade castelhana do mesmo nome. O inglês Peterson pensou estabelecer uma colônia inglesa no Dariém para ficar senhor das *chaves do mundo.*

A idéia do canal de Nicarágua voltou à baila no Século XVIII, sendo defendida por De la Condamine da Acadêmia de Ciências de Paris, em 1740.

O estabelecimento de bucaneiros e *freebooters* ingleses entre o Cabo de Gracias a Dios e Bluefields na região habitada por um povo semi-nômade e constituído por uma mistura de negros, índios e brancos, os *Zambos* ou *Mosquitos.* E daí a denominação de Costa dos Mosquitos ou Mosquitia, teve o propósito de estudar o plano de abertura de um canal pelo álveo do rio San Juan, idéia acalentada pelos ingleses.

Em 1779, pouco depois da guerra de independência dos Estados Unidos, Lord Sackville engendrou o plano de conquista do lago de Nicarágua, bem como de Granada e de León, cidades de Nicarágua, para dividir o império colonial espanhol na América em duas partes. Iniciou-se uma expedição chefiada pelo jovem capitão Nelson, que seria mais tarde o vencedor de Trafalgar. A expedição foi desastrosa. Dos 1.800 homens que a compunham, só regressaram uns 300 à Inglaterra.

No século XIX Francisco de Miranda e Humboldt pensaram na abertura de um canal através do istmo do Panamá. Goethe, com sua visão de gênio, declarou que os canais de Suez e Panamá seriam abertos um dia. Bolivar, em sua *"Carta a um Senhor da Jamaica",* de 1815, já havia pensado na abertura de um canal do Panamá; e na Conferência ou Congresso do Panamá, iniciado em 22 de junho de 1826, discutiu o canal interoceânico.

Em 1846 Benjamim Bidlack, ministro dos Estados Unidos em Santa Fé de Bogotá, assinou com Manuél Maria Mallarino, ministro das Relações Exteriores de Nova Granada (hoje Colômbia), o tratado prevendo a construção do canal de Panamá. O Presidente Polk apresentou o referido tratado ao Congresso norte-americano, declarando que o Panamá constituía o caminho mais curto entre os dois oceanos. O tratado levou muito tempo

a ser ratificado pelos Estados Unidos, o que levou o Presidente de Nova Granada, General Mosquera, a despachar a Washington como ministro o ex-presidente Pedro Alcântara Herrán, que logrou assistir à ratificação do tratado em 3 de julho de 1848. Mais tarde Nova Granada, denunciará o tratado. Contudo, começará a pesar sobre a vida de Nova Granada uma idéia explosiva. André Siegfried, no seu livro *"Suez, Panamá et les routes maritimes mondiales"* (Paris 1940), repetiu conceitos de Hamilton Fish, Secretário de Estado do Presidente Grant, dirigidos em 1869 ao ministro norte-americano em Bogotá: "O Presidente não está disposto a se comprometer numa participação, em comum com outras potências, para a realização de um canal, porquanto ele considera o empreendimento a ser realizado como devendo ser um empreendimento americano, ficando bem entendido que os benefícios da obra aproveitarão ao mundo inteiro".

Em 1876, em conseqüência de uma concessão colombiana feita ao Capitão de Marinha Bonaparte Wyse (neto de Luciano Bonaparte, irmão de Napoleão) e ao General italiano Tur, fundou-se a "Sociedade Civil internacional do canal interoceânico de Dariém", sob a direção de Ferdinand de Lesseps, o já famoso construtor do canal de Suez.

A evolução financeira do empreendimento de Lesseps apresentou quatro períodos: o do financiamento normal (1880-1885), o das dificuldades (1885-1887), o da crise (1887-1888) e o da *débacle* (1888-1889).

Depois virá o Tratado Hay-Herrán, assinado em Washington em 22 de janeiro de 1903, pelo qual a nova companhia, que sucedera a Lesseps, transferirá aos Estados Unidos todos os seus direitos, privilégios, bens e concessões, assim como a Panamá Railroad. Mas, em Bogotá, o Senado Colombiano por unanimidade, rejeitou o tratado. Já andava no ar a idéia de uma revolução na província colombiana de Panamá. Então o Presidente Theodore Roosevelt reagiu. Toda a gente conhece o que aconteceu.

O ponto de fricção entre os governos de Washington e de Panamá resultou dos motins de 1964 ocorridos na Zona do Canal. A respeito do assunto, existe um livro altamente interessante de Immanuel J. Klette, intitulado *"From Atlantic to Pacific / A new interocean canal"*, de 1967, edição do Council on Foreign Relations com a editora Harper and Row de Nova York. Na revista *"International Affairs"*, de Londres, número referente a abril de 1969, Mercer D. Tate e Edward A. Hallen, professores universitários norte-americanos, escreveram um interessante trabalho sobre *"The proposed new treaties for the Panama Canal"*.

O tratado de 1903 estabeleceu no seu artigo XVIII que o canal e suas entradas seriam neutros à perpetuidade. A zona do Canal seria de cinco milhas de cada lado. O Panamá recebeu então 10.000.000 de dólares e uma anuidade de 250.000 dólares. Esta anuidade foi aumentada para 430.000 em 1936, e a partir de 1955 para 1.930.000 dólares. Em 1966 a renda bruta da Panamá Canal Company foi de 82.300.000 dólares, igual, se não superior à receita global da República do Panamá.

Depois dos motins de janeiro de 1964, sem dúvida influenciados pelo exemplo de Nasser em relação à Companhia do Canal de Suez, o Presidente Johnson divulgou que concordara em negociações tendentes a modificar o tratado de 1903 (o Tratado Hay-Bunau Varilla, negociado com o Panamá, que não deve ser confundido com o tratado celebrado no mesmo ano com a Colômbia); que se fariam estudos para a abertura de um novo canal, no nível do oceano (ou oceanos). Depois de muitas negociações, chegou-se aos três tratados propostos: (1) pelo chamado tratado básico, a cláusula da perpetuidade terminaria em 31 de dezembro de 1999. (2) pelo mesmo tratado, seria criada uma *agency* especial. Neste caso, três seriam as partes interessadas: os Estados Unidos, o Panamá e a *Joint Administration.* (3) Panamá e Estados Unidos assinariam o Tratado de Defesa da Base do Panamá. (4) Tratado novo estabeleceria as condições de construção, e escolheria o traçado do novo canal. Como afirmou Klette, no seu livro antes citado, a comissão especial, nomeada pelo Presidente Johnson, está fazendo os levantamentos dos seguintes traçados: Salinas-Greyton, na Nicarágua; Baía de Caledonia à Baía de San Miguel no Panamá; Uraba-Baía de Humboldt, através dos rios Atrato-Truandó, na Colômbia.

Em fevereiro de 1970 a Guiana (antiga Guiana Inglesa) proclamou-se "República cooperativa" (co-operative Republic) havendo o governo de Georgetown anunciado uma série de projetos para ativar o desenvolvimento do país. Na revista "The World Today", número correspondente a janeiro de 1971, editada pela Chatam House de Londres, Embert Hendrickson, estudando "As novas direções para a República da Guiana", disse o seguinte: "A estratégia global para tal desenvolvimento encontra-se freiada pelas questões de fronteiras não resolvidas com a Venezuela e o Suriname. Em fevereiro de 1966 uma Comissão mista foi estabelecida para resolver a controvérsia surgente da pretensão da Venezuela ao Essequibo. Se em fevereiro de 1970 a Comissão não lograsse êxito, os dois governos concordariam em resolver o pleito por um dos meios preconizados na Carta das Nações Unidas. No entanto, em junho de 1970, representantes das duas nações mais a Grã-Bretanha se reuniram em Trinidad, onde Venezuela se comprometeu a não levar por diante sua pretensão durante um período de doze anos e as partes interessadas concordaram em estabelecer uma comissão para cuidar de meios de evitar possíveis incidentes de fronteiras no futuro. Por causa da questão de fronteiras, a Guiana não obteve ingresso na Organização dos Estados Americanos. As divergências com o Suriname se prenderam à questão de se saber se o rio New ou o rio Courentyne representa a fronteira entre os dois países. Embora vários choques de fronteira nestes últimos anos tenham agravado o litígio, as discussões amistosas mantidas em junho e novembro de 1970 entre os Primeiros Ministros de ambos os países podem proporcionar o clima necessário a um entendimento".

A chamada questão da Guiana Essequiba apresenta uma série de precedentes históricos que devem ser relembrados para perfeito entendimento do assunto. Vejamos, pois: em 1876 apareceu a primeira manifestação de interesse por parte dos Estados Unidos pelo litígio Venezuela-Inglaterra, por causa das implicações do assunto com a Doutrina de Monroe. Em fins de 1895, Grover Cleveland, Presidente dos Estados Unidos, resolveu assumir uma atitude de intervenção no assunto, entendendo que o governo de Londres deveria aceitar uma solução para o litígio. Lord Salisbury, ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, diante da linguagem de Grover Cleveland, procedeu com muita habilidade sempre pensando no melhor entendimento entre os dois países, e por isso aceitou a idéia da solução arbitral. Em fevereiro de 1897 foi assinado o Tratado de arbitramento entre a Inglaterra e a Venezuela. A seguir, constitui-se o Tribunal arbitral, que teve sua sede em Paris. Em 3 de outubro de 1899 divulgou-se a Sentença arbitral.

Consoante os termos da Sentença, a maior parte da área em controvérsia foi atribuída à Inglaterra. Ainda assim, a Venezuela recebeu parte substancial da referida área, ficando senhora de todo o delta do Orinoco, posto houvesse pleiteado nas sessões do Tribunal arbitral que o limite extremo de Leste devesse ser o rio Moruca, o que implicaria num avanço sobre a zona costeira de uns 120 kms.

Em 1900 foi criada uma Comissão Mista da fronteira anglo-venezuelana para proceder à demarcação, efetivando-se esta demarcação de acordo com o Laudo arbitral. A demarcação foi mais tarde aprovada pelo Governo venezuelano.

Em 1944, um dos advogados norte-americanos que atuara como conselheiro da Venezuela no Tribunal arbitral, Severo Mallet-Prevost, redigiu um documento para só ser publicado depois de sua morte, ocorrida em 1949. Este documento foi estampado na íntegra no "The American Journal of International Law", 1949, vol. 43, às págs. 528 a 530. Ademais, Mallet-Prevost fora secretário da Comissão nomeada pelo Congresso dos Estados Unidos da América para estudar a questão de limites entre a Venezuela e a Inglaterra, como assinalou Falcón Briceño, Ministro das Relações Exteriores do Governo de Caracas, em sua intervenção na Organização das Nações Unidas por ocasião da discussão do Item 88, na XVII Sessão da Assembléia Geral da ONU, em 12 de novembro de 1962. O documento de Mallet-Prevost encontra-se reproduzido na íntegra, em texto espanhol, no livro recente de Nicolás Perasso, *"Fronteiras de Venezuela"*, às págs. 49 à 52 (Caracas 1966). Mallet-Prevost concluiu dizendo neste documento: "A decisão do Tribunal foi, em conseqüência, unânime; mas, se é bem certo que deu à Venezuela o setor em litígio mais importante do ponto de vista estratégico, foi injusta para a Venezuela e a despojou de um território muito extenso e importante, sobre o qual a Grã-Bretanha não tinha, em minha opinião, a menor sombra de direito".

Na sessão de 19 de setembro de 1962 da XVII Assembléia Geral da ONU, o delegado venezuelano Sosa Rodriguez apresentou formalmente a inclusão do item, que tomou o número 88, pertinente ao reexame dos direitos e reivindicações da Venezuela a certa parte do território da Guiana inglesa. O representante inglês Sir Patrick Dean manifestou-se a princípio surpreso com a decisão da Venezuela, alegando que "o item proposto fora objeto de arbitragem sessenta anos antes". Mas, se o item fosse inserido na agenda, sua delegação se manifestaria sobre a substância do problema na ocasião oportuna. A inclusão do referido item foi aprovada. Na sessão de 1º de outubro de 1962, da Assembléia Geral da ONU, Falcón Briceño pronunciou longa intervenção a respeito do assunto da qual se extraem os seguintes conceitos:

> "Ao nos transformarmos em República independente, herdamos da Espanha todo o território que até 1810 constituía a Capitania Geral da Venezuela. Na Guiana este território era adjacente aos estabelecimentos holandeses do Essequibo. Pelo Tratado de Londres, de 13 de agosto de 1814, a Holanda cedeu aproximadamente 30.000 milhas quadradas desta colônia holandesa à Grã-Bretanha. Os territórios cedidos levam os nomes de Essequibo, Demerara e Berbice. Às custas da Venezuela e contrariamente a toda a legalidade, a colônia inglesa começou a expandir-se, e ricas áreas do nosso território foram incorporadas por uma poderosa Grã-Bretanha durante o período do imperialismo victoriano em tal ritmo que pelos meados do século passado as 20.000 milhas quadradas cresceram para 60.000 e, no final do século, se transformaram em pretensão de uma área de 109.000 milhas quadradas. Não houve como deter a Grã-Bretanha em suas ambições, e o território que ela desejava, deveria estender-se até a própria boca do Orenoco, um dos maiores rios da América do Sul e o mais importante da Venezuela. Nossos reiterados protestos junto à Grã-Bretanha a respeito da ocupação de território nosso não receberam resposta, e a Venezuela, fraca, posto apoiada num profundo sentimento de dignidade nacional, rompeu as relações diplomáticas com a Grã-Bretanha".

Na Organização das Nações Unidas, os representantes venezuelanos estabeleceram a reivindicação da chamada "Guiana Essequiba". Nos mapas modernos da Venezuela, como no ano de 1966, publicado pelo Ministério de Obras Públicas figura a área chamada "Guiana Essequiba", que representa quase metade da superfície total da Guiana. A área total da Guiana é de 231.700 km².

Em traços rápidos, essa é a situação atual do problema da chamada "Guiana Essequiba".

No século passado, num cenário seco, árido e triste, de repente se descobriu o *caliche* (nitrato de potássio ou salitre bruto) na região de

Antofagasta. Surgiram os salitreiros do Chile interessados em explorar as jazidas no território boliviano entre os paralelos de 19º e 24º. Mas, existia também o *guano* ou *huano* (acumulação de fosfato de cálcio proveniente de excrementos de aves marinhas). As *guaneras* de Mejillones eram riquíssimas. Estavam pois descobertos os melhores fertilizantes do mundo, dos quais tanto careciam os países europeus.

Por volta de 1855 ou talvez um pouco antes, o afluxo de aventureiros interessados no enriquecimento rápido e dispostos a vencer uma paisagem dura e gelada, cresceu muito. Dada a proximidade das bases donde partiam, a maior parte dos aventureiros era de origem chilena. O território boliviano sobre o Pacífico abrangia os seguintes portos: Camarones, Pisagua, El Alto, Iquique, Puerto Patillos, Rio Seco, Guanillo, Tocopilla, Mejillones e Antofagasta, portos ainda hoje desiguais na sua importância técnica ou econômica.

Organizaram-se importantes companhias salitreiras, chilenas, mas em sua maior parte baseadas sobre capitais ingleses. Os empreendedores chilenos utilizaram mão-de-obra chilena. Os chilenos iam devassando as lonjuras desse território e extraindo a riqueza do seu solo. O deserto de Atacama apresenta o Salar bem conhecido. Como acontece com gente aventureira não deixaram de surgir incidentes de origem fiscal entre os empesários chilenos e autoridades bolivianas de Mejillones, onde existia uma alfândega. Amiudando-se tais incidentes, Bolívia e Chile entraram num entendimento diplomático.

Contudo, o enriquecimento dos empresários chilenos se fazia a passo rápido. Nessa altura, talvez antes de 1866 organizou-se importante empresa chilena, a "Companhia de Salitres de Antofagasta", que incorporou ao seu patrimônio outras concessões feitas pelo governo boliviano no tempo do ditador Melgarejo a salitreiros chilenos. Essa empresa aplicou vultosos capitais na construção de armazéns, paióis, casario para operários, bem como na construção de uma estrada de ferro, que será a crisálida da ferrovia Antofagasta-Oururo-La Paz, verdadeira obra-prima de engenharia ferroviária, como obra-prima de engenharia ferroviária será o Transandino de Arica a La Paz. Em 1866 foi assinado o Tratado de Limites entre a Bolívia e o Chile.

Convém se abra espaço para um ato internacional que teve muita influência sobre os acontecimentos posteriores: em 6 de fevereiro de 1873 foi assinado em Lima entre o Peru e a Bolívia, um tratado de aliança defensiva, que poderia receber a adesão de outras nações sul-americanas, se as altas partes contratantes a solicitassem. Esse tratado de aliança defensiva foi assinado depois que a Bolívia e Chile pactuaram em 5 de dezembro de 1872 o Convênio Lindsay-Corral. Esse convênio prestou-se a controvérsias, sendo substituído pelo tratado de 1874, negociado pelo Encarregado de negócios do Chile, Carlos Walker Martinez, com Mario Baptista, Ministro das Relações Exteriores da Bolívia. Se o primeiro con-

vênio se prestou a controvérsias, o segundo não deixou de ser objeto de muitas críticas nos círculos políticos bolivianos. O tratado de 1874 suprimiu a chamada "la medianeira" (meação) e determinou que a Bolívia não poderia lançar gravames novos durante 25 anos sobre os capitais e indústrias de chilenos radicados na região. Os salitreiros chilenos gozariam de isenção de impostos para a exportação do salitre extraído do território situado entre os paralelos 23º a 25º, mas não poderiam ter os mesmos favores em relação ao *guano*. O tratado estabeleceu que, em última instância, depois de falhados todos os recursos de interpretação de seu texto em caso de divergências, as partes contratantes submeteriam o assunto à arbitragem do Imperador Dom Pedro II.

O diplomata e historiador boliviano Enrique Finot entendeu que, no Tratado de Limites de 1866 se encontra a "origem de la guerra del Pacifico". [2] No entender do historiador chileno Gonzalo Bulnes, [3] o Tratado de Aliança defensiva muito teria contribuído para alimentar fortes suspeitas na opinião pública e no governo chileno.

O salitre de Antofagasta, Salar del Carmen, Laguna, bem como as *guanera* de Mejillones e a prata de Caracoles continuavam a atrair gente de estranja, chilenos em sua maior parte; e a suscitar contratos e empréstimos com firmas como La Chambre & Cie., Concha y Toro, Arman & Cie., Lopes Gama (que se dizia sobrinho do Visconde de Maranguape), Milbourne Clark, Meiggs e outras empresas, todas empenhadas em lucros com o salitre, o bóraz e o guano da Costa do Pacífico.

Por causa do tratado de limites de 1866, o governo do Presidente Morales tomara a resolução de dar em 1871 a Rafael Bustillo uma importante missão a ser cumprida em Santiago: a missão de obter por parte do Chile o reconhecimento integral da soberania boliviana sobre o território Norte-Sul até ao paralelo de 24º, isto é, abaixo de Antofogasta. Diz o historiador boliviano Finot: "Chile tenía interventores em Mejillones e Antofagasta, lo que establecia una odiosa servidumbre." [4] Ambos os governos fariam um encontro de contas quanto a pagamentos de direitos de exportação por parte de empresas chilenas de minérios, em particular procedentes de Caracoles, com a finalidade de conciliar os interesses das partes interessadas numa área territorial muito delicada, tanto para bolivianos como para chilenos. Como relatou o historiador Finot, Bustillo foi informado que o Chile fizera uma proposta de compra do litoral ao general Morales, Presidente da República, e contra isso Bustillo protestou energicamente. Morales seria pouco depois assassinado no Palácio Quemado, em La Paz, por seu contra-parente o Tenente-Coronel Frederico Lafaye. É necessário esclarecer que, no tratado de 1874, negociado por Walker Martinez e assinado em Sucre, se fixou o limite oriental com o Chile pelos *divortia aquarum* da cordilheira dos Andes, mantendo-se a linha divisória na fronteira seca do paralelo 24º. Contudo, as relações entre os empresários chilenos e as autoridades bolivianas em Antofagasta e Mejillones

foram entrecortadas de incidentes que tiveram reflexos nas relações entre os governos de La Paz e Santiago.

O conflito armado, a chamada "Guerra do Pacífico", iniciou-se em 1879 com a tomada de Antofagasta e logo a seguir de Mejillones e Caracoles pelos chilenos. Na defesa de Calama, às margens do rio Lao, Eduardo Abaroa e seus homens morreram heroicamente. Em 27 de novembro de 1879 feriu-se na Batalha de Tarapacá, na qual os chilenos foram derrotados; mas, na batalha de Tacna (de 20 de maio de 1880) os chilenos derrotaram e dissolveram as forças peruano-bolivianas.

Em 1883 o Peru assinou o tratado de Andón, que determinou que Tacna-Arica seriam governadas pelo Chile durante dez anos, findos os quais se procederia a um plebiscito. Pelo tratado de Lima, de 3 de junho de 1929, depois do malogro da comissão presidida pelo general John Pershing, Chile e Peru resolveram o assunto, Tacna ficou com o Peru, e Arica com o Chile.

Pelo tratado de 20 de outubro de 1904, negociado pela missão de Felix Avelino Aramayo, a Bolívia renunciou ao litoral perdido na guerra de 1879, recebeu £300.000 lestinadas a garantias ferroviárias, obteve o reconhecimento da liberdade aduaneira e de trânsito, bem como a construção do ferrocarril de Arica a La Paz.

Seria pretender tapar o sol com a peneira se não se fizesse menção à campanha, iniciada na Bolívia, pelo partido MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) no sentido de conseguir uma saída ao Pacífico. Essa campanha apaixonou a opinião pública boliviana; mas até agora não teve caráter construtivo, porque só serviu para criar incompreensões nas relações entre a Bolívia e o Chile. [5]

A questão do rio Lauca, por exemplo, constituiu motivo de debate entre especialistas de Direito Internacional das Chancelarias de Santiago e de La Paz.

Que vem a ser o rio Lauca? O Lauca, "elevado por um *lapsus* à categoria de rio" [6], nasce perto da Ciénaga de Parinacota, bolsão de águas situada a 4.392 metros no altiplano chileno a 18º12' de latitude Sul e 69º18', de latitude Oeste. Para os chilenos, o rio Lauca, que é um rio interior, de 75 kms. de extensão, é afluente do Sajama, rio boliviano, que nasce nos nevados de Sajama e deságua no lago de Coipasa (também chamado Salar de Coipasa) a 3.760 metros de altura. Para os bolivianos, o rio Lauca é tudo isso: é o Lauca propriamente dito e mais o Sajama. Então, sob o ponto de vista geodésico, é fundamental a diferença de conceituação do rio Lauca para os chilenos, e para os bolivianos.

Assim que assumiu a Presidência da República, Pedro Aguirre Cerda foi em visita a Arica em junho de 1939. Durante sua visita, o estadista chileno anunciou o propósito do seu governo de realizar um plano de irrigação no vale de San José ou Azapa, no Departamento de Arica. Águas do rio Lauca ou da Ciénaga de Parinacota serim objeto de utilização por

meio da construção de uma queda d'água artificial em Cjapiquinã, situada na vertente ocidental da cordilheira central dos Andes. Ter-se-ia então uma usina hidrelétrica de 10.000 kws. de potência instalada. Essa energia permitiria dar força e luz ao trecho chileno do ferrocarril de Arica e La Paz, e facilitar outras melhorias.

Antes de seguir adiante, convém dar uma idéia geral do deserto de Atacama. Este deserto é morfologicamente constituído por uma série de depressões situadas entre o rio Lluta, ao Norte, que deságua perto de Arica, e o rio Loa, ao Sul, depressões essas que contêm bacias salgadas (ou salinas). Para Leste da chamada Cumieira Domeyco, verdadeiro divisor d'águas, encontra-se uma estrutura ainda mais abrupta com o Salar de Atacama, terra alta e desolada, e chamada *Puna* (palavra indígena que significa altiplano) de Atacama. A província chilena de Atacama, em sua maior parte constituída pelo deserto do mesmo nome, apresenta, no entanto, por um contraste muito curioso, os vales de Capiapó e Huasco, onde os chilenos conseguiram fazer prodígios de agricultura semelhantes aos do deserto de Neguev, em Israel. Por conseguinte, existe nessa região do Chile o problema da água, porque os rios que desaguam no Pacífico, como o Camarones, o Tiliviche e outros, são de pequeno cabedal d'água. Aliás, neste particular, existe um plano gigantesco, estudado no Chile para o aproveitamento das águas do lago Titicaca, através do rio Desaguadero e do seu afluente o Mauri, para irrigação e produção de energia hidrelétrica em benefício de toda a região árida do Norte do Chile. Evidentemente este plano só poderia ser executado, se tivesse contado com a anuência do Peru e da Bolívia. Por isso, a falta dessa concordância, o plano Salas Edwards se encontra no papel desde 1911.

Em 11 de julho de 1939, a Chancelaria boliviana apresentou as reservas do seu governo quanto ao *desvio* do rio Lauca, alegando que se tratava de um rio internacional e, como tal, condicionado a um regime peculiar e jurídico de direitos e obrigações a serem respeitados pelos Estados ribeirinhos. Aconteceu, porém, que as obras de aproveitamento de águas para a irrigação não representavam um *desvio* do rio Lauca. Essas obras seriam realizadas na Ciénaga de Parinacota. *Ciénaga,* na linguagem da Cordilheira dos Andes, é uma zona pantanosa, constituída por argila mole e úmida, mas contendo um bolsão d'água. É uma espécie de manancial.

Em 16 de setembro de 1939, Benjamin Cohen, Embaixador do Chile em La Paz, respondeu interlocutoriamente à nota da Chancelaria boliviana, dizendo estar à espera de informações do seu governo. Por nota de 10 de novembro de 1939, o embaixador Cohen respondeu que não se tratava de *desvio* do rio Lauca; mas, sim, de um possível aproveitamento das águas da parte superior do curso d'água, ou na *Ciénaga* de Parinacota, em território chileno, bem perto das cabeceiras do rio Lauca, ou na região da *Ciénaga* de Parinacota. Região muito naturalmente irrigada, vários

arroios fluem da cordilheira escarpada para o rio Lauca ou para outros pequenos ribeiros de curso mais ou menos regular.

Passaram-se oito anos sem que o governo boliviano houvesse voltado ao assunto. Nessa altura, o Departamento de Irrigação do Ministério das Obras Públicas do Chile aprovara o projeto, que erradamente foi denominado "Irrigação do Vale de Azapa. Desvio *(desviación)* do rio Lauca". Em 18 de maio de 1947 Ostria Gutérrez, Embaixador da Bolívia junto ao governo do Chile, repetiu as reservas de 1939. O governo do Presidente González Vilela propôs a criação de uma Comissão Mista, encarregada de estudar o projeto (ou projetos) chilenos em todas as suas minúcias. O Chanceler chileno Germán Vergara, em nota de 12 de março de 1948, dirigida ao embaixador da Bolívia em Santiago, disse o seguinte: "Mi Gobierno tiene entendido que esta Comissión Mixta presentará un informe de caracter meramente técnico a ambos Gobiernos y que su designación, que Chile ha acceptado como una demonstración de su deseo de amistosa cooperación con Bolívia, no significa un reconocimiento del caracter internacional del rio Lauca".

A Comissão Mista redigiu a ata de 5 de agosto de 1949 e se passaram 4 anos de silêncio sobre o assunto. Em maio de 1953 altos funcionários da Empresa Nacional de Eletricidade do Chile, percorreram o Departamento de Arica e chegaram à região do Lauca para estudar a instalação de uma central hidrelétrica que deveria fornecer luz e energia a essa região. Em 10 de dezembro de 1953 o Subsecretário de Relações Exteriores da Bolívia dirigiu nota ao Embaixador do Chile em La Paz para lhe dizer que a comunicação chilena de 3 de dezembro de 1949 não representava o "espírito e a letra dos convênios vigentes". Passaram-se mais quatro anos, até que em 24 de junho de 1958 o Embaixador boliviano Renán Castrillo voltou ao assunto para solicitar concretamente a nomeação de nova Comissão Mista. Em 28 de julho de 1960 o governo chileno comunicou ao Embaixador boliviano os nomes dos engenheiros que constituiriam a parte chilena da Comissão Mista. Os integrantes da Comissão Mista se reuniram em Arica, assinando uma ata, na qual ficou reconhecido que os requisitos técnicos da obra com suas modificações não alteravam o plano original. Parecia, pois, que a reunião da Comissão Mista em 1960 houvesse encerrado o assunto. Na Conferência de Chanceleres que em agosto de 1961 se realizou em Punta del Este, a delegação boliviana aproveitou o ensejo para aludir à revisão dos tratados e à aspiração de uma saída ao mar pelo litoral chileno. Em 31 de dezembro de 1961, Arze Quiroga, Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, referiu-se às obras unilateralmente construídas pelo Chile, sem haver este obtido o "legítimo e formal consentimento' da Bolívia. No dia 20 de novembro de 1961 realizou-se a primeira prova da abertura das comportas da represa de Parinacota. No dia 22 de novembro o Ministério das Relações Exteriores de La Paz entregou um memorandum a Manuel Trucco, Embaixador do Chile, no qual declarou

que seu país suspenderia importantes negociações entre os dois governos, caso o Chile não acomodasse sua atitude às soluções que o Direito Internacional oferece na matéria.

Em 5 de dezembro o Chanceler chileno Martinez Sotomayor respondeu que seu país era soberano para dispor das águas internacionais com a única limitação, a de não ocasionar prejuízos à Bolívia. No dia 30 de dezembro o Chanceler Arze Quiroga refutou a argumentação chilena, afirmando que as obras realizadas na *Ciénaga* de Parinacota desviavam o cabedal de águas das nascentes do Lauca para a bacia hidrográfica da Cordilheira da Costa. Esta cordilheira divide as águas da Bacia do Pacífico, das do Lago Titicaca (rio Desaguadero, Salar de Poopó e Lago Coipasa). No dia 17 de abril de 1961, Fellman Valarde, Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, levou o assunto à OEA, pedindo uma reunião de consulta dos Chanceleres americanos para tratarem do assunto Lauca. Simultaneamente o governo boliviano suspendeu suas relações com o governo chileno. Realmente, a OEA se reuniu, formulando os mais ardentes votos para que os governos da Bolívia e do Chile normalizassem o mais rápido possível suas relações diplomáticas. Esse foi o resultado da reunião de 24 de maio de 1961 do Conselho da OEA.

Durante sua visita oficial à Venezuela, o Presidente Paz Estenssoro assinou com o Presidente Rómulo Betancourt a Declaração de Maracay na qual se recomendou a celebração de um congresso boliviano, isto é, integrado pelos países que se tornaram independentes devido à ação de Bolivar: Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia, para se estudar o problema da mediterraneidade da Bolívia. Em setembro de 1962 foi publicado em La Paz o livro "Los derechos de Bolivia al mar. Antologia de juicios eminentes". Em novembro de 1962, Gonzalo Facio, Delegado da Costa Rica e então Presidente do Conselho da OEA, iniciou diligências de caráter pessoal para obter o reatamento das relações entre a Bolívia e o Chile, bem como uma solução direta do assunto do Lauca. A 4 de abril de 1963 o Ministério das Relações Exteriores de La Paz divulgou o documentário chamado "Rumbo al mar". O assunto Lauca ficou em aberto.

As ilhas Malvinas ou Falkland — afirmam sizudos historiadores —, descobertas na parte final do século XVI, só tiveram ocupação humana a partir de 1746, depois de visitadas pelo famoso navegante francês De Bougainville. De 1764 a 1770 franceses desceram nessas ilhas. Em 1770 a Espanha ocupou as ilhas formalmente. Em 1829 o governo de Buenos Aires enviou Louis Vernet para fundar uma colônia. Em 1833, a Inglaterra ocupou as ilhas.

As Malvinas (ou "Malouines", segundo os franceses) são, na realidade, duas ilhas, à volta dessas ilhas existem umas 200 ilhas ou ilhotas e tudo isso perfaz uma superfície de 4.618 milhas quadradas.

Alegando títulos coloniais, e como sucessora da Espanha, a Argentina levantou a questão das ilhas Malvinas. O historiador argentino Paul Groussac, que foi diretor da Biblioteca Nacional de Buenos Aires, homem de imenso saber histórico, redigiu um estudo altamente interessante para amparar essa causa. No passado, o governo argentino, em repetidas comunicações oficiais ao governo inglês, refrescou o seu título à posse dessas ilhas, baseando-se em títulos coloniais e na sucessão histórica quanto à Espanha. Ultimamente, porém, várias manifestações ocorridas na Argentina demonstraram haver-se o assunto passionalizado. Em janeiro de 1966 foi criado o Instituto y Museo Nacional de las Islas Malvinas y Adjacências. Em fevereiro de 1966 foi criada a Junta de Recuperación de las Malvinas. Em 28 de setembro de 1966 um grupo de 20 jovens, pertencentes ao Movimento Nueva Argentina, realizaram a Operación Condor de descida nas Malvinas. A Argentina levou o assunto à ONU em 1965 (resolução 2065).

O "Times", de 14 de janeiro de 1966, noticiou que 2.000 e poucos habitantes das Malvinas não queriam tornar-se argentinos; queriam continuar ingleses.

O mesmo jornal em sua edição de 14 de março de 1968, noticiou o seguinte, que deixaremos em inglês para não perder o seu sabor levemente humorístico: "Lord Canesford asked: "What right, if any, has the United Nations to interfere with our sovereignty over the Falkland Islands?' Lord Chalfons replied: "The very fact of membership of the United Nations implies that countries that belong to it derrogate a certain amount of sovereignty to it". Later he said his remark was "philosophical". [7]

Mui recentemente, a Marinha uruguaia deteve o barco "Mykinai", de bandeira grega, por estar pescando a 75 milhas da Costa Uruguaia e a 170 milhas da costa argentina. O governo argentino protestou contra o apresamento do pesqueiro grego, porquanto considerou suas as águas nas quais se encontrava o navio. O Uruguai reafirmou seus direitos sobre as águas em questão.

Este episódio vem demonstrar a diferença de critério, bem como o desentendimento doutrinário que existem entre o Uruguai e a Argentina quanto à delimitação das águas do estuário da Prata, que alguns pretendem considerar um "mar interior". O critério uruguaio tem sido o critério da linha mediana, como divisora das águas do estuário. O critério argentino defende a tese do talvégue, porque o canal de maior profundidade, utilizado pelos navios mercantes de todas as bandeiras, se encontra próximo da costa uruguaia.

Em matéria de limites, até agora só se estabeleceu a delimitação nas águas do rio Uruguai até à desembocadura deste rio no estuário do Prata. É o tratado de 1966. Quanto ao estuário do Prata, separado das águas do

Oceano Atlântico por uma linha traçada da altura de Punta del Este até à Punta Norte acima do Cabo de San Antonio, como fazem muitos geógrafos. Os dois países até agora não se entenderam, de maneira que o Uruguai continua a defender a linha mediana como a divisora, e a Argentina pleiteia o talvégue, isto é, o canal de maior profundidade, como delimitador de soberanias.

A concepção usual ou clássica de um rio internacional consiste no seguinte: é o curso d'água que, em sua parte naturalmente navegável, atravessa ou separa dois ou mais Estados. Definição adotada pelo Instituto de Direito Internacional, em sua sessão de Paris, realizada em 1934.

Noutros tempos, o requisito básico de um rio internacional era a sua navegação, como instrumento de aproximação de povos ou de estabelecimento de relações comerciais. No século passado, o Brasil teve de empenhar-se num verdadeiro duelo diplomático com os Estados Unidos, que desejavam obter para si prioritariamente a abertura do rio Amazonas. Hoje, os rios internacionais representam muito mais que a simples navegação. Existe a utilização industrial desses rios, tanto como aproveitamento de potencial energético, tanto como grandes obras de irrigação. Então, a conceituação do rio internacional muda de figura, ou melhor, se alarga. Tomemos, por exemplo, a definição de Sauser-Hall [8]; Rio internacional é o curso d'água contíguo ou limítrofe, que serve diretamente de fronteira entre dois Estados e, o curso d'água sucessivo que transpõe transversalmente as fronteiras de vários Estados, sem distinguir se é ou não navegável.

O aproveitamento hidrelétrico do rio Douro, na fronteira luso-espanhola levou Portugal e Espanha à celebração de notável acordo — obra prima de técnica de engenharia, sem dúvida —, no qual pela primeira vez apareceu o conceito de *limite altimétrico* na formalística dos tratados internacionais.

A América do Sul apresenta três grandes bacias, perfeitamente individuadas: a Bacia Amazônica; a Bacia Platina; e a Bacia do Orenoco. Ultimamente vem-se falando na possibilidade da utilização industrial do canal natural de Cassiquiares, que liga o rio Orenoco ao rio Negro, afluente amazônico.

O Brasil é o maior condômino da Bacia Amazônica. Esta bacia tem 5.800.000 km², dos quais 4.800.000 fazem parte do território brasileiro. O rio Amazonas tem 5.193 kms de extensão. Dois terços do percurso total do rio se fazem através de território brasileiro.

Como dissemos em outra oportunidade [9], "no século passado, as fronteiras na Amazônia eram *estáticas*. Só o rio era *dinâmico*". Neste século vem-se processando uma verdadeira marcha em direção ao "coração verde" da Amazônia. É a construção da Transamazônica. É a marcha penetratória de Villavicêncio aos Lhanos orientais, na Colômbia. É o plano Ba-

launde Terry de construção da "rodovia marginal da selva", com a integração da Amazônia peruana à totalização nacional. É a articulação, a soldagem, digamos assim, do Altiplano com o Oriente boliviano (o Oriente boliviano é partícipe da Bacia Amazônica, como da Bacia Platina).

Também em relação à Bacia Platina, o Brasil é o seu maior condômino. Os grandes rios formadores da Bacia nascem no Brasil. O rio Paraguai, por exemplo, tem 2.400 kms de extensão. Desse total, 1.400 kms. são em território brasileiro. O rio Tieté, da Bacia Platina, nasce a 13 kms de distância da cidade de Santos. Na parte brasileira da Bacia Platina vivem mais de 30 milhões de habitantes. Um *grande Ruhr* surgirá à volta de Urubupungá. Este complexo terá potencial instalado de 4.600.000 kws. Ademais, a zona de Urubupungá se transformará em importante nó de comunicações fluviais, rodoviárias e ferroviárias. Ponderável será o crescimento da região. Motivo, pois, e movimento fundamental para os planos brasileiros de aproveitamento hidrelétrico da Bacia Paraná-Paraguai-Uruguai, bacia que representa o *grande ecúmeno nacional,* como se diz em Geopolítica, do Brasil. O Brasil tecnifica o aproveitamento dos seus recursos hidráulicos. A "fome de eletricidade" obriga o Brasil à realização de um gigantesco programa de construção de barragens. É programa que não pode sofrer retardos e que tem de ser levado por diante com grande entusiasmo. Uma das partes do contexto desse programa será o Salto Grande das Sete Quedas. A Ata das Cataratas, assinada em Foz do Iguaçu, em 22 de junho de 1966, determinou que a energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do rio Paraná, desde e inclusive o Salto Grande das Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a foz do rio Iguaçu, será *dividida em partes iguais entre os dois países. Sendo ribeirinho de montante,* o Brasil não tem o menor interesse em modificar o curso do rio ou modificar-lhe a descarga do cabedal de águas. Pela Declaração de Assunção, assinada em 3 de junho de 1961, o Brasil, representado pelo Chanceler Mario Gibson Barboza, se comprometeu a evitar alterações sensíveis no curso dos rios internacionais, quando houvesse aproveitamento das suas águas. A resolução 25 da Declaração de Assunção diz o seguinte: "Nos rios internacionais de curso sucessivo, não sendo a soberania compartida, cada Estado pode aproveitar as águas em razão das suas necessidades, sempre que não cause prejuízo sensível a outro Estado da Bacia". É preciso assinalar que esse documento foi aprovado por unanimidade, e contou com a assinatura de José Maria de Pablo Pardo, então Ministro das Relações Exteriores da Argentina. E convém também assinalar que a Argentina está interessada na construção da represa e da usina de Yaciretá-Apipé, a uns 300 kms. ao sul do Salto Grande das Sete Quedas, entre as ilhas de Yaciretá e Apipé; para ter um total de 2.700.000 kws de potência instalada. Esta represa ficará por um preço total superior a 1 bilhão de dólares (ou mais de 6 bilhões de cruzeiros).

É altamente curioso o interesse pelo aproveitamento dos recursos energéticos do rio Paraná. Dentro de poucos anos, o rio Paraná adquirirá

a fisionomia de um Mississipi, região rumorejante de usinas gigantescas, de portos fluviais em azáfama crescente, e do fluxo de correntes migratórias que para lá se dirigirão à busca de uma nova Terra da Promissão. Então, à medida que se dilatarem as exigências de energia, a região imensa poderá contar com Urubupungá, Salto Grande das Sete Quedas e Yaciretá-Apipé. Poderá haver mesmo espaço para novos empreendimentos.

Para uma diplomacia aguda e inteligente não existem problemas que não possam ter solução. E neste assunto de rios internacionais na América do Sul tem-se feito alguma confusão, que é preciso deslindar. Mas sempre tendo presente a proposição de Spinoza, que é admirável: "O homem livre jamais procede como enganador, mas sempre de boa-fé", o que no latim do extraordinário filósofo da *"Ética"* é o seguinte: "Homo liber nunquam dolo malo, sed semper cum fide agit".

NOTAS

1 Foreign Affairs, janeiro de 1966.

2 Ver *"Nueva Historia de Bolivia"*, pág. 275, Buenos Aires, 1946.

3 Autor de *"La Guerra del Pacifico"* (Valparaiso, 1912) e de *"Causas de la Guerra entre Chile y el Peru"* (Santiago, 1919).

4 *Ibidem*, pág. 291.

5 A respeito das relações entre o Chile e a Bolívia, convém seja lido o trabalho de Jaime Eyzaguirre, *"Chile y Bolivia/Esquema de un Proceso Diplomático"* (Santiago, 1963).

6 *"La cuestión del Lauca"*, Santiago, 1964.

7 *"International Affairs"*, Londres, julho de 1968, onde se encontra um artigo de J. C. Metford intitulado "Falklands or Malvinas? The background to the dispute".

8 *"L'utilization industrielle des fleuves internationaux"*, que se encontra no "Recueil des Cours" da Academia de Haia, tomo 83, ano 1953, pág. 481.

9 *"Um grande desafio diplomático no século passado"*, ed. Conselho Federal de Cultura, Rio, 1971.

ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Glycon de Paiva

Pode-se perguntar em que medida quantitativa o Brasil é subdesenvolvido e quanto ainda falta para alcançarmos situação de país desenvolvido.

É habitualmente estimada essa medida, apesar das imperfeições próprias, pelo instrumento do ingresso anual *per capita*, isto é, o quociente do produto nacional bruto pela população.

O início de contagem desse índice é *zero*, isto é, um ingresso anual nulo, indicação portanto de inexistência de economia monetária para o meio em que viveria esse habitante de ingresso nulo. A partir de *zero* todas as cifras são positivas, desenvolvido ou não o país ao qual refere-se o índice.

Buscou-se neste trabalho plantar a origem da contagem para a medida do estado de desenvolvimento, na própria fronteira convencional entre subdesenvolvimento e desenvolvimento. As cifras indicadoras serão assim positivas para os estágios de desenvolvimento; negativas para os de subdesenvolvimento, e nula para os países que ocupam a fronteira entre eles. Os resultados podem ser traduzidos em gráfico capaz de suprir perspectiva mundial quantitativa da relatividade do desenvolvimento entre os países e nele situar o caso brasileiro assim visualizado.

O *Population Reference Bureau Inc.*, publicou recentemente um *Quadro Demográfico Mundial para 1971*. Trata-se de uma lista de países, com os respectivos dados demográficos e econômicos essenciais, inclusive o Produto Nacional Bruto de cada um deles.

Para construir um gráfico, deparamos com a necessidade de precisar a linha de separação entre subdesenvolvimento e desenvolvimento. Os economistas de dez anos atrás situavam essa fronteira ao nível de 400 dólares de renda *per capita*. Ultimamente o limite tem sido colocado em níveis mais altos, chegando alguns até 700 dólares.

Distribuindo o Produto Mundial (2.305 bilhões de dólares) pela população do Mundo (3.560 milhões de habitantes) e considerando essa média de renda como limite entre subdesenvolvimento e desenvolvimento, obtêm-se 650 dólares, o que se tomou como correspondente a origem do desenvolvimento I = O.

Cumpre ainda imaginar um *índice de desenvolvimento*, isto é, um indicador da posição relativa de um país em relação aos outros, quanto ao estágio de desenvolvimento. É fácil conceber uma fórmula expressiva que dê índices com o sinal (+) para o Mundo Desenvolvido, isto é, para países de renda superior a 650 dólares, e índices com o sinal (−) para aqueles com renda inferior a 650 dólares, como abaixo:

$$I = \left(\frac{R}{650} - 1\right) 100$$

Sendo *I* o índice e R a renda *per capita* do habitante do país considerado.

A expressão acima abarca todas as possibilidades. O menor índice *I* possível seria (− 100), máxima situação de subdesenvolvimento que ocorreria em país desprovido de economia monetária, isto é, cuja renda R do habitante fosse igual a zero.

Naturalmente e por definição para R = 650, verifica-se I = O, a fronteira entre as duas situações. Assim, entre 0 e (− 100) situam-se os 103 países subdesenvolvidos.

Quando R é maior que 650, I será positivo. Entre esses, o maior índice conhecido é o dos EE.UU. I = (+ 503).

Abaixo de uma linha horizontal como eixo, representam-se os montantes populacionais; acima, os Produtos Nacionais.

De outro lado, quando se classificam os 142 países do Mundo por níveis de renda R, verifica-se a aglomeração deles em unidades ou blocos do mesmo nível de renda aproximadamente. Assim, para não complicar o gráfico, os *índices de desenvolvimento I*, em vez de *países, limitam-se* a blocos de países com a mesma renda média R. Selecionaram-se sob esse critério, quatro blocos entre países subdesenvolvidos e quatro entre desenvolvidos.

A lista abaixo resume os característicos dos oito blocos oferecidos pela inspeção do gráfico:

a) Um grande *Bloco Asiático e Africano* de máximo subdesenvolvimento com 49 países, índices de desenvolvimento (− 85) entre os quais China, Índia, Paquistão, Indonésia, Nigéria, Etiópia;

b) Um pequeno *Bloco Africano, Asiático, Centro Americano* de 23 países com índices de desenvolvimento (− 67);

c) Um pequeno *Bloco Latino-Americano* e *Oriental Próximo* com 20 países com índice de desenvolvimento (− 45) compreendendo principalmente: Colômbia, Cuba, Peru, Turquia, Irã e alguns outros países;

d) Um *Bloco de Transição* com 11 países com I (− 20), próximo portanto da fronteira onde se cruza para o Mundo Desenvolvido. Compreende Brasil, Chile, México, Iugoslávia, Portugal, Líbano, Panamá, Uruguai, Costa Rica, Albânia e Malta.

No que concerne ao *Mundo Desenvolvido*, os quatro blocos respectivos distribuem-se assim:

e) Um *bloco de 13 países* com índice I = (+ 18) compreendendo entre outros, Hungria, Romênia, Bulgária, Espanha, Grécia, Argentina, Venezuela, Chipre, Hong-Kong, África do Sul;

f) O *Bloco Soviético-Japonês* com 9 países, I = (+ 78) abrangendo a Rússia, Itália, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Áustria, Japão, Israel, Porto Rico e Líbia;

g) O *Bloco Europeu Ocidental* e *Canadense* com 15 países, abrangendo a França, Alemanha, Inglaterra, Holanda, Suíça, Austrália, Nova Zelândia e Canadá, I = (+ 210);

h) Finalmente, a grande distância desses blocos, o *Bloco Americano* com I = (+ 503) compreendendo 6% da população do Mundo que utiliza a terça parte dos recursos naturais anualmente lavrados na Terra.

Para continuar explicando o gráfico convém observá-lo no Bloco (a) onde se encontram China, Índia, Paquistão, Indonésia, Nigéria, Etiópia. Na parte do gráfico representativa da população desse bloco distinguiu-se uma zona sombreada e outra em branco. A sombreada proporcionalmente representa o montante máximo de população possível do Bloco (a) capaz de atribuir-lhe o índice I = 0, em vez do índice I = (— 85) que de fato registra.

Representa pois a zona em branco da coluna o respectivo *excesso populacional sobre desenvolvimento*, no caso de 1.785.000 pessoas, 85% da população do Bloco. Naturalmente, no processo de desenvolvimento esse excesso populacional cumpre absorvido pela economia e mantido por métodos de regulação de nascimentos para que seja possível o deslocamento do Bloco (a) para a posição I = 0 pelo menos.

No *Bloco Transição* no qual se inclui o Brasil com índice I = (— 20), vê-se que o excesso populacional sobre desenvolvimento é fração reduzida da população total do bloco, não 85% como anteriormente, mas apenas 15%.

Já nos países desenvolvidos, e por definição, não existe excesso populacional em relação a economia. São justamente desenvolvidos porque há produção econômica suficiente para manter o nível R de renda acima de 650 dólares para as respectivas populações e mantê-lo apesar do crescimento deles, sempre prudente aliás.

Curiosamente as populações que nessa situação se encontram são justamente as que, há mais tempo, praticam de modo regular, mediante processos mais ou menos eficientes, a regulação de nascimentos. No con-

junto o crescimento demográfico do Mundo Desenvolvido é inferior a 1%. Suas políticas populacionais se orientam para o casal com dois filhos apenas, isto é, crescimento demográfico nulo. Em resumo, divide-se assim o Mundo:

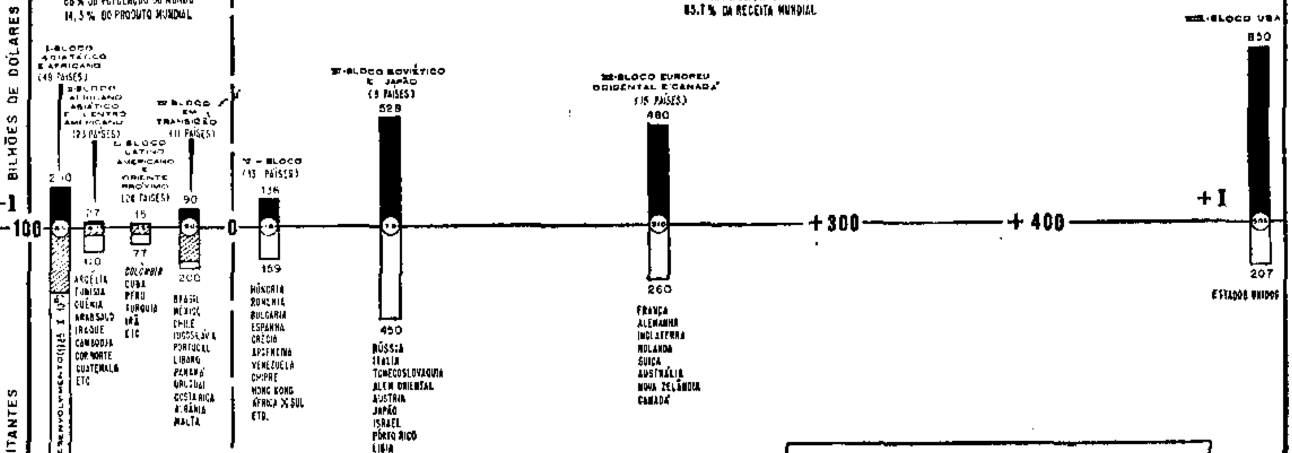
A) Subdesenvolvidos ou *Terceiro Mundo*	(103 países; 68% da população (mundial; 14,3% do Produto (Mundial Bruto por ano.
B) *Mundo Desenvolvido*	(39 países; 32% da população do (Mundo e 85,7% da Receita (Mundial por ano.

E a razão essencial da subdivisão é o porte maior ou menor da taxa de natalidade, uma vez que a mortalidade é igualmente bem controlada por toda parte, independentemente do estágio de desenvolvimento. Isto é, nos dias que correm a mortalidade é neutra em relação a desenvolvimento porque, e por toda parte, é de fácil controle.

Sugestão despertada pelo Gráfico

Essa forma de representação dos estágios de desenvolvimento tem a vantagem de suprir um ponto de vista privilegiado sobre a problemática mundial no que for ligada ao binômio *População — Economia.* As observações seguintes são meros *flashes* que decorrem da observação atenta da perspectiva oferecida pelo Gráfico:

a) É gritante a extrema disparidade entre montante populacional e faturamento anual no caso do *Bloco Asiático Africano,* integrado por 49 países, dos quais China, Índia, Paquistão, Indonésia, Nigéria e Etiópia constituem o núcleo do Bloco.
   Quatro desses países são dos mais populosos da Terra e três deles, dos mais antigos. De fato, a China faz economia a 4.500 anos e a Índia a 3.000 anos. *Fica evidente pois que passar do tempo não é solução para subdesenvolvimento.* Não tratado a tempo, isto é, antes que a população atinja montantes impeditivos de desenvolvimento significativo, o *subdesenvolvimento torna-se crônico e insanável.*
   Esse *Bloco Asiático-Africano* com 2,1 bilhões de pessoas compreende 58% da população do Mundo. Vive essa enorme fração da humanidade no estado de desenvolvimento igual a (— 85), não longe portanto da miséria monetária absoluta (— 100).
   Praticam-se aí esforços importantes de regulação concepcional, principalmente na China Continental, conforme depoimentos recentes dos jornalistas que acompanharam a visita do Presidente Nixon a Pequim.
   Como se vê do gráfico, há 1,8 bilhões de pessoas que nesse *Bloco* constituem *excesso populacional sobre o desenvolvimento,* e que às populações do Bloco impedem-lhes ocupar o ponto *zero* da escala de país desenvolvido.



TERCEIRO MUNDO
103 PAÍSES
68% DA POPULAÇÃO DO MUNDO
14,5% DO PRODUTO MUNDIAL
MUNDO DESENVOLVIDO
39 PAÍSES
32% DA POPULAÇÃO DO MUNDO
85,7% DA RECEITA MUNDIAL
BILHÕES DE DÓLARES
MILHÕES DE HABITANTES
-1
-100
0
+300
+400
+I
210
2100
CHINA, INDIA
PAQUISTÃO
INDONÉSIA
NIGÉRIA, ETIÓPIA
EXCESSO POPULACIONAL SÔBRE DESENVOLVIMENTO
ARGÉLIA
TUNÍSIA
QUÊNIA
IRAQUE
CAMBODJA
COR NORTE
GUATEMALA
ETC
15
77
COLÔMBIA
CUBA
PERU
TURQUIA
IRÃ
ETC
90
200
BRASIL
MÉXICO
CHILE
IUGOSLÁVIA
PORTUGAL
LÍBANO
PANAMÁ
URUGUAI
COSTA RICA
ALBÂNIA
MALTA
(13 PAÍSES)
159
HUNGRIA
ROMÊNIA
BULGÁRIA
ESPANHA
GRÉCIA
ARGENTINA
VENEZUELA
CHIPRE
HONG KONG
ÁFRICA DO SUL
ETC.
E JAPÃO
(9 PAÍSES)
528
450
RÚSSIA
ITÁLIA
TCHECOSLOVÁQUIA
ALEM ORIENTAL
ÁUSTRIA
JAPÃO
ISRAEL
PÔRTO RICO
LÍBIA
OCIDENTAL E CANADÁ
(15 PAÍSES)
480
260
FRANÇA
ALEMANHA
INGLATERRA
HOLANDA
SUIÇA
AUSTRÁLIA
NOVA ZELÂNDIA
CANADÁ
850
207
ESTADOS UNIDOS
OBSERVAÇÃO:
1- ORIGEM ZERO DA ESCALA DOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO: RENDA MUNDIAL / POPULAÇÃO MUNDIAL = 650 DÓLARES
2- ÍNDICES I DE DESENVOLVIMENTO PELA FORMULA:
I = (R/650 - 1) x 100, AO LONGO DO EIXO -I, +I
POPULAÇÃO
E
DESENVOLVIMENTO
GLYCON DE PAIVA
1971
2487 MILHÕES DE HABIT.
336 BILHÕES DE DÓLARES DE RENDA
RENDA MÉDIA PER CAPITA 137 US$
1073 MILHÕES DE HABIT.
1994 BILHÕES DE DÓLARES DE RENDA
RENDA MÉDIA PER CAPITA 1870 US$

Em face da rigorosa disciplina com que se pratica hoje o planejamento familiar na China, sob o império da mística de Mao-Tse-Tung e da vigilância do Estado é talvez possível que biologicamente se escoe esse excesso populacional em duas ou três gerações e se desenhe melhor acomodação entre recursos naturais e recursos humanos nesse futuro;

b) Chama ainda a atenção o *Bloco* denominado de *Transição*. Compõe-se de 11 países dos quais quatro europeus e um asiático (Líbano); os restantes, latino-americanos, entre os quais o Brasil. É o menos subdesenvolvido entre esses.

O volume populacional do *Bloco em Transição* é apenas 15% superior ao que teria o Bloco, como um todo, cruzasse ele agora a fronteira entre subdesenvolvimento e desenvolvimento, isto é, tivesse como índice I = 0 (zero) que em vez de I = (— 20). É provável que o cruzamento ocorra nesta década.

c) Entre os blocos citados figuram dois pequenos blocos: um *Africano asiático-centro-americano* com 23 países de pequena população: Argélia, Iraque, Camboja, Guatemala etc.; outro com 20 países de população média como Colômbia, Cuba, Turquia, Irã, etc. Situam-se mais longe das possibilidades de cruzamento da fronteira para o desenvolvimento por dois motivos principais:

i) vínculos culturais desfavoráveis sob os quais vivem decorrentes de atitudes próprias da cultura oriental ou da cultura indígena andina;

ii) taxas de natalidade muito altas e atitude negativa quanto ao planejamento familiar pelo favor do complexo de *machismo* (América Espanhola).

d) *O Mundo Desenvolvido com um bilhão de pessoas com renda média per capita* de 1.870 US$, subdivide-se em quatro blocos em estágios de desenvolvimento muito diferentes. Há índices de desenvolvimento (+ 18) e tão altos quantos (+ 503).

O índice (+ 18) refere-se a um bloco heterogêneo com 31 países que cruzaram a fronteira entre subdesenvolvimento e desenvolvimento nos últimos dez anos; abrangendo alguns países socialistas; dois países sul-americanos; e alguns velhos países mediterrâneos de origem greco-romana.

Já o índice (+ 503) só é ocupado pelos EE.UU. Esse país com 6% apenas da população mundial dispende 35% dos recursos naturais do Mundo, os próprios e os de terceiros, anualmente lavrados.

Essa observação é importante porque *deixa clara a suspeita de que não haverá disponibilidade de recursos naturais para permitir, às restantes nações populosas, conseguir o estágio extremo de desenvolvimento atingido pelos EE.UU.* Não só pela ausência de volume de recursos naturais, como pelo fato de sua exaustão rápida e pelo alto efeito poluidor do consumo intenso desses recursos, principalmente combustíveis minerais, que rapidamente arruinam o meio ambiental;

e) Um meio-termo razoável oferece o denominado *Bloco Europeu Ocidental* com 15 países. É essencialmente constituído pela França, Alemanha, Inglaterra, Holanda, Suíça, alguns países de população mais reduzida da Oceânia (Austrália, Nova Zelândia) ou da América (Canadá). O índice do Bloco é I = (+ 210) e renda média *per capita* R = 1.650 US$. Os países europeus do Bloco vivem sob taxas modestas de crescimento populacional (0,5%) e de desenvolvimento econômico (4,5%).

Acham-se em processo de recuperação ecológica intensiva e calculada e de melhoria rápida do meio ambiente. Buscam o estágio de sociedades post-industriais, preocupados com produção de serviços (bancos, seguros, turismo, educação, artes, lazer, etc.), do que essencialmente com produção de bens de consumo. Orientam-se para produtos que se fundam em inovações tecnológicas.

f) Com índice I = (+ 78) surge o *Bloco Soviético-Japonês,* incluindo subsidiariamente Itália, Tchecoslováquia, Áustria, Israel, sob regime de grande dinamismo (Japão), de crescimento demográfico prudente (0,9%) de elevada taxa de desenvolvimento econômico (mais de 10% ao ano durante o último vintênio no caso japonês, e taxas muito elevadas na Rússia).

Se surgir cooperação russa-japonesa baseada sobre o maior parque mineral do Mundo que é a Sibéria conduzirá ambos os países a estágio de desenvolvimento superior ao do Bloco Europeu.

Tendo em vista a espetacular melhoria dos sistemas mundiais de comunicação e transporte, os problemas decorrentes da desigualdade dos estágios de desenvolvimento são passíveis de exportação. Não há mais tempo para programas a passo lento. Um amplo movimento de motivação integral do Mundo para conjurar a crise compósita que se arma de depleção de recursos naturais, crescimento populacional e poluição crescente é absolutamente necessário.

O instante parece maduro para lançamento de um programa de educação de massas por toda a parte, cobrindo toda a extensão de problemas vinculados como sejam população, ecologia e poluição.

Esse tratamento compósito facilitaria sobrepujar a resistência tradicional ao estabelecimento de políticas nacionais de população com propósito isolado, uma vez que planejamento familiar, antes de tudo, é atitude cultural que só a educação por meio da telecomunicação conseguirá criar clima de motivação nacional própria. Cumpre proteger e melhorar a qualidade da vida e ganhar tempo até que as pesquisas em andamento revelem o que será a maior descoberta de todos os tempos, qual seja o anticoncepcional eficiente, simples, único, reversível, independente da assistência médica, do grau de cultura e de renda de quem dele precisar. Não parece *haver outra saída em um planeta de dimensões finitas ocupado por uma* população que tende a crescer indefinidamente e destruí-lo, fazendo-o inabitável. Cumpre estabilizá-lo, criando a família ideal de dois filhos.

A DEPENDÊNCIA DA AMÉRICA LATINA

José Renato Vieira Braga

As implantações coloniais — de europeus ou de outros elementos (africanos, indianos) — na América Latina passaram à independência política mantendo sua situação de colônias. Adquiriram autonomia política em relação às antigas metrópoles, conservando, contudo, uma posição de dependência diante do comércio e da indústria dos centros industrializados.

Com raras exceções, aliás em situação de relativo isolamento, como o Haiti, o poder político dos novos Estados esteve sempre em mãos dos descendentes dos europeus que, ainda quando em minoria, procuram fazer de seus países réplicas jurídico-formais das velhas nações da Europa, assumindo, ao lado da dependência econômica, a dependência cultural, pela qual os valores culturais "válidos" eram os consagrados naquele continente.

Concentradas as atenções na Europa, era de se esperar que realidades mais próximas, como os países vizinhos, ficassem relegadas a segundo plano. Por outra parte, assim como as nações européias se haviam firmado no quadro de uma luta incessante entre si, suas cópias latino-americanas também deveriam, senão engajar-se numa luta de fato, estarem preparadas para a mesma. Além disso, a estrutura de propriedade e de poder político do regime colonial lhes conferem um caráter imobilista, contrário às mudanças, sendo os fatores de produção, bem como as influências políticas, considerados "reservas", situação que rejeitou as primeiras postulações de unidade regional.

No quadro de dependência colonial, praticamente não havia limites para a multiplicação dos Estados, o que ocorreu até o nosso século. A soberania dos Estados, afirmada inicialmente em relação aos colonizadores, passou a exercer-se principalmente diante dos vizinhos, reforçando a tendência para o desconhecimento mútuo, cujo alcance pode ser apreciado no campo da criação artística: um artista latino-americano só logra repercussão na região depois de provado na Europa ou Estados Unidos.

A própria noção de uma entidade América Latina surgiu fora da região, onde foi adotada depois de sua projeção no sistema das Nações Unidas.

Essa situação começa a modificar-se a partir do momento em que se abala o esquema colonial, com a crise de 1929 (para fixar um ponto crítico), e inicia-se, nos países da área, a substituição das importações, realizada no período que se estende até o final da segunda guerra, principalmente por capitais nacionais.

Para fabricar os sucedâneos das mercadorias antes compradas no exterior, os empresários recorrem necessariamente à tecnologia estrangeira, introduzida localmente sem preocupações com a concorrência, insignificante na época. Não houve, portanto, nenhum cuidado com vistas a criar uma capacidade tecnológica própria, que possibilitasse uma modernização futura. Consolidava-se assim um quadro em que as economias que se industrializavam viam neutralizada a "vantagem comparativa" que presumivelmente teriam por poder em valer-se da experiência das nações industrializadas e por contar, desde já, com um porte técnico que permitiria o desenvolvimento acelerado e a recuperação do atraso.

A Demanda Social

Diversamente do que sucedeu com as sociedades que chegaram anteriormente ao estágio industrial, os países subdesenvolvidos caracterizam-se pela inexperiência de uma demanda interna de inovações técnicas. Entre os fatores que propiciam essa carência destaca-se o fato de que o setor externo (dinâmico) da economia colonial se expande, via de regra, extensivamente, mediante a multiplicação das unidades produtoras, com a ocupação de novas terras, o aumento da força de trabalho ocupada, etc.

Assim, a maior produção era alcançada sem nenhuma modificação técnica. Essa condição dificulta enormemente o progresso científico autônomo pois, inexistindo uma demanda social da ciência (e suas aplicações), ela tende a ser cultivada como uma erudição, isolada do contexto social e sem interação com o mesmo.

Isso faz com que as inovações técnicas introduzidas nas economias subdesenvolvidas encontrem o que se conhece como pouca "capilaridade", em relação ao observado nas nações desenvolvidas, onde o conhecimento novo tende a disseminar-se com uma certa velocidade. Nos países em desenvolvimento, em virtude de fatores ligados a imperfeições de concorrência, distorções nos mecanismos de preços, condições monopolítica ou monopsômicas prevalescentes, e ao próprio "despreparo" técnico-científico da comunidade, a inovação se propaga com menor velocidade.

O caso extremo da falta de capilaridade configura a "não-transferência" de tecnologia, que ocorre quando uma atividade econômica se implanta num país sem que os conhecimentos envolvidos na mesma sejam transmitidos à população desse país. A não-transferência vincula-se, em geral, a atividades imediatamente voltadas para a exportação, podendo ser também

notada na instalação de filiais de empresas estrangeiras, nas quais não apenas as tarefas ligadas à gestão mas muitas funções técnicas são exercidas igualmente por pessoal recrutado no exterior. A substituição desse pessoal por nacionais não implica necessariamente numa reversão das condições de não-transferência. Em muitos casos, a mão-de-obra nacional promovida efetua preliminarmente cursos ou estágios de treinamento no exterior, o que significa que a modernização dos processos produtivos não chega a criar uma demanda sobre o aparelho educacional do país no sentido de formar os profissionais exigidos pelas novas funções.

Essa modalidade de dependência acaba por atingir as firmas nacionais, que passam a enviar seus funcionários ao exterior em busca das novas técnicas ou, mediante contratos com empresas internacionais, recebem estrangeiros detentores desses conhecimentos.

Nesse quadro, a pesquisa e desenvolvimento local é exceção e atende somente partes, muitas vezes de importância marginal, da atividade econômica.

Os laboratórios e institutos tecnológicos existentes dedicam-se ao mero controle de qualidade, raramente atuando de maneira criativa para a comunidade. Quando surge técnica original, sua viabilidade econômica depende, de alguma forma, da técnica importada. Assim, por exemplo, se se desenvolve um produto novo, o seu êxito comercial só poderá ser assegurado, pelo menos nas condições de economia de mercado que prevalecem na América Latina, com apoio de técnicas de *marketing* e outras, principalmente importadas. Isso permite concluir que a dependência tecnológica pode ser favorecida pelo próprio esforço para reduzi-la.

Os Custos da Dependência

A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento considera que a importação de técnicas tem seu custo em divisas distribuído entre seis categorias:

1. pagamentos relativos a direitos do autor (licenças, uso de patentes, *know-how* e marcas);

2. pagamentos referentes a conhecimentos técnicos e *know-how* necessários durante a fase de pré-investimento e investimento e no estágio de exportação (estudos de viabilidade e mercado, opções entre diferentes técnicas disponíveis, concepção das instalações e escolha de equipamento, construção e instalação, gestão, comercialização, etc.);

3. majoração de preços de produtos intermediários e materiais importados (custos ocultos ou super-faturamento);

4. lucros e dividendos decorrentes de participações acionárias adquiridas como contrapartida à cessão de *know-how;*

5. parte dos lucros remetidos para as matrizes de empresas estrangeiras ou decorrentes de operações em associação que não prevêm disposições especiais para o pagamento de transferências de técnicas;

6. importação de equipamentos e outros bens cujo preço geralmente inclui o custo das técnicas.

As estimativas que podem ser feitas a partir dos dados disponíveis sobre o custo da transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento são pouco animadoras, embora as informações sejam extremamente incompletas, só se referindo aos dois primeiros elementos, o que permite supor-se como otimista o quadro descrito pelas estimativas.

Segundo esses cálculos, o custo da transferência representa cerca de 5% do valor das exportações dos países em desenvolvimento, um montante de 1.500 milhões de dólares em 1968. Esses pagamentos deverão crescer à taxa de 20% anuais durante o decênio, atingindo a casa dos 9.000 milhões de dólares no fim do período, os quais poderão constituir 15% do valor das exportações, supondo-se que as mesmas cresçam a uma taxa superior a 7% anuais. Essas aproximações, julgadas realistas, deixam entrever o fato de que a aceleração do desenvolvimento econômico nos países do Terceiro Mundo, nas linhas atualmente observadas, contribuirá para acentuar a dependência em relação aos detentores do progresso técnico-científico.

As medidas até agora propostas em foro internacional (Estratégia do II° Decênio do Desenvolvimento das Nações Unidas, Plano Mundial de Ação do Comitê Consultivo do Conselho Econômico e Social sobre a aplicação da ciência e tecnologia ao desenvolvimento, etc.), para neutralizar essa tendência não parecem de concretização fácil. Por outro lado, ainda que fossem sendo implementadas, só lograriam, na melhor das hipóteses, uma redução de velocidade com que os centros industrializados se distanciam atualmente dos subdesenvolvidos. No entanto, a própria implementação das medidas que cabem aos países em desenvolvimento parece depender de meios e conhecimentos de que não dispõem. Exemplificativamente, uma das necessidades apontadas pela UNCTAD para esses países é a da criação de instituições que se ocupem da transferência de técnicas. A simples observação dos custos da transferência e seu registro estatístico é, como foi visto, precária. De fato, um controle mais rigoroso estaria fora das possibilidades das nações subdesenvolvidas.

A Obrigação do Crescimento

Assim, as nações subdesenvolvidas e, em particular, as da América Latina, vêm-se diante da necessidade de, por um lado, manter um crescimento econômico com que se espera superar as limitações, deficiências e desequilíbrios, mas o qual, por outro lado, agrava a dependência externa, uma das limitações reconhecidas. Essa dependência torna-se, por sua vez, um fator cada vez mais importante entre os que ocasionam a necessidade do crescimento econômico.

Ao mesmo tempo, percebe-se nos países industrializados, em virtude dos problemas ecológicos e das tensões sociais que se agudizam, que o crescimento da produção, além de impraticável como intenção de longo prazo num planeta de recursos limitados, não traz em si a realização humana e pode mesmo frustrá-la. Essa constatação ainda não se coloca, porém nos países subdesenvolvidos, onde as pressões favoráveis ao crescimento econômico exercem incontestável influência, inclusive porque os problemas ecológicos e as tensões sociais que aí também ocorrem são facilmente imputáveis ao próprio subdesenvolvimento.

As nações latino-americanas não escapam, por certo, a essa imposição do desenvolvimento econômico visto como objetivo primordial da sociedade. Tampouco, existem condições que permitam postular outra orientação. As circunstâncias econômicas têm, porém, determinado opções que poderão levar a uma superação da urgência do crescimento material, com a abertura de novas perspectivas para a realização do homem latino-americano.

A Necessidade da Integração

Com o objetivo de afastar as dificuldades que se levantam no caminho do desenvolvimento econômico, os latino-americanos, copiando um modelo europeu, criaram a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), a qual deveria se aperfeiçoar "num período não superior a 12 anos", a contar da entrada em vigor do Tratado de Montevidéu, que a instituiu. Praticamente escoado esse prazo, verificou-se que a Associação está longe do "aperfeiçoamento".

Em comparação com o Mercado Comum Europeu, de êxito patente, duas lacunas fundamentais marcam o Tratado de Montevidéu. A ausência de um compromisso firmemente positivo das Partes, que demonstrasse com clareza o propósito de que a ALALC deveria evoluir não estimou os investimentos pluri-nacionais, um dos meios pelos quais se lograria a implantação da pesquisa desenvolvimento em escala regional. A não-atribuição de responsabilidades supra-nacionais às instituições da Associação neutralizou uma possível influência que esses organismos poderiam desempenhar com vistas à integração.

Por outro lado, a circunstância de ter-se esperado, na época, que do território da Zona pudesse se aplicar o protecionismo previsto no artigo XXIV do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) contribuiu para divertir as partes da necessidade de dotar a ALALC de um caráter verdadeiramente integrador.

Os mecanismos de liberalização aduaneira contemplados no Tratado trazem, por sua vez, a marca do passado colonial. Cuidou-se, de fato, de não expor as estruturas produtivas aos riscos de uma concorrência regional. Eis porque adotou-se o mecanismo de desarmamento alfandegário de produto por produto, ao invés das reduções lineares, cobrindo toda uma categoria de mercadorias, utilizadas pelo Mercado Comum Europeu.

Apesar das deficiências, a ALALC assistiu a uma expansão substancial, em termos relativos, do comércio intrazonal, cujas cifras ficaram, contudo, muito abaixo das expectativas iniciais. Esse aumento contrasta com o afastamento que a América Latina experimentou, ao mesmo tempo, das correntes do comércio mundial, no qual a participação latino-americana decaiu segundo a CEPAL, de 10,8% em 1950 para 5,8% em 1965. Além disso, o fato de que a transferência horizontal de tecnologia pelas indústrias nacionais era muitas vezes acompanhada por cláusulas restritivas de exportação, impostas pelos fornecedores, abriu preponderantemente as vantagens comerciais propiciadas pela Zona de Livre Comércio para as empresas de matriz estrangeira, ditas multinacionais, que conseqüentemente, tiveram aumentado o seu papel na produção e comercialização regional.

O Grupo Andino

O quadro da ALALC não possibilitou, como foi visto, o desencadeamento de um processo de integração. A tentativa do Grupo Andino nesse sentido se lança com um programa mais ambicioso e mais definido que o da Associação visando, em termos de comércio, a reduzir o volume das importações provenientes de fora do Grupo de 2,9 milhões para 1,6 milhões.

Outras medidas que merecem destaque são o estatuto comum para o capital estrangeiro, e o acordo de complementação petroquímica. O primeiro limita 14% sobre o total as exportações das empresas estrangeiras e restringe a sua implantação nas atividades já exercidas por empresas préexistentes.

O acordo petroquímico estabelece que, iniciada uma produção por ele prevista, os demais países membros eliminarão os gravames sobre esta produção. Não impõe, porém, estabelecimento concomitante de uma tarifa exterior comum, a qual é referida de modo vago, sem nenhuma indicação sobre o mecanismo institucional e as obrigações das Partes para a sua consecução. No entanto, a experiência da Comunidade Européia do Carvão e do Aço e do MCE destaca a importância da tarifa exterior comum para lograr os objetivos de um acordo como o de complementação petroquímica.

Esse acordo é administrado por um Conselho incumbido de avaliar os resultados, estender o acordo a novos produtos e efetuar a negociação coletiva junto aos organismos internacionais de crédito. Essas atribuições executivas configuram, assim, responsabilidades supra-nacionais, que podem levar o Conselho a tornar-se um fator que impulsione a integração.

Esses primeiros passos do Grupo Andino devem ser observados atentamente pelos demais países latino-americanos, pois seus erros e acertos fornecerão indicações importantes para a integração regional.

Educar para Integrar

Paralelamente aos entendimentos no campo econômico, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela firmaram o "Convênio Andrés Bello de Integración Educativa, Científica y Cultural de la Región Andina". Com este acordo, os países andinos procuram sedimentar, pelo lado da educação, ciência e cultura, o que também perseguem pelo aspecto econômico. A integração cuja necessidade é evidenciada pelas insuficiências econômicas, não se restringe, contudo, ao plano das produções e consumos materiais, mas deve também abarcar os demais interesses humanos.

Já na II Reunião de Ministros da Educação, organismo máximo do Convênio, realizada em 1971, firmou-se a *Declaración de Mima,* contendo o "Planteamiento doctrinario común sobre politica cultural, educacional, cientifica y tecnológica" que, entre outras considerações, aponta como indispensável "coordinar las politicas cientificas y tecnológicas de los paises de la Región para obtener um óptimo rendimento en benefício del desarrollo integral".

O *planteamiento* afirma que a política científica e tecnológica deve orientar as correspondentes ações nacionais da Região com vistas à criação, desenvolvimento e utilização ótima dos conhecimentos científicos e tecnológicos de maneira que sirvam efetivamente como instrumentos de desenvolvimento econômico, social e cultural e que "a simples importação de produtos culturais e a transferência indiscriminada de toda a sorte de tecnologias devem ser substituídas por uma política de criação, aproveitamento e assimilação seletiva dos bens da cultura capaz de por os países da Região em contato com os avanços de conhecimento e, ao mesmo tempo, resguardá-los contra os perigos da imitação infecunda e da perda de sua personalidade histórica".

Na III Reunião, celebrada em Quito em março de 1972, os Ministros criaram uma Secretaria Executiva Permanente, órgão não previsto inicialmente no comércio, com sede em Bogotá. Decidiram, igualmente, lançar cinco programas regionais, cuja coordenação estará a cargo de comissões sediadas nas demais capitais andinas: defesa do patrimônio cultural e arqueológico (Santiago), educação rural e de adultos (La Paz), cooperação

científica e tecnológica (Lima), edificações escolares (Quito) e educação por rádio e TV (Caracas).

Muito embora se possa apontar inconvenientes nessa distribuição geográfica, parece realista a preferência pela mesma se a considerarmos à luz da necessidade de que cada país assuma, como seu, o esforço de integração andina, o que pode ser mais facilmente logrado com a presença atuante, nos respectivos territórios, dos organismos dessa integração.

Parece, assim, que o Convênio Andrés Bello está se sedimentando, efetivamente, em instituições comuns que configuram as bases de um movimento irreversível de aproximação, em cujo contexto se poderá definir o que vem a ser a integração, e como realizá-la.

Os Projetos Nacionais

Os problemas econômicos que suscitam a necessidade de integração revelam, em última análise, que os países da América Latina só poderão ter assegurado o seu desenvolvimento econômico através dela. No entanto, o desenvolvimento nacional não se limita a um crescimento econômico, ainda que este possa compreender uma melhor distribuição de rendas, assim como o desenvolvimento do homem não se atém a mais produzir e mais consumir.

Sem desprezar o papel fundamental do crescimento econômico, cumpre considerar também os demais aspectos do ser humano, como valores em si, e não apenas como fatores que podem ampliar a capacidade de o homem produzir — consumir. Assim, a educação, por exemplo, não deveria ser encarada como um meio de treinar quem a recebe para um desempenho de natureza econômica, que é uma de suas conseqüências.

Por longo tempo voltados para fora, por força do esquema colonial, os países latino-americanos podem agora explorar os ricos e difíceis caminhos do auto-reconhecimento, numa busca da própria identidade e do seu papel no mundo. Essa busca é também uma confrontação, pois a identidade de cada um só se afirmará em relação à identidade dos demais.

Romper no século XIX, os círculos da dependência política, significa ascender a uma condição de igualdade, no concerto dos Estados soberanos. Idêntica condição tem-se procurado no terreno econômico, o que tem evidenciado o fato de que o êxito num particular pode acarretar maiores óbices em outros aspectos. Se, por um lado, o progresso industrial da região devia ser tentado, a verdade é que ele trouxe consigo um círculo vicioso de dependência.

Para fugir a essa dependência — dita tecnológica — os latino-americanos, por ela, atingidos, aproximam-se, criando instituições comuns, inicialmente de âmbito exclusivamente econômico (ALALC), depois político (CECLA) e cultural (Andrés Bello).

Ao reconhecer semelhanças em seus vizinhos, as nações latino-americanas estão, ao mesmo tempo, descobrindo-se neles. O interesse mútuo, que é incidental para a criação da ALALC, consolidou-se e ultrapassou os limites da atividade econômica. Paralelamente, desenvolve-se na consciência latino-americana a convicção de que a realização nacional não é tampouco um feito meramente econômico.

E assim como foi sentido, para superar as dificuldades econômicas, a necessidade de uma conjugação de esforços, compreende-se agora que se impõe também uma reunião para a tarefa de suplantar todos os obstáculos que entravam o *desenvolvimento* das nações latino-americanas. A busca da integração leva, pois, à definição das próprias nações, que se exprime através de projetos nacionais, concebidos em virtude e em função de um contexto latino-americano.

O Caminho da Independência

A concepção e a execução dos projetos nacionais são, evidentemente, feitos multi-disciplinares, que pedem o concerto dos diversos ramos da ciência e da arte do homem. O que se observa em relação a transferência horizontal de conhecimentos, que só ocorre quando existe capacidade para absorvê-los, é também verdadeiro com respeito à transposição, de um grupo social para outro, das aplicações práticas dos conhecimentos. Eis porque a transferência horizontal de tecnologia só pode ser assimilada por quem pode compreendê-la, por quem tem condições para criá-la. Essa assimilação não é, pois, uma recepção passiva do fato novo, um assombramento diante de um corpo estranho, mas sim uma relação dinâmica que modifica quem assimila.

A assimilação requer, e é, portanto, um aprendizado, o qual deve iniciar-se com o mais assimilável. Isto, para as nações latino-americanas, é, em primeiro lugar, o que se cria na própria América Latina.

O processo de integração regional constitui, assim, um passo fundamental dos latino-americanos nesse aprendizado do mundo. Na medida em que essa aprendizagem é indispensável para superar as deficiências do subdesenvolvimento, coloca-se também como opção necessária do homem latino-americano, para afirmar sua existência e construir sua liberdade, a integração. Essa reconstituição da *antiga pátria desfeita*, que refaz o programa de Bolivar é o caminho mais certo — embora não forçosamente o mais fácil — da independência dos países da América Latina.

AS FORÇAS ARMADAS NA AMÉRICA LATINA

General Juan Enrique Guglialmelli

As Forças Armadas, disse certa vez, integram sua respectiva comunidade nacional e devem compartilhar de suas inquietudes e objetivos históricos. São parte desta sociedade e, portanto, não podem ter uma doutrina ou estratégia diferente desta. Assim, para falarmos sobre a função das Forças Armadas na América Latina, convém definirmos, primeiramente, o que sucede nesta vasta área geográfica.

A América Latina e o Contexto Mundial

A América Latina integra uma sociedade universal que, a partir da Segunda Guerra Mundial (1939/1945) sofreu profundas e aceleradas mudanças. Os dados mais significativos constitui na existência dos dois grandes sistemas mundiais (capitalista e socialista), o fim do colonialismo e o desenvolvimento vertiginoso da ciência e da técnica. Suas conseqüências recaem em três campos: o político, o econômico e o militar. Os três, por sua vez, estão intimamente correlacionados.

O Político

A tendência que anunciei como irreversível [1] da coexistência pacífica, confirmou-se plenamente. O período de "guerra-fria" iniciado em 1947 (Declaração Truman) chega a seu ocaso, talvez definitivo, no momento de máxima tensão quando da crise dos mísseis entre a URSS e os EE.UU. (1962). Hoje é uma realidade a superação do alijamento da China (viagem de Nixon, fevereiro de 1972), seu ingresso nas Nações Unidas, restabelecimento de relações com os países do mundo, viagem anunciada do Primeiro Ministro Japonês. Os acordos concretos entre os Estados Unidos e a União Soviética (viagem de Nixon a Moscou, maio de 1972 e tratados e declarações firmados) e por último, no âmbito europeu, os acordos sobre Berlim das grandes potências e da Alemanha Federal com os Governos

da União Soviética e da Polônia. Neste quadro, e ante o surgimento de outros grandes Estados, tais como os altamente industrializados da Europa, Japão e China, confirma-se outra tendência que previ há anos [2] no sentido de uma acentuação no policentrismo político. Neste quadro político mundial, para os países periféricos, o conceito de Nação e sua realidade soberana não somente se revitalizou, mas também, construí-la, conformá-la de maneira definitiva constitui na exigência primordial e fundamental.

O Econômico

No campo econômico se transforma em caduca e obsoleta a velha divisão internacional do trabalho cujo significado era dado pela existência de países produtores de matérias-primas e alimentos e países fornecedores de bens manufaturados. No novo contexto, alguns antigos beneficiários, não obstante necessitem de um único mercado mundial, tentam manter seus privilégios e benefícios através de um neo-colonialismo que se ampara na crescente concentração financeira, científica e técnica própria das nações industrialmente mais avançadas. Por outro lado, nos países periféricos, se acentua como imperativo do momento, o avanço de suas respectivas sociedades para uma industrialização cada vez mais crescente e autônoma.

O Militar

A revolução científica e tecnológica oscilou profundamente. Talvez como nunca, ficou claro nestes anos a decisiva influência que fatores científicos e tecnológicos e a economia em geral exercem sobre a organização militar, tanto sob os aspectos qualitativos quanto quantitativos, na teoria e doutrina de guerra. Nas grandes potências se confundem ciência e técnica com a ciência militar. O poder militar se impregna da revolução nuclear e eletrônica. Os computadores realizam processos essenciais. A matemática, a física, a cibernética, etc., constituem elementos substanciais da estratégia e da tática. Por sua vez, nos países periféricos o setor militar se incorpora ao processo revolucionário nacional, constituindo-se em protagonista na luta pela soberania e independência econômica. O desenvolvimento integral, como essência da segurança, se incorpora à doutrina militar. Não se trata de acrescentar o poder militar, que uma de suas conseqüências, senão do imperativo de modelar a Nação através de sua integração geo-econômica, social e espiritual.

Quanto à possibilidade de conflitos bélicos, a possessão pelas grandes potências de um arsenal nuclear e termonuclear significa que a guerra generalizada (guerra nuclear total) está praticamente eliminada como recurso final da política, se bem que continuem atuais as guerras locais e internas. Estas duas últimas, que são características dos países periféricos, podem também ser utilizadas pelas grandes potências nos países em vias de desenvolvimento como árbitros indiretos de seus próprios objetivos.

A Revolução na América Latina

A América Latina vive [3] sua segunda revolução nacional. A primeira foi a do movimento emancipador. Agora, a de nossa geração, é a revolução pelo desenvolvimento integral com independência e da ascenção dos setores nacionais ao governo e ao controle efetivo dos mecanismos do poder.

Nada mais apropriado do que reiterar esta revolução na palavra da Igreja:

> "A América Latina parece viver sob o signo trágico do subdesenvolvimento... e a escassa participação do povo na gestão do bem comum... Está evidentemente sob o signo da transformação e do desenvolvimento... Isto indica que estamos no limiar de uma nova época histórica de nosso continente, cheia de um desejo de emancipação total, de liberação de toda servidão, de maturidade pessoal e integração coletiva". [4]

Convém esclarecer minha própria definição desta segunda revolução nacional.

Quando digo desenvolvimento integral, refiro-me ao econômico-social, cultural e espiritual. Quando expresso "com independência", quero dizer a rutura das quatro formas essenciais de dependência: a econômica, a política, a cultural e a ideológica.

Quando me refiro a setores nacionais faço alusão aos setores nacionais que não estão comprometidos ou que, em particular, sofrem a opressão de grupos externos dominantes, seja imperialista ou neo-colonialista, ou daqueles que sofrem a coação do colonialismo interno, qualquer que seja a modalidade que a dita coação adote.

A rutura da dependência — acrescento — não significa um isolamento da comunidade exterior, mas sim a realização deste processo sob o signo da autarquia. Do contrário, com os setores nacionais no poder, se criarão as condições para negociar com os grupos ou setores externos sua participação neste processo, porém em função do interesse real da Nação. Deveremos fazê-lo com todos aqueles que atuam na ampla comunidade internacional, aproveitando, inclusive, as contradições existentes entre os dois grandes sistemas mundiais, as contradições existentes dentro dos mesmos e ainda, os interesses antagônicos dos grupos que operam nos países mais adiantados.

Esta segunda revolução latino-americana exige a consolidação da estatura da Nação de maneira tal que o centro de decisão soberana lhe pertença. Segundo os parâmetros que antes defini constituem seus objetivos imediatos a construção das bases materiais e técnicas da soberania e o fortalecimento dos vínculos espirituais entre os diferentes setores e regiões da comunidade. Nossas revoluções nacionais são, em síntese, uma etapa

do processo histórico latino-americano colocado entre uma sociedade semi-colonial, dependente, e uma comunidade nacional integrada, vertebrada, através de formas superiores de convivência social e política.

Sob o ponto de vista político é necessário o esforço orgânico de toda a comunidade e, em particular, de seus setores nacionais que, por serem nacionais, são objetivamente revolucionários. Do movimento operário dos trabalhadores rurais, da burguesia nacional, dos grupos culturais e da inteligência, da igreja e das Forças Armadas. Desta exigência deriva que, pelo menos em seus primeiros estágios, se manifeste uma clara característica policlassista. Deste ponto de vista a unidade do povo com suas Forças Armadas resulta numa necessidade inapelável.

Dentro deste contexto, cada sociedade terá tarefas e objetivos distintos, segundo sua respectiva situação concreta, e o resultado dos níveis de desenvolvimento integral alcançado em seu processo de formação nacional. Porém, a configuração definitiva da Nação terá prioridade face a qualquer alternativa de integração supranacional ainda que esta possa explorar o seu porvir. Esta integração supranacional somente será uma fatalidade histórica quando a nação ultrapassar os marco de sua própria realidade, tal como no passado sucedeu-se com o feudo e a cidade artesanal.

As Forças Armadas e a Revolução Nacional

As Forças Armadas, pela composição social de seus quadros e da tropa, assim como pelas necessidades objetivas de sua função específica, formam parte dos setores nacionais da comunidade.

Pela composição social de seus quadros e da tropa porque o pessoal superior é recrutado, em sua maioria, da burguesia agrária, industrial, comercial e outros setores da classe média. Por sua vez, o pessoal subalterno é constituído dos filhos de trabalhadores urbanos e rurais. A tropa, por outro lado, qualquer que seja o sistema, em particular se o serviço militar for obrigatório, é incorporada por todos os setores sociais e portanto, com predominância dos setores populares.

Por suas necessidades objetivas, emergentes de sua função específica, as forças armadas estão impelidas a construir ou participar, como agentes dinâmicos, na construção da Nação; promovendo o potencial econômico para que este consiga o máximo de autonomia externa; desenvolvendo aos níveis mais elevados seus próprios recursos humanos, tanto em suas aptidões técnicas quanto condições físicas e seus valores espirituais e morais.

Os componentes das forças armadas, pelas razões expostas, são parte do povo, de todos seus setores sociais, de todas as suas regiões geográficas. Orgulhosas de seu passado, quando foram artífices — o povo armado — das lutas de emancipação. Por todas estas razões, a tradição está arraigada nas Forças Armadas com particular significado.

E porque, em última instância, o poder militar, qualitativa ou quantitativamente, é uma resultante do grau de desenvolvimento alcançado pelo potencial nacional, tanto sob o aspecto material quanto pelos fatores espirituais e morais.

Daí que, na América Latina, suas Forças Armadas por seu caráter popular e sua essência nacional tenham uma função primária e fundamental que, em outra oportunidade, defini:

"Constituir o escudo protetor e, em muitos casos, a vanguarda de todo o povo ao colocar a soberania e a autodeterminação nacional através do desenvolvimento acelerado da economia e das formas superiores da convivência social" [5].

Esta função não é passiva, formal ou exclusiva. Confunde-se com a luta de todos os setores que sofrem a opressão e a injustiça e aqueles não comprometidos com os centros de coação e privilégio.

Para os povos da América Latina, insisto em sublinhar, o conflito fundamental, real e presente é a luta pelo desenvolvimento integral com independência e de acesso ao poder de todos os setores nacionais. As Forças Armadas, como integrantes destes setores da comunidade, são parte e estão imersas nesta verdadeira luta pela libertação nacional. *Esta luta constitui-se assim, na hipótese de conflito fundamental, essencial.* Esta hipótese constitui, por sua vez, o ponto de partida para determinar as estratégias, para identificar "as forças próprias", para reconhecer o aliado e para caracterizar o inimigo.

Da participação das Forças Armadas neste momento tão particular da América Latina, existem alguns exemplos concretos. No Chile, atuam como escudo protetor respaldando as transformações de sua sociedade, dentro dos moldes constitucionais. No Peru, Panamá e Equador, operam na vanguarda das mudanças revolucionárias. No Brasil constituem um caso atípico, limitado ao desenvolvimento, em particular, do fator econômico. Deixamos para o fim desta exposição o caso da Argentina por considerarmos que merece algumas reflexões mais particularizadas.

Qualquer que seja a modalidade que adote a participação militar no processo de revolução nacional, esta participação estará condicionada pela situação concreta e, em especial, pela atitude dos outros setores nacionais ou pela relação de forças entre estes setores e os grupos de opressão. Em geral pode-se dizer que a intervenção do fator militar na vanguarda das mudanças, se produz para suprir uma debilidade temporária das outras nacionais ou, como na maioria dos casos, para ocupar uma brecha que os outros setores nacionais não conseguem preencher. De qualquer maneira, o papel de *vanguarda não exclui,* pelo contrário, *exige,* a incorporação ativa na ação libertadora.

Entretanto, nem sempre a participação militar no processo político adquiriu características definidamente revolucionárias. Afora a ação do

inimigo que confunde ou disfarça as opções; que divide e aterroriza os setores nacionais; que leva a luta às frentes secundárias, dois fatores, a meu ver, são fundamentais no sentido apontado. O primeiro, em relação às forças políticas nacionais, renovadoras. Neste sentido não poucas vezes frustrou-se o papel revolucionário das Forças Armadas pela incompreensão de suas verdadeiras intenções ou porque forças nacionais não acharam o caminho da unidade de ação e de doutrina. O segundo, talvez o mais importante, pela atitude da "cúpula" do setor castrense.

Por algumas características da instituição militar, tais como a centralização do comando superior, a hierarquia e as rígidas normas de disciplina que regem suas atividades, a "cúpula" das Forças Armadas tem importância fundamental na atitude política daquelas. Os homens que alcançam os postos elevados, têm posições ideológicas diversas, expectativas sociais diferentes, enfoques distintos sobre problemas nacionais. Existem contradições próprias da instituição militar. Interesses entre as Forças Armadas e dentro destas, rivalidades entre as armas e as especialidades dentro destas, lealdade a amigos, grupos e "turmas". Os cargos na "cúpula", inclusive, não têm todos o mesmo valor político. Sobre este complexo cheio de contradições, interesses e lealdades opera o inimigo. Possui mil canais para influir sobre os integrantes da "cúpula". Pode satisfazer as expectativas sociais de seus membros ou "assessorar" sobre alternativas mais convenientes. Controla os recursos da ação psicológica. Cria imagens. "Infla" ou pode destruir personalidades. Aplaina o caminho de seus amigos; dificulta, trava ou impede-os de seus adversários. A "cúpula" é a chave para o papel político das instituições armadas. É dali que se orienta a educação ou instrução dos quadros. Atuam sobre os setores administrativos do governo. Ali se determinam objetivos e estratégias, se identifica o inimigo, se caracterizam suas capacidades e se aprecia seu modo de operar. Mais de uma intervenção na América Latina foi frustrada pela incompreensão dos altos mandatários sobre as causas profundas que era necessário remediar, ou introduzir nos níveis de decisão dos inimigos da mudança, os aliados da reação e do *status quo*. Contra uma "cúpula" orientada pela reação, as Forças Armadas só dispõem de dois caminhos: a resignação, que é cumplicidade e se esconde em um falso profissionalismo, ou a rebeldia que comandam desde cima (vertical) os não comprometidos com a "cúpula", ou explora desde os quadros médios (horizontal) como reação à insensibilidade ou compromisso de seus comandos.

Existe outra forma de desviar a condução superior dos objetivos revolucionários. Ou pelo menos confundi-la ou distraí-la da hipótese fundamental assinalada. É a gravitação que exercem, através de canais profissionais, as grandes potências. Antes da Segunda Guerra Mundial as fontes doutrinárias profissionais foram procuradas principalmente na Alemanha, França e Inglaterra, para citar somente as mais importantes. A partir da

dita conflagração, este papel passou a ser ocupado pelos Estados Unidos, não somente em função de seu próprio poder, mas também como conseqüência da confrontação ideológica e a guerra fria com a União Soviética. Criou-se neste sentido uma real dependência militar que é necessário colocar em seus devidos limites. Esta dependência opera, especialmente, no campo doutrinário e logístico e se implementa através da ajuda e assistência militar (inclusive suas missões militares), os planos da Junta Interamericana de Defesa, os Acordos e Tratados bilaterais e especiais, as reuniões de Comandantes em Chefe, os exercícios militares combinados, os cursos de aperfeiçoamento nos Estados Unidos, os intercâmbios de oficiais, etc.

O que se parece, freqüentemente, é que a política militar dos Estados Unidos, ou de qualquer outra potência, é uma parte de sua estratégia geral, cujos objetivos, no caso particular dos Estados Unidos, podem entrar em conflito com os objetivos de mudança e transformação de nossos países.

Uma revolução não é *um ato* mais sim *um processo*. Processo que dirige e conduz um movimento revolucionário com homens revolucionários. Este processo não corre por caminhos previstos e exatamente traçados. Pressupõe avanços e retrocessos. Salta para traz e para diante. Toda revolução, por sua vez, contém *in nuce* uma contra-revolução. As forças que são ou serão suplantadas não se resignam com tal suplantação. Tratam de disfarçar à espera de uma oportunidade para a revanche ou lutam para voltar a ocupar o cenário. No momento em que a contra-revolução aparece nos postos chave da ação governamental é o momento de prova da revolução. Um dos aspectos da arte de conduzir uma revolução à descobrir a contra-revolução, tirar-lhe a máscara e destruí-la. Quando as Forças Armadas operam revolucionariamente, sua existência combativa se torna especialmente idônea para estes fins. Quando, pelo contrário, se deixam confundir ou sua "cúpula" ignora a direção e o sentido da mudança e em função dele toma o inimigo por aliado e o amigo por adversário, as Forças Armadas se transformam em contra-revolucionárias e operam objetivamente a favor do *status quo*.

Assinalei na *hipótese fundamental do trabalho* das Forças Armadas neste momento particular da América Latina. Sua participação real e efetiva na revolução nacional, que para esta imensa área geográfica, é um verdadeiro processo de libertação nacional. Porém existem também outras tarefas específicas de segurança que convêm recordar. Nenhum país deve eliminar a possibilidade de conflito armado com países vizinhos, que pode ser produzido por fricções originadas em problemas nacionais pendentes ou em função da hipótese fundamental da libertação já assinalada. Também esta tarefa está vinculada à "manutenção da ordem interna". Aqui, nesta missão interna se requer uma clara compreensão do fenômeno. Uma análise objetiva e profunda das explosões sociais. Muitas vezes as rebeliões de baixo se originam na opressão exercida pelos de cima. Opressão, por outro lado,

que pode adotar formas econômicas, sociais ou políticas. Como disse em outros trabalhos, "a simples repressão pode suprimir as formas externas do descontentamento, mas não seus fundamentos. O mais grave é a repressão sem mudanças, sem revolução, em última instância serve somente aos interesses do *status quo*". [6]

"Não é raro comprovar — afirma a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano — que estes grupos ou setores (referindo-se às forças de opressão de grupos e setores dominantes), com exceção de algumas minorias qualificam de ação subversiva toda tentativa de mudar um sistema social que favoreça a permanência de seus privilégios". [7]

Nos problemas de subversão interna o ponto de partida deve ser também a hipótese fundamental de trabalho já que dela se derivarão as características para a mudança e a exata caracterização do inimigo.

Em relação a esta hipótese, podemos assinalar três tipos de agressão na América Latina. A subversão importada, a intervenção nos assuntos internos de um país e a mais característica e às vezes muito sutil agressão econômica. Esta última, pelas modalidades que pode adquirir, e a falta de experiência das Forças Armadas, pode ser uma arma de singular importância da contra-revolução.

Em síntese, a Revolução Nacional, em que vive a América Latina e cuja natureza apontei, exige, nesta etapa, a unidade de todos os setores nacionais. Nesta grande aliança para a libertação nacional, a estratégia da integração não pode excluir, como antes expressei, a unidade fundamental do povo com suas Forças Armadas.

A Revolução Argentina e Suas Forças Armadas

Face à função principal que apresentei para as Forças Armadas latino-americanas e o papel assumido pelas mesmas em alguns países, cabe perguntar o que aconteceu em nosso país com a Revolução Argentina.

Em junho de 1966 as Forças Armadas assumiram a responsabilidade de realizar uma revolução que, no meu entender, devia ser parte na Revolução Nacional. Há cinco anos daquela data o terceiro governo da Revolução Argentina anunciou o processo de institucionalização o qual se basearia através do "Gran Acuerdo Nacional" (GAN).

Hoje (1972) estou persuadido que a Revolução Argentina fracassou em seus objetivos fundamentais. E o que é mais grave, levou o país a uma de suas piores crises econômicas, sociais e políticas. Esta crise inclui a deterioração da imagem e prestígio de suas Forças Armadas. A maioria do povo foi tomado pela incredulidade e o ceticismo e não são poucos os que olham com angústia para o futuro.

De pouco vale procurar os responsáveis pelo fracasso. Porém, tenho para mim que em março de 1967 começou a contra-revolução a partir do mais alto nível da direção econômica. Este fator se constituiu, ao longo destes anos, no centro principal da reação, não obstante a substituição de homens e, inclusive, as boas intenções de certos funcionários.

Poder-se-ia fazer uma extensa lista de erros cometidos, porém a essência do fracasso deve buscar-se na inadequada preparação política de alguns altos mandatários militares que ocuparam postos-chave, na inteligente ação do inimigo e no complicado desenrolar do processo revolucionário. Nestas condições o que predominou foi uma total confusão sobre os objetivos e doutrinas revolucionárias; sobre as estratégias e políticas para efetivá-lo e sobre as medidas para implementá-lo. A tudo isto se somou o alijamento da revolução, não obstante as formalidades, dos setores mais importantes do processo; o movimento operário, a burguesia nacional, os quadros docentes e o magistério, a Universidade.

O "Gran Acuerdo Nacional" tampouco teve êxito. O fracasso decorreu da própria inviabilidade do projeto "idílico acordo nas alturas", como o caracterizou em abril do ano passado, de impor o candidato das Forças Políticas Majoritárias, como também a própria atitude das Forças Armadas e a posição assumida, em particular, por Juan Domingo Perón.

Os altos comandos das Forças Armadas, em nome destas, optaram pela institucionalização. O futuro pleito para que seja válido e transcendente deve ser total e absolutamente livre. Qualquer medida que restrinja a soberania popular, será em benefício exclusivo da estrutura de dependência. A proscrição indireta do líder justicialista afeta a pureza do processo eleitoral e do pleito. A medida parece estar dirigida ao homem porém pode afetar a unidade de seu movimento talvez majoritário que, por ser policlassista, ficará exposto ao jogo de todas as suas contradições externas.

Devem transcorrer ainda oito meses até março de 1973. Um período largo e difícil de atravessar se as condições econômicas, sociais e políticas não mudam ou se agravam. As melhores intenções podem fracassar nos mil problemas que agoniam diariamente a mulher e o homem argentinos É responsabilidade do Governo adotar medidas para que ânimos serenem e as paixões se acalmem. É também sua responsabilidade adotar soluções urgentes para as angústias econômico-sociais dos setores populares e da classe média, e a crise financeira que afeta as empresas, o deficit incontrolado da inflação nacional, a recessão, enfim, que afeta toda a atividade produtiva do país, em particular de seu interior. Definitivamente, através da imobilidade, insensibilidade ou passividade do governo, também pode naufragar a institucionalização da República.

O que devemos é consumar a Revolução Nacional. O pleito deve ser somente o instrumento para substituir aqueles que deveriam ser os protagonistas principais. Se não for assim, o ato eleitoral será um novo fator

de dissociação da sociedade argentina. Se o comando superior das Forças Armadas acredita não poder assumir a luta fraterna e de vanguarda pela revolução, deve abrir, sem limitações, o caminho das urnas. O povo saberá *honrar esta atitude histórica e conduzirá, então, sob seu escudo protetor,* a luta definitiva pela libertação nacional.

NOTAS

1 ... "A pauta internacional está hoje delineada, não obstante os conflitos subsistentes, bélicos ou não, pela coexistência pacífica. Esta coexistência deve ser interpretada como um processo geral, do qual não podemos eliminar nem a luta armada nem a subsistência de conflitos, como já mencionamos, mas cuja definição será dada mais através da negociação do que na vitória pelas armas". (Discurso proferido por ocasião da inauguração dos cursos como Diretor da Escola Superior de Guerra e Altos Estudos, Buenos Aires, 1965).

2 Ver ESTRATÉGIA nº 1, "Propositos y Definiciones", pág. 1, 1969.

3 ESTRATÉGIA nº 1 — Mayo/Junio (pág. 12).

4 Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Conclusões. Texto Oficial, II Parte, editado pelo Secretariado Geral do CELAM, Buenos Aires, 1968.

5 ESTRATÉGIA nº 1 — Mayo/Junio 1968 (pág. 8).

6 ESTRATÉGIA nº 2 — Julio/Agosto 1969.

7 IDEM a nota 4, pág. 66.

DOCUMENTOS

DISCURSOS PRONUNCIADOS PELO PRESIDENTE GARRASTAZU MÉDICI, POR OCASIÃO DE SUA VISITA OFICIAL A WASHINGTON, DE 7 A 9 DE DEZEMBRO DE 1971.

Publicamos a seguir os discursos pronunciados pelo Presidente Garrastazu Médici quando de sua visita oficial a Washington a convite do Presidente Nixon.

A visita do Presidente Médici, segundo observadores, teria permitido um reexame das relações entre os dois países e teria resultado em um fortalecimento dos esquemas de cooperação em todos os campos.

Por outro lado, devido às circunstâncias que cercaram a visita, surgiram nos círculos políticos e diplomáticos, versões sobre uma pretensa delegação de hegemonia pelos Estados Unidos ao Brasil, que resultaram em uma série de encontros entre Presidentes latino-americanos, de que participaram, principalmente, o Presidente Lanusse, da Argentina, e o Presidente Médici.

Saudação do Presidente Garrastazu Médici ao Presidente Nixon, em Washington, em 7 de dezembro de 1971

Senhor Presidente,

Foi com alegria e emoção que respondi ao convite de Vossa Excelência para visitar os Estados Unidos da América. Pareceu-me esta a mais feliz das oportunidades, não apenas para reafirmar velha e segura amizade mas também para encontrar as bases de novo diálogo fraternal, franco e objetivo entre os Estados Unidos da América e a República Federativa do Brasil. Neste importante momento de suas histórias nacionais, nossos países se encontram em nossas pessoas, desejosos de estabelecer novo ponto de partida para mais estreita colaboração no futuro.

Os problemas do presente e as perspectivas do futuro tornam este reencontro de transcendental importância para nossos povos. Nossas relações pacíficas se têm mantido inalteráveis e nossa amizade se consolidou em momentos extremamente difíceis para ambos, em efetiva cooperação e exemplo de convivência e de respeito mútuo. É chegado agora o momento de edificar sobre o terreno desta amizade. Com esse objetivo — que sei também ser o de Vossa Excelência — é que me valho da acolhida e da hospitalidade deste grande país.

Nossas relações nos anos vindouros não poderão deixar de refletir as promessas e incertezas que se acumulam no panorama internacional. Tampouco poderão deixar de ajustar-se às novas realidades mundiais e ao estágio de evolução histórica de cada um dos nossos países. Inspirada no passado, a colaboração entre o Brasil e os Estados Unidos terá de buscar agora, com imaginação, novos meios e instrumentos que reflitam essas realidades.

Não pode a nossa posição ser a mesma diante de todos os problemas internacionais nem é isto o que se espera de nossa franca e leal amizade. Esforcemo-nos, contudo, para que nossas políticas sejam convergentes, sem pretendermos a coincidência em todos os casos. O Brasil de hoje, em pleno desenvolvimento, aceita o desafio da História, que lhe atribuiu crescente

responsabilidade no concerto das nações. É com esta convicção em espírito de fraterna amizade, que venho ao encontro de Vossa Excelência.

Senhor Presidente,

Seja este primeiro momento — um momento de fé e confiança. Fé no que havemos de construir juntos para o bem-estar de nossos povos e confiança comum na causa da Justiça, do Progresso e da Paz.

É esta a mensagem que trago do povo brasileiro e de que peço ser Vossa Excelência o alto intérprete junto ao povo americano.

Discurso do Presidente Garrastazu Médici durante o almoço oferecido pelo Secretário de Estado, William Rogers, no Departamento de Estado, em 7 de dezembro de 1971

Sou muito reconhecido a Vossa Excelência por esta cordial acolhida no Departamento de Estado, nesta sala dedicada à memória de Thomas Jefferson, e levarei comigo a lembrança deste momento. Momento de amizade e de confiança, em que conversamos sobre problemas, preocupações e esperanças comuns. Podemos conversar livremente, num clima de franqueza e objetividade, com firmeza de propósitos e de opiniões próprias e sem o risco de mal-entendidos e de incompreensões. A base de confiança que alicerçarmos entre nós permite que este diálogo se efetue em um novo tom de realismo, sem a necessidade de retóricas e de falsos otimismos. Devemos falar a linguagem da verdade e da sinceridade e somente sobre esta base conseguiremos realizar algo de permanente e de duradouro. Os contatos que mantive esta manhã com o Presidente Richard Nixon, contatos que terão seu seguimento natural nos próximos dias, me convencem de que é chegado o momento para a fixação de um novo ponto de partida nas relações pacíficas e amistosas entre o Brasil e os Estados Unidos da América. A amizade entre os dois países é um fato histórico e um dado permanente da Política Externa de um e de outro país. Chegou agora o momento de construir e de edificar sobre esta amizade. É para esta tarefa de construção, é para este esforço de compreensão recíproca que devemos mobilizar nossa imaginação e nossa energia criadora. O diálogo que agora iniciamos continuará por anos e por décadas, através das vicissitudes da História e das transformações que incessantemente se operam, e nosso contato de hoje não fez senão confirmar-me neste pensamento e nesta convicção. É neste espírito, Senhor Secretário de Estado, que desejo erguer minha taça à felicidade pessoal de Vossa Excelência e de seus colaboradores nesta casa e a grande causa da cooperação e da amizade entre o Brasil e os Estados Unidos da América.

Discurso do Presidente Garrastazu Médici durante o jantar oferecido pelo Presidente Nixon na Casa Branca, em Washington, em 7 de dezembro de 1971

Senhor Presidente,

Nas palavras de Vossa Excelência encontro não apenas gesto de fraternal acolhida, mas também de determinação de preservar e fortalecer a tradicional solidariedade entre nossas Pátrias. Minha esposa e eu — e todos os membros de minha comitiva — guardaremos sempre a grata lembrança do convívio desta noite, da alegria deste momento proporcionado pela amável hospitalidade da Senhora Nixon e de Vossa Excelência.

Aqui estamos, Senhor Presidente, para franca conversa de amigos, para troca de pontos de vista e de experiências, para recordar o passado de lutas comuns, para discutir os problemas do presente e sobretudo, estabelecer planos de longo alcance para o futuro. Aqui estamos para um esforço conjunto na fixação de novo ponto de partida, mutuamente frutífero para as relações invariavelmente pacíficas entre as duas Nações que representamos.

Reunimo-nos demoradamente na manhã de hoje, cônscios de que nossos pontos de vista nem sempre podem ser coincidentes. Não perdemos, porém, um só momento, o objetivo de procurar harmonizá-los e de integrá-los na mais ampla cooperação não apenas benéfica para ambos os países, mas importante para o encaminhamento e solução dos problemas tanto do hemisfério quanto mundiais. Nossa amizade passou por todas as provas da paz e da guerra e os Estados Unidos sabem que sempre encontrarão no Brasil um aliado leal e independente.

O Brasil não se pode mostrar indiferente e apático diante de novos fatos e circunstâncias, diante de uma realidade em mutação, da qual deveremos emergir para edificar novo ordenamento mundial, nos planos político, diplomático, econômico, financeiro e monetário. Deste mundo novo temos de aproximar-nos sem idéias preconcebidas, sem posições irremovíveis. O que nos parece imperioso é que esse novo ordenamento mundial inicie fase também inteiramente nova, de paz, de justiça e de progresso para todos os membros da comunidade das Nações.

As vozes brasileiras e americanas que se misturam em torno desta mesa, estão impregnadas do mesmo sentimento de amizade e de igual anseio de realização. Vozes que não têm dificuldade de se fazerem ouvidas e entendidas e compreendidas. Vozes que se conjugam em propósitos comuns, mas não renunciam a sua identidade própria, autônoma e espontânea. Sobre a base da confiança recíproca, do respeito mútuo e da igual-

dade de direitos é que preservaremos a grande amizade, amizade que o interesse comum nos indica e nos impõe.

Neste espírito e com este pensamento, peço a todos os presentes que levantemos nossas taças à saúde da Senhora Nixon e do Presidente dos Estados Unidos da América, à grandeza e felicidade da grande Nação *americana que nasceu e prosperou sob a égide da liberdade.*

Discurso pronunciado pelo Presidente Garrastazu Médici no almoço oferecido pelo Vice-Presidente Spiro Agnew, na Anderson House, em Washington, em 8 de dezembro de 1971

Senhor Vice-Presidente,

Minha esposa e eu somos profundamente reconhecidos à Senhora Agnew e a Vossa Excelência pela cordial acolhida que nos dispensam nesta casa de nobres tradições.

Venho a este país menos com a intenção de tratar de questões e problemas específicos do que com o espírito, que também encontro no Presidente Nixon, de fixar um novo ponto de partida na cooperação entre as duas Nações, compatível com as realidades do mundo e com as posições de nossos países diante dos problemas universais.

Nunca se afigurou este diálogo tão necessário e oportuno como agora, quando imensas transformações se operam na vida, no pensamento e na atitude dos dois países.

Vivemos em momento de transição num mundo em transição. As bruscas mudanças dos últimos meses — tanto na área política e diplomática, quanto na área financeira e monetária — vieram submeter a dura prova as idéias, doutrinas e concepções que sustentavam o mundo ocidental desde o fim da Segunda Guerra Mundial; e estão precipitando o advento de um período fluido e movediço, incerto e cambiante, pejado a um só tempo de apreensões e de esperanças, período para o qual se poderia encontrar paralelo histórico nos anos de 1945 e 1948, quando se assentaram as bases e se traçaram as grandes linhas que permitiram a reconstrução e o progresso do mundo em que então vivíamos. Neste estágio de transição, quando se discutem novas bases de convivência e cooperação internacional, que não podem deixar de refletir-se no plano nacional, o Brasil não calará sua voz nem recusará sua cooperação nos foros mundiais e continentais, assim como no diálogo bilateral com países amigos como este, que são também velhos companheiros na luta em defesa da liberdade e da dignidade do homem, como criatura de Deus e criador de valores espirituais.

O Brasil cresceu, amadureceu e diversificou-se em sua unidade indestrutível. Não se omitirá nem fugirá à sua parcela de responsabilidade dentro da comunidade das nações, animado como está de um profundo e sincero

desejo de participação. Participação nos direitos e nos deveres de um novo ordenamento mundial que, para ser duradouro, não pode basear-se em considerações de uma política de poder, efêmera e mutável por sua própria natureza, além de injusta e discriminatória.

O Brasil não acredita que os problemas mundiais possam ser examinados e resolvidos mediante um congelamento da estrutura do poder mundial, nem pelo estabelecimento de esferas de influência. Não podemos aplicar a nosso século esquemas e artifícios políticos anacrônicos. O rio da História terá de seguir seu curso — e isto implica mutações, transformações e deslocamentos de poder. Acreditamos em uma comunidade de Nações livres e soberanas que sentem a necessidade histórica de afirmar-se, num mundo em que o progresso e o desenvolvimento de uns não devem assentar em sacrifícios e prejuízos de outros, em que a soberania deve ser um instrumento de liberdade comum. Por isso mesmo, o Brasil está convencido de que, para ser efetivo, qualquer passo concreto no sentido da realização do conceito de interdependência dos diferentes membros da comunidade das Nações há de pressupor, necessariamente, os estágios prévios de soberania política e de emancipação econômica.

Nas relações entre nossos dois países, teremos de separar o transitório do permanente, o contingente do essencial e impedir que pequenos pontos conflitantes possam comprometer as bases de uma cooperação de longo alcance, cooperação que considero vital e indispensável, não apenas para ambos os países, mas para a preservação da paz e da segurança no Hemisfério.

Não tolera o povo brasileiro qualquer intervenção em assuntos de sua exclusiva jurisdição doméstica. Em face das ameaças de interferência externa, adotamos medidas de segurança para nos defendermos das tramas e urdiduras daqueles que, por métodos violentos, inspirados de fora, buscavam, ainda que em vão, perturbar nossa paz e tranqüilidade e destruir as bases de uma sociedade livre, orientada no sentido do progresso social e do desenvolvimento econômico. Essa a sociedade que estamos construindo, voltada para o Homem, que deve ser o princípio, o meio e o fim de toda organização política. As medidas que, com aquele propósito, o Brasil tomou na defesa de sua sobrevivência, expuseram-nos a incompreensões e mal-entendidos que lamentamos, mas que não poderão afastar-nos do caminho que nós mesmos soberanamente escolhemos.

Com uma taxa superior a 9% no crescimento anual de seu Produto Nacional Bruto; com seu parque industrial florescente; com seu crédito internacional restabelecido; com um programa educacional que representa hoje o mais alto investimento do orçamento da República; com um ambicioso plano de promoção social, destinado a reduzir as diferenças regionais e a proporcionar o bem-estar a cada família; com uma população que aumenta dia a dia para enfrentar as necessidades de ocupação de seu território, que tem, como este país, as dimensões e as características de

um continente; com a obra de audácia e imaginação com que corta e ocupa sua região amazônica — o Brasil realiza a única expansão a que tem direito, mas à qual não pode renunciar, a grande expansão que empreende dentro de suas próprias fronteiras, mediante o trabalho incessante de seu povo e com a colaboração da ciência, da tecnologia e dos recursos de todos os que se queiram unir a este nosso gigantesco esforço. O Brasil tem hoje plena confiança em si mesmo.

Senhor Vice-Presidente,

No Brasil, acompanhamos, com fraternal interesse, o que aqui se faz e o que aqui se pensa e, se algumas vezes tivemos dificuldades em pôr-nos de acordo, sempre nos foi fácil compreendermo-nos mutuamente. A compreensão pode ser mesmo mais importante do que o acordo. Procuremos expandir nossas áreas de acordo e tornemos indestrutível nossa mútua compreensão.

Com franqueza e objetividade queremos conduzir nosso diálogo permanente com os Estados Unidos da América, diálogo de paz, de entendimento e de realizações comuns.

Voltarei a meu País, com a certeza de que, não obstante as transformações e as mudanças que aqui, como no Brasil, se operam, dentro de nossas respectivas e peculiares condições econômicas e sociais, este povo, como o povo brasileiro, se mantém fiel a si mesmo, aos ideais que presidiram à formação das estruturas políticas dos dois países, fiel à liberdade, que é a nossa razão de ser e o nosso destino.

É com este espírito que brindo à saúde da Senhora Agnew e de Vossa Excelência, na certeza de que novos vínculos, fortes e poderosos, se forjaram, em dezembro de 1971, entre os Estados Unidos da América e o Brasil.

Discurso pronunciado pelo Presidente Garrastazu Médici perante o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos, em Washington, em 8 de dezembro de 1971

Senhor Presidente do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos,
Senhores Embaixadores e Representantes,
Senhor Secretário-Geral,
Senhoras e Senhores,

Recebo as palavras de Vossa Excelência, Senhor Presidente, como expressão da homenagem que presta ao Brasil a comunidade das Nações Americanas, tão nobremente aqui representadas. Recebo-as como palavras

de fortalecimento dos laços indissolúveis, forjados através da nossa História comum, e que definem a fisionomia moral da América.

A saudação de Vossa Excelência é também a do representante de um país irmão, a Costa Rica, exemplo de devoção ao ideal da unidade latino-americana e da solidariedade continental. Ao agradecê-la, tenho presentes o seu alto significado e a honra de havê-la merecido.

A visita a este Conselho era parte indeclinável do programa de minha viagem. Graças ao convite que Vossa Excelência se antecipou em fazer-me, em nome de seus pares, encontro-me, neste momento, com os plenipotenciários das Nações americanas.

Esta Organização, a serviço dos altos ideais que presidiram sua criação, retoma seus passos sob a égide da atual Carta, que lhe imprime novo dinamismo, em consonância com os anseios e aspirações dos povos americanos. Nesta nova fase de seu destino, quer emprestar aos países do hemisfério sua colaboração ao desenvolvimento econômico, dinâmico e harmônico, reconhecido e proclamado como indispensável à paz e à segurança.

O Brasil, que, sem hesitar, trouxe o mais decidido apoio à tarefa de reformulação da Carta, está atento às peculiaridades do mundo contemporâneo e à extraordinária rapidez da História de nosso tempo. A obra de soerguimento nacional a que o meu País se vem dedicando, com tanto êxito, a partir de 1964, visa a permitir o aproveitamento integral de seus recursos, para que venha colocar-se, em curto prazo, na comunidade das Nações, na posição indicada pelos seus recursos naturais e pelas exigências da nova sociedade industrial. Defrontamos, hoje, nosso destino, possuídos de sentimento da mais legítima confiança.

Senhor Presidente,

Persuadido da absoluta unidade de objetivos e ideais que inspiram nossos povos, reconheço que o desenvolvimento constitui responsabilidade primacial de cada um dos Estados do Continente, empenhados, como estamos, em mobilizar recursos humanos e materiais, para nos ajustar ao acelerado progresso da sociedade contemporânea. A Carta da nossa Organização prescreve essa mobilização de esforços, sem deixar de ressalvar a necessidade de resguardar-se a soberania e a entidade moral de cada um dos nossos Estados. Releva, entretanto, ter presente a conveniência da reformulação do nosso velho conceito de vizinhança. Já não nos encontramos separados pelas distâncias físicas, nem pelo desconhecimento recíproco. Ao contrário, cada vez mais nos acercamos uns dos outros, passando a conhecer fronteiras econômicas vivas e articuladas por moderna infra-estrutura de transportes e por sistema de comunicações cada vez mais ágil e universal.

Os imperativos da geografia reclamam, em quase todos os países, exata consideração dos problemas de desenvolvimento regional, da tecnologia que lhe é mais adequada, das exigências do meio e dos processos

para cada caso. A colaboração da OEA, em estudos de alta complexidade ligados a esses temas, merece ser ressaltada, pela sua inteligência do papel histórico de preservação da fisionomia política, geográfica e cultural do hemisfério.

A concepção de que o desenvolvimento repousa no esforço nacional, atento às peculiaridades regionais, está longe de significar que o caminho a percorrer deve ser solitário. Mais do que nunca se impõem, assim, a cooperação e a solidariedade interamericanas e a ação concertada da América Latina, dada a analogia dos seus problemas básicos. Diante da estreita correlação entre o desenvolvimento econômico e social e o comércio exterior, torna-se indispensável esforço conjunto, vigoroso e sempre renovado, para corrigir deformações e afastar empecilhos ao ritmo do nosso desenvolvimento.

A cooperação para o desenvolvimento econômico e social deve, entretanto, processar-se em clima de autêntica solidariedade política e perfeita harmonia com os planos nacionais, definidos e elaborados sob a responsabilidade exclusiva dos Estados, pois a cada um deles cabe forjar seu próprio destino.

Um dos objetivos capitais da política exterior de meu Governo consiste no esforço para corrigir-se a defeituosa e injusta estrutura do comércio internacional e lograr-se tratamento eqüânime a todos os países, a fim de transformá-lo em poderoso fator de desenvolvimento. Dando continuidade a esse esforço, usaremos todos os foros necessários para marcar a firmeza de nossas posições.

A Organização dos Estados Americanos, a mais antiga das entidades políticas internacionais, recolheu, no longo caminho percorrido, notórios títulos de que se pode orgulhar. Sua obra de estruturação jurídica marcou o Direito Internacional com princípios que definem substancial contribuição da América. O aspecto central da Organização, entretanto, foi sempre o de resguardar, sem prejuízo da soberania e da liberdade de ação dos povos do hemisfério, os seus interesses comuns, tais como a defesa coletiva contra agressão externa, o primado da solução pacífica dos conflitos e das controvérsias sem prescrição de foro *ad-hoc*, a preservação das tradições e dos costumes das Nações americanas. A Organização sempre se esforçou em comprovar que as Nações dela componentes se associam, se unem, se justapõem, sem prejuízo de sua identidade, preservando seus traços essenciais e a originalidade de sua formação. O sentido continental da Organização nunca permitiu, além disso, que seus integrantes se isolassem nos amplos espaços geográficos da América. Sempre nos mantivemos abertos às relações com todos os povos, sem esquecer que os Países do nosso Continente se formaram mediante esforço conjugado das mais diversas raças, vindas de todos os pontos da terra e com extraordinária contribuição da cultura e da civilização européias.

Não deve, pois, a OEA representar, para o hemisfério, estágio a caminho do isolamento. Cumpre-lhe constituir foro, onde se harmonizem e

se conjuguem os pontos de vista dos Países americanos, para mais ampla e mais ativa participação na comunidade das nações. Cumpre-lhe, sobretudo, ser fonte de idéias e concepções novas, para solução dos problemas comuns.

A ação dos países latino-americanos não pode, contudo, circunscrever-se a este foro. Impõe-se, por vezes, transcendê-lo, no processamento e depuração de idéias universais, como ocorre, por exemplo, com o reconhecimento, que ora buscamos, no âmbito das Nações Unidas, da legitimidade do princípio da segurança coletiva no domínio econômico. Ao sustentar a íntima correlação entre os conceitos de segurança internacional, de desarmamento e desenvolvimento econômico, as Nações latino-americanas assumiram, na vigésima quinta e na vigésima sexta Assembléias Gerais da ONU, posição definida e autônoma perante os grandes problemas de nosso tempo. Idéias que aqui se conceberam e aqui se desenvolveram são, assim, transportadas, com firmeza e imaginação, para o foro maior da Comunidade das Nações.

Essas novas posições, assumidas pela América Latina, revelam a vontade política de contribuírem nossos países para o encaminhamento da solução dos grandes problemas internacionais, não se resignando, assim, à situação de meros espectadores da História. Este o grande papel reservado para a Organização dos Estados Americanos: o de foro de liberdade e não de arregimentação, onde as idéias cresçam e se multipliquem, e não onde se estiolem e sufoquem.

Estimuladas pela construção de grandes vias de transporte, pela rápida industrialização e pelas novas correntes de comércio, as relações entre os povos do hemisfério tendem a aumentar dia a dia. O crescimento demográfico, os planos de colonização regional e os esforços de redistribuição populacional eliminam vazios geográficos, articulando, entre si, em proveito da unidade Continental, centros de civilização, antes isolados uns dos outros. À OEA estará reservado, pois, grande papel no futuro da América, se ela, como espero, souber ajustar-se aos desafios que a inquietam.

Essa incursão pelos caminhos do futuro não nos dispensa de assinalar que, não obstante as vicissitudes de sua história, a Organização tem procurado ser fiel ao mandato e às aspirações de que é depositária. Nas horas mais graves da vida da América, seu foro esteve sempre aberto para o debate franco, sincero e vigoroso. Os povos aqui representados esperam que a OEA, tão vinculada a seus mais íntimos anseios, continue a conduzir-se com firmeza a decisão no trato dos grandes problemas continentais, examinando os temas de sua competência sem subterfúgios nem limitações.

Senhores Embaixadores e Representantes:

Peço-lhes transmitir aos seus Governos e aos seus povos que o Brasil, Nação irmã, se empenha, com firmeza e decisão, em somar cada vez mais esforços, para, unidos, construirmos, na coletividade americana, o solar de liberdade e justiça, compatíveis com a índole de nossos povos e com o desenvolvimento que aspiramos para todo o Continente.

DISCURSO DO MINISTRO GIBSON BARBOZA, ABRINDO O DEBATE GERAL NA XXVI ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, EM 27 DE SETEMBRO DE 1971

Senhor Presidente,

No curso das comemorações do XXV aniversário da nossa Organização, fomos unânimes em proclamar a crença de que as Nações Unidas continuavam a ser a alternativa válida para as teorias de poder e de equilíbrio de poder, que alimentam ambições de hegemonia. Se fomos unânimes nessa crença, apontamos ao mesmo tempo as limitações à capacidade de atuar de nossa Organização, pelo ressurgimento de conceitos políticos e práticas diplomáticas contrárias aos Propósitos e Princípios da Carta.

Os Propósitos e Princípios que os 51 Estados Membros fundadores das Nações Unidas incorporaram à sua Carta Institucional permitiram que, no curso de um quarto de século, acedessem à Organização outras 76 Nações com o mesmo *status* soberano. Ao enfrentarmos, em julho de 1945, a miséria, o sofrimento e a destruição causados pela Segunda Guerra Mundial, assumimos também a responsabilidade coletiva de eliminar o pauperismo injustificável em que vegetavam dois terços da humanidade. Mal sabíamos então que algumas semanas mais tarde surgiria a força destruidora do átomo como a maior ameaça à paz e à segurança internacionais. Ninguém negará que esse fato condicionou a evolução das relações internacionais depois de São Francisco; e seu impacto persistirá enquanto o saber que dá o poder não for posto, definitivamente e sem restrições, a serviço da comunidade internacional.

A crise contemporânea e o perigo de marginalização das Nações Unidas se agravarão na medida em que a riqueza e a força continuarem a concentrar-se em alguns Estados, na medida em que os conhecimentos científicos e tecnológicos permanecerem oligopolizados, na medida, enfim, em que se exerça uma política de poder que esvazia as Nações Unidas e as reduz a uma posição cada vez menos importante como foro ordenador, válido e ativo das relações internacionais. A alternativa às Nações Unidas é, por conseguinte, tanto para os Estados pobres, quanto para os mais e

para os menos poderosos, o caos, conseqüência inevitável de teorias que erigem a força, a força crua do poderio econômico, científico e militar, como pauta do comportamento internacional.

Por essa razão, o Brasil sustenta, e não se cansará de fazê-lo, que a paz, a segurança coletiva e o progresso sócio-econômico dos países em desenvolvimento são os problemas cruciais de nosso tempo; que de sua solução depende o próprio convívio harmonioso entre as Nações.

Ainda por isso o Brasil se empenhou, durante a Assembléia do XXV aniversário, na adoção da Declaração sobre o Fortalecimento da Segurança Internacional, pela qual reiteramos os Propósitos e Princípios de nossa Organização e sua competência para examinar, debater e resolver as grandes questões mundiais.

Essa reafirmação significa, sem dúvida, o repúdio ao chamado "realismo político", com que se procura instituir e justificar novas formas de congelamento do poder, bem como o estabelecimento, implícito ou explícito, de zonas de influência.

Somos solicitados, nesta Assembléia, a encarar com esse suposto realismo o acesso de mais uma grande potência à nossa Organização. O espírito realista seria a tradução contemporânea da *Realpolitik,* termo que evoca, aliás, um passado de nem sempre feliz memória. Preferiria, em verdade, que este espírito realista fosse utilizado, ao invés, no reconhecimento pelas Nações Unidas do que não mais se pode adiar: a concretização, em fatos, do dever moral e da obrigação política que têm os países ricos de efetivamente contribuir para o desenvolvimento das Nações menos favorecidas ou, pelo menos, de não criar obstáculos a esse desenvolvimento. Estudos neste sentido não nos faltam, propostas as mais razoáveis têm sido formuladas e mesmo aprovadas, mas, na apuração das contas, tudo o que se obtém é compartimentar nossas deliberações em confortáveis fatias de tempo: assim foi que chegamos à Segunda Década do Desenvolvimento.

Não é essa, infelizmente, a *Realpolitik* de que se trata, a *Realpolitik* que nos levaria à paz duradoura e fecunda. Não, a *Realpolitik* que nos pedem aplicar é a do reconhecimento do fato de que uma potência com centenas de milhões de habitantes e possuidora de arma nuclear, cuja proliferação, aliás, se pretende proscrever, não poderia deixar de ter, entre nós, posição compatível com a sua força. O que ocorre é, portanto, mais um episódio da política do poder. Não me parece seja este um critério apropriado para que se organize uma sociedade internacional fundada na paz, na justiça e na igualdade entre os Estados.

Estimaria ainda observar, em relação a este caso que hoje ocupa as atenções prioritárias de todas as Chancelarias do mundo, que o fato novo não é a descoberta da existência de mais uma estrela na constelação das grandes potências. Essa estrela já existia de há muito, na verdade desde que demonstrou possuir a técnica e os meios de pôr em perigo a sobre-

vivência da humanidade; desde que provou, em outras palavras, possuir a arma atômica. A novidade, esta sim, que agora altera fundamentalmente a perspectiva da composição da ONU, é o fato — e isto me parece indiscutível — de que uma superpotência haja decidido haver chegado o tempo de se reconhecer a existência de mais uma grande potência. O candidato ao ingresso passa, conseqüentemente, a existir, desde o momento em que os diretores do clube do poder o decidem.

Há que contar como certo o acesso desse novo sócio, hoje ou amanhã. A diferença no tempo será irrelevante. A importante, a relevante novidade seria se essa manifestação de *Realpolitik* viesse trazer como conseqüência, de agora em diante, a discussão e decisão nas Nações Unidas dos grandes problemas que dizem respeito à paz e à segurança internacionais, e que estranhamente não têm sido discutidos pela Assembléia Geral.

Certamente, ao procurar identificar a tendência para o congelamento do poder, que pode constituir-se em principal obstáculo à consecução dos objetivos da paz, segurança e desenvolvimento, não estou postulando, direta ou indiretamente, uma visão simétrica das superpotências, seus interesses globais e comportamentos políticos.

Ainda que, hipoteticamente, a comunidade internacional se dispusesse a aceitar a "paz nuclear" e, portanto, o princípio de que o poder absoluto gera direitos absolutos, a experiência histórica desautorizaria qualquer distinção permanente entre um grupo reduzido de nações dotadas de poder incontrastável, e outra categoria de países, condenados à posição de espectadores ou de protegidos do poder.

A filosofia política de nossa Organização é outra. Fundamenta-se na igualdade de direitos, deveres e oportunidade entre todos os Estados Membros, no respeito à soberania e independência dos Estados, na abstenção do uso da força para a solução de controvérsias internacionais e no cumprimento, de boa-fé, das obrigações contraídas na própria Carta. Torna-se, pois, evidente que as doutrinas do poder ameaçam a sobrevivência das Nações Unidas como órgão normativo da sociedade dos Estados e as desvalorizam políticamente como foro internacional capaz de impor disciplina ao próprio fato do poder, uma disciplina que beneficiaria a comunidade internacional em seu conjunto, ao contrário do oligopólio de força que opera em detrimento dessa comunidade.

A mais evidente e, no longo prazo, a mais perigosa tentativa de consagrar o imobilismo, é a recusa sistemática de se admitir sequer a possibilidade de uma revisão da Carta de São Francisco. Não pensa o Governo brasileiro que a filosofia política das Nações Unidas, definida em seus Propósitos e Princípios, necessite de revisão ou reforma. Este foi o sentido do apelo — "Utilizemos a Carta, utilizemos nossa Organização" — que lancei durante a Assembléia do XXV aniversário.

Mas porque os tempos mudaram, à revisão e à reforma devem estar sujeitos os mecanismos estabelecidos para a adimplementação de tais Pro-

pósitos e Princípios. Os cenários que se abriram e fecharam na mutável realidade internacional, a experiência acumulada em vinte e cinco anos de trabalho para coibir e reduzir as crises e causas de conflito, e, o que é fundamental, o ingresso nesses cenários de tantos novos Estados soberanos, tornaram arcaicos, inadequados, insuficientes muitos dos mecanismos criados há um quarto de século. A revisão impõe-se para que as Nações Unidas passem a dispor de instrumentos que a façam mais atuante, mais disciplinadora e mais ágil.

Cito, para ilustrar a necessidade de revisão, a escassa representatividade de certos órgãos como o Conselho Econômico e Social, cujo número atual de membros o torna incapaz de refletir e interpretar a gama tão complexa dos interesses econômicos e sociais dos Estados que integram as Nações Unidas.

Neste contexto, quero reafirmar que o Brasil não pode aceitar seja posto em dúvida ou restringido em seus efeitos, o princípio da igualdade soberana dos Estados Membros. Este princípio não admite outra qualificação além das prerrogativas explicitadas no artigo 27 da Carta. Trata-se de regra de exceção, cujos efeitos não se devem estender a nenhum outro foro ou atividade da Organização, atribuindo prerrogativas especiais aos membros permanentes do Conselho de Segurança; nem esta qualidade, restrita àquele Conselho, pode servir para assegurar aos seus membros permanentes qualquer vantagem ou prioridade no preenchimento dos órgãos subsidiários da Assembléia, em detrimento dos princípios da igualdade entre os Estados e da distribuição geográfica eqüitativa.

Parece aqui necessário repetir o óbvio, de vez que esse óbvio freqüentemente surge deformado pelos poderosos interesses conflitantes. O estabelecimento da paz é a tarefa fundamental das Nações Unidas. A paz que não se confunde nem com o equilíbrio do poder, nem com sua modalidade nuclear, o equilíbrio do terror. A paz que não é a mera perpetuação de uma situação internacional injusta, ou a simples ausência de conflito, com sinistras tonalidades nucleares. A paz, enfim, que não é apenas uma esperança de sobrevivência da humanidade no dia de amanhã, e uma esperança renovada sempre a curto prazo, isto é, a esperança de que os arsenais nucleares não sejam utilizados. Mas a paz que se apoie numa estável estrutura de segurança coletiva e proporcione condições de progresso, que se identifique com a erradicação do subdesenvolvimento, que garanta a todos os Estados Membros contra agressões, ameaças ou pressões econômicas, de desenvolver seu potencial humano, suas virtualidades político-sociais, a livre posse e disposição de seus fatores de progresso.

A condição básica de toda esta construção — paz e segurança política e econômica — repousa essencialmente no desarmamento geral e completo, que não pode ser reduzido à dimensão inadequada das medidas parciais de controle de armamentos ou de não-armamentos. Essas medidas, embora necessárias e louváveis, não têm ido além da manutenção da atual dis-

tribuição do poder nuclear sob o manto engenhoso da co-presidência. A existência de arsenais nucleares e as despesas atualmente realizadas com o intuito de reforçá-los quantitativamente, e aperfeiçoá-los qualitativamente, são produto de antagonismos que a prática do equilíbrio de poder não deixa solucionar. Ninguém mais duvida hoje da irracionalidade do "overkilling", nem de que o dispêndio insofreado com armamentos nucleares constitui o impedimento maior para um plano integrado de desenvolvimento econômico global.

Aqui estamos reunidos mais uma vez, com a responsabilidade de buscar a solução que racionalmente aparece ao alcance de nossas mãos, mas que teima em fugir, tangida pela diabólica ilusão de que o poder, tornando só aparentemente imunes uns poucos, garantirá, por sua própria dinâmica, a sobrevivência de todos.

Por isso, nossos ouvidos e nossos olhos estão postos nas portas atrás das quais, em Helsinki e em Viena, prosseguem, com a lentidão a que infelizmente já nos habituamos, as conversações secretas sobre limitação de armas estratégicas. Em torno dessas mesas, onde não nos sentamos, jogam os negociadores das superpotências o destino de todos nós.

Dentro de poucos meses, estará reunida a III Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, terceira oportunidade, em menos de dez anos, oferecida ao mundo desenvolvido para cooperar concretamente com os países em desenvolvimento, para a melhoria de suas condições de vida, para o estreitamento e eliminação, no menor prazo possível, do hiato econômico, científico e tecnológico que separa as Nações do mundo.

Decepcionado com os parcos resultados da I e II UNCTAD, ciente das hesitações dos países desenvolvidos, da intransigência de alguns e do alheiamento ainda mais indesculpável de outros, o Brasil considera que a sorte da III UNCTAD irá de par com a aceitação crescente pela comunidade internacional do conceito de segurança econômica coletiva, efetivado através da adoção de decisões de largo alcance no plano institucional e da criação de mecanismos novos e mais ambiciosos.

O conceito de segurança econômica coletiva complementará o sistema político de segurança coletiva. Na prática, esse conceito, que o Brasil vem defendendo coerentemente desde 1953, postula em primeiro lugar, o direito de todas as Nações ao desenvolvimento econômico e social. Postula, também, o dever dos países economicamente mais desenvolvidos de contribuírem para a eliminação, de acordo com calendários negociados, e de toda maneira antes do término da Segunda Década para o Desenvolvimento, dos obstáculos externos que as economias desenvolvidas opõem à aceleração do crescimento dos países em fase de desenvolvimento.

Na medida de sua capacidade, está o Brasil preparado para assumir as responsabilidades que lhe competem no tocante aos países de menor desenvolvimento relativo, tanto no plano bilateral, quanto no multilateral.

E nisto estamos inspirados pela solidariedade natural que nos une aos países de menor desenvolvimento relativo e também por um imperativo ético. É nosso desejo seja este problema frontalmente versado em Lima, quando se reunirão os 77 em nível ministerial, a fim de que a III UNCTAD traga soluções concretas e globais a esta questão. Estamos certos de que outros países em estágios de desenvolvimento semelhante ao nosso nos acompanhe na busca destas soluções; assim como é indispensável que, de acordo com a Estratégia da Segunda Década para o Desenvolvimento, os países desenvolvidos contribuam com recursos adicionais para eliminar mais rapidamente as disparidades de crescimento entre os que se estão desenvolvendo. Na órbita latino-americana, já estamos progressivamente atuando em conformidade com esta decisão política.

A segurança econômica coletiva pressupõe, ainda, a proteção de todos os Estados Membros contra agressões, ameaças ou pressões econômicas, especialmente quando ligadas ao comércio e financiamento internacionais; pressupõe, da mesma forma, o respeito à soberania de todos os Estados sobre os seus recursos naturais, e sua conseqüência político-econômica, isto é, o direito de livremente protegê-los e explorá-los, em benefício de suas populações e segundo suas próprias prioridades.

O Brasil reitera o direito e o dever dos Estados ribeirinhos de utilizar os recursos dos mares, dos fundos marinhos e de seu subsolo adjacente às suas costas, a fim de assegurar o bem-estar econômico e social de seus povos. Com esse objetivo, compete-lhes determinar a extensão de sua soberania ou jurisdição sobre essas áreas, de conformidade com suas peculiaridades geográficas, geológicas e biológicas, e suas necessidades em matéria de segurança, investigação científica e preservação do meio marinho. O Governo brasileiro manifesta sua satisfação pelo amplo acolhimento e apoio que esses princípios estão crescentemente recebendo de Estados de todos os continentes e de todos os níveis de desenvolvimento econômico, no contexto dos trabalhos preparatórios para uma Conferência que abranja todos os temas do Direito do Mar.

Não tenho por objetivo trazer a este debate questões que ora se discutem, com maior propriedade técnica, em outros foros internacionais. Mas não posso deixar de assinalar que o Brasil está acompanhando com profunda preocupação as novas tendências e os novos desenvolvimentos que passaram a caracterizar o panorama monetário e comercial internacionais, em conseqüência das decisões adotadas pelo Governo dos Estados Unidos da América para corrigir o deficit de seu balanço de pagamento. É inegável que os interesses fundamentais dos países em desenvolvimento deixaram, neste passo, mais uma vez de ser considerados. Releva notar que os países em desenvolvimento em nada contribuíram para gerar essa situação anormal do panorama comercial e financeiro internacional. É, pois, imperativo que seus interesses venham a ser salvaguardados devidamente, ao se buscarem soluções corretivas, a fim de que não seja prejudicado seu

processo de desenvolvimento econômico e social. Se os governos e órgãos especializados tomarem medidas para remodelar o sistema monetário internacional sem consulta aos países em desenvolvimento nos órgãos internacionais apropriados, muito receio que o programa de ação incorporado à estratégia internacional do desenvolvimento, adotada no ano passado por esta mesma Assembléia, fique gravemente prejudicado logo em seu primeiro ano de vida.

Os países latino-americanos já adotaram uma posição política comum a respeito destes problemas. Esperamos, e esperamos firmemente, que os Estados Unidos da América, bem como os países desenvolvidos que estão procurando defender sua estabilidade através de consultas mútuas, não abandonem seus compromissos anteriores no tocante aos países em desenvolvimento.

Senhor Presidente,

O Brasil, já com uma aceleração de progresso econômico e social que pronuncia o rompimento das barreiras do subdesenvolvimento, continuará, na medida de sua capacidade, a trabalhar pelo fortalecimento de uma ordem internacional baseada nos conceitos que acabo de expor.

Se o bipolarismo que dominava as relações internacionais está sendo superado pelas circunstâncias históricas, a alternativa não pode ser um novo sistema de poder sustentado por número também reduzido de nações que se arreguem uma hegemonia de fato sobre o resto do mundo, mas sim a organização da comunidade internacional nos termos amplos e equitativos dos Propósitos e Princípios das Nações Unidas.

A linha básica de nossa política externa foi resumida nas seguintes palavras do Presidente Emílio Garrastazu Médici: "O Brasil opõe-se à divisão do mundo em zonas de influência, considerando a paz condição essencial à conquista do progresso e conservando-se fiel ao preceito da solução pacífica de controvérsias, principal linha de atuação de sua diplomacia".

Esta é a visão da realidade contemporânea que o Brasil deseja compartilhar com os demais Estados-Membros, na oportunidade da abertura deste debate. Nada abalará nosso propósito de continuar a trabalhar pela realização dos ideais e aspirações comuns que nos farão cada vez mais solidários no progresso e na paz. Nada abalará nossa certeza de que, apesar de tantos percalços, ainda está em nossas mãos, nos povos das Nações Unidas, a possibilidade de definitivamente repudiar uma trágica herança de violência e desatino, que encharcou de sangue e lágrimas o caminho que nos foi necessário percorrer para afinal construir esta Organização. Nada abalará nosso empenho em aperfeiçoá-la, em expandir suas responsabilidades, em aumentar sua efetiva capacidade disciplinadora das relações entre Estados, em benefício da paz e da segurança mundiais.

SEGURANÇA DO HEMISFÉRIO OCIDENTAL: A VISÃO DOS ESTADOS UNIDOS E A VISÃO LATINO-AMERICANA

Relatório PLANK

Publicamos a seguir a íntegra do trabalho apresentado pelo professor John Plank, da Universidade de Connecticut, ao Conselho das Américas (Council of Americas) em dezembro de 1971.

O trabalho do Professor Plank foi considerado como uma interpretação *franca, embora controvertida, da visão oficial norte-americana* dos problemas de segurança do Hemisfério Ocidental.

Habituei-me, no correr dos anos, a respeitar aquela advertência de William Strunk, transmitida por E. B. White: "Se você não sabe a pronúncia exata de uma palavra, pronuncie-a bem alto!" Costumo, inclusive, ir além da advertência, transformando-a numa máxima profissional: "Se você não pode ver claro no assunto sobre o qual tem de falar, faça-o com audácia".

É o que farei, neste relatório. As questões de segurança não são muito de meu gosto, em parte porque sou inclinado a perspectivas otimistas, com uma não visão hobbesiana da natureza humana, e desejo acreditar que as implicações da segurança, especialmente da segurança nacional, refletem uma desconfiança contra o espírito e a vocação do homem, e em parte porque estou plenamente convencido de que quando os Estados Unidos sobrestimam os problemas de sua segurança, deterioram suas relações com a América Latina, levando-nos, como está acontecendo, a uma fase insatisfatória, frustrada penosa dessas relações. Preferi, por isso mesmo, não me deter nos assuntos da segurança, voltando-me para áreas marcadas pelo consenso e a cooperação, em termos potenciais e atuais.

A história, conforme uma expressão gasta, não revela suas alternativas. É possível que se os Estados Unidos não tivessem seguido a política de Dulles, nos anos 50, não tivessem promovido o ostracismo de Cuba, nem a intervenção de São Domingos, nem o treinamento e aparelhamento de forças anti-subversivas dentro e fora do hemisfério, nem a ajuda e sustentação de regimes militares, talvez a situação fosse hoje, nesta parte do hemisfério, substancialmente pior. Talvez toda a região da Guatemala para o sul e na área do Caribe estivesse dominada pelo comunismo ou mergulhada no caos. Graças à conseqüência dessa política, a região está hoje

relativamente tranqüila, a insurgência rural, tanto dirigida de Havana como de bases domésticas, está quase desaparecida, e os êxitos comunistas são muito escassos. Os dois maiores sucessos comunistas — o regime de Castro em Cuba e o avanço marxista marcado pela ascensão de Allende no Chile — confirmam as medidas de segurança dos anos de Eisenhower, Kennedy e Johnson.

A lição da experiência cubana — uma delas, pelo menos — é de que não se pode permitir a sobrevivência de nenhum movimento insurrecional por mais insignificante que pareça, pois ele poderá capitalizar forças e ganhar corpo. (Lembraria aqui a advertência de Eric Sevareid, num de seus mais veementes e lúcidos comentários feitos ao tempo da insurreição dominicana, de que sete comunistas eram potencialmente mais perigosos do que setecentos, por ser mais difícil sua identificação e seu controle). A lição das eleições chilenas — uma delas pelo menos — é que as sociedades latino-americanas, por mais politicamente sofisticadas que pareçam, não merecem confiança como um jogo político livre. Se um Allende pode ser eleito no Chile, o que pode acontecer em países politicamente menos desenvolvidos, e penso aqui em qualquer outro país da América Latina, à exceção do México. (O México é uma exceção, não porque os mexicanos desfrutem de uma ampla liberdade política e a saibam usar de maneira responsável, mas antes porque ali um sistema de poder deliberado, pragmático, cético, talvez mesmo cínico e freqüentemente arbitrário e ilegal, manipula o regime de um refinamento que poderia causar inveja a Moscou e a outras capitais do mundo-livre, do mundo-não-tão-livre e do mundo-não-livre).

Não quero discutir com os que me dizem que se tivéssemos seguido as políticas defendidas por mim e por outros "visionários", já teríamos, há muito tempo, perdido o hemisfério. Não vou discutir com eles. Quero, porém, fazer duas observações sobre suas posições, observações que condicionam todo o meu *approach* do problema da segurança.

Em primeiro lugar, posso dizer — parafraseando o que se diz freqüentemente a respeito da China — que essa história de "perder" o hemisfério é apenas uma força de expressão, pois o hemisfério, na verdade, nunca foi *nosso*. E mais, que todo o elenco de nações compreendido pela "idéia do hemisfério ocidental" era um equívoco, que agia em detrimento tanto dos Estados Unidos como da América Latina.

Em segundo lugar, desejo sustentar que, qualquer que tenha sido a situação do hemisfério durante o período Eisenhower-Kennedy-Johnson, o hemisfério está hoje inquestionavelmente "perdido". Não quero dizer com isso, é óbvio, que ele esteja perdido no sentido de que os comunistas o hajam empalmado. Quero dizer apenas que está *perdido para nós*. E, paradoxalmente, uma boa parte da explicação dessa perda deve ser encontrada no suposto sucesso de nossos antigos programas e políticas de segurança. Se não tivéssemos fornecido aos governos latino-americanos recursos e equipamentos que os capacitaram a enfrentar os desafios da insurreição, esses

governos bem que poderiam ter continuado em suas atitudes tradicionais de dependência política e militar com relação aos Estados Unidos. Se não tivéssemos colocado, num período de vinte anos, tanta ênfase nos problemas de segurança — vistos sempre, em última análise, sob o aspecto da guerra-fria — sacrificando uma atenção adequada às demandas de mudanças mais amplas e radicais nas esferas econômicas, sociais e políticas (isto é, se não tivéssemos, como nos tempos de Eisenhower e Johnson, olhado para a América Latina de forma negativa, temerosa e defensiva, ou, no breve intermédio de Kennedy, com uma visão parcial, um olho na guerra-fria e outro nos problemas econômicos, políticos e sociais), os latino-americanos talvez não tivessem perdido a confiança em nós, na correção de nossos motivos, na qualidade de nossos projetos, no valor de nossa sabedoria. Que eles perderam a confiança em nós, é um fato que me parece evidente.

Pensando bem, o fato de eles terem perdido essa confiança, é uma boa coisa para nós e para eles. Desde que não contam mais conosco, os latino-americanos não olham mais para nós como inspiradores e guias, não consideram mais nossa sociedade como o padrão a que gostariam de chegar, adquirem mais liberdade do que no passado, para definir seus próprios problemas com seus próprios estilos, encontrar seus próprios remédios e fazer seus próprios erros. Os efeitos dessa nova liberdade experimentada são diferentes nos diversos países do hemisfério. O Peru não é o Chile, e o Haiti não é o Brasil. A "segunda emancipação" da América Latina está claramente e em toda parte subjacente, e se as perspectivas da região não são brilhantes, há qualquer coisa de curioso sobre o próprio processo de emancipação.

Na esfera da segurança, os latino-americanos estão definindo interesses e projetos de forma distinta da que entendiam há alguns anos atrás. A afirmação é correta, sejam quais forem as manifestações dos latino-americanos a seu respeito: o revolucionário latino-americano percebe um enfoque diferente dos interesses da segurança de hoje e dos que projetava há três ou cinco anos atrás. Ou, pelo menos, os componentes do enfoque são hoje ordenados de maneira diferente. O coronel latino-americano encara seu país, o hemisfério e o mundo de forma distinta que no passado recente. A situação de segurança está sob um critério de mudança, tanto do ponto de vista do Uruguai como de El Salvador, por exemplo.

Os processos de modificação, contudo, não podem ser generalizados. Tem de ser individualizados: grupos específicos, países específicos. Evidentemente, num breve relatório não é possível detalhar uma perspectiva completa da região. No meu entender, as grandes mudanças estão sendo percebidas por todos os grupos em todas as partes do hemisfério, embora sob interpretações e avaliações diferentes, dos diversos grupos nas diversas regiões.

De um modo geral, essas mudanças são as seguintes:

1) Não levar em conta ameaças à segurança na faixa marítima. Não quero dizer, naturalmente, que tenha havido, realmente, desde a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro, qualquer receio de invasão por mar, vinda de países cis-Atlântico ou cis-Pacífico. O que entendo é que desapareceu o temor de um suporte da URSS ou da China a insurreições locais. (Para o revolucionário local, isso é mais um motivo de desestímulo e desapontamento que de encorajamento). No que se refere ao estabelecimento de bases soviéticas — submarinas ou aéreas — em Cuba ou, potencialmente, no Chile, trata-se de uma contingência encarada como parte da confrontação das superpotências, uma contingência a ser discutida entre Washington e Moscou, por cima de Havana ou Santiago.

Suponho que a maioria dos latino-americanos, de qualquer país ou de qualquer grupo, acredita que os Estados Unidos não tolerariam o estabelecimento de bases estratégicas que representem uma ameaça da União Soviética em qualquer ponto do hemisfério. Suponho mesmo que a maioria dos latino-americanos credita à União Soviética a sensatez de haver chegado à mesma conclusão, não devendo, por isso, o assunto merecer preocupações. Trata-se, de resto, de um assunto mais ou menos decidido desde 1962, e que os Estados Unidos consolidaram no outono de 1970.

2) Há uma ameaça potencial à segurança, partida dos próprios Estados Unidos. Essa ameaça não é limitada, até onde sei, apenas aos países do Caribe e da América Central. Acontecimentos como os de maio e junho de 1965 tendem a tornar-se mais agudos na América Latina do que entre nós. Ocorrências relativamente menores, como a exibição de nossa frota durante as perturbações de Trinidad-Tobago, na última primavera, reavivam esses sentimentos. Mesmo que o presidente jurasse que nunca, sob qualquer provocação, interviria unilateralmente num país latino-americano, ainda assim não extinguiria os receios da América Latina.

Ao lado disso, porém, um fenômeno mais grave está emergindo na América Latina, especialmente na América do Sul, em decorrência das profundas divergências "ideológicas" entre os regimes latino-americanos. Digo "ideológicas", à falta de uma palavra melhor, pois as filosofias políticas operacionais da América Latina não alcançam conotações tão profundas, para definir-se como ideologias. O que desejo fixar é a noção de que entre os quatro regimes do Peru, Argentina, Chile e Brasil há concepções profundamente divergentes sobre o que constitui o "bem-estar", a boa ordem política, etc. Essas diferenças ideológicas vêm consolidar maiores rivalidades e mal-entendidos nacionais. E os Estados Unidos são apontados como partidários e sustentáculo de alguns desses regimes contra outros.

Os chilenos estão preparados para acreditar que os Estados Unidos não têm boa vontade com seu atual governo e que ajudariam, sob certas

circunstâncias, uma incursão contra o país, vinda do mar ou através dos Andes. Os peruanos, como me declarou um peruano de certa forma vinculado à Junta, estão preparados para acreditar que os Estados Unidos ajudaram o Chile a construir sua estrada de Arica a Antofagasta, sobretudo para ajudar o movimento de tropas chilenas num conflito antecipado entre o Chile e o Peru (isso foi dito, naturalmente, antes da eleição de Allende, e suponho que essa versão já não possa ser veiculada). O importante, de qualquer forma, é que os Estados Unidos continuam a ser encarados como profundamente anti-revolucionários, contrários a mudanças radicais de poder, e como sempre prontos para ajudar os países sul-americanos que quisessem derrubar governos de Estados com tendências coletivistas, comunistas e marcados por reformas radicais.

Há razões para acreditar que esses receios diminuam — na verdade, já estão diminuindo — na medida em que se desenvolve a política de abertura mundial do presidente. Com efeito, alguns revolucionários latino-americanos já se sentem frustrados e têm de lamentar que os Estados Unidos não joguem o jogo que eles esperavam: a indiferença, a resignada tolerância diante da provocação, a ausência das retóricas advertências que caracterizavam os pronunciamentos hemisféricos de Eisenhower, Kennedy e Johnson tiveram um efeito devastador para os jovens revolucionários que precisam, desesperadamente, apresentar a imagem dos Estados Unidos como a encarnação da insensibilidade capitalista, da opressão e da brutalidade.

O problema que nos interessa, porém, é saber de onde os latino-americanos temem as ameaças. E a resposta que vejo é que eles as temem *vindas de áreas não latino-americanas, e as situam nos Estados Unidos.*

3) Parece-me que, neste momento, nenhum governo latino-americano se sente ameaçado por uma insurreição interna. Há alguns casos que podem ser examinados à parte. Os generais brasileiros estão se comportando com uma suprema auto-confiança. E não há nada que indique que os subversivos estejam otimistas sobre suas possibilidades. Balaguer, na República Dominicana, provavelmente dorme com menos tranqüilidade do que Garrastazu Médici. Nos países agitados há alguns anos pela atividade de guerrilha — Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia, Guatemala — os governos dão todas as indicações de manter a necessária ordem interna. O Uruguai está sendo mais embaraçado do que propriamente erudido pelos tupamaros. E a tática de seqüestros da guerrilha urbana está trazendo, em toda parte, mais desgaste do que vantagens.

4) Há grupos que continuam a falar de uma ameaça de Cuba. É difícil, contudo, acreditar que esses grupos representem um largo espectro de um amplo setor da opinião pública. Os insucessos econômicos de Cuba, *trombeteados a todo o hemisfério pelo próprio Fidel*, o *reconhecimento, também* pelo próprio Fidel, de que o programa de incentivos morais não está

funcionando a contento, as amargas queixas dos revolucionários, em outros países da América Latina, de que Fidel os traiu, deixando de dar-lhes assistência, a clara evidência de que a atividade revolucionária de Fidel no continente está hoje reduzida a palavras — tudo isso contribuiu para justificar a minimização da "ameaça cubana". Por outro lado, o Chile reconheceu Cuba e o reconhecimento é matéria de discussão na Venezuela, na Colômbia, no Equador, no Peru, na Bolívia e em toda parte. Até o pequeno e ardente presidente da Costa Rica — don Pepe, se não me falha a memória — sugeriu o reatamento de relações comerciais entre Costa Rica e Cuba, desde que essas relações não implicassem em qualquer tipo de acomodação ou aprovação política.

5) O Chile é visto como uma ameaça por alguns grupos, não provavelmente como fonte de aventuras militares ou de guerrilhas, mas antes como uma fonte de infecção ideológica e possível base para uma ofensiva ideológica soviética e/ou chinesa. É difícil dimensionar — ao menos com as informações de que disponho — a extensão desse receio do Chile allendista na América Latina. Como aconteceu em Cuba, uma década atrás, está hoje acontecendo no Chile: muitas pessoas da alta classe média e das classes altas estão deixando o país, acolhendo-se a algum país do continente e levando consigo ressentimentos de desejos revanchistas semelhantes aos dos exilados cubanos. Na proporção em que afetam a opinião pública dos países em que se refugiaram, difundem também o temor de uma ameaça à segurança partida do Chile.

6) Resta um número de áreas e pontos que são vistos como ameaça à segurança por países isolados da América Latina. A disputa entre a Venezuela e a Guiana não está resolvida, os hondurenhos e salvadorenhos continuam em desconfiança recíproca, a Honduras britânica se sente ameaçada pela Guatemala e a Guatemala não se sente tranqüila ao lado do poderoso México. Governos estabelecidos na comunidade do Caribe são vulneráveis às iniciativas do *black-power* e a Guiana ainda está longe de haver superado seu grave cisma racial e ideológico. Todos esses, contudo, são assuntos essencialmente locais. Visto do resto do hemisfério, o Haiti é também um assunto local. Uma exceção é o caso da República Dominicana.

7) Uma capacidade nuclear de alguma forma está dentro da capacidade tecnológica do Brasil, da Argentina e do México. Acho correto entender, entretanto, que se algum desses países, ou todos eles, tomassem o caminho nuclear, não seria em resposta a nenhuma ameaça real ou prevista, mas simplesmente por uma questão de *grandeur et gloire*. E mesmo que isso acontecesse, nenhum dos vizinhos desses países se sentiria seriamente ameaçado.

8) Consideramos, até aqui, as ameaças à segurança que envolvem violência significativa, choques armados, componentes militares. Provavelmente não será fora de propósito introduzir uma espécie de ameaça potencial a que alguns grupos latino-americanos julgam exposta sua sociedade: a

ameaça da engenharia do golpe-de-estado patrocinado, ou pelo menos ajudado e encorajado, por forças estrangeiras. Muitos brasileiros, por exemplo, acreditam que os Estados Unidos estavam profundamente envolvidos na derrubada do regime Goulart — e essa crença é alimentada por brasileiros que favoreceram o golpe — ou, para usar o termo oficialmente preferido no Brasil, a revolução —, com tanta freqüência como por aqueles que se opuseram ao golpe.

Estamos informados de que um número substancial de chilenos acredita que os Estados Unidos gostaria de estimular os militares chilenos para, num certo momento, expelir do Palácio da Moneda, seu atual ocupante. E assim por diante. Mas golpes de setores nacionalistas-populistas-esquerdistas são também admissíveis, partidos das Forças Armadas de vários países latino-americanos. E é possível considerar o envolvimento da União Soviética em tais acontecimentos, à medida que a presença soviética na América Latina se torna mais extensiva e mais aceitável.

Mudemos agora nosso enfoque e olhemos para o hemisfério do ponto de vista das ameaas à segurança que podem ser percebidas nos Estados Unidos, pelo próprio mundo oficial. (O setor privado da América do Norte pode também perceber ameaças, naturalmente, mas a resposta dos Estados Unidos a tais ameaças ocorre somente quando o oficialismo de Washington o denuncia. Se não fosse assim, as instalações subterrâneas de mísseis soviéticos, tão espalhafatosamente denunciadas por Paul Bethel e outros, há tanto tempo, já teriam sido eliminadas há muitos anos.)

Penso — e aqui muitos me podem corrigir, se minha percepção estiver incorreta — que o assessor de segurança da Presidência, Kissinger, alcançou uma profunda observação na América Latina a respeito dos aspectos de segurança e concluiu que essa observação confirma suas suspeitas iniciais, suas noções iniciais, para provar que, à base de uma análise de custos, a América Latina não é realmente muito importante. Conta-se que um predecessor de Kissinger, na mesma posição, perguntou certa vez num exame — pois se tratava de uma pessoa ligada à Universidade na primeira encarnação — "se toda a América Latina afundasse nas águas do mar, qual seria o efeito para a segurança dos Estados Unidos?" Se a história é verdadeira, bem posso suspeitar qual teria sido a resposta desse predecessor. E até onde eu o conheci, acho que ele esperava que os estudantes, primeiro, ficassem atônitos diante da pergunta, depois mergulhassem em suas implicações e escrevessem, finalmente, mais ou menos isto: "Muito pouco." Creio que Kissinger também chegou a essa conclusão.

Kissinger está publicamente vinculado à idéia de que o mundo é hoje militarmente bipolar e politicamente multipolar. Creio que seu entendimento é de que desafios estratégicos sérios aos Estados Unidos parecem emanar, direta ou indiretamente, da União Soviética e não de qualquer país latino-americano. Creio que ele não soube levar em conta a significação das distâncias ideológicas na América Latina, do *american way* e que per-

suadiu o presidente que a proteção dos interesses privados na América Latina não deve assumir uma prioridade dominante.

Isto, em parte, é simplesmente porque, dentro da visão global de Kissinger, os 13 bilhões de investimentos privados na América Latina não têm grande expressão ao lado de investimentos de 59 bilhões em outras áreas, e muito menos ao lado do trilhão de dólares da economia nacional, conforme anunciava, recentemente, o presidente. Em parte também creio que a conclusão de Kissinger é no sentido de que se devem evitar confrontações diretas com a América Latina, pois elas serviriam aos interesses daqueles que, fanaticamente, ideologicamente, geopoliticamente, ou cinicamente se opõem aos Estados Unidos, em vez de servir a nossos interesses. E mais: que para nós os custos domésticos e internacionais dessas confrontações são muito mais altos do que os lucros concebíveis.

Podem Kissinger e a administração ver uma necessidade em preservar a distinção, estabelecida historicamente, senão retoricamente, entre os interesses da segurança dos Estados Unidos no Caribe e os interesses da segurança dos Estados Unidos no hemisfério como um todo? Suspeito, ainda aqui, que ele não levou em conta a distinção, e que mesmo o Caribe deve ser inserido no contexto da política global e, mais especificamente, com vistas a Moscou e à capacidade militar de Moscou.

Segundo estou informado, o presidente leva doze minutos para tomar o helicóptero na Casa Branca e chegar a Andrews e instalar-se no comando do navio. Creio que o cumprimento das tarefas que se compreendem nesses doze minutos constitui preocupação de importantes personalidades oficiais de Washington. Mas minha opinião é que as importantes personalidades de Washington não têm relacionamentos com as dimensões paroquiais do *desenvolvimento do Caribe.*

Estamos movimentando Cincsou, conforme notícias de jornal, do Panamá a Norfolk: uma presença de suposta importância simbólica está sendo removida do Caribe. Não sei se Fort Gulik continuará a desempenhar seu costumeiro papel, mas é pelo menos possível que o Pentágono tenha tomado uma determinação no sentido de que a América Latina pode treinar suas próprias forças de elite para a luta anti-insurrecional sem nossa ajuda, continuando os Estados Unidos como fonte de suprimento de helicópteros e outros equipamentos logísticos anti-insurrecionais.

Não quero ser mal compreendido. Estou inclinado a acreditar que o presidente preferiria ver a América Latina permanecer dentro do perímetro de reação protetora da ordem americana. Penso que ele gostaria de ver a sociedade latino-americana continuar razoavelmente vinculada aos padrões das linhas de desenvolvimento não-socialista, de livre-empresa, pró-americano e anticomunista. Sei, ademais, que o presidente é supremamente inteligente e politicamente sagaz: a América Latina, em última análise, não tem, nem estrategicamente, nem politicamente, nem economicamente, nem

ideologicamente uma importância de vida e morte para os Estados Unidos. A América Latina pode valer uma missa, mas não vale um investimento maciço de recursos econômicos, de energia política ou de atenção militar. Por si só, a América Latina não pode ir a nenhuma parte — "É uma praça estrategicamente abandonada" — e se começa a ir a alguma parte, levada pelos fios de algum outro grande poder (a URSS), então os Estados Unidos negociarão com esse outro poder, não com a América Latina.

Tentei manter-me nos parâmetros da segurança que me foram propostos. Seja-me, contudo, permitido dizer, para concluir, que estou lutando contra esses parâmetros, pois nada do que se pode dizer sobre a situação da segurança poderia ter validade num contexto de meros fatores econômicos, geopolíticos, ideológicos e culturais.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO (*)

A fim de colocar o problema — a situação atual da cooperação latino-americana —, parece-me necessário referir o quadro geral da cooperação internacional ao desenvolvimento.

A experiência dos anos 60 apresentou, com característica marcante, o fato de que as áreas desenvolvidas apresentaram elevados índices de crescimento. A utilização de instrumentos aperfeiçoados de políticas fiscal, monetária e de renda permitiu não apenas controlar as recessões, mantendo altos níveis de emprego para um dado nível de renda, mas acelerar o desenvolvimento como meta prioritária.

Tanto o consumo como o investimento cresceram rapidamente, em face das oportunidades criadas pela tecnologia industrial em progresso acelerado. A pressão da demanda de investimentos sobre a poupança disponível causou certa escassez de capital, que, por sua vez, determinou tendência à elevação da taxa de juros e à insuficiência do fluxo de capitais para as áreas subdesenvolvidas.

A tendência dos investimentos diretos, inclusive ante a expectativa de alta rentabilidade em áreas desenvolvidas, foi de orientar-se predominantemente para essas áreas, e só secundariamente para regiões subdesenvolvidas.

O comércio e o transporte internacionais cresceram mais rapidamente do que os fluxos internos de produção. Novamente, entretanto, o elemento determinante deste comportamento de economia mundial foram as relações entre áreas desenvolvidas. Em particular, a nova tecnologia industrial, que pressupõe elevado grau de capitalização e produção em larga escala, combinada com a revolução dos métodos gerenciais, criou as condições para a emergência das empresas multinacionais — novos instrumentos importantes de que as Nações desenvolvidas passaram a dispor para a ampliação de seu comércio.

Em todo este quadro, um elemento qualitativo se tornou particularmente notável no final do período: a maior ênfase que os países desenvolvidos passaram a atribuir a seus próprios problemas — competição com

---

(*) Discurso pronunciado pelo Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, na VII Reunião Anual do C.I.E.S., em 13 de setembro de 1971.

outras áreas desenvolvidas, situação monetária internacional, qualidade da vida de suas populações, renovação urbana e poluição ambiental. Ou seja, os chamados problemas da sociedade moderna.

A mudança de ênfase é sensível em relação ao início da década, quando foram tomadas iniciativas inovadoras no campo da cooperação econômica internacional: criação da Aliança para o Progresso e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, convocação da Primeira UNCTAD, incorporação da Parte IV ao Acordo Geral do GATT, expansão do Banco Mundial, inclusive a criação da Agência de Desenvolvimento Internacional, conclusão do Acordo Internacional do Café.

Ao término do que se deliberou chamar de Primeira Década do Desenvolvimento, os países subdesenvolvidos viram-se defrontados com uma cooperação financeira incerta, escassa e vinculada, de volume decrescente e condições em deterioração. No campo do comércio, continuavam a sofrer as conseqüências do protecionismo agrícola de países industrializados.

A saída procurada foi desenvolver a sua capacidade de competição na exportação de manufaturados e semi-manufaturados. Ao mesmo tempo, empenharam-se os países em desenvolvimento, desde os primeiros anos da década, na negociação de um sistema de preferências tarifárias para as exportações de suas manufaturas para o mundo desenvolvido.

O início da implementação desse sistema — pela Comunidade Econômica Européia e outros países — constitui uma das contribuições positivas da década, por consagrar o princípio do tratamento diferenciado aos países subdesenvolvidos e propiciar-lhes nova ponte de contato com as nações industrializadas.

O Sistema Interamericano e as Medidas Recentes

Se reduzirmos nosso campo de análise ao Sistema Interamericano, observaremos, na década, a fertilidade de "Declarações", ao lado de alguns resultados concretos.

Em primeiro lugar, intensificou-se o influxo de recursos externos para o financiamento do desenvolvimento da região, seja através de instrumentos bilaterais, seja por meio dos canais multilaterais; por outro lado, iniciou-se um esforço de desvinculação da cooperação financeira. Incorporou-se ao Sistema Interamericano uma sistemática de cooperação para o desenvolvimento que conquistou certa objetividade: documentos como o Plano de Ação de Viña del Mar, a Declaração dos Presidentes das Américas, a Carta revista da Organização dos Estados Americanos e a Resolução constitutiva da Comissão Especial de Consulta e Negociação (CECON) representam o resultado de um esforço positivo de criação de instrumentos.

Mais importante, todavia, foi a consciência adquirida pela América Latina de que a construção de seu desenvolvimento depende, primordialmente, do esforço interno de suas sociedades.

Essa consciência levou os países latino-americanos a organizarem-se para o planejamento do uso dos recursos internos e do fluxo suplementar de poupança externa; a aperfeiçoar suas estratégias de desenvolvimento e a buscar fontes de dinamismo que compensassem o arrefecimento do processo de substituição de importações; a realizar importantes reformas nos campos fiscal, financeiro e de mercado de capitais; a aumentar a poupança e o investimento; a atribuir prioridade à educação e à agricultura, como elementos de apoio à industrialização; e a definir uma política tecnológica em função do fortalecimento da empresa latino-americana.

Sem embargo, ao fim de dez anos, persiste a vulnerabilidade maior do esquema continental, representada pela indefinição e instabilidade, nas regras do jogo do sistema e nas tendências com relação à cooperação nas áreas de comércio e financiamento, principalmente.

Essa indefinição se vinha revelando em diversas áreas.

Primeiro, quanto à reformulação que está sendo empreendida, já há dois anos, relativamente aos mecanismos institucionais da ajuda externa norte-americana. Tal incerteza estende-se às perspectivas do valor e condições da ajuda financeira.

Segundo, a tendência protecionista, evidenciada por projetos de lei em tramitação no Congresso americano, destinados a proteger setores da economia dos Estados Unidos em face da concorrência de países industrializados, mas atingindo, indistintamente, a todas as Nações. A filosofia protecionista acarreta insegurança e desestímulo para exportadores latino-americanos que desejariam incluir, no planejamento de suas atividades, a possibilidade de competir no mercado norte-americano.

Terceiro, a ausência de definição quanto à entrada em vigor, por parte dos Estados Unidos, do sistema de preferências gerais em favor dos países subdesenvolvidos.

É evidente que tais indefinições se viram agravadas pelo efeito das medidas enunciadas, no dia 15 de agosto, pelo Presidente Nixon, na "Nova Política Econômica", com o objetivo tríplice de alcançar o pleno emprego, combater a inflação e fortalecer a situação do balanço de pagamentos.

Conquanto se reconheça a decisão, que essas medidas representam, de fazer voltar a economia americana a uma trilha de expansão segura, é necessário atentar para os pontos principais da posição já definida no "Manifesto da América Latina", resultante da reunião da CECLA em Buenos Aires.

Em todos os aspectos acima focalizados, é importante ter evidência, através de decisões concretas, da relação especial entre os Estados Unidos e a América Latina, reafirmada, principalmente, quanto ao sistema de preferências gerais, nos dois importantes documentos do Presidente Nixon ao Congresso Americano, de fins de 1970 e de fevereiro de 1971, sob o título "U.S. Foreign Policy for the 1970's".

Tais decisões mostrarão que os Estados Unidos têm, consigo mesmos, o firme compromisso político de uma atenção especial para o desenvolvimento da América Latina. Essa atenção especial deve revelar-se num tratamento diferenciado em relação à América Latina — ou, se for o caso, em relação aos países subdesenvolvidos — nas decisões fundamentais concernentes ao comércio internacional, política de capitais, política tecnológica, etc.

O tratamento não diferenciado, quando esse tratamento é viável, corresponde a uma forma de discriminação, pelo fato de se estar tratando igualmente situações basicamente desiguais.

As Decisões Esperadas

A América Latina deve rearfirmar sua posição no sentido de que sejam tomadas decisões que, principalmente na situação atual, lhe permitam levar avante sua estratégia de desenvolvimento.

Tais decisões são, notadamente:

1) Isentar a América Latina da sobretaxa de 10% sobre as importações realizadas pelos Estados Unidos, se necessário pela sua não aplicação às áreas subdesenvolvidas.

A imposição da sobretaxa, não obstante a preocupação revelada de excluir de sua incidência certos produtos básicos da América Latina, vem afetar exatamente a área de perspectivas mais dinâmicas e que representa a saída encontrada para continuar expedindo exportações e melhorar a eficiência geral da economia — a dos manufaturados.

A aplicação da sobretaxa à América Latina se afigura desnecessária e inadequada.

Desnecessária, porque a participação das exportações latino-americanas de manufaturas no mercado norte-americano é insignificante, o mesmo, aliás, podendo-se dizer em relação às dos demais países subdesenvolvidos.

Inadequadas, por não ter a América Latina contribuído para a situação deficitária do balanço de pagamentos dos Estados Unidos. Ao contrário, dados suficientemente conhecidos mostram que a percentagem do crescimento médio das exportações dos Estados Unidos para a América Latina, entre 1965 e 1970, foi de 6,9% ao ano, aproximadamente a mesma que se registrou para outras regiões do mundo, ao passo que as importações

norte-americanas da América Latina aumentaram, no mesmo período, segundo uma taxa média anual de 4,6% muito inferior à taxa de aumento das importações totais dos Estados Unidos, que foi de 13,9% ao ano. No mesmo período considerado, a América Latina teve um deficit médio em sua conta corrente com os Estados Unidos da ordem de US$ 1.350 milhões por ano.

Não parece razoável que a América Latina deva ser penalizada por uma situação pela qual não é responsável.

Na justificativa da instituição desse imposto adicional de importação, aliás, o Presidente Nixon deixou clara a sua função de instrumento auxiliar para corrigir as distorções na relação de paridade entre o dólar e as moedas dos países industrializados.

Igualmente, não é evidente que a isenção da América Latina da taxa de 10% pudesse vir a criar dificuldades legais ou de negociação dos Estados Unidos com os países desenvolvidos, que são em última análise, os responsáveis pelos problemas norte-americanos de balanço de pagamentos. A especificidade de tratamento aos países em desenvolvimento é hoje princípio reconhecido, encontrando apoio legal na Parte IV da GATT, bem como nos princípios em que se baseia a Conferência de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas (UNCTAD).

2) Não apenas eliminar o efeito, sobre a América Latina, do corte de 10% na ajuda externa, mas também que a ajuda através de instrumentos multilaterais, como o BID e o BIRD, em nada seja prejudicada. Essa cooperação, quantitativamente, afigura-se mais relevante que a própria ajuda bilateral.

Anotamos, com satisfação, a informação prestada sobre esse ponto pela Delegação dos Estados Unidos.

3) Que, quanto à possível revisão do sistema monetário internacional e da estrutura das regras do comércio mundial, a América Latina participe ativamente do processo de tomada de decisões.

No caso da reformulação do sistema monetário internacional, seja no foro do Fundo Monetário Internacional, seja pela criação de mecanismo semelhante ao utilizado para o estabelecimento do Sistema de Direitos Especiais de Saque, os países subdesenvolvidos e, em particular, a América Latina, deverão dispor de um mecanismo eficiente de consulta e de negociação com o Grupo dos Dez e com os Estados Unidos.

4) Que se efetive no mais breve prazo possível a decisão dos Estados Unidos de dar início ao sistema de preferências gerais em favor das exportações de manufaturados dos países subdesenvolvidos, a exemplo do que já fizeram outras áreas desenvolvidas, e segundo compromisso ainda recentemente reafirmado na "Nova Estratégia para a Paz", submetida ao Congresso pelo Presidente Nixon. A adoção da medida, pelos Estados Unidos, é fundamental à evolução de todo o sistema.

Conclusões

A partir de 1964, o Brasil vem realizando um esforço de desenvolvimento que, além das altas taxas de crescimento alcançadas, na média de 9% ao ano, tornasse a economia menos vulnerável a situações externas como a atual. A política de taxa de câmbio flexível e a diversificação das exportações — tanto do ponto de vista de sua composição por produtos, como das áreas de destino — são conseqüência dessa orientação.

Embora nessas condições, não pretenda rever suas metas na área externa, o meu País, consoante a posição latino-americana já definida, empenha-se no sentido de reduzir os focos de incertezas mencionados e de que sejam encontradas formas de obter as decisões esperadas.

Essas decisões são importantes não só para atenuar os efeitos imediatos das medidas adotadas pelos Estados Unidos, mas também para que não seja comprometido o sério e difícil esforço realizado por muitas Nações da América Latina, para adquirir poder de competição na área de manufaturados, caminho mais viável para a expansão de suas exportações, fonte mais segura e estável de obtenção de divisas externas e estratégia mais realista para diminuir suas condicionantes de dependência na execução de suas políticas econômicas externas.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EXPANSÃO NO MUNDO DE HOJE: O CONCEITO DE SEGURANÇA COLETIVA (*)

O conceito de segurança coletiva principiou a ser esboçado nos primeiros anos da década dos 50, quando a atenção dos países desenvolvidos desviou-se, embora nitidamente, do problema da reconstrução européia para o do combate ao subdesenvolvimento. Sua formulação primeira e ainda incipiente, para a qual a Delegação do Brasil contribuiu de modo fundamental, como provam os anais da XV Assembléia Geral, já revela essas origens ao afirmar, de um lado, o solene direito de todas as Nações ao desenvolvimento e, de outro lado, o conseqüente dever das Nações desenvolvidas de cooperar para conferir substância a esse direito. Essa formulação, muito embora não envolvesse explicitamente a universalidade da segurança econômica, corretamente salientava sua característica central e específica, qual seja a interação, com suas conotações materiais, políticas e morais, da pobreza e da riqueza no mundo. Esse conceito, desde o início tão prenhe de substâncias e de alcance, revelou-se capaz, por seu intrínseco dinamismo, de acompanhar as profundas mudanças que se registraram nos últimos 25 anos na cena mundial e a elas ajustar-se, continuamente enriquecendo-se e alargando-se sem perder jamais sua integral atualidade.

No ano passado a Assembléia Geral incorporou esse princípio, cada vez mais abrangente, à Estratégia Internacional para a Segunda Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento, da qual tornou-se o elemento inspirador. Este reconhecimento implícito da ambiciosa *rationale* da Estratégia representa uma vitoriosa etapa no esforço de conceituar uma tomada de posição integral em relação à tarefa de promover o desenvolvimento global, uma tomada de posição que envolveria compromissos específicos tanto dos países desenvolvidos quanto dos em desenvolvimento. Assim, após um período de duas décadas de aperfeiçoamento conceitual, e respondendo a uma evolução gradativa da natureza e alcance de nossas metas e objetivos, a comunidade internacional finalmente concordou, embora com reservas, em endossar um esquema racional de planejamento da cooperação global para o desenvolvimento. As obrigações então assumidas pelos países desenvolvidos são, no entanto, ainda muito precárias

(*) Discurso pronunciado pelo Representante Brasileiro nas Nações Unidas, Embaixador Sérgio Armando Frazão, na XXVI Sessão de Assembléia Geral.

e estão ainda muito distantes da aplicação total do princípio de responsabilidade coletiva quanto à expansão e ao desenvolvimento. Por essa razão, mantêm os países em desenvolvimento a convicção de que o processo de exame e avaliação do progresso realizado durante a Segunda Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento, deve ser, em sua essência mesma, dinâmico e audaz: os obstáculos devem ser afastados, as políticas devem ser implementadas e novas áreas de acordo devem ser identificadas.

A esta altura impõe-se uma observação fundamental: sem procurar estender-me demasiadamente sobre a matéria, diria que mesmo um rápido exame do que nos ficou das duas últimas décadas não deixará de mostrar que, embora possa parecer modesta, essa conquista não nasceu do acaso; foi na realidade resultante do esforço incansável e freqüentemente árduo dos países em desenvolvimento e, mais ainda, um esforço exercido em meio a reações que variavam da simples apatia ao antagonismo ostensivo. Se nós, os países em desenvolvimento, chegamos aos resultados que agora desejamos ampliar, foi porque conseguimos superar divergências ocasionais e interesses setoriais conflitantes; foi também porque maximizamos nossos interesses comuns fundamentais, os interesses que nos identificam enquanto países em desenvolvimento e constituem-se no fator de coesão que nos permitiu resistir às tentativas de fomentar a divisão em nosso seio.

Na verdade, fazendo um retrospecto dos parcos resultados concretos deste esforço longamente dispendido, da grande desilusão da primeira década, do frustrante inventário da I e da II UNCTAD, tudo somado, acredito que o único progresso positivo que se obteve foi o de conceituar exaustivamente a segurança econômica coletiva e o de constituí-la no eixo da estratégia global que, garantindo a expansão equilibrada da economia mundial, também estimulasse a cooperação internacional para o progresso dos países em desenvolvimento. E isso não apenas por motivos políticos, éticos e filosóficos, mas também por motivos práticos, a fim de contribuir para que os países desenvolvidos e os em desenvolvimento participassem da segurança econômica coletiva como parceiros e beneficiários.

Hoje, a cristalina significação deste conceito deu margem a que os países em desenvolvimento identificassem em quem recai a culpa por essa triste colheita de resultados práticos; ninguém mais se contenta com acrobacias verbais e artifícios semânticos, com manobras protelatórias, no fundo mistificantes; e aqueles que por ação ou omissão teimarem em ignorar o princípio da segurança econômica coletiva, assumirão não apenas a responsabilidade conseqüente, mas também a carga inerente de conotações negativas em termos de prestígio, de ideologia, de política e de ética. Nós, os países em desenvolvimento, talvez estejamos obtendo muito pouco dos países desenvolvidos; mas seguramente estamos fazendo com que se sintam cada vez menos tranqüilos pelo pouco que nos estão proporcionando.

Não obstante o fato de a Estratégia Internacional para o Desenvolvimento ter sido concebida há apenas um ano, a renovação de nossa

adesão a seus objetivos seria particularmente conveniente diante de certas tendências facilmente idenfificáveis e que, se não forem contidas, poderão comprometer toda a estratégia. Na realidade, como se não bastasse aos países em desenvolvimento ter de combater a obstinada relutância de alguns e o alheiamento intencional de outros, defrontam-se agora com novo e difuso perigo. Refiro-me, como os Senhores terão provavelmente imaginado, à maneira enganosa e preconcebida pela qual a tese da preservação do meio ambiente está sendo empregada — neste caso diria que mal empregada e "super empregada" — para instituir um novo padrão de conduta dos países desenvolvidos e das instituições financeiras internacionais com relação aos demais membros, não tão afortunados, da comunidade internacional.

O fato de que o conceito do planejamento para o desenvolvimento deve ser entendido da forma mais abrangente possível, tendo em conta variáveis tais como o legítimo interesse pela proteção da ecologia, esse fato, repito, não pode jamais se constituir em justificação para diminuir a ênfase na implementação e no aperfeiçoamento de uma infra-estrutura econômica básica sem a qual seria impossível criar condições para o desenvolvimento sustentado. E no entanto isso já está ocorrendo: estamos sendo convidados a partilhar dos encargos para a proteção da ecologia, enquanto a guerra contra a pobreza é ainda considerada uma guerra menor. O conceito de "um mundo só" deveria traduzir algo mais do que uma frase feita que vise principalmente a enfatizar a interdependência ecológica; deveria esse conceito também realçar o fato de que a tese do aproveitamento global dos recursos naturais implica a obrigatoriedade de que a economia mundial como um todo opere harmoniosamente. Se bem que grave para algumas regiões do mundo, a poluição do ar e das águas preocupa-nos menos do que a poluição da pobreza e da miséria. E já que me estou referindo à "cláusula ecológica", quero deixar bem claro que não partilho da opinião daqueles que julgam que a limitação do capital biológico do mundo justifica a tese de um limite para o desenvolvimento global. De fato, seja no tocante a fenômenos da poluição, seja no tocante às alegadas redução ou exaustão dos recursos mundiais, é inegável que, no presente estágio do conhecimento científico, nada de realmente convincente parece provar ou endossar as sombrias previsões dos que acreditam ser impossível expandir a sociedade de consumo em benefício de todos os povos do mundo.

O que de fato ocorre, nessas duas áreas tão de perto correlacionadas, é uma manifestação específica de uma tendência mais geral e mais maliciosa, segundo a qual os velhos padrões de paternalismo colonial estão sendo substituídos por uma concepção pseudo científica que justifique o não desenvolvimento. Populações ainda longe de alcançar o estágio de economia de consumo estão sendo advertidas contra os perigos de uma afluência com a qual podem apenas sonhar. Para regiões onde a baixa

densidade demográfica chega a impedir a formação de uma economia de mercado, prescrevem-se fórmulas de controle de natalidade que podem comprometer irremediavelmente seus planos de desenvolvimento, além de reduzir-lhes a vantagem comparativa em termos de força de trabalho. Áreas cujo desenvolvimento industrial ainda se encontra em fase embrionária estão sendo inundadas de propaganda contra os perigos da urbanização, apesar do fato reconhecido de que a urbanização é um passo necessário para a industrialização em larga escala e portanto inerente ao processo de desenvolvimento.

Não permita Deus que eu seja injusto, mas quer-me parecer que a intenção de certos círculos seria não apenas, como no passado, a de justificar a apatia diante da iniqüidade; mas também a de dar um passo adiante, até mesmo muitos passos adiante, para metodicamente cada vez mais caracterizar o progresso dos países em desenvolvimento como uma grande ameaça ao meio ambiente e portanto como um grave perigo para a *humanidade*.

Esse quadro faz-me recordar a fábula de La Fontaine "Les Animaux Malades de la Peste" e sua *rationale* vai bem de par com a moral de outra de suas fábulas: "La Raison du Plus Fort est Toujours la Mailleure". Muito embora o Secretário-Geral Adjunto em seu elogiável relatório tenha feito sombrias observações sobre o assunto, devo confessar que não foram suficientes para aliviar o calafrio que senti à leitura de alguns dos documentos preparatórios da Conferência de Estocolmo.

Refiro-me a estes engodos "conceituais" porque quase que diariamente vem sendo despejada uma proganda maciça com a finalidade de conter os planos de desenvolvimento dos países em desenvolvimento em amarras que, se não forem neutralizadas, irão seguramente limitar a dimensão possível de suas economias e assim perpetuar uma situação de dependência econômica.

Da mesma forma, se me refiro a estes engodos, meu objetivo é o de proclamar mais uma vez e da forma mais vigorosa a necessidade vital de uma profunda coesão entre os países em desenvolvimento. Precisamos compreender que o preço que iremos pagar por nossa divisão nesse caso específico será a sentença de morte para o próprio conceito de segurança econômica coletiva que vimos penosamente construindo e defendendo. Se permitirmos que as diferenças pequenas e formais que nos separam venham a sobrepujar os grandes e substanciais interesses que nos unem, então não teremos apenas renegado nosso passado e prejudicado nosso presente — teremos também de um só golpe renunciado ao nosso futuro. Nunca tão premente foi a necessidade de os países em desenvolvimento coordenarem suas políticas, na plena consciência de que o apoio mútuo é essencial e de que todos os países em desenvolvimento, qualquer que seja o estágio de progresso de cada um, estão fundamentalmente interessados em explorar toda e qualquer via de desenvolvimento. Este assunto assume importância

crítica, não só em razão de seu valor intrínseco, mas sobretudo porque, se impropriamente equacionado, pode tornar-se fonte potencial de dissensão entre os países em desenvolvimento. Peço, por isso, venia para sobre ele me estender um pouco mais.

Em primeiro lugar, deve ficar perfeitamente claro que aqueles países que alcançaram condições de maior desenvolvimento relativo têm um interesse vital, como afirmou o Ministro de Relações Exteriores do Brasil em seu discurso de abertura do debate geral, em apoiar medidas especificamente destinadas a promover o desenvolvimento acelerado dos países de menor desenvolvimento relativo, de vez que é impossível — repito, impossível — conceber o desenvolvimento efetivo de forma compartimentalizada.

Em segundo lugar, uma vez que o desenvolvimento é um processo contínuo, sem fronteiras geográficas ou políticas, a verdade é que os países de menor desenvolvimento relativo, têm, também eles, interesses diretos em jogo mesmo na implementação daquelas políticas que, no futuro imediato, parecem beneficiá-los apenas de forma limitada.

Não subsiste dúvida de que a ponte que o Brasil procura hoje atravessar será a mesma que deverão cruzar amanhã os países de menor desenvolvimento relativo, muito embora outros possam ser os rios. Reciprocamente, é inegável que os países de menor desenvolvimento relativo podem hoje decisivamente ajudar o Brasil a transpor a ponte. Seja-me permitido acrescentar — e acredito ser este o ponto crucial — que quando o amanhã chegar, os países de menor desenvolvimento relativo só terão motivo de satisfação, não apenas por ver construída a ponte, mas também porque do outro lado já encontrarão o amigo que os ajudará em caso de necessidade.

Já foi dito que o diplomata, ao fazer um pronunciamento púbico, enfrenta sempre a opção de repetir um chavão ou de ser indiscreto. Embora com o risco de ser talvez um pouco indiscreto, quero, a esta altura, anunciar que é intenção do Brasil, nas reuniões de Lima e Santiago, assegurar a aceitação de decisões de longo alcance em favor dos países de menor desenvolvimento relativo.

Nessas condições, Lima e Santiago deverão constituir-se em marcos decisivos na história dos 77, destinados a remover todas as incompreensões entre nós, a levar-nos a reconhecer a gravidade da nova ameaça que pesa sobre nosso desenvolvimento e a demonstrar, sem lugar a dúvida, a força de nossa solidariedade. Pode ocorrer, o que seria sem dúvida penoso, que os principais problemas cíclicos com os quais nos defrontamos venham, tanto por sua intensidade quanto por sua universalidade, a fazer com que só superficialmente consideremos, ou simplesmente percamos de vista, os rumos gradual e perigosamente deteriorantes que vêm tomando algumas variáveis críticas.

Meu intuito é de evitar que incorramos neste erro e de identificar outro perigo, real, embora não iminente, para os países em desenvolvimento.

Na realidade, eu poderia ter seguido a tendência geral dos discursos e focalizado principamente a situação atual. Da mesma forma, teria sido para mim motivo de orgulho e prazer estender-me sobre o crescimento do Brasil que, em termos reais, ultrapassará 9% pelo terceiro ano consecutivo, resultado que, mesmo assim, ainda não reflete os efeitos de grandes investimentos de infra-estrutura nos setores rodoviário, de educação, de comunicações, de indústria pesada e de energia. O modelo brasileiro é a prova viva de que, não obstante os prolixos argumentos em contrário, talvez seja ainda prematuro decretar a falência da economia de mercado, como foi pretendido por alguns aqui, no momento em que ela atravessa com êxito seu teste crucial, qual seja o de promover o desenvolvimento em países semi-desenvolvidos.

Em vez disso, preferi tratar, e continuarei a fazê-lo, de assuntos que embora menos agradáveis e autoelogiosos devem ser expostos como realmente são. Por exemplo, quando medito sobre os acontecimentos recentes, que levaram um importante país desenvolvido a tomar medidas unilaterais a fim de proteger sua economia, preocupo-me principalmente com as conseqüências a longo prazo dessa situação. Com efeito, durante muitos anos os países em desenvolvimento foram mantidos na periferia das decisões. As atuais estruturas econômicas mundiais ainda conservam a marca dos padrões coloniais nas relações de comércio internacional e o sistema monetário internacional — o que dele restou — continua a ser um pacto entre os sócios de um clube extremamente seletivo, os quais naturalmente se preocupam com seus próprios e predominantes interesses. Até o momento, ainda não se tentou imaginar um sistema monetário internacional voltado para o objetivo de promover o desenvolvimento, embora seja possível engendrar fórmulas que estabelecessem um nexo entre o sistema de pesos e contrapesos do sistema monetário internacional e o fornecimento de financiamento suplementar às nações em desenvolvimento. Como notou o Senhor Rodrigo Lorente Martinez, em nome dos países latino-americanos, na recente reunião conjunta dos membros do grupo do Banco Mundial: "La organización de un sistema monetario internacional justo, que consulta las necesidades de los paises industrializados y los pueblos en desarrollo, abrirá nuevos caminos de paz y progreso en el mundo".

Com relação às implicações a curto prazo dessa situação tão pouco satisfatória, tenho evidentemente o dever de juntar-me a praticamente todos os oradores que me antecederam para afirmar que a política defensiva recentemente adotada pelos Estados Unidos da América não apenas diminuirá o volume de exportações dos países em desenvolvimento para o mercado norte-americano, mas também poderá reduzir as exportações daqueles países para outras regiões industriais do mundo. Isso nos inquieta porque, pelo menos em certa medida, o efeito negativo será cumulativo e me parece difícil conciliar a idéia de uma sobretaxa de 10% com a im-

plementação imediata de um esquema geral de preferências tal como acordado na Estratégia Internacional para o Desenvolvimento. Tanto no nível doutrinário como no terreno dos fatos, o divórcio é completo.

Entre tantos aspectos negativos dessa situação, um entretanto, avulta e da maneira mais perturbadora: o conceito de segurança econômica coletiva sofreu um sério percalço e com isso se comprometeu a credibilidade quanto à entrada em vigor da correta aplicação das medidas previstas pela Estratégia Internacional para o Desenvolvimento.

Assim, confrontados com séria crise no sistema de cooperação internacional, os países em desenvolvimento encontram mais um motivo para unir-se e estabelecer uma frente comum contra os perigos comuns que os ameaçam.

Após estes breves comentários sobre o estado geral da atual cooperação para o desenvolvimento no contexto da situação econômica e financeira mundial, gostaria de dizer algumas palavras sobre os mecanismos internacionais ora existentes para a promoção do progresso econômico dos países em desenvolvimento. Esse assunto deve ser tratado de um ponto de vista a um tempo institucional e prático. Em muitos casos, as soluções são perfeitamente conhecidas. Mais uma vez, o que tem faltado é a vontade política de implementá-las.

Examinemos inicialmente o nível intergovernamental: o que é realmente essencial é o estabelecimento de um foro de negociações efetivo; e não se pode negar que, por sua própria natureza, a UNCTAD, através da Junta de Comércio e Desenvolvimento e seus órgãos subsidiários, constitui o organismo apropriado para assessorar a Assembléia Geral nessa importantíssima tarefa. As negociações relativas aos problemas que surgirão com o exame e avaliação do progresso na implementação das medidas de política da Estratégia Internacional para o desenvolvimento serão mais fecundas se forem tomadas decisões em foros que por sua natureza, permitam que se passe imediatamente à ação.

Estamos inteiramente prontos a apoiar medidas orientadas no sentido de aperfeiçoar os métodos e processos pelos quais o Conselho Econômico e Social deve desempenhar-se das funções que, nos termos da Carta de São Francisco, são de sua competência. Temos repetidamente reafirmado nossas posições a esse respeito. O que, no entanto, não estamos dispostos a aceitar, é esse esforço de undécima hora para transferir o poder político da Assembléia Geral e da UNCTAD para um foro que já não representa adequadamente a composição das Nações Unidas. O ECOSOC deve reconstruir sua própria credibilidade e sinceramente esperamos que o faça, antes que seja possível considerarmos detidamente a ampliação de suas responsabilidades efetivas. Por enquanto é essencial que sejam mantidas as prerrogativas dos foros nos quais as negociações e acordos têm sido conduzidos com êxito.

O Brasil está convencido de que as funções de exame e avaliação globais devem ser levadas a efeito pela própria Assembléia Geral, com o auxílio de um organismo intergovernamental que lhe seja diretamente subordinado. A UNCTAD, o ECOSOC, e em nível técnico a Comissão para o Planejamento do Desenvolvimento, devem receber da Assembléia atribuições específicas, segundo sua competência respectiva. Mais tarde, se o *momentum* das negociações o permitir, poder-se-ia pensar na convocação de uma sessão especial da Assembléia Geral, como II Comissão. A essa sessão especial seria confiada a tarefa de finalizar as negociações e acordos que seriam mais facilmente alcançados com a participação de todos os Estados Membros.

Pensando "en grandeur", o que estamos imaginando, na realidade, é a possibilidade de que o ECOSOC possa vir a ser, no campo econômico, o que é, no campo político o Conselho de Segurança. Além das sessões ordinárias em que o ECOSOC desempenharia suas funções de coordenador do sistema e de órgão diretor das atividades levadas a efeito pelas Nações Unidas propriamente ditas nos campos econômico e social, este esquema permitiria que o ECOSOC se reunisse também em sessões de emergência sempre que a situação econômica e financeira mundial assim o exigisse. Não tenho dúvida de que se o Governo dos Estados Unidos da América houvesse submetido ao ECOSOC, antes de lhes dar força legal, as medidas financeiras e restritivas do intercâmbio que recentemente adotou, tal decisão teria grandemente aumentado o prestígio e realçado a imagem do ECOSOC, muito mais do que qualquer resolução adotada com a finalidade de "reforçar" o Conselho.

Seja como for, os recentes acontecimentos tiveram pelo menos o mérito de pôr em evidência os aspectos multilaterais da segurança econômica coletiva e a íntima interdependência da economia mundial; mais exatamente, é possível que, se tivesse havido maior grau de solidariedade e diálogo dos países desenvolvidos entre si e destes com os países em desenvolvimento, grande parte das dificuldades teria sido poupada aos Estados Unidos e, por via de conseqüência, aos países em desenvolvimento.

Se me for dado deter-me em aspectos laterais do problema da reforma dos métodos do ECOSOC, diria que justamente no Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais é que a necessidade de tal reforma se faz de há muito sentir. O tempo passou e dificilmente se pode dizer que esse Departamento — apesar do dinamismo e dedicação do Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Econômicos — tenha conseguido acompanhar as constantes mutações da conjuntura. Embora a organização do Secretariado seja de responsabilidade do Secretário-Geral, parece de todo aconselhável que sejam mantidas consultas com os Estados Membros sobre esta questão tão importante. A forma deve ser a conseqüência da função e uma vez que a função é definida pelos Governos, parece simplesmente natural que os Governos tenham a oportunidade de pronunciar-se sobre suas preferências

nas políticas gerais relacionadas com a organização do Secretariado. Isto é tanto mais verdadeiro quando se atenta para o fato de que mais cedo ou mais tarde a UNCTAD e a UNIDO passarão por reformas estruturais e adquirirão o *status* completamente autonômo que por justiça lhes deve caber.

Por muitos motivos, esta XXVI Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas está destinada a fazer história. Não apenas ela é testemunha das mudanças fundamentais no sistema financeiro internacional que vigorava desde Bretton Woods; não apenas lhe cabe a enorme responsabilidade de criar um sistema de exame e avaliação dos progressos da Estratégia Internacional para o Desenvolvimento; ela é acima de tudo a sessão durante a qual será necessário encontrar a maneira de resgatar o conceito de segurança econômica coletiva, incorporado na Estratégia, da imobilidade que foi artificialmente injetada na tese da defesa do meio ambiente. Neste estágio inicial da formulação daquela tese, a perspectiva de conflito entre estes dois conceitos já é assustadora. A menos que desde já alguma coisa se faça para evitar esse conflito, breve nos veremos na estranha posição de lutar simultaneamente a favor e contra o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos. Não podemos permitir que isso aconteça, menos pelo ridículo que indubitavelmente recairá sobre as Nações Unidas como um todo do que pela verdadeira espada de Dámocles que tal situação colocaria para sempre suspensa sobre os países em desenvolvimento.

O que os países em desenvolvimento temos a fazer é nos conservarmos unidos. O que os países desenvolvidos tem a fazer é aceitar de uma vez por todas que expansão e desenvolvimento são duas faces da mesma moeda da segurança econômica coletiva.

O CANAL DO PANAMÁ: PONTOS DE ATRITO COM OS ESTADOS UNIDOS

Entre os mais antigos e constantes pontos de atrito existentes no continente americano, está a questão do Canal do Panamá, que vem dando motivo para disputas entre o Governo panamenho e os Estados Unidos da América, que exercem o poder total dentro da chamada Zona do Canal.

Decorridos apenas 6 meses da assinatura do Convênio do Canal Istmico de 1903 (Bunau-Varilla), ou seja, em junho de 1904, surgiu a primeira controvérsia quando o Governo norte-americano declarou a Zona do Canal aberta ao comércio mundial, sob a jurisdição norte-americana, pondo em vigor a chamada "Tarifa Dingley" e declarando portos terminais da referida Zona. Ancón e Cristóbal nas costas pacífica e atlântica, estabelecendo portos alfandegários e agências postais independentes da jurisdição panamenha.

Desde então vem-se desenrolando uma luta incessante entre os dois países que culminou com os acontecimentos sangrentos de janeiro de 1964, levando o Panamá a romper suas relações diplomáticas com os Estados Unidos, denunciando-os ante as Nações Unidas por agressão a sua soberania.

Em março do mesmo ano o Presidente dos Estados Unidos, Lyndon B. Johnson, declarou estar plenamente consciente de que as demandas feitas pelo Governo do Panamá e a maioria do povo panamenho não decorriam da malícia ou do ódio existente contra os Estados Unidos. Assim, tão logo fosse convidado, um embaixador especial iria ao Panamá com plenos poderes para tratar quaisquer dificuldades, com a responsabilidade de buscar uma solução que reconhecesse as demandas razoáveis do Panamá.

Finalmente, em 3 de abril de 1964, foi divulgada uma "Declaração Conjunta" na qual os dois países se declararam dispostos a "iniciar de imediato os procedimentos necessários com o objetivo de se chegar a um convênio justo e equitativo que estaria sujeito aos procedimentos constitucionais de cada país".

Após três anos de trabalhos os negociadores de ambos os países assinaram em Nova York, em 22 de junho de 1967, uma ata recomendando a seus Governos três projetos de tratados que deveriam ser assinados simultaneamente, e assim designados: 1 — Tratado do Canal do Panamá; 2 — Tratado para a Construção de um Canal ao Nível do Mar; 3 — Tratado de Defesa do Canal do Panamá e sua Neutralidade.

O Governo Revolucionário do General-Brigadeiro Omar Torrijos, surgido do movimento de 11 de outubro de 1968, em resposta à solicitação

do Secretário de Estado Norte-americano, de 20 de junho de 1970, deu conhecimento de sua opinião sobre os três projetos de tratados. Extraímos do Memorando apresentado pelo Ministro das Relações Exteriores do Panamá, Juan Antonio Tack, ao Conselho do Gabinete, em 1971, o pronunciamento oficial do Governo panamenho a respeito da questão publicado abaixo:

Fundamentos da posição da Chancelaria Panamenha sobre a recusa dos projetos de tratados de 1967

A luta penosa e tenaz que o Panamá sustentou por mais de sessenta anos contra as injustiças e iniquidades da Convenção do Canal Istmico, assinada em 18 de novembro de 1903, teve seu ponto culminante nos trágicos, dolorosos e sangrentos acontecimentos de 9 de janeiro de 1964, que causaram o rompimento, por parte do Panamá, de suas relações diplomáticas com o Governo de Washington. Esse rompimento possibilitou ao Panamá, em meio à comoção que criou, a imprevista e oportuna conjuntura para lograr a abertura de negociações para um novo tratado que substituiria o de 1903, como condição para reatar as relações diplomáticas.

Durante quase três meses de contatos, com a mediação da Organização dos Estados Americanos, a tenaz resistência do Governo dos Estados Unidos da América para admitir negociar novos convênios, se viu enfrentada pela igualmente tenaz insistência do Panamá em sua posição inflexível.

Quando tudo parecia indicar o mais rotundo fracasso da mediação por se estarem dissipando as possibilidades de um acordo entre os representantes de ambos governos, o Presidente Lyndon B. Johnson declarou à imprensa em 21 de março de 1964 as seguintes frases cujo efeito sedativo não se fez esperar:

"Estamos plenamente conscientes de que as demandas feitas pelo Governo do Panamá e a maioria do povo panamenho não decorrem da malícia ou do ódio contra os Estados Unidos da América. Tão logo seja convidado pelo Governo do Panamá, nosso embaixador se porá a caminho. Designaremos também um representante especial que irá com plenos poderes para tratar quaisquer dificuldades. A ele será dada a responsabilidade de buscar uma solução que reconheça as demandas razoáveis do Panamá".

Três dias depois, o Presidente Roberto F. Chiari fez uma declaração à imprensa da qual transcrevemos as seguintes frases:

"... ambas nações têm tido sérias dificuldades, devido à cláusulas contratuais existentes desde 1903 que lesam a dignidade do Panamá. É ali onde está a causa dos graves conflitos que na atualidade nos mantêm distantes". "... não compreendo porque se alude à necessidade de ir-se ao fundo da questão para buscar as causas do conflito... Se isto nos levar a um convênio justo e equitativo, eu estou disposto a atuar neste sentido".

Assim, depois de novos esforços mediadores do Conselho da Organização dos Estados Americanos, os representantes do Panamá e dos

Estados Unidos assinaram em 3 de abril de 1964 uma Declaração Conjunta na qual concordaram com os três pontos seguintes:

1. Restabelecer relações diplomáticas;

2. Designar, sem demora, Embaixadores Especiais com poderes suficientes para procurar a pronta eliminação das causas do conflito entre os dois países, sem limitações nem pré-condições de nenhuma espécie;

3. Em conseqüência, os embaixadores designados iniciarão de imediato os procedimentos necessários com o objetivo de chegar a um convênio justo e equitativo que estaria sujeito aos procedimentos constitucionais de cada país.

Ficou, portanto, claramente entendido que as negociações que se iniciaram entre o Panamá e os Estados Unidos em cumprimento da Declaração Conjunta de 3 de abril de 1964, tinham por objetivo "procurar a pronta eliminação das causas de conflito entre os dois países mediante os "procedimentos necessários com o objetivo de se chegar a um convênio justo e equitativo".

Após três anos de negociações, o Ministro das Relações Exteriores do Panamá, Fernando Eleta, e os negociadores panamenhos, Roberto Alemán, Diogenes de la Rosa e Ricardo M. Arias Espinosa, apresentaram ao Presidente da República, Don Marco A. Robles, como resultado final das negociações por eles conduzida, três projetos de tratado que deveriam ser firmados simultaneamente e cujos títulos são os seguintes: 1 — Tratado do Canal do Panamá; 2 — Tratado para a construção de um Canal ao nível do Mar pelo Panamá; e 3 — Tratado de Defesa do Canal do Panamá e sua Neutralidade.

O caminho mais rápido e óbvio a seguir para que se possa formar um juízo crítico sobre a aceitabilidade, pelo Panamá, dos três projetos mencionados, é o de determinar se eles correspondem ou não aos objetivos ou finalidades que tanto o Panamá quanto os Estados Unidos da América pactuaram na Declaração Conjunta de 3 de abril de 1964, isto é, se esses projetos são "justos e equitativos" para o Panamá e se "promovem a pronta eliminação das causas de conflito entre os dois países".

— II —

Seguindo a lógica sensível do silogismo, começaremos por buscar como premissa maior quais são para o Panamá — as causas de conflito que têm suas origens nos tratados hoje vigentes com os Estados Unidos da América.

Convém esclarecer que estas causas de conflito se referem, unicamente, às relações contratuais vigentes que emanam do atual Canal de Eclusas, já que como o projeto de Tratado para o Canal ao Nível e o projeto de Tratado de Defesa ainda não foram firmados, não podem, por conseguinte, serem causas de conflitos.

As causas de conflito que emanam da Convenção de 1903 podem ser resumidas por sua importância e transcendência, da seguinte maneira:

1º — A perpetuidade. Toda estipulação de caráter perpétuo contém, em direito internacional, a semente de sua própria ineficácia pelo princípio universalmente admitido de "rebus sic standibus" que deixa sem eficácia uma estipulação quando variaram as circunstâncias que prevaleciam no momento de sua adoção;

2º — O exercício irrestrito de jurisdição política e autoridade administrativa dos Estados Unidos na Zona do Canal, com exclusão e menosprezo dos direitos que se reservou "soberano territorial". É o que um estadista americano chamou "the overwhelming presence of the United States in Panama". No Tratado Geral de 1936, os Estados Unidos e o Panamá declararam que "as estipulações da Convenção de 18 de novembro de 1903, têm por objetivo o uso, ocupação e controle, pelos Estados Unidos da América, da Zona do Canal e das terras e águas adicionais sob a jurisdição dos Estados Unidos da América, para fins de eficiente manutenção, funcionamento, saneamento e proteção do Canal e de suas obras auxiliares".

Segundo esta estipulação do Tratado Geral de 1936, o que não fosse necessário para manter, funcionar, sanear e proteger o Canal, estava excluído das estipulações da citada Convenção do 1903 e submetida à jurisdição e leis da República do Panamá, coisa que os Estados Unidos se negou a reconhecer, com o qual criou e manteve arbitrariamente uma fonte permanente e abundante de conflitos entre as duas nações, especialmente na administração da justiça; na autoridade de polícia; em atividades comerciais e industriais de competência do Panamá; na restrição de entrada de produtos panamenhos nos mercados da Zona do Canal; na evasão de ingressos fiscais da República; na inacessibilidade à Zona do Canal para os funcionários panamenhos que poderiam exigir ali o cumprimento da lei panamenha pelas pessoas que são obrigadas a acatá-la; na falta de coordenação de atividades administrativas nas áreas colidantes da jurisdição panamenha com a Zona do Canal; em atividades de toda espécie (sociais, culturais, científicas, caritativas, religiosas); na prestação de serviços públicos; e em muitos outros casos análogos que seriam muito extensos para enumerar.

3º — No Tratado Geral de 1936, "em vista da abertura formal do Canal do Panamá", Panamá e os Estados Unidos da América acordaram em suprimir da parte referente às finalidades a palavra "construção" ficando reduzidas estas finalidades "a manutenção e proteção do Canal". Não obstante esta estipulação acordada em 1936, os Estados Unidos continuaram, sem consultar e nem sequer informar ao Panamá, efetuando obras de vulto dentro da Zona do Canal, que não têm relação alguma com a manutenção e proteção do Canal, criando e mantendo, assim, outra fonte inesgotável de conflitos entre as duas nações.

4º — O Tratado de 1903 concedeu aos Estados Unidos o direito de proteger o Canal e esse direito foi regulamentado pelo Artigo XXIII do dito Tratado, limitando-o a "usar sua polícia, suas forças terrestres e estabelecer fortificações para a proteção e segurança do Canal, dos navios que o utilizam ou das ferrovias e obras auxiliares".

Não obstante as limitações impostas aos Estados Unidos pelo Artigo XXIII, o Governo norte-americano, sem consultar e nem sequer informar o Panamá, construiu grandiosas instalações militares, navais e aéreas dentro da Zona do Canal, que não têm nenhuma relação com a "segurança e proteção do Canal", com o que agrava os perigos para o Panamá como objetivo militar de represália, além de dar ao Panamá a aparência desonrosa de que toda a República está sujeita aos interesses militares exclusivos dos Estados Unidos, sejam eles regionais, continentais ou extracontinentais, nos quais o Panamá não tem nenhuma participação.

O poderio militar que os Estados Unidos exibe dentro do território da República, sem aprovação ou conhecimento do Panamá, é uma das causas mais profundas de conflitos entre o Governo e o Povo do Panamá e os Estados Unidos da América.

5º — Insuficiência de benefícios diretos para o Panamá. Antes de 1903 a Companhia Ferrocarril do Panamá pagava ao Governo da Colômbia uma anuidade de US$ 250.000,00. Com a Convenção de 1903 o Panamá perdeu essa concessão ferroviária; os Estados Unidos se obrigou a pagar ao Panamá uma anuidade de US$ 250.000,00 a começar nove anos após a troca de ratificações. Isto quer dizer que o Panamá nada recebeu a título de anuidade pela concessão do ferrocarril durante nove anos. Depois de 1939 o Panamá começou a receber uma anuidade, em dólares desvalorizados, de US$ 430.000,00 que eram equivalentes aos US$ 250.000,00 ouro, estipulados em 1903. Desde 1957 o Panamá começou a receber, como anuidade, a soma de US$ 1.930.000,00 — de um poder aquisitivo muito inferior ao dos dólares desvalorizados de 1939. Porém no Tratado de 1955, exigiu-se que o Panamá reduzisse em cerca de 75% o imposto sobre bebidas que eram vendidas (importadas) para a Zona do Canal, resultando na perda, para o Panamá, de uma soma maior do que os US$ 1.500.000,00 em que foi aumentada a anuidade do Canal.

A enorme desproporção entre os incomensuráveis benefícios de toda ordem que os Estados Unidos têm recebido sempre em função do Canal e as mesquinhas quantidades pagas anualmente ao Panamá pela concessão que tornou possível a construção do Canal, foi e continuará sendo causa permanente de insatisfação do Panamá e de conflito com os Estados Unidos.

6º — Insuficiência de benefícios indiretos para o Panamá. Quanto aos benefícios indiretos provenientes da operação do Canal, deve-se recordar que, no Artigo I do Tratado Geral de 1936, os dois Governos "declararam sua vontade de cooperar enquanto lhes seja factível para o propósito de assegurar o gozo pleno e perpétuo dos benefícios de toda ordem que o Canal deva proporcionar às duas nações que tornaram possível sua cons-

trução". Com respeito aos benefícios recebidos pelos Estados Unidos, estes estão à vista através do crescimento de sua marinha mercante que transformou este país no maior usuário do Canal, no crescimento de seu comércio e importação e exportação e, para citar somente os benefícios de maior vulto, a verdade histórica de que o Canal do Panamá foi a chave que abriu para este país o caminho para tornar-se a primeira potência do mundo.

Em troca, são poucos e duvidosos os benefícios permanentes que a República possa ter recebido indiretamente com a presença do Canal do Panamá em seu território. Por causa do Canal do Panamá perdeu seus portos de Panamá e Colón; por causa do Canal e seu método de operação, o Panamá não pode desenvolver suas potenciais atividades produtivas no comércio internacional; por causa do Canal do Panamá e seus métodos de administração, o Canal é um competidor desleal para o comércio e a indústria do Panamá; o Canal, ao invés de abrir para o Panamá as portas para o comércio mundial, transformou-se em obstáculo ou mesmo fechou as vias que diretamente podem comunicá-lo com os mercados exteriores de exportação ou importação; o Canal do Panamá criou uma enorme classe privilegiada com o direito de se abastecerem de tudo sem pagar impostos ao Panamá, com o que não somente privou o comércio panamenho desta clientela de alto poder aquisitivo, como também permitiu a abertura de correntes de contrabando, procedentes da Zona do Canal; tudo isto foi e continua sendo uma fonte fecunda de conflitos e desavenças entre os dois países.

Muito se tem falado dos recursos que a economia panamenha recebe em face dos salários pagos na Zona do Canal; porém não devemos esquecer que estes salários não são uma regalia paga pelos Estados Unidos, já que se este necessita de mão-de-obra panamenha tem que pagá-la, pois recebe serviços equivalentes e às vezes maiores do que os salários que paga. Não poderia pretender que os panamenhos estejam obrigados a servir ao Canal do Panamá como parte das obrigações contraídas pelo Panamá em adição à concessão do Canal.

7º — Por último, para não tornar interminável a lista de causas e conflitos, citamos a maior causa, a causa constante, a que contribuiu diariamente para manter vivo o ressentimento dos panamenhos e alimentar entre eles um sentimento de rebeldia contra a presença irritante, em parte do território nacional, de um Governo estranho que atua de forma arbitrária, absoluta, menosprezando a presença do soberano territorial. Queremos nos referir à conduta invariável do Governo dos Estados Unidos da América de interpretar as cláusulas dos tratados vigentes da forma mais conveniente para seus interesses e contrária aos direitos do Panamá e impor suas interpretações arbitrárias e injustas pelo poder que possui e que o Panamá até agora não pode contestar, de excluir e lançar fora da Zona do Canal a ausência oficial do Panamá e a ausência de nossas leis.

III

Tendo esboçado, assim, em termos gerais, sete causas de conflitos entre o Panamá e os Estados Unidos, deixamos apresentada a premissa maior do silogismo.

Passaremos agora à apresentação de uma premissa menor e determinar se os três projetos de novos tratados, mencionados mais acima, conseguiram eliminar as causas de conflito entre os dois países decorrentes do Convênio de 1903.

Para chegar a enunciação desta premissa menor, compararemos, de forma muito sumária e com relação a cada um destes três projetos de tratado, as sete causas de conflitos que apresentamos anteriormente.

1º — A perpetuidade:

É certo que ao ser revogada, segundo o projeto do novo Tratado para o Canal do Panamá, a Convenção de 1903, seriam revogadas com ela, as cláusulas de perpetuidade estipuladas nesta Convenção. No novo projeto para este mesmo Canal estipula-se sua possível vigência até o ano de 2007. No projeto de Tratado para um Canal ao Nível do Mar se fixa sua vigência em 60 anos, a partir da data em que comece a operar este canal ao nível; porém, como segundo suas estipulações, esta data poderia coincidir com o término de vigência do novo tratado para o Canal ora existente, isto quer dizer que a vigência do tratado que venha a ser celebrado para o Canal ao Nível do Mar poderia se prolongar até o ano 2067, ou seja, ao longo de 97 anos, a contar do presente ano.

A Convenção de 1903 foi feita para a perpetuidade. Por outro lado, em 1936, isto é, 33 anos depois, foi reformulada com um novo tratado (o Tratado Geral de 1936): em 1957, 21 anos depois do Tratado de 1936 e 56 depois de formada a Convenção de 1903, foi modificada, pela segunda vez e, agora, passados 13 anos desta segunda reforma, nos encontramos face a novas negociações, temporalmente suspensas, visando anular totalmente esta Convenção para substituí-la por três tratados concorrentes que seriam celebrados simultaneamente.

Segundo o projeto apresentado pelos negociadores norte-americanos para a celebração de um desses três tratados (o de Defesa), a duração deste coincidiria com o término do Tratado para a Construção do Canal ao Nível do Mar, o que equivale a dizer que o primeiro estaria vigente até o ano de 2067, ou seja, por 97 anos contados a partir do presente ano. Entretanto, no projeto apresentado pelos negociadores dos Estados Unidos para o Tratado de Defesa, incluíram uma cláusula, segunda a qual, esse Tratado de Defesa, continuaria em vigor, indefinidamente, enquanto não fosse celebrado um novo tratado que o substituiria, o que equivaleria a uma estipulação de perpetuidade para o Tratado de Defesa que é, precisamente, o que maior proeminência daria aos Estados Unidos no Istmo do

Panamá e aquele que, portanto, mais atingirá a dignidade e soberania da República. O Panamá não aceitou esta proposta de perpetuidade, porém isto é uma clara indicação das pretensões dos negociadores norte-americanos.

Se já existe um consenso entre os dois Governos no sentido de que a Convenção de 1903 deve ser anulada, quando só transcorreram sessenta anos desde a sua assinatura (não obstante ter sido assinada para a perpetuidade) pretender agora celebrar tratados que tenham uma duração fixa de 97 anos, é o mesmo que insistir em pactos de uma duração maior do que historicamente podem durar.

Se algo foi aprendido pela República, através das mais duras experiências sofridas, é que os tratados que se referem à presença, dentro de seu território, de Governos estrangeiros, devem conter cláusulas que permitam a revisão destes tratados por períodos não maiores de 20 ou 25 anos, para ajustá-los aos progressos do direito internacional e às mudanças da convivência pacífica entre as Nações.

Conclusão: esta causa de conflito subsiste nos tratados estudados.

2º —Jurisdição política e autoridade administrativa:

Não obstante terem sido limitadas no Tratado de 1936, as finalidades da Concessão de 1903 à manutenção, funcionamento e proteção do Canal já construído, o Governo dos Estados Unidos continuou exercendo a plena jurisdição política e autoridade administrativa na Zona do Canal, com total exclusão da República do Panamá, mesmo em casos e assuntos não relacionados com as finalidades da concessão dada em 1936. Esta tem sido a causa dos conflitos explicados no 2º ponto da II Seção deste memorando.

Todas estas causas de conflitos continuariam vigentes se fosse adotado o novo projeto de Tratado para o Canal do Panamá, pois com este projeto as autoridades panamenhas continuariam sem jurisdição nem competência para atuar dentro das áreas do Canal e os Estados Unidos ficariam livres das obrigações e responsabilidades que ora têm contraído pelos Tratados vigentes.

Na atualidade o Governo dos Estados Unidos têm a obrigação e a responsabilidade de manter e funcionar o Canal do Panamá; porém, de acordo com o projeto do novo Tratado para este Canal, essa obrigação e responsabilidade passariam a uma entidade internacional com personalidade jurídica própria que se chamaria Administração Conjunta, de cuja atuação os Estados Unidos não seriam responsável, ficando livre de seus compromissos atuais, sem que o Panamá tivesse garantia; com a agravante de que o Governo dos Estados Unidos teria o controle definitivo desta administração conjunta pelo voto majoritário das decisões da mesma sem assumir nenhuma responsabilidade direta pela manutenção e funcionamento do Canal. A única garantia que o Panamá tem no momento para os benefícios que possam advir do Canal é a obrigação do Governo norte-americano de mantê-lo e operá-lo e esta garantia desapareceria com a criação da citada Administração Conjunta na forma indicada no projeto.

Na atualidade existe, em decorrência dos tratados vigentes, uma relação e comunicação direta de Estado a Estado, entre o Panamá e os Estados Unidos e o Panamá pode dirigir todas as suas reclamações contra o Governo dos Estados Unidos como vem fazendo, incessantemente, desde que se firmou a convenção de 1903. Porém, com a Administração Conjunta prevista no projeto de Tratado, o Panamá como Estado soberano territorial, teria, daqui em diante, de discutir de igual para igual com essa entidade jurídica de categoria inferior e até submeter-se às decisões da mesma na qual o voto majoritário seria detido por cidadãos dos Estados Unidos. A posição não poderia ser mais deprimente para a dignidade nacional.

Como se tudo não fosse o bastante, a aludida Administração Conjunta teria, segundo o projeto, atribuições, funções e poderes que hoje em dia não têm nem mesmo o Governo de Washington dentro dos tratados vigentes; muitas das atuações deste Governo dentro da Zona do Canal, em violação destes Tratados e que têm causado conflitos e ocasionado protestos por parte do Panamá, se tornariam coonestadas e revalidadas, com um claro retrocesso da posição que o Governo do Panamá vem mantendo com firmeza patriótica.

Exemplificando, não obstante a obrigação que aparentemente se estipula no projeto no sentido de que a Administração Conjunta transferiria a empresas privadas panamenhas as atividades comerciais que no momento são exploradas na Zona do Canal, o mesmo projeto estipula que esta Administração Conjunta poderá continuar com tais atividades com a única obrigação de pagar ao Panamá somas equivalentes aos impostos que o Panamá haveria recebido se se tratasse de empresas privadas, o que significa que estas atividades não estariam sujeitas ao sistema tributário panamenho, nem ficariam submetidas à jurisdição das leis e autoridades do Panamá, o que é uma justa e permanente aspiração do Panamá.

Conclusão: As causas de conflitos decorrentes da jurisdição política e administrativa que irrestritamente exerce o Governo dos Estados Unidos não se resolvem nem são eliminadas no Projeto de Tratado para o Canal do Panamá, mas, ao contrário, se agravam.

3º — Execução de obras civis não autorizadas nos Tratados.

De acordo com o preâmbulo e com o Artigo II da Convenção do Canal Istmico de 1903, o Panamá concedeu aos Estados Unidos o uso, ocupação e controle de uma zona de terra e de terra coberta por água "para a construção, manutenção, funcionamento, saneamento e proteção de um canal para barcos através do istmo do Panamá para comunicar os oceanos Atlântico e Pacífico". Em virtude desta concessão, os Estados Unidos construiriam o Canal do Panamá que começou a operar em 15 de agosto de 1904 e que foi inaugurado oficialmente em 12 de julho de 1920. "Em vista a abertura formal e oficial do Canal do Panamá em 12 de julho de 1920", o Panamá e os Estados Unidos declararam no Artigo I do Tratado Geral de 1936 que as estipulações da Convenção de 1903 "têm em mira

o uso, ocupação e controle da Zona do Canal e das terras e águas adicionais sob jurisdição dos Estados Unidos, para fins de eficiente manutenção, funcionamento e proteção do Canal.

Como se vê, a palavra CONSTRUÇÃO foi eliminada dos fins para os quais o Panamá outorgou aos Estados Unidos a concessão de 1903. Observe-se que a concessão de 1903 era para a construção de "UM CANAL para barcos através do Istmo do Panamá" e no Tratado de 1936 os fins da concessão, já excluída a palavra CONSTRUÇÃO foram para a "manutenção, funcionamento, saneamento e proteção DO CANAL". Isto quer dizer que o Tratado de 1903 referia-se única e exclusivamente AO CANAL que ambos os governos declararam depois já construído no Tratado de 1936. Conseqüentemente, as obras que o Governo dos Estados Unidos ficou autorizado a realizar na Zona do Canal, a partir do Tratado de 1936 foram, unicamente, aquelas relacionadas com a "manutenção, saneamento e proteção DO CANAL".

Não obstante esta clara interpretação dos tratados vigentes, os Estados Unidos continuaram, como vimos acima, efetuando obras de grande magnitude dentro da Zona do Canal que não têm alguma relação com os fins para os quais foi limitada a concessão de 1903, no Tratado de 1936. Todas essas obras adicionais, não autorizadas pelos Tratados, foram realizadas pelo Governo dos Estados Unidos sem consultar nem informar o Panamá, as quais criaram e vêm mantendo outras fontes de conflitos entre as duas Nações. Esta situação se agravou enormemente com a Nota nº 72, datada de 12 de fevereiro de 1970, enviada pelo Embaixador dos Estados Unidos no Panamá ao Ministério das Relações Exteriores, na qual pretende que a troca de notas efetuada em 1939 entre o Enviado Extraordinário e o Ministro Plenipotenciário do Panamá em Washington e o Secretário de Estado, (troca de notas na qual é esclarecido o sentido da palavra "manutenção" incluída neste Tratado) compreende não somente obras de manutenção do canal existente mas quaisquer outras obras ou expansões que o Governo americano queira fazer dentro da dita Zona. A interpretação que o Senhor Embaixador dos Estados Unidos pretendeu dar à palavra "manutenção" não se ajusta ao verdadeiro sentido da linguagem usada na troca de notas à qual se referiu: a palavra "manutenção" inclui apenas construção e expansão dentro do que se entende por manter o Canal, que se declarou construído pelo Tratado de 1936.

Esta nova interpretação que o Governo dos Estados Unidos no Panamá quis dar a troca de notas acima mencionada, veio agravar, como causa do conflito entre os dois países, a pretensão que já, na prática, levou a cabo o Governo de Washington de que esta troca de notas autoriza construções e expansões distintas daquelas que podem caber dentro do conceito da palavra "manutenção" DO CANAL.

Esta situação não somente subsistiria se o projeto de tratado para o Canal do Panamá fosse aceito, mas se tornaria mais desfavorável para o Panamá na medida em que daria à entidade por ele denominada "Adminis-

tração Conjunta do Canal" um maior raio de ação que permitiria legalizar atividades que no momento se encontram à margem dos Tratados vigentes e permitiria, também, novas atividades de construção às quais o Governo dos Estados Unidos não têm hoje qualquer direito de acordo com os tratados pelos quais são atualmente regidos.

Conclusão: Esta causa de conflito não somente subsistiria integralmente no novo projeto de Tratado do Canal do Panamá, como também seria agravada criando conflitos adicionais aos que já se produziram em relação aos tratados hoje em dia vigentes.

4º — Proteção do Canal do Panamá.

Já se disse que uma das finalidades pelas quais o Panamá outorgou aos Estados Unidos a Concessão contida na Convenção do Canal Istmico, firmada em 18 de novembro de 1903, foi a proteção do citado Canal. Esta Convenção estipulou, com toda clareza, os direitos que foram concedidos pelo Panamá aos Estados Unidos para esta proteção, assim:

ARTIGO XXIII. Se em qualquer tempo for necessário empregar forças armadas para a segurança e proteção do Canal ou dos navios que o utilizam ou dos trens e obras auxiliares, os Estados Unidos terão direito, durante todo o tempo e a seu critério, de usar sua polícia, suas forças terrestres e navais para estabelecer fortificações com este objetivo".

Já explicamos na seção II deste Informe Preliminar que a forma como os Estados Unidos têm interpretado e aplicado este ARTIGO XXIII da Convenção de 1903, tem sido uma das causas permanentes de conflitos entre as duas Nações, face a predominância do poderio dos Estados Unidos presente no território da República, sem que tal predominância, que resultou desonrosa para o Panamá, pudesse ser justificada por necessidades específicas de proteger o Canal, "se em qualquer tempo fosse necessário".

Nos três projetos de Tratado que foram apresentados conjuntamente por Negociadores Panamenhos e Norte-americanos, a matéria relativa à proteção do Canal, que na Convenção de 1903 ficou circunscrita no Artigo XXIII acima transcrito, foi dividida em duas partes: a) foi incluído no Projeto de Tratado para o Canal do Panamá matéria sobre as forças de Polícia; b) no Projeto de Tratado de Defesa do Canal e sua Neutralidade a parte relativa às forças militares. Já explicamos que o primeiro destes projetos mantém e amplia as causas de conflitos decorrentes do exercício irrestrito de autoridade com as finalidades de concessão outorgada pelo Panamá, entre elas o exercício irrestrito das funções e serviços de polícia. Veja-se como podem ser comparadas as estipulações sobre forças militares nos Tratados hoje vigentes, com as estipulações incluídas no Projeto de Tratado de Defesa.

Basta uma simples leitura deste último Projeto de Tratado e dos relatórios dos Negociadores panamenhos sobre as numerosas reuniões celebradas com os Negociadores dos Estados Unidos e que culminaram com a apresentação dos citados Projetos de Tratados, para se chegar à conclusão

de que o proposto tratado de Defesa não somente não eliminaria nenhuma das causas de conflito que a presença desnecessária de atividades militares de toda ordem — incluindo as didáticas e de treinamento que, em solo panamenho, tem mantido o Governo dos Estados Unidos — mas que, ao contrário, agravaria as causas já existentes e anexando outras novas.

Este Projeto de Tratado de Defesa amplia os direitos dos Estados Unidos para todo tipo de instalações defensivas e ofensivas não previstas nos Tratados hoje vigentes aumentando os perigos de represálias e riscos para a população civil e, o que é pior, outorgaria ao Governo norte-americano o direito de utilizar novas áreas fora da Zona do Canal sem que fosse necessário para isso, a celebração de um novo Convênio ou Tratado entre os dois países com o qual o Panamá renunciaria sem justificação alguma a uma das mais valiosas conquistas da diplomacia panamenha alcançada com o Tratado Geral de 1936. Além do mais, o novo projeto de tratado de defesa daria às forças militares dos Estados Unidos o direito de trânsito livre e irrestrito no território nacional, sem a permissão prévia do Governo panamenho, que foi outra conquista do Tratado Geral de 1936.

O projeto do novo tratado de Defesa não eliminou nenhuma das causas que, desde 1903, vêm dando lugar a conflitos, face aos privilégios que as forças armadas dos Estados Unidos tem pretendido se prevalecer no território da República.

5º — Insuficiência de benefícios diretos para o Panamá.

Já explicamos na II Seção desse Informe Preliminar que o Panamá não recebeu nenhuma anuidade pela Concessão do Canal durante os primeiros nove anos de vigência da Convenção de 1903. A partir de 1912 os Estados Unidos começaram a pagar uma anuidade de US$ 250.000,00 ouro, igual à anuidade que a Cia. del Ferrocarril de Panamá pagava a Colômbia pela concessão ferrocarril, concessão esta que em 1903 passou aos Estados Unidos sem nenhuma compensação em favor do Panamá. Isto quer dizer que os Estados Unidos começaram em 1912 a pagar ao Panamá pela concessão do Canal o que a Companhia del Ferrocarril del Panamá pagava ao Governo colombiano. Desde 1939 até 1957 a anuidade foi fixada no Tratado Geral de 1936 no montante de US$ 430.000,00 desvalorizados, equivalentes aos US$ 250.000,00 ouro estipulados pela Convenção de 1903; isto quer dizer que aumentou a quantidade de dólares, porém não no valor real destes dólares, causando ao Panamá uma perda igual à desvalorização progressiva do dólar a partir desta data. Acrescente-se que, desde 1904 até 1957 o Governo dos Estados Unidos recebia por aluguel de lotes urbanos nas Cidades de Panamá e Colón (que antes pertenciam a Cia. del Ferrocarril de Panamá) sem nenhuma compensação para o Panamá, somas iguais ou maiores à anuidade que, pela concessão do Canal, pagavam ao Panamá.

Assim, o Governo do Panamá nunca recebeu, como benefícios diretos pela concessão do Canal, somas que não chegavam sequer a alcançar o que o Panamá deixou de perceber como conseqüência da Concessão.

Depois de 1957 os Estados Unidos começaram a pagar ao Panamá um aumento de US$ 1.500.000,00 na anuidade de acordo com o Tratado de 1955, porém, como já explicamos, por este mesmo Tratado o Panamá deixou de receber, em arrecadação de impostos de importação de bebidas uma soma maior que o referido aumento.

De acordo com o novo Projeto de Tratado para o Canal do Panamá, a República receberia anualmente um pagamento maior, computado à base de uma soma fixa por tonelada de carga em trânsito pelo Canal; entretanto, a efetivação destes pagamentos resulta duvidosa porque não se prevê a constante depreciação do poder aquisitivo do dólar norte-americano com a agravante de que o Panamá não tem participação na fixação do pedágio. Além do mais, a duração máxima do novo tratado para o Canal do Panamá que seria firmado seguindo o projeto apresentado, seria até o ano 2009, porém terminaria antes se o Canal ao Nível do Mar fosse construído antes deste ano, sem que em nenhum dos três projetos apresentados para os novos tratados estipulem as vantagens ou benefícios que ficarão para o Panamá ao expirar o novo tratado que será firmado para o Canal do Panamá, construa-se ou não pelo Istmo do Panamá o anunciado canal ao nível do mar: nem as indenizações que seriam dadas ao Panamá para fazer frente aos graves prejuízos que sofreria com o fechamento do Canal de Eclusas e a abertura do Canal ao Nível.

Convém notar que o Projeto apresentado para a construção de um canal ao nível do mar não traz nenhuma certeza de que este canal será construído, será em território panamenho e nem sequer a obrigação dos Estados Unidos de construí-lo. Este projeto de Tratado está concebido na forma de uma opção que os Estados Unidos poderiam exercer ou não e que para o Panamá representa, por não ser nele estipulados os benefícios econômicos para o Panamá, uma enorme e obscura interrogação com relação ao futuro de seus direitos e interesses tão arraigados no destino da Nação Panamenha.

No projeto de Tratados para a defesa do Canal não é estipulado nenhum benefício direto para a República do Panamá.

Conclusão: Os três projetos de novos tratados não resolvem nem eliminam as causas de conflitos surgidos face a insuficiência de benefícios diretos para a República mas, pelo contrário, esses benefícios diretos aparecem nestes projetos envoltos em densas incertezas que são de mau agouro para a República e que criariam novas causas de conflitos sem que se houvesse eliminado as que já surgiram dos tratados hoje vigentes.

6º — Insuficiência de benefícios indiretos para o Panamá.

Já explicamos na Seção II deste Informe Preliminar que a presença dentro de território panamenho, de um canal interoceânico, operado e administrado pelos Estados Unidos da América, com total e absoluta exclusão do soberano territorial, não somente deixa de servir ao desenvolvimento da economia nacional dos serviços que este pode prestar ao comércio internacional e dos benefícios que aquele pode receber com o incremento

deste no trânsito transistmico, mas que, pelo contrário, o Canal do Panamá, pela forma com que é manejado e administrado, constitui um obstáculo às vezes insuperável, no desenvolvimento da nacionalidade panamenha, no desenvolvimento de seu comércio internacional e na adequada exploração de seus recursos naturais.

Os únicos benefícios indiretos que a economia panamenha recebe do funcionamento do Canal do Panamá, consiste na venda de serviços de mão-de-obra nacional e de alguns produtos agropecuários. Porém, como já explicamos anteriormente, os pagamentos que a economia panamenha recebe em dinheiro dos Estados Unidos, não são uma regalia que este país paga pela concessão feita pelo Panamá em 1903, mas pagamento de serviços e produtos que compra porque os necessita e tem que pagar por eles um preço que nem sempre alcança o justo valor dos mesmos.

Porém, ainda esses benefícios indiretos decorrentes do fluxo de dólares para o Panamá, serviram em várias ocasiões de instrumento para reduzir o volume do meio circulante e causar situações de crise ou agravar crises já existentes. Uma diminuição drástica desta afluência de dólares é suficiente para provocar transtornos econômicos e sociais na República. Por isso se explica que a política econômica ou financeira da administração do Canal do Panamá, tem sido, em muitas ocasiões, causa de conflitos e transtornos de lenta e demorada recuperação.

Este é um ponto onde o horizonte se apresenta mais turvo para o Panamá através do Projeto de Construção de um Canal ao Nível do Mar, dentro ou fora do Istmo, com o conseqüente decréscimo das receitas nacionais ao serem suspensas as operações do presente Canal de Eclusas.

Nenhum dos três projetos de tratado apresentados contém medidas de previsão que possibilitem evitar um colapso da economia nacional decorrente do fechamento do Canal de Eclusas e abertura do Canal ao Nível do Mar.

Todos os conflitos que tão freqüentemente têm surgido nos últimos 60 anos por causa da insuficiência dos benefícios indiretos de que faz jus o Panamá — e que não recebe — pela operação do Canal do Panamá, serão poucos comparados com os que ocorrerão quando em conseqüência de uma aceitação apressada dos três projetos de Tratados, deixe de funcionar o presente Canal de Eclusas e comece a funcionar um canal ao nível do mar ainda que seja construído em território panamenho: já que, se fosse construído fora do Panamá, sem que sejam tomadas as medidas necessárias para suportar o impacto, o Panamá poderia ver-se condenado a uma depressão maior e mais profunda do que aquelas que já abateram a população do Istmo em seus quatrocentos anos desde a conquista.

7º — Diferenças de interpretação dos tratados vigentes.

A experiência do Panamá durante os 67 anos transcorridos desde a assinatura da Convênção Istmica de 1903, tem sido, invariavelmente, aquela que os Estados Unidos têm atuado como Juiz e parte da interpretação e aplicação desta Convenção e dos Tratados posteriores adicionados ou que

a modificaram. Os Estados Unidos têm interpretado e aplicado essa Convenção e estes Tratados como melhor lhe convém e o tem feito com autoridade e poder onímodos e incontestáveis, sem que o Panamá tenha tido a seu alcance nenhum recurso jurídico ou político para opor-se a estas interpretações exorbitantes e execuções arbitrárias, que não tiveram nem têm apoio dentro do texto e espírito dos tratados, corretamente entendidos e corretamente interpretados.

Na sua impotência para exigir um tratamento mais justo, o Panamá tem somente acumulado injustiças, agressões e menospresos que, esporadicamente, ocasionaram em explosões do sentimento patriótico, com muito poucos benefícios práticos, porém com peso cada vez maior de seu empenho para a reivindicação de seus justos direitos e interesses nacionais.

Enquanto os Estados Unidos persistirem na unilateralidade da interpretação dos convênios e tratados, subsistirão todas as causas de conflitos que têm conturbado as relações entre os dois países e ferido a dignidade nacional.

Esta unilateralidade de decisão para os Estados Unidos subsistiria se fossem firmados os três projetos de tratados a que se referem este Informe Preliminar já que, nas poucas instâncias em que se prevêem possíveis arbitragens, estas são aplicadas a questões secundárias e não naquelas relativas à defesa da soberania e dignidade da República.

E como se isso fosse pouco, estes projetos de Tratado deixariam à decisão de funcionários de categoria inferior de ambos os governos, reformas ou adendos destes mesmos tratados, se chegasse a serem firmados, com a evidente intenção de excluir a intervenção de nossos Órgãos Executivos e Legislativos que são a quem corresponde, conjuntamente, tudo aquilo que for relativo à aprovação, modificação ou adição de tratados públicos que tenham sido por eles aprovados.

Conclusão: As causas de conflitos desde 1903 têm surgido decorrentes da interpretação e aplicação unilateral dos tratados vigentes por parte do Governo dos Estados Unidos, subsistiriam e se agravariam se estes projetos de tratados tivessem a aprovação do Panamá.

IV

Na Seção I (deste Informe Preliminar) explicamos que "as negociações que se iniciaram entre o Panamá e os Estados Unidos da América em cumprimento da Declaração Conjunta de 3 de abril de 1964, tinham por objetivo procurar a pronta eliminação das causas de conflitos entre os dois países mediante os procedimentos necessários com o objetivo de se chegar a um convênio justo e equitativo".

Concluímos a Seção I com a afirmação de que "o caminho mais certo e óbvio a ser seguido para se formar um juízo crítico sobre a aceitabilidade por parte do Panamá dos três projetos mencionados, é determinar se

eles correspondem ou não aos objetivos e finalidades que tanto o Panamá quanto os Estados Unidos acordaram na Declaração Conjunta de 3 de abril de 1964" isto é, se tais tratados conseguiram "a pronta eliminação das causas de conflitos entre os dois países".

Na Seção II explicamos as sete principais causas de conflito entre o Panamá e os Estados Unidos derivados dos tratados hoje vigentes.

Na Seção III explicamos e analisamos as sete causas citadas em relação com os três projetos de Tratados apresentados pelos negociadores panamenhos e norte-americanos e chegamos à conclusão que tais projetos, se chegassem a ser celebrados, não resolveriam nem eliminariam nenhuma das sete principais causas de conflitos analisadas.

O silogismo que anunciamos ao iniciar a Seção II pode, pois, ser assim formulado:

Premissa maior: As negociações iniciadas com a Declaração Conjunta de 3 de abril de 1964 tinham por finalidade expressa "buscar a pronta eliminação das causas de conflitos entre os dois países.

Premissa menor: Os três projetos de novos tratados submetidos em 1967 à consideração do Órgão Executivo não eliminam nenhuma das sete principais causas de conflitos.

Conclusão: Os três projetos de tratado não cumprem com a finalidade de "procurar a pronta eliminação das causas de conflitos entre os dois países".

Por todas estas razões o Panamá acha que os Projetos de Tratados em questão não são utilizáveis nem sequer como base para futuras negociações.

INTERNATIONAL AFFAIRS

FOUNDED IN 1922

OCTOBER 1971

Editor
Wendy Hinde

Editorial Office
Chatham House, St. James's Square, London, SW1Y 4LE
Tel. 01-930 2233
All correspondence should be addressed to the Editor

Published quarterly for the
ROYAL INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS
by the
OXFORD UNIVERSITY PRESS

International Affairs may be ordered through any bookseller or newsagent, or from the Oxford University Press, Press Road, Neasden, London, N. W. 10.

RESENHA

ADMISSÃO DA CHINA POPULAR NA ONU E EXPULSÃO DE FORMOSA

Em abril, a delegação chinesa ao campeonato mundial de ping-pong transmite à equipe americana o convite oficial para visitar a República Popular da China. Em Pequim, em 14 de abril, o Primeiro-Ministro Chu-en-Lai recebe a equipe americana e tem início o processo de aproximação entre os Estados Unidos e a China Popular. Dois dias depois, o Presidente Nixon expressa o desejo de visitar a China Popular.

Henry Kissinger, conselheiro especial do Presidente Nixon, mantém negociações secretas com o premier Chu-en-Lai em Pequim, de 9 a 11 de julho, e em 15 de julho Nixon anuncia pela televisão ter aceito o convite de Chu-en-Lai para visitar a China, em data a ser fixada, antes de maio de 1972.

Na última semana de outubro, a Assembléia Geral das Nações Unidas reconhece o direito do governo da República Popular da China de ocupar o lugar até então preenchido pelo governo da República da China (Formosa) por 76 votos contra 35 e 17 abstenções.

A política americana das "Duas Chinas", repudiada pelo governo popular da China que declarou não aceitar a participação na ONU, caso o governo da República da China (Formosa), continuasse como membro da organização só teve o apoio de 35 países. Nenhum país europeu a apoiou, a Grécia e a Espanha se abstiveram e somente 12 dos vinte e cinco países latino-americanos a apoiaram com seu voto, entre eles o Brasil.

A admissão da China Popular na ONU terá múltiplas repercussões sobre o panorama político internacional. Em primeiro lugar, o reconhecimento da legitimidade do governo comunista chinês supera obstáculos, de princípio, à atuação diplomática e econômica da República Popular em todos os países.

Em segundo lugar, o equilíbrio de poder mundial é afetado e o sistema de esferas de influência [americana e soviética] é ameaçado de uma redivisão para incluir a China Popular. As possibilidades de aliança entre as superpotências, Estados Unidos, União Soviética e China Popular, vem a permitir, como o conflito no Paquistão já demonstrou, a possibilidade de ocorrências heterodoxas como o alinhamento sino-americano em torno do governo paquistanês, opondo-se ao apoio soviético à Índia.

No continente asiático, as questões relativas ao conflito na Indochina, às aspirações japonesas, à influência nas áreas asiáticas subdesenvolvidas terá de acomodar a presença chinesa.

No Conselho de Segurança das Nações Unidas a maioria pró-ocidental ficou reduzida e na Assembléia Geral o bloco de países subdesenvolvidos vê-se diante da candidatura chinesa à sua liderança.

Na política interna americana, a "abertura chinesa" enfraqueceu o Partido Democrata e fortaleceu as possibilidades de reeleição do Presidente Nixon, mas fortaleceu tendências isolacionistas, nos meios conservadores.

Tem início também a corrida ao mercado consumidor chinês ou mais precisamente ao mercado chinês de bens de capital. Nesta corrida, os europeus têm a iniciativa já que a Inglaterra e a França, por exemplo, já de vários anos mantêm relações comerciais com a China Popular.

A CRISE DO DÓLAR E DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL

Em maio de 1971, a intensa demanda por moedas fortes e o simultâneo fluxo de dólares causaram a queda do dólar nos mercados de câmbio e levam os Bancos Centrais da Europa e do Japão a suspenderem as operações de câmbio. Tem início a crise do dólar.

A crise tem sua origem estrutural nas regras do sistema monetário internacional. Em primeiro lugar, a situação do ouro como unidade de pagamentos internacionais e o compromisso americano de converter em ouro os dólares apresentados para resgate por Bancos Centrais estrangeiros. Em segundo lugar, a obrigação estabelecida pelos Acordos de Bretton Woods (FMI), dos países de moeda conversível de manterem, no mercado de câmbio, a paridade declarada de suas moedas em relação ao dólar dentro de limites máximo e mínimo de 1%. O pequeno crescimento da produção mundial de ouro em comparação com o do comércio mundial transformou o dólar cada vez mais em moeda-reserva e meio de pagamento internacional.

A recuperação econômica européia e japonesa e os deficits do balanço de pagamentos americanos levaram aqueles países a acumularem dólares em suas reservas e a serem obrigados a inflacionar suas economias ou a revalorizar suas moedas em relação ao dólar, periodicamente.

Todavia, a redução das reservas americanas de ouro, a inflação pertinaz nos Estados Unidos, o risco de declararem os Estados Unidos a inconversibilidade do dólar em ouro, o crescente desemprego na economia americana, levaram os países europeus a proporem a desvalorização do dólar em relação ao ouro e o saneamento do balanço de pagamentos americano.

A posição americana era de manter o valor do dólar em relação ao ouro e solicitar aos países europeus que revalorizassem suas moedas como haviam feito no passado.

Em agosto, a certeza de um deficit no balanço comercial, pela primeira vez desde o fim do século XIX, o deficit orçamentário de 47 bilhões de dólares, o desemprego de 6%, a inflação de 5% ao ano e a possibilidade de apresentação para resgate pelos Bancos Centrais estrangeiros dos dólares que detêm como reservas levam o Presidente Nixon a declarar a "Nova Política Econômica".

As principais medidas da Nova Política Econômica atingiram drasticamente os sistemas monetário e comercial internacional:

a) Suspensão da conversibilidade do dólar em ouro;
b) Imposição de sobretaxa de 10% sobre as importações (exceções: café, petróleo e açúcar);
c) Congelamento de preços e salários por 90 dias;
d) Instituição de isenções e incentivos fiscais;
e) Corte no orçamento federal de 5 bilhões de dólares.

Tais medidas atingiram duramente as exportações européias e japonesas para os Estados Unidos assim como a situação dos Bancos Centrais que detêm vastas reservas em dólares.

Era todavia uma posição inicial negociadora, adotada pelos Estados Unidos, para a reformulação das regras do sistema monetário internacional.

Após meses de incerteza nos mercados mundiais de câmbio, com quedas do valor do dólar, e negociações preliminares entre as autoridades monetárias americanas, européias e japonesas, tem início em outubro a XXI Assembléia do Fundo Monetário Internacional. A posição americana apresenta-se mais conciliadora em relação aos países europeus e as discussões são transferidas para o Clube dos Dez, que reúne a Alemanha, Canadá, França, Holanda, Itália, Japão, Inglaterra, Bélgica, Estados Unidos e Suíça.

Em dezembro, após reunião com o Presidente Pompidou em Angra do Heroísmo, o Presidente Nixon anuncia a desvalorização do dólar em relação ao ouro, aceitando a posição básica da França desde o Governo de Gaulle. Dias depois, após encontro com o Primeiro Ministro inglês, Heath, Nixon anuncia a suspensão da sobretaxa de 10% sobre as importações. Em contrapartida, os países do Grupo dos Dez anunciam estarem dispostos a realizar revalorizações parciais de suas moedas em relação ao dólar.

Estavam assim, através da aproximação das duas posições, européia e americana, lançadas as bases para a reorganização do sistema monetário internacional, que provavelmente incluirá o estabelecimento de mais amplos limites para a flutuação das moedas conversíveis nos mercados de câmbio, e para um restabelecimento mais estável dos fluxos comerciais e financeiros entre os países desenvolvidos.

A GUERRA ENTRE A ÍNDIA E O PAQUISTÃO: CRIAÇÃO DA REPÚBLICA DE BANGLA DESH

A guerra entre a Índia e o Paquistão tem suas origens remotas na estrutura política, econômica e geográfica do Paquistão, cujas duas províncias, Ocidental (Punjab) e oriental (Bengala) estavam separadas por 1.600 quilômetros de território indiano.

De um ponto de vista político e militar, a hegemonia do Paquistão ocidental se exercia através do controle sobre a estrutura administrativa do país. O centro político decisório em Islamabad facilitava à província ocidental controlar os cargos executivos de alto nível, tanto civis como militares. Nas forças armadas, os bengalis constituíam apenas um décimo dos efetivos, ocupando também apenas cargos inferiores na hierarquia militar.

Este controle político e militar permitia a exploração econômica da província oriental pela ocidental. A economia do Paquistão oriental baseada nas exportações de produtos primários, gerava a maior parte das divisas do país enquanto que um sistema de proteção tarifária, e a canalização dessas divisas pelo governo de Islamabad, estimulava a industrialização do Paquistão ocidental, onde se realizavam, entre 1965 e 1970, 70% dos investimentos públicos e privados do país. Ao mesmo tempo, através do mesmo sistema tarifário o Punjab utilizava o Paquistão oriental como um mercado "reservado" para as suas exportações de manufaturas. Na década de 1960, 40% das exportações totais de manufaturas eram feitas para a província oriental.

Através deste mecanismo, a renda per capita da província ocidental, em 1970, era cerca de 60% mais alta que a renda *per capita* da população bengali.

Em novembro de 1970, um ciclone devastou a província oriental, dizimando mais de 250 bengalis. Devido ao atraso com que o governo de Islamabad organizou o socorro às populações atingidas, o ressentimento dos bengalis se aguçou e pouco depois, realizadas eleições para a Assembléia Constituinte, o Partido Awami, liderado por Mujibur Rahman, com uma plataforma autonomista, obteve a maioria esmagadora dos votos no Paquistão oriental.

O Presidente, General Y. Kahn, após infrutíferas negociações com M. Rahman sobre a concessão de maior autonomia aos bengalis, ordenou a prisão do líder bengali e adiou o início dos trabalhos da Assembléia Constituinte. A prisão de M. Rahman, a intransigência quanto à concessão de maior autonomia, deram lugar a manifestações populares no Paquistão oriental que foram reprimidas com grande violência por tropas punjabis. Esta repressão foi seguida pela formação dos grupos guerrilheiros Mukti Bahini, de orientação esquerdista.

Tropas paquistanesas ocidentais ocuparam a região bengali e calcula-se que 1 milhão de bengalis foram mortos pelos soldados e cerca de 10 milhões de paquistaneses se refugiram em território indiano.

O custo para o Tesouro indiano de manutenção desses refugiados, cerca de 2,5 milhões de dólares por dia, sua relutância em regressar voluntariamente ao Paquistão oriental e a recusa de Islamabad em admitir o seu retorno, já que Islamabad somente reconhecia a existência de cerca de 3 milhões de refugiados, assim como os antigos conflitos de fronteira com o Paquistão, principalmente na região da Cachemira, levaram a Índia a optar por uma ação armada contra o Paquistão, apoiando as pretensões autonomistas dos Mukti Bahini.

Em ação militar de surpreendente eficiência, a Índia bloqueou o litoral do Paquistão oriental, impedindo o desembarque de reforços, destruiu a aviação paquistanesa, invadiu o território do Paquistão oriental e auxiliada pelos guerrilheiros derrotou o exército paquistanês, que apresentou sua rendição em Dacca, apenas 14 dias após o início do conflito.

Surgia assim a república de Bangla Desh, sob patrocínio indiano, controle político da Liga Awami e liderança de Mujibur Rahman. No Paquistão ocidental, o presidente Y. Kahn, era substituído por um civil, Ali Bhutto, ex-Ministro do Exterior, cuja principal meta seria manter a unidade territorial do Paquistão através de concessão de autonomia a região bengali, tarefa que parece ser especialmente difícil, dado o ressentimento bengali.

De um ponto de vista mundial o conflito alinhou de um lado a Índia e a URSS, com quem celebrara um pacto defensivo em data recente, e de outro, o Paquistão, os Estados Unidos e a China.

Na disputa por áreas de influência na Ásia, a União Soviética fortaleceu sua posição face a China, aumentando sua influência na Índia e no novo estado de Bangla Desh e ganhou maior acesso ao Oceano Índico, enquanto os Estados Unidos, indecisos entre apoiar o Paquistão e a Índia, viram sua influência drasticamente reduzida na área. A China, na posição pouco confortável de estar apoiando a ação militar de Y. Kahn, mundialmente condenada, e apresentando-se como aliada dos Estados Unidos, o poder imperialista por excelência segundo os chineses, vê reforçada a posição indu ao longo de suas fronteiras, aumentada a influência soviética, que agora surge ameaçadora ao norte e oeste.

KURT WALDHEIM: NOVO SECRETÁRIO GERAL DA ONU

Em 3 de janeiro de 1972 Kurt Waldheim representante da Áustria nas Nações Unidas desde 1970 sucedeu a U Thant, da Birmânia, no cargo de Secretário Geral da ONU. Waldheim deverá cumprir um mandato de

5 anos, até 31 de dezembro de 1976. Waldheim é o sucessor de uma linha de secretários gerais que se iniciou com Trygve Uie, da Noruega (1946-1953), sucedido por Dag Hammarskjold, da Suécia (1953-1961) e U Thant (1961-1971).

Kurt Waldheim nasceu em Viena a 21 de dezembro de 1918. Em 1944 graduou-se como Doutor em Jurisprudência pela Universidade de Viena tendo, mais tarde, seguido os cursos da Academia Consular de Viena. Em 1945 ingressou no serviço diplomático austríaco, tendo servido como Primeiro Secretário da Legação Austríaca em Paris (1948-1951) e exercido a chefia do Departamento de Pessoal do Ministério do Exterior, em Viena (1951-1955).

Em 1955 foi designado chefe da Delegação Austríaca na Assembléia Geral das Nações Unidas, afastando-se pouco depois para servir como Embaixador da Áustria no Canadá (1956-1960). Chefiou mais tarde o Departamento Político para o Ocidente (1960-1962) e exerceu as funções de Diretor-Geral da Seção de Assuntos Políticos do Ministério do Exterior (1962-1964). Exerceu mais tarde as funções de Representante permanente da Áustria nas Nações Unidas (1964-1968), de Presidente da Comissão da ONU para o Uso Pacífico do Espaço Extraterrestre (1964-1968) e de Presidente do Comitê de Proteção da Agência Internacional de Energia Atômica (1968).

Kurt Waldheim foi candidato à presidência da República Federal da Áustria em 1971.

I COLÓQUIO FRANCO-BRASILEIRO DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Realizou-se nos dias 18 e 19 de outubro, na sede do INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS o I Colóquio Franco-Brasileiro de Política Internacional em colaboração com o Centre d'Etudes de Politique Strangère e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. O Colóquio, cujo tema geral foi *Desenvolvimento Nacional e Sistema Internacional*, obteve pleno êxito e serviu de base para próximos encontros semelhantes a serem programados pelo IBRI e importantes centros de estudo de Política Internacional do mundo.

Para representar o Centre d'Etudes recebemos a visita de seu Diretor, Professor Jacques Vernant, além do General André Beaufre, Diretor do Instituto de Altos Estudos Estratégicos da França.

Entre os brasileiros presentes destacamos, entre outros, os Embaixadores Francisco Negrão de Lima, Álvaro Teixeira Soares, Miguel Osório de Almeida e Roberto Assunção, além do Professor Celso Lafer, Brigadeiro Nelson Lavanère-Wanderley, General Lauro Alves Pinto (Comandante da

Escola Superior de Guerra), General Rodrigo Otávio Jordão Ramos e do Adido de Cooperação Técnica da Embaixada da França, Sr. Marcel Dolmarie, representando o Embaixador François de Laboulaye.

A abertura do Colóquio, realizada no auditório da Fundação Getúlio Vargas, foi feita pelo Embaixador Francisco Negrão de Lima seguida da apresentação dos representantes franceses feita pelo Diretor-Executivo do IBRI, Cleantho de Paiva Leite. O tema da primeira sessão, "Desenvolvimento, Segurança e Política", foi apresentado pelo General André Beaufre seguido de comentários e debates.

A segunda sessão foi apresentada pelo Professor Teodoro Oniga, representando o Embaixador Miguel Osório de Almeida, e abordou o tema "Desenvolvimento Nacional e o Mundo Desenvolvido".

Coube ao Professor Celso Lafer apresentar na terceira sessão "Desenvolvimento Nacional e Política de Blocos", tema que foi comentado pelos professores Jacques Vernant e Hélio Jaguaribe.

Após a discussão geral dos temas apresentados no *I Colóquio Franco-Brasileiro de Política Internacional*, pelos Diretores do IBRI e do Centre d'Etudes, estabeleceram-se as bases para o próximo encontro a ser realizado em Paris, em 1973.

O General André Beaufre acompanhado do Diretor-Executivo do IBRI, Cleantho de Paiva Leite, foram convidados pela Escola Superior de Guerra e pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), Brasília, para palestras e debates em ambas entidades que obtiveram amplo sucesso.

FORO INTERNACIONAL

REVISTA TRIMESTRAL PUBLICADA POR EL COLEGIO DE MEXICO

VOL. XII JULIO-SEPTIEMBRE, 1971 NÚM. 1

ÍNDICE

Redacción y Administración
EL COLEGIO DE MÉXICO
GUANAJUATO, 125
MÉXICO, 7, D. F.

RESENHA DE LIVROS

PARA UMA POLÍTICA LATINO-AMERICANA. Torquato S. Di Tella (Ed. Paz e Terra — Rio de Janeiro, 1969) 173pp.

Tendo como pressuposto a necessidade de uma "fórmula integrativa" que supere a situação de impasse ou inviabilidade com que se defrontam os países da AL, o Autor vai buscar na História desses países "as informações perdidas pela divisão territorial" [8], a fim de se guiar nas previsões e especulações que pretende fazer a respeito da integração latino-americana. Sua retrospectiva começa no período das guerras da independência, quando se fez a primeira tentativa de formação de uma nacionalidade que deveria abranger a maior parte das ex-colônias espanholas, da Bolívia ao Panamá; esta tentativa foi encabeçada por Simon Bolivar, a principal fonte de inspiração buscada pelo A, que se mantém ligado ao princípio de que "necessitamos arquétipos nossos, em termos de movimentos políticos, líderes, revoluções e restaurações, para que, em função deles, possamos julgar o presente". [9]

Inicialmente, o A, sintetiza os fatores que dificultaram e impediram a aplicação de um esquema liberal na AL e a concretização do projeto supranacional de Bolivar.

Pela exposição que o A. faz do projeto bolivariano, parece claro que o principal obstáculo que impediu sua concretizacão foi, justamente, a ênfase que era dada às possibilidades futuras da super-nação, sem a contrapartida de benefícios a curto prazo que cobrissem os custos dos sacrifícios exigidos nas primeiras etapas. As oligarquias locais já haviam encontrado algumas formas de conciliar seus privilégios de classe com os novos progressos econômicos advindos da nascente economia de exportação, mantendo, ao mesmo tempo, o controle sobre as camadas populares através de regimes políticos bastante simplistas. Se era possível usar a manipulação populista ou a repressão legitimada pelo arcabouço liberal do regime para manter a situação interna dos grupos dominantes de cada país, ficava realmente difícil encontrar uma alavanca que rompesse o equilíbrio do *status quo* e levasse os países andinos a se jogarem num projeto tão ambicioso quanto o que lhes era proposto. A curto prazo, a perda do poder local significava a maior ameaça possível aos grupos oligárquicos dominantes, já que sua posição social, econômica e política se definia justamente por um estrito controle de toda a estrutura da sociedade.

Segundo o A. o impasse que surgiu entre a *ordem e autoridade* das classes dominantes do séc. 19, e a *liberdade e inovação* propostos por Bo-

livar continua tão em evidência quanto naquele tempo, e o que ele pretende buscar são as fontes históricas dessa oposição na AL. Para isto, ele parte para um levantamento dos principais temas de investigação teórica que, a seu ver, deverão ser sistematicamente explorados no sentido de se obterem elementos para uma "teoria da política latino-americana".

Quanto às *mudanças na estratificação social*, estes países apresentam situações específicas, diferentes das ocorridas nos países de industrialização mais antiga, como a existência de estratos médios que se reduzem e se empobrecem em conseqüência do crescimento econômico "prematuro", transformando-se em grupos com *incongruência de status* (um dos conceitos-chave do autor).

Em todas as situações ele enfatiza o conceito de incongruência de *status*, e sustenta que "pessoas desta índole são as que encontraram, em si mesmas, suficientes motivações para impulsionar a industrialização das principais potências atuais". (83).

Seu interesse em discutir as divisões econômicas entre as classes sociais se origina de uma preocupação inicial com as diferenças partidárias encontradas na AL, e ele crê que estas diferenças são, inicialmente, de origem econômica. A preocupação com os *partidos políticos* é uma constante no decorrer de toda a obra, e constitui uma das características básicas da estratégia que o A. propõe para a AL.

Como pré-requisito para a organização em grande escala são enfatizados alguns "mecanismos industrializantes" que deverão existir num país para que este consiga se engajar efetivamente num processo de desenvolvimento. Antes de mais nada, é preciso ter *vontade de inovar*, o que significa, concretamente, que os diversos grupos sociais devem estar engajados num sistema de mobilização que funcione como uma "religião política". Uma alternativa diferente seria a construção de ideologias *ex post facto*, que surgiriam depois que se firmasse o processo de industrialização baseado na concentração de *todos* os benefícios nas mãos de um grupo super-privilegiado dentro da sociedade. O que poderia ocorrer — e sabemos que efetivamente ocorre — é que, no princípio, este grupo seria o único realmente engajado no processo de industrialização, e os benefícios que recebesse seriam, evidentemente, sua principal fonte de motivação. Posteriormente, esse mesmo grupo se encarregaria de formular e difundir um tipo qualquer de ideologia desenvolvimentista, não necessariamente participacionista, mas que tivesse bastante eficácia para *legitimar* qualquer estratégia que se viesse a utilizar em nome do desenvolvimento. "Por uma série de razões, um país pode simplesmente não possuir a capacidade para gerar quaisquer dos mecanismos industrializantes" (47); esta incapacidade parece se dever, basicamente, à inexistência de um grupo social ou de uma coalisão que possa se impor sobre os demais e formular uma "religião política" convincente. Daí o A. conclui o seguinte: esta situação de *equilíbrio de poder* poderia ser melhor expressa através de um pluralismo político do tipo ocidental,

com partidos em competição. No entanto, a tipicidade da AL e sua capacidade de inovação possivelmente levariam à criação de outros *sistemas de representação*. Esta idéia de *representação* é que levará o A. a se prender ao papel dos partidos políticos na AL e, por fim, ao papel político dos intelectuais dentro dos partidos. E, mesmo quando passa a falar em políticas de manipulação, e em formas não-representativas de exercício do poder, o A. continuará vendo nos partidos o principal *instrumento* de coordenação da ação política.

Analisando o surgimento do fenômeno populista, de forma "epidêmica", no Terceiro Mundo, o A. procura as razões que levam os grupos de poucas rendas (não tributáveis) a "exigir participação nos bens e nas decisões políticas da sociedade" (83), gerando uma situação de impasse para a democracia pluralista e produzindo, em última instância, a ambiência para os governos populistas. Populismo é definido como um tipo especial de coalisão, contando com uma elite de *status* alto e médio, elevado grau de carismatismo ou ideologismo, e um apoio de massas com alta mobilização, porém com organização autônoma". (51).

Divididos os países da AL em 2 grupos — um predominantemente rural, outro relativamente urbanizado e desenvolvido, compreendendo apenas Argentina, Uruguai e Chile — o A. analisa as características dos movimentos populistas nos 2 grupos, de acordo com dois critérios: 1) *tipo de grupos* que se colocam em oposição ao *status quo* e 2) sua situação de *legitimidade e aceitação* (ou o seu contrário) dentro de sua própria classe. A seu ver, a análise dos diversos tipos de populismo encontrados na AL poderá aumentar o entendimento das "várias estratégias abertas *aos partidos* favoráveis à reforma política" (89).

Se a alternativa populista não se coloca para os países mais desenvolvidos da AL, — e provavelmente o A. fizesse hoje uma reavaliação de sua classificação inicial, alterando a posição de alguns países — então se torna necessário especular sobre o tipo de *ação político-partidária* que estaria ao alcance dos diversos grupos sociais.

Mais especificamente, o A. para a análise da ação do intelectual, da *intelligentzia,* baseando-se no suposto de que "seu produto — idéias, conhecimentos, planos de ação — é particularmente estratégico no sistema de tomada de decisões" dos países em processo de desenvolvimento econômico e de mudança social. (117).

Daí que ele vai buscar as conexões orgânicas entre *os grupos intelectuais* (que criam ou difundem o mundo de idéias, conceitos e formas de pensar) e *os que mandam,* os que têm a responsabilidade de tomar as decisões estratégicas (os altos dirigentes do governo, os fortes empresários, os tecnocratas, chefes militares e eclesiásticos, líderes de partidos políticos e de sindicatos).

Depois de constatar a inviabilidade de algumas alternativas (o nasserismo tecnocrático, a revolução leninista, o agrupamento num partido ou a formação de um novo partido), o A. conclui que, atualmente, os intelec-

tuais dos países relativamente mais desenvolvidos só podem ser eficientes "se decidem lançar-se pelo caminho da *diferenciação funcional*". (130).

O que vem a ser isto? Basicamente significa que os intelectuais devem elaborar uma fórmula de ação que seja cientificamente objetiva, que mantenha a autonomia de criação e expressão de idéias, que supere os sectarismos, e arregimente as mais diversas linhas de pensamento em um organismo do tipo partidário, a fim de promover mutações internas em nível continental.

O que fica de mais marcante nesta discussão é a insistência no papel-chave que o A. confere aos intelectuais da AL, e que constituem, a seu ver, o estamento que mais se beneficiaria com a unificação latino-americana.

Jogando com seus conceitos-chave — grupos incongruentes, partidos populistas e ação política dos intelectuais — ele faz um levantamento das potencialidades de ação e conciliação dos diversos grupos sociais hoje existentes na AL, e conclui pela necessidade de uma coexistência pacífica entre tais grupos como a única forma de ação possível para "os que estão a favor de mudanças sociais mais igualitárias". (163).

Ainda que o livro tenha surgido da reunião de diferentes artigos já publicados em revistas, em diferentes épocas, o fato de que tais artigos tenham sido juntados para esta publicação significa que o A. vê em todos eles uma associação maior ou menor com o tema central do livro, a integração latino-americana. No entanto, existe uma nítida separação entre as 3 primeiras partes e as 3 últimas, ficando evidentes os dois níveis de discussão desenvolvidos neste livro: de um lado, a objetividade do analista preocupado com as experiências históricas da AL, que podem (e que *devem*) servir como ponto de partida para a abordagem dos problemas atuais. Do outro lado, a constatação ainda objetiva das dificuldades que se põem no caminho de "mudanças sociais importantes, que contem com o apoio da classe operária real" (167) e, o que é então característico, o tom de *idealismo* como que se discutem as perspectivas, a longo prazo, de uma solução desejada, quando o A. passa a especular a respeito de uma série de alternativas políticas que, pouco antes, ele havia visto como inviáveis ou improváveis.

Sem dúvida, é bastante válido que o cientista político faça especulações sobre as possibilidades de se apressar o processo de mudança social e política da AL no rumo desejado por nossos "intelectuais mais progressistas", no dizer do A. No entanto, tarefa muito mais urgente seria determinar as alternativas que se apresentam aos sistemas militares que hoje caracterizam tão nitidamente a AL (são *sistemas militares*, não apenas as episódicas *juntas militares*). Apesar de o A. deste livro reconhecer como fato consumado a existência de tais sistemas, o que ele faz é uma tentativa de passar por cima deles e enxergar o que o futuro nos reserva depois dessa "fase militarista", como se ele fosse apenas um desvio (inevitável, a esta altura) no caminho do desenvolvimento democrático, ou seja, de um sistema multipartidário, competitivo e popular.

O que é preciso perguntar é se, efetivamente, a tarefa dos intelectuais da AL seria "dedicar-se seriamente à análise científica e teórica dos problemas do socialismo em seu contexto latino-americano" (171), como elementos de uma esquerda que promova mudanças sociais significativas.

De qualquer forma, a leitura de "Para uma política latino-americana" realmente é de grande importância para uma discussão mais ampla da conveniência e da viabilidade dessa integração. O fato de que as proposições do A. possam ser contestadas desde as mais diversas perspectivas tem o mérito de alimentar os debates sobre o futuro da AL e, além disso, se muitas de suas idéias já nos parecem ultrapassadas, isto poderá servir como um estímulo e uma advertência aos nossos cientistas sociais em geral: é urgente elaborar novos instrumentos teóricos que nos permitam formular diagnósticos, hipóteses e teorias sobre a AL de forma tal que não se vejam transformados em coisa do passado dentro de muito pouco tempo.

Maria Lúcia de Oliveira
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

THE ECOLOGICAL PERSPECTIVE ON HUMAN AFFAIRS WITH SPECIAL REFERENCE TO INTERNATIONAL POLITICS — Harold and Margaret Prout, Princeton University Press

O livro examina a literatura sobre as relações da sociedade humana com o ambiente — relações "man milieu" — e procura vincular as teorias a respeito das tendências contemporâneas dos estudos de política internacional.

É de particular interesse para os estudiosos da ciência o esforço exaustivo que os autores realizam para definir mais precisamente certos conceitos que estão implícitos em qualquer teoria política, ou em qualquer discussão sobre as realizações humanas no plano social. São bastante estimulantes as conclusões referentes ao uso de termos ambientais e de idéias relacionadas com entidades abstratas, tais como o Estado, o sistema político e o sistema internacional.

A grande utilidade do livro para os estudos de política internacional decorre também da tentativa de definir conceitos ambientais largamente em uso nas discussões diplomáticas sobre a paz e a guerra, e assuntos afins.

Aqui estão alguns temas em discussão, segundo os autores: o meio ambiente pode ser definido como "um conceito genérico sob o qual estão enfeixados todos os fatores e forças aos quais um organismo ou agregado de organismos responde potencial ou realmente". Outros conceitos limitam a definição de meio ambiente: os aspectos materiais e espaciais do mundo circundante e excluem da consideração a teia das relações sociais humanas.

Uma idéia bastante difundida é a de que o meio ambiente refere-se só "ao ambiente natural, omitindo as condições de origem puramente humana".

Em outra obra, o meio ambiente é descrito como todas as coisas fora do organismo com o qual a ação pode estar relacionada.

Os autores, em virtude da tendência para restringir o termo "environment" aos fatores não humanos — e às vezes mesmo a fenômenos de origem não-humana — resolveram adotar a expressão francesa "milieu" para definir o conceito mais abrangente. Isto é, o conceito que denote todo o *spectrum* dos fatores ambientes: tanto humanos como não-humanos, tangíveis e intangíveis.

Os autores examinam crítica e comparativamente várias posições filosóficas que surgem como resposta aos desafios produzidos pelas relações do indivíduo e de grupos humanos com as condições ambientais, que os envolvem.

Assim a concepção dos autores produz modelos de comportamento nas relações entre o "milieu" e a *unidade envolvida*. O modo de comportamento determinista, o livre-arbitrista, o possibilista (de inspiração pragmática), o probabilístico.

O estudo da dinâmica das relações homem-milieu conduz necessariamente a melhor compreensão do que *de fato* está ocorrendo, fenômeno que não se confunde com o que pensamos estar acontecendo a nosso redor. A inclusão do homem e de sua obra no conceito de "milieu" alarga criadoramente a idéia de ambiente. Este deixa de ser simplesmente fenômeno físico-geográfico, como se as relações do homem com o meio fossem diretas. Na verdade, as relações do homem com o meio são indiretas, por via principalmente de seu relacionamento com os outros membros do aglomerado humano. O indivíduo não se relaciona com o ambiente, e, sim, o grupo. O grupo faz parte assim do ambiente individual.

O livro não traz inovações teóricas de monta. Seu grande valor, como já foi referido inicialmente, está na busca correta de definições mais precisas de termos e conceitos que influem em nossa vida, que aplicamos com imprecisões criadoras de problemas internacionais.

Luiz Alberto Bahia
Fellow do Center for
International Affairs,
Harvard University, 1970-71

NATIONALISM AND CAPITALISM IN PERU, Anibal Quijano (Monthly Review Press, New York, 1971) 122pp.

Em seu livro "Nacionalismo e Capitalismo no Peru" — um estudo do neo-imperialismo — Anibal Quijano evita rotular, como já se tem feito, de "nova Cuba", regime pro-oligárquico, populista militar, etc., o atual

regime peruano. Ao invés disso, trata de, através de uma análise das medidas adotadas pela Junta Militar que vem governando o país desde 1968, após a queda de Belaunde, buscar a natureza e significado desse regime. Ao adotar esse enfoque busca verificar que grupos sociais se beneficiaram com as medidas adotadas, bem como analisar as alianças estabelecidas entre grupos, a fim de pressionar essas medidas e os benefícios delas decorrentes.

Colocando o caso peruano dentro de sua perspectiva latino-americana e mundial, o autor chama a atenção para uma crise interna, comum a todos os países da América Latina, no âmbito econômico, social e político e, por outro lado, analisa um outro tipo de crise, manifesta numa alteração do "modelo" de dominação que manteve a América Latina subordinada e dependente dos poderes imperialistas, especialmente os Estados Unidos.

O autor apresenta o que poder-se-ia chamar de "dois modelos de dominação" — o imperialismo "tradicional", tendo os Estados Unidos como poder hegemônico, atuando no campo econômico dos países dependentes através de "enclaves" que pouco tinham que ver com o resto de suas economias; e outro "modelo", datando da Segunda Guerra Mundial, aproximadamente, que consistiria numa progressiva alteração do eixo de dominação, passando dos setores agro-extrativos para o setor urbano-industrial. Ainda dentro deste novo "Modelo" verifica se uma tendência a novas formas de domínio financeiro através de novos conglomerados monopolísticos, bem como a criação de núcleos "supranacionais" ou "cosmopolitas" dentro da burguesia imperialista. A mudança desse eixo levaria, nos países dependentes, a uma série de alterações tais como o declínio do poder das antigas oligarquias e surgimento de novos grupos ligados à pequena burguesia e "white collars", a uma expansão e maior conscientização do proletariado urbano, bem como o surgimento de movimentos políticos no campo. Com o declínio das antigas oligarquias e ascensão desses novos grupos formam-se alianças precárias e contraditórias entre certos setores da burguesia urbano-industrial, setores técnico-profissionais médios e classes dominadas. É a época do "populismo" na América Latina.

Na década passada, com a Revolução Cubana, surge em cena um novo e perigoso ator — a revolução popular. A ideologia e influência do populismo declinam e as organizações que a ele correspondiam entram em crise e se cindem. Essa fragmentação do poder possibilitou o fenômeno político considerado pelo autor como o mais interessante na história recente da América Latina — *a relativa autonomia de setores de autoridade intermediária,* ou seja, as forças armadas e a burocracia tecnocrata. Eram, então, esses os únicos com habilidade potencial para controlar a fragmentação de poder gerada pela crise da hegemonia oligárquica. Entre os dois, as forças armadas era o único setor realmente organizado. Embora a política desses novos donos do poder atendesse aos interesses da burguesia (tanto imperialista quanto nativa), a formulação e execução dela foi levada à frente pelos tecnocratas.

Simultaneamente a esse quadro, verifica-se um relativo declínio da hegemonia norte-americana e ascensão de outros poderes imperialistas tais como Alemanha e Japão. À medida que se desenvolve a luta inter-imperialista criam-se brechas dentro das forças armadas e da própria burguesia, decorrentes dos laços que esses grupos mantêm com os setores da burguesia imperialista em luta pelo controle ou, ao menos, uma participação mais proveitosa nas economias dependentes. Esses grupos nacionais percebem as vantagens em explorar a luta inter-imperialista no sentido de pressionar por laços econômicos mais flexíveis, bem como por novas alianças políticas, etc.

No caso peruano, a autonomia relativa adquirida pelas forças armadas teria, no entender do autor, decorrido de dois fatores: a franqueza dos setores da burguesia dependente ligada a economia urbano-industrial e ao fraco desenvolvimento político das massas populares.

Na primeira parte do livro o autor analisa a política econômica da Junta Militar até 1970. Em relação ao imperialismo essa política representaria a eliminação da forma tradicional forjando, por outro lado, as possibilidades para a afirmação do novo modelo. Assim, as medidas, vistas por alguns como nacionalistas, tais como a Reforma Agrária, a expropriação da International Petroleum Company (IPC) — o maior monopólio privado na produção petrolífera — seriam uma manifestação desta tendência à modernização do modelo imperialista de dominação e da tentativa de uma relativa homogenização da estrutura sócio econômica peruana. O autor mostra, por exemplo, que a criação da PETROPERU — principal produtora de petróleo do país — não significou uma estatização do setor, visto que as demais companhias sob controle imperialista não foram tocadas, sendo que atualmente algumas das mais importantes companhias estrangeiras continuam aumentando seus investimentos e estendendo suas concessões.

Quanto ao setor industrial, as declarações do governo são no sentido de estimular o investimento privado na indústria (dos quais 80% é estrangeiro). Mesmo a estatização prevista das indústrias de base é vista pelo autor como parte desses estímulos ao setor privado. A política creditícia favorece o processo de concentração na indústria, levando as empresas que possuam uma tecnologia menos avançada e financeiramente mais fracas a fechar suas portas ou diminuir seu ritmo de produção. E nessas empresas predomina o capital nacional.

Quanto à Reforma Agrária, iniciada em 1969, ao eliminar o controle imperialista sobre o eixo tradicional (agro-extrativo) fortaleceu esse controle no setor moderno — a produção industrial. Isto porque a Reforma Agrária estimulou a transformação dos capitalistas agrários em industriais.

Na segunda parte do livro passa o autor à análise da política econômica após abril de 1970, como sendo a consolidação de uma nova estrutura capitalista no Peru. Segundo um dos porta-vozes do governo esse novo regime sócio-econômico substituiria o capitalismo e anteciparia o socialismo.

Para outros, ainda, seria uma forma de capitalismo "humanista". Uma série de medidas foram introduzidas no sentido da consolidação dessa nova estrutura, atribuindo ao Estado um novo papel, ou seja, além de sua função como principal intermediário entre a economia peruana dependente e o imperialismo, passaria a ativo participante na acumulação capitalista. Seria, então, o núcleo hegemônico dessa acumulação.

Outras reformas vem sendo feitas no sentido de redefinir as relações entre burguesia e trabalhadores. Para o autor, isso seria uma forma de manipulação das massas proletárias no sentido de seu controle por uma burocracia ligada, de varias formas, aos interesses da empresa capitalista.

O autor finaliza prevendo que essa nova ordem em desenvolvimento terá que se enfrentar, na próxima década, com crescentes movimentos revolucionários, dificultando, assim, sua consolidação.

Maria Celina Whately

Departamento de Ciências Sociais
Pontifícia Universidade Católica
Rio de Janeiro

UMA INTRODUÇÃO À TEORIA POLÍTICA — Carl J. Friedrich (Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1970), 186pp.

O pequeno e utilíssimo livro do Prof. Carl J. Friedrich é o resultado de anos de estudo, ensino e reflexão. Temos em pouco mais de cento e cinqüenta páginas uma exposição concisa dos princípios básicos da moderna teoria política. Todo o livro vem repassado por uma tranqüila e compreendida cultura clássica, onde o autor vai buscar as raízes do moderno pensamento político ocidental. A marca profunda deixada na tradição política do mundo ocidental pela cultura helênica vem, através dos tempos, reaparecendo sob formas diferentes, em diferentes tentativas de construção teórica sobre a problemática política e social.

O Professor Friedrich mostra a importância da contribuição do pensamento grego para a compreensão com nitidez e clareza da mente política contemporânea. O livro, que reúne os temas de suas aulas para os alunos do primeiro ano da cadeira de "Government" da Universidade de Harvard, pretende fornecer os dados básicos para os alunos ficarem familiarizados com a problemática da moderna teoria política. Começa com uma apresentação crítica do pensamento liberal do século XVIII. O problema do governo está, nos países democráticos, ligado ao exercício das liberdades do homem. Logo, a primeira questão que se coloca é de como, na teoria política contemporânea, surge o problema da liberdade. Depois da revolução comercial do século XVII e XVIII a liberdade apareceu como fator essencial na construção da sociedade moderna. O Estado surgiu nessa época, para o pensamento ocidental, com uma existência própria e inde-

pendente. Tratava-se agora de dar existência ao homem diante das exigências do Estado. O homem para manter as conquistas da revolução científica e comercial e começar a revolução industrial necessitava autonomia de ação, liberdade para decidir. O liberalismo nasceu, portanto, das exigências do próprio progresso humano. A sociedade, que nascia no século XVII e XVIII, pedia seus ideólogos, que viessem justificar as transformações políticas e econômicas da época. John Locke exerceu essa função. Construiu toda uma estrutura teórica para explicar e prever o tipo das relações políticas e sociais dentro da nova sociedade. A democracia, o governo do povo, somente viria a ser integrada no ideal liberal durante o século XIX.

A problemática da liberdade não se exauriu, no entanto, na reivindicação lockeana. O homem tinha direitos naturais que deveriam ser respeitados pelo governo, mas além disto ele queria uma nova dimensão na sua liberdade, a de participar como cidadão no governo. O clamor do século XIX foi, precisamente, a luta constante para a representação ser expandida. O direito de estar no governo não deveria ficar restrito a uma pequena minoria de proprietários. No século XX o liberalismo viria a sofrer uma profunda alteração. Não mais se tratava do indivíduo contra o governo ou no governo, agora o governo deveria garantir uma forma de libertação que os homens só podem atingir através do governo. Cabia ao Estado utilizar o seu poder para garantir, por exemplo, a igualdade de direitos civis. O ideal liberal iria nesta última etapa completar o seu ciclo vital. Começando como ideologia da burguesia nascente, servindo como defensor do proprietário, terminava, em conseqüência de uma atribulada e criticada evolução histórica, servindo como bandeira das reivindicações que se encontram no pólo oposto daquelas que justificaram seu aparecimento.

O Prof. Friedrich separa em seu livro os conceitos básicos da ciência política. Partindo da idéia da liberdade, fundamental no pensamento ocidental, examina o processo de absorção da idéia de justiça social na tradição revolucionária européia. A Revolução Francesa seria o veículo através do qual o problema da igualdade iria tomar o lugar de problema da liberdade. As revoluções até então tinham sido feitas em nome da liberdade. O Prof. Friedrich chama a atenção para o fato de que o marxismo veio desafiar toda a herança ocidental e não somente o liberalismo. Com o marxismo, escreve o Prof. Friedrich, encontramos pela primeira vez no pensamento político e social do ocidente a extraordinária combinação de dogmatismo moral radical com a crença na natureza científica da análise social empregada.

A análise empreendida pelo autor é centralizada nos conceitos básicos da teoria política. Colocado o problema da liberdade e da justiça, torna-se necessário examinar a questão da comunidade, da ordem, do poder e da autoridade. Esses são problemas com uma dimensão que ultrapassa a

política propriamente dita e entra pela esfera social e pessoal. O Prof. Friedrich ensina que uma das marcas características dos nossos tempos é a utilização de termos e expressões muito mais usadas atualmente do que no passado. Corremos, por isto mesmo, o risco de esquecermos as origens dessas realidades, que extravasam do campo da teoria pura e colocam-se na vida política cotidiana.

O conceito de comunidade, originariamente desenvolvido por Aristóteles, recebeu nos últimos dois séculos diversos tipos de crítica e contestação. O valor da comunidade de homens livres tem sido muitas vezes discutido e desmentido em favor do conceito da ordem. O Prof. Friedrich mostra como a ordem do cemitério é a mais desumana, porque ali nada acontece. A comunidade, escreve o autor, embora baseada em valores comuns, interesses e costumes, precisa também de dissensão se quiser ser uma comunidade com vida. Os valores, interesses e costumes devem servir como esteio da comunidade e não como finalidade em si mesmas. Neste sentido Aristóteles foi o grande filósofo da comunidade política. Ele foi o primeiro a compreender a natureza particular da comunidade *polis*, situando-a acima de outros tipos de comunidade.

Coloca-se, agora, o problema do poder e da autoridade, que para muitos representa o tema central da pesquisa da ciência política. Na história da teoria política os dois principais teóricos do poder foram Maquiavel e Hobbes. Maquiavel surge no momento histórico em que toda a tradição cristã de considerar o poder como algo pecaminoso estava contestada. O chamado "príncipe cristão" dos tempos medievais, escreveu ele, nunca existiu. O importante será escrever alguma coisa de útil, que ensine a tarefa do poder e suas regras. O livro analisa essa contribuição fundamental de Maquiavel. Em Hobbes vamos encontrar o analista político voltado exclusivamente para a ciência. Não se trata mais do conhecimento da natureza do poder para sabermos utilizá-lo, mas, sim, o Estado considerado na ordem individualista que nascia para o mundo no século XVI e iria cristalizar-se nos dois séculos seguintes.

O livro termina com um capítulo sobre a igualdade em Rousseau e Kant. Desde o século XVIII estabeleceu-se firmemente na história do pensamento ocidental a crença na igualdade da natureza humana. O Prof. Friedrich mostra como essa igualdade de natureza, apontada por Rousseau, se desenvolve doutrinariamente convergindo para o conceito da "paz eterna" de Kant. Existe por detrás dos choques de interesse e ideologia um diálogo contínuo entre Kant e Rousseau. A esperança é que nos aproximemos da paz kantiana, que "não é uma idéia vã e sim uma tarefa que gradativamente resolvida vai firmemente se aproximando do seu fim".

Professor Vicente Barretto

Diretor do Deptº de Extensão e Expansão Universitária
Faculdade Cândido Mendes

BIBLIOGRAFIA

LIVROS PUBLICADOS NO BRASIL

Estatística

COSTA, Rubens Vaz da — *O crescimento demográfico do Nordeste e o desenvolvimento nacional.* Fortaleza, Comec, 1970. 23 p.

GALDO, Jorge Ivan Hübner — *O mito da explosão demográfica.* O autocontrole natural das populações. / El mito de la explosión demográfica / Trad. de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970. 199 p. (Série estudos sobre o Brasil e a América Latina, 13).

NICK, Eva & Kellner, Sheilah Rubino de Oliveira — *Fundamentos de estatística para as ciências do comportamento.* Rio de Janeiro, Renes, 1971. 316 p. gráf. tab.

Sinopse estatística do Brasil 1971. Rio de Janeiro, 1971. 433 p. il. 21 cm.

Ciência Política

ALEIXO, José Carlos Brandi — *A integração latino-americana;* considerações políticas e históricas sobre suas bases, processo e significado. Brasília, Coordenada Ed., 1971. 127 p. (Col. estudos políticos latino-americanos).

AMORIM, Maria Stela de, *ed.* — *Sociologia política, II;* org. e introdução de Maria Stella de Amorim. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 161 p. (Textos básicos de ciências sociais).

BEZERRA NETO, Vicente — *O estrangeiro nas leis do Brasil.* Rio de Janeiro, Forense, 1971. 200 p. facs.

BRASIL. Leis, decretos, etc. — *Censura federal;* compilação, coordenação e comentários: Carlos Rodrigues, Vicente Alencar Monteiro, Wilson Queiroz Garcia. Pref. de Ricardo Cravo Albim. Brasília, C.R., 1971. 424 p.

BRASIL. Ministério do Exército — Centro de Informações — *Indivíduos banidos do Território Nacional.* Rio de Janeiro, 1970. 92 p.

COSTA, Antonio Tito — *Partidos políticos e sua lei orgânica;* contém o texto legal comentado e legislação correlata. São Paulo, Atlas, 1971, 156 p. (Manuais de legislação Atlas, série A, 2)

EASTON, David *ed.* — *Modalidades de análise política.* Ensaios de James M. Buchanan, David Easton, James G. March... / Varieties of political theory / Trad. de Guilherme Veloso / e outros / Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 199 p. (Bibl. de Ciências Sociais).

FERREIRA, Oliveiros S. — *Nossa América: Indoamérica; a ordem e a revolução do pensamento de Haya de la Torre:* São Paulo, Pioneira e Universidade, 1971. 293 p. (Bibl. Pioneira de Ciências Sociais).

FRIEDRICH, Carl J. — *Uma introdução à teoria política.* An introduction to political theory / Trad. de Leonidas Xausa e Luiz Corção. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 186 p. (Bibl. de Ciências Sociais).

MARSHALL, James — *Espadas e símbolos* (a Técnica da soberania) / Swords and symbols, the technique of sovereignty / Trad. de Agnes Cretella. Rio de Janeiro, Forense, 1972, 221 p.

MENDONÇA, Eduardo Prado de — *Democracia em questão.* Rio de Janeiro, Record, s.d., 1970, 168 p.

MOTTA, Paulo Roberto — *Movimentos partidários no Brasil;* a estratégia da elite e dos militares. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971, 95 p. (Cadernos de administração pública, 80, administração geral).

OSGOOD, Robert E. — *As alianças e a política externa norte-americana.* Trad. de Edmond Jorge. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1971. 154 p.

PEREIRA, J. — *A comunicação e o direito de expressão.* São Paulo, Hemus, 1971. 219 p.

PINTO, Carlos Alberto Alves de Carvalho — *Política de comércio exterior;* discurso, Brasília, Serv. Gráf. do Senado Federal, 1971, 20 p.

RAMOS, Arthur — *O negro na civilização brasileira;* vol. I. Introdução de Richard Pattœ. Rio de Janeiro, Casa do Estudante, 1971. 253 p. (Reedição, Col. Arthur Ramos, 1).

SAKHAROV, Andrei D. — *Liberdade, progresso e coexistência.* Progress, coexistence and intelectual freedom / Trad. de Maria Antonia Azavey Teixeira. Introdução por Harrison Salisbury. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970. 120 p. Ecumenismo e humanismo, 28).

VIDIGAL, Pedro Maciel, pe. — *Ação política.* Belo Horizonte, Imp. Oficial, 1971. 496 p.

YOUNG, Oran R. — *Introdução à análise de sistemas políticos.* / Systems of political science / Trad. de José Ricardo Brandão Azevedo. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 144 p. gráf. (Bibl. de ciências sociais).

Direito — Legislação

BAPTISTA, Fernando Paulo Nunes — *O mar territorial brasileiro;* artigo publ. na Rev. Marítima Brasileira, 1º trimestre 1971. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1971. 26 p.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores — *Indice da coleção de atos internacionais;* parte I — ordem numérica; parte II — assuntos; parte III — países; atualizada até agosto de 1968. Rio de Janeiro / s.d., 1971 / 45, 48, 43 f.

DOLINGER, Jacob — *Repercussão do Fundo Monetário Internacional no direito internacional privado;* Rio de Janeiro / s.ed., s.d., 1971 / 261 p.

FRIEDMANN, Wolfang — *Mudança de estrutura do direito internacional.* / The changing structure of international law / Trad. de A. S. Araújo. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1971. 109 p.

LONDERO, Magdalena Thomas — *Mar territorial; direito internacional das regiões polares, direito fluvial internacional.* Brasília, Coordenada, 1971. 94 p. map. desd.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento — *Conferência de Viena sobre o direito dos tratados.* Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1971. 218 p. 24 cm.

Ciências Sociais

ABRAMO, Perseu — *Pesquisa em ciências sociais;* um guia para estudante. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1970. 78 p. (Programa de Textos didáticos, 8. Mestrado em Ciências Humanas, 1).

ALEGRE, Marcos — *Aspectos do fato urbano no Brasil;* análise quantitativa pelo método cartográfico. Presidente Prudente, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1970. 290 p. il. map. tab. desd.

AZEVEDO, Fernando de — *A cultura brasileira.* 5ª ed. São Paulo, Melhoramentos e Universidade, 1971. 809 p. (Obras completas, 13).

AZEVEDO, Marcello Casado d' et alii — *Comunicação, linguagem e automação.* Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1970. 108 p. (Cadernos Universitários, 1).

AZEVEDO, Marcello Casado d'. — *Teoria da informação;* fundamentos biológicos, físicos e matemáticos; relações com a cultura de massas. Petrópolis, Vozes, e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1971. 180 p. il. (Col. meios de comunicação social, série manuais, 4).

AZEVEDO, Murillo Mendes de — *A reconstrução humana* (o outro lado da comunicação de massas). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971. 161 p. (Col. Caminhos para uma Vida Melhor, 4).

BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan — *Brancos e negros em São Paulo;* ensaios sociológicos sobre aspectos da formação, manifestação atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 3ª ed. São Paulo, Nacional, 1971. 310 p. (Brasiliana, 305).

BASTIDE, Roger — *As religiões africanas no Brasil;* contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. / Les religions africaines au Brésil; vers une sociologie des interpénétrations des civilisations /

Trad. de Maria Eloisa Capellato e Olívia Krähenbühl. São Paulo, Pioneira de ciências sociais, (Sociologia).

BASTIDE, Roger, *ed.* — *Usos e sentidos do termo "estrutura" nas ciências humanas e sociais.* / Sens et usage du terme structure dans les sciences humannes et sociales / Trad. de Maria Heloísa Schaps Cappellato. São Paulo, Herder e Universidade, 1971, 194 p.

BATISTA, Antenor — *Tempo, comunicação, liberdade.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971. 129 p.

BELTRÃO, Luiz — *Comunicação e folclore;* um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias. Apresentação de Alceu Maynard de Araújo. São Paulo, Melhoramentos, 1971. 151 p. (Série Cultura e Ciências).

BOUDON, Raymond — *Métodos quantitativos em sociologia.* / Les méthodes en sociologie / Trad. de Luiz Felipe Baeta Flores. Petrópolis, Vozes, 1971. 118 p. (Métodos quantitativos em ciências sociais).

BRANDÃO, Maria de Azevedo *ed.* — *Teoria da investigação e ciência do homem;* Texto de metodologia das ciências sociais. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1970. 178 p. Programa de textos didáticos, 13. Dep. de Sociologia, 2).

BRASIL. Congresso — *O Congresso Nacional e o programa de integração social.* Brasília, Serv. Gráf. do Senado Federal / s.d., 1971 / 333 p.

CARDOSO, Fernando Henrique — *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes; ideologia do empresariado industrial argentino e brasileiro.* Rio de Janeiro, Zahar, 1971. 221 p. 21 cm. (Bibl. de ciências sociais).

CARVALHO, Rodrigues — *Aspectos da influência africana na formação social do Brasil.* João Pessoa, Imp. Universitária, 1967. 95 p.

CENTRO de Estudos e Ação Social — *Fração do pão;* renda e condições sociais no Nordeste. Salvador, 1971. 71 p. (Cadernos do CEAS, 12).

COHN, Gabriel, *ed.* — *Comunicação e indústria cultural:* leitura de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e "cultura de massa" nessa sociedade. São Paulo, Nacional e Universidade, 1971. 405 p. il. (Bibl. universitária, série 2ª, ciências sociais, 39).

DIAS, Manuel Nunes et alii — *Brasil em perspectiva* /por/ Manuel Nunes Dias, Fernando A. Novais, Emília Viotti da Costa, Virgílio Noya Pinto, José Ribeiro Júnior, Maria do Carmo Campello de Souza, Boris Fausto, Lourdes Sola, Gabriel Cohn, Paula Beiguelman, Jaime Pinsky e Nilo Odália. Pref. do prof. João Cruz Costa. Org. e introdução de Carlos Guilherme Mota. 3ª *ed.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971. 367 p. (Col. corpo e alma do Brasil, 23).

DICIONÁRIO de sociologia Globo; org. Seção Especializada do Dep. Ed. da Ed. Globo, com uma introdução de Fernando de Azevedo. 5/impr. Porto Alegre, Ed. Globo, 1970, 377 p.

FAGEN, Richard R. — *Política e comunicação.* / Politics and Communication / Trad. de Edmond Jorge. Rio de Janeiro, Zahar, 1971. 175 p. (Atualidade).

FALEIROS, Vicente de Paula — *Metodologia do diagnóstico social.* Brasília, Coordenada, 1971. 101 p. il.

FERNANDES, Florestan — *Ensaios de sociologia geral e aplicada.* 2ª ed. São Paulo, Pioneira de Ciências Sociais, Sociologia).

FREYRE, Gilberto — *A casa brasileira.* Rio de Janeiro, 1971. 97 p. 23 cm. Enciclopédia da vida brasileira, 1).

FREYRE, Gilberto — *Nós e a Europa germânica;* em torno de alguns aspectos das relações do Brasil com a cultura germânica no decorrer do século XIX. Rio de Janeiro, Grifo e Instituto Nacional do Livro, 1971. 172 p.

GALVANI, Válter — *O Brasil por linhas tortas;* a imagem do nosso país através da imprensa internacional. Porto Alegre, Liv. Sulina, 1970. 133 p. (Estante de Comunicação Social).

GEORGE, Pierre — *Panorama do mundo atual.* / Panorame du monde actuel / Trad. de Pedro de Alcântara Figueira. 4ª ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971. il. tab. 21 cm. (Col. terras e povos, 1).

HALACY, JR., Daniel Stephen — *O século XXI, a nossa vida no ano 2001 e depois.* / Century 21, your life in the year 2001 and beyond / Trad. de Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro, Forense, 1971. 203 p. il. 21 cm.

HOFSTATTER, Peter R. — *Dinâmica de grupos;* análise da psicologia de massas. / Gruppendynamik / Trad. de Nuno Veloso. Rio de Janeiro, Bloch, 1971. 268 p. gráf.

KATZ, Chaim Samuel et alii — *Dicionário crítico de comunicação.* Rio de Janeiro, Paz e Terra e Instituto Nacional do Livro, 1971. 321 p. (Col. Ciência e Informação, 5).

KROEBER, Alfred Louis et alii — *Cultura, símbolo, comportamento humano;* Cultura — conceitos e definições /por/ A. L. Kroeber e Clyde Kluckhohn. Seleção e trad. de Gioconda Mussolini. O símbolo e o comportamento humano /por/ Leslie A. White. Trad. de Renata Mautner, Rev. de Gioconda Mussolini. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, 1971. 19 p. (Série B, comunicações, texto 7).

LAZARSFELD, Paul F. & MERTON, Robert K. — *Comunicação e indústria cultural.* São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, 1971. p. 251-281. (Série B, comunicações, texto 11).

LEDAUT, Raymond — *Sociologia urbana.* / Sociologie urbaine / Trad. de Maria Heloísa dos Reis. Rio de Janeiro, Forense, 1971. 209 p.

LIMA, Alceu Amoroso — *Evolução intelectual do Brasil.* Rio de Janeiro, Grifo, 1971. 130 p. 21 cm. (Enciclopédia da vida brasileira, 2).

McLUHAN, Marshall & FIORE, Quentin — *Guerra e paz na aldeia global.* Trad. de Ivan Pedro de Martins, Rio de Janeiro, Record / s.d., 1971 / 192 p. il.

MAKSOUD, Henry et alii — *Ciência, tecnologia e desenvolvimento* /por/ Henry Maksoud, Sebastião Simões, Paul Singer, Octávio Ianni, Florestan Fernandes, Celso de Rui Beisiegel. Coordenação: Ernst Hamburger. São Paulo, Brasiliense, 1971. 168 p.

MAIA, Nelly Aleotti — *Psicologia social.* Rio de Janeiro, Laboratório do Ensino Programado / s.d., 1971. 108 p.

MARINHO, Otto Júlio — *Elementos básicos da nacionalidade: o homem e as instituições.* Curitiba, Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, 1970. 35 p. 26 cm. (Ciclo de estudos em Curitiba).

MATOS, Ana Maria, *ed.* — *Sociologia nos países subdesenvolvidos;* coletânea de artigos para Revue Internationale des Sciences Sociales, nº 3, v. XXI, 1969 — UNESCO; Coordenação de Ana Maria Matos. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971. xx, 90 p.

MELO, José Marques — *Comunicação, opinião, desenvolvimento.* Petrópolis, Vozes, 1971. 114 p. (Col. meios de comunicação social, 4, série ensaios, 1).

MENEZES, José Rafael de — *Conteúdos básicos da sociologia.* Recife, /Pernambuco, 1971. 113 p. 23 cm.

MENEZES, Vladir — *Conotações weberianas da burocracia.* Rio de Janeiro, Universidade Federal, 1971. 54 p.

MOTA, Walter Silveira da — *Grandes problemas humanos de nosso tempo.* São Paulo, Edigraf, 1970. 190 p.

PADILHA. Tarcísio M. — *Filosofia ideológica e realidade brasileira;* com uma apêndice sobre a violência. Pref. de José Barreto Filho. Rio de Janeiro, Americana, 1971. 222 p.

PEREIRA, Luiz — *Estudos sobre o Brasil contemporâneo.* São Paulo, Pioneira, 1971. 219 p. (Bibl. Pioneira de Ciências Sociais, sociologia).

RAMOS, Admir — *Liderança e eficiência pessoal.* Nova ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Lisa, 1971. 206 p. enc. (Bibl. de comunicação e relações humanas, 3).

RECASÉNS SICHES, Luís — *Tratado de sociologia.* / Tratado general le sociologia / Trad. do prof. João Baptista Coelho Aguiar, 1ª ed. 3 impr. Porto Alegre, Globo, 1970. 2v xii, 799 p. cart. il.

ROBINSON, Paul A. — *A esquerda freudiana;* Wilhelm Reich-Geza Roheim — Herbert Marcuse / The freudian left / Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971. 189 p. 21 cm. (Col. perspectivas do homem, 79, série psicologia).

ROBINSON, Joan — *Liberdade e necessidade;* uma introdução ao estudo da sociedade. / Freedom and society, an introduction to the study of society / Trad. de Cristiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro, Zahar, 1971. 125 p. 21 cm. (Bibl. de Ciências Sociais).

RORATO, Francisco — *O homem brasileiro e o mundo político.* São Paulo, Brasbiblos, 1971. 219 p.

RUITENBERG, Hendrik M. *ed.* — *O dilema da sociedade tecnológica;* textos de K. Jaspers, W. H. Whyte Jr., Gabriel Marcel, C. J. Friedrich, E. Fromm / outros / Org. e introdução de Hendrik M. Ruitenberg. / The dilemma of organization society / Trad. de Wamberto Hudson Ferreira. Petrópolis, Vozes, 1971. 231 p.

SAFOUAN, Moustafa — *Estruturalismo e psicanálise.* / De la structure en psychanalyse, contribution à une théorie du manque / Trad. de Álvaro Lorencini e Anne Arnichand. São Paulo, Cultrix, 1970. 108 p. (Col. que é o estruturalismo?).

SEMINÁRIO de Tropicologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1966. *Trópico & colonização, nutrição, homem.* Trabalhos apresentados e debates travados no Seminário de Tropicologia da Universidade Federal de Pernambuco, sob a direção de Gilberto Freyre, Recife, 1967. Recife, 1970. 456 p.

SMITH, Thomas Lynn — *Organização rural, problemas e soluções.* Pref. e trad. de José Arthur Rios. São Paulo, Pioneira e Universidade, 1971. 302 p. (Bibl. Pioneira de Ciências Sociais).

WAHL, François — *Estruturalismo e filosofia.* La philosophie entre l'avant et l'après du structuralisme. Trad. de Alfredo Bosi. São Paulo, Cultrix, 1970. 167 p. (Col. que é o estruturalismo?).

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. — *Mudanças e tensões sociais no meio rural de Pernambuco.* Recife, Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco, 1970. 50 p. (Série agricultura, 4).

Economia Política

ANDRADE, João Walter de — *O Amazonas: sua problemática e opções de desenvolvimento;* conferência. Manaus, Oficial, 1971. 45 p.

BANDECCHI, Pedro Brasil — *História econômica e administrativa do Brasil.* 5ª *ed.* rev. e il. São Paulo, Ed. Didática Irradiante, 1970. 172 p. il. map. desd.

BARBER, William J. — *Uma história do pensamento econômico.* / A history of economic thought). Trad. de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro, Zahar, 1971. 250 p. (Bibl. de ciências sociais).

BASCH, Antonín et alii — *Os mercados de capitais da América Latina* — (por) Antonín Basch e Milic Kybal, assistidos por Luis Sánches-Masi. (Capital market in Latin America). Introdução de Felipe Herrera. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971. 215 p.

BERNARDE, Melvin Albert — *Corrida contra a fome* (Race against famine) Trad. de Teresa Borba Gallo e Avelino Correa. São Paulo, Atlas, 1971. 116 p.

BJORK, Gordon C. — *A empresa privada e o interesse público;* os fundamentos de uma economia capitalista. (Private enterprise and public interest; the development of American capitalism) Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Zahar, 1971. 302 p.

BONINI, Edmundo Eboli — *Mercado de capitais, aplicação de métodos quantitativos.* São Paulo, Nobel, 1971. 336 p.

BRASIL. Senado Federal. Comissão de Minas e Energia — *Estudo da situação petrolífera brasileira.* Brasília, Serviço Gráfico do Senado Federal (s.d., 1971) 74 p.

CALVO, Alberto & TOMASSINI, Luciano *ed.* — *Dez anos de luta pela América Latina;* a ação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (por) Cárdenas, José C. Carroll et alii. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicação, 1971. 723 p.

CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS — *Pesquisa sobre as características das explorações rurais* — resultados preliminares. Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1971. 26 p.

COMPARAÇÕES inter-setoriais do crescimento econômico: a evidência histórica dos países desenvolvidos. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1971. 21 f. tab.

COSTA, Sinfrônio S. da — *Bancos, criação e finalidades.* Natal, Faculdade de Ciências Econômicas (s.d., 1971) 7 p. (Publ. 9).

CRAVEN, J. Howard — *Observações de mercado de capitais brasileiro.* Rio de Janeiro, Comissão de Coordenação e Implementação de Técnicas Financeiras, 1970. 26 f.

CRESCIMENTO *populacional e desenvolvimento econômico.* Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1970. 34 p.

DÉ CARLI, Gileno — *Política de desenvolvimento do Nordeste* (gênese dos artigos 34/18). Pref. de Rubens Vaz da Costa. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1971. 67 p.

DEAN, Warren — *A industrialização de São Paulo* (1880-1945). Trad. de Octávio Mendes Cajado. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971. 272 p. (Corpo e alma do Brasil, 33).

DOBB, Maurice Herbert — *A evolução do capitalismo* (Studies in the development of capitalism) Trad. de Affonso Blacheyre. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1971. 483 p. (Bibl. de Ciências Sociais).

DÓRIA, Antônio Roberto Sampaio, *ed.* — *Incentivos fiscais para o desenvolvimento;* colaboradores: Antonio Franco de Campos, Beatriz Stevenson Braga, Claid de Lima Santos et alii. São Paulo, José Bushatsky (s.d., 1971) 324 p.

ESTALL, R. C. & BUCHANAN, R. — Ogilvie — *Atividade industrial e geografia econômica.* (Industrial activity and economic geography) Trad. de Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro, Zahar, 1971. 238 p. (A terra e o homem).

FEDERAÇÃO das Indústrias do Estado de São Paulo. Departamento de Economia — *Investimentos estrangeiros no Brasil;* legislação — estímulos — desestímulos. 2ª ed. São Paulo, FIESP-CIESP, Serviço de Publicações, 1971. 48 p. (Cadernos econômicos, 1).

FETSCHER, Irving — *Karl Marx e os marxismos;* da filosofia do proletariado. (Karl Marx und der Marxismus) Trad. de Heidrun Mendes da Silva. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970. 375 p.

FONSECA, Herculano Borges da — *As instituições financeiras do Brasil;* Financial institutions of Brazil; Les institutions financières du Brésil. Pref. de Antônio Delfim Netto. Rio de Janeiro, Crown Ed. (s.d., 1970). 544 p. il. tab.

GARCIA BARBANCHO, Alfonso — *Econometria, fundamentos e possibilidades* (Fundamentos y possibilidades de la econometria) Trad. de Sérgio Monteiro de Maracajá. Rio de Janeiro, Forum, 1970. 187 p.

GEORGE, Pierre — *Geografia do consumo.* (Géographie de la consommation) Trad. de Djalma Forjaz Neto. 2ª ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971. 119 p. gráf. map.

HADDAD, Paulo Roberto — *Interdependência estrutural e desenvolvimento regional.* Belo Horizonte, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG, 1969. 50 f. gráf.

HESS, Geraldo et alii — *Investimentos e mercado de capitais* (por) Geraldo Hess, William Baynard Meissner, Ruy Lopes (et alii) Rio de Janeiro, Forum, 1971. 509 p. gráf. tab.

IMAGEM do Brasil. São Paulo, Banas, 1971. 283 p. il.

INVESTMENT Bankers Association of America — *O mercado de capitais dos Estados Unidos, organização e práticas.* 2ª ed. promovida por Benedicto Ferri de Barros. São Paulo, Bolsa de Valores, 1970. 357 p.

KLABIN, Daniel Miguel et alii — *Tecnologia e desenvolvimento na Guanabara* (por) Daniel Miguel Klabin, José Carlos Vieira de Figueiredo, Joaquim Francisco de Carvalho. Rio de Janeiro, Graphos, 1971, 87 p.

LACOSTE, Yves — *Geografia do subdesenvovimento.* (Géographie du sous-dévelopment) Trad. de T. Santos. 3ª ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971. 268 p. est. il. map. (Col. terras e povos, 2).

LATTES, Robert & DORDIVES, Max — *Mil bilhões de dólares.* (Mille milliards de dollars — Le monde economique de demain) Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1971. 239 p.

LEFTWICH, Richard H. — *O sistema de preços e a alocação de recursos.* (The price system and resource allocation) Trad. de Evonir Batista de Oliveira. São Paulo, Pioneira, 1971. 399 p.

LIMA, Hélio da Silva — *Que é atividade econômica?* Rio de Janeiro, Spencer, 1971. 114 p.

LOPES, Juarez Rubens Brandão — *Desenvolvimento e mudança social;* formação da sociedade urbana — industrial do Brasil. 2ª ed. São Paulo, Nacional e Ed. da Universidade, 1971.

MAGALHÃES, Augusto Franklin Ribeiro de — *Os bancos centrais e sua função reguladora da moeda e do crédito.* Pref. de Herculano Borges da Fonseca. Rio de Janeiro, A Casa do Livro, 1970. 487 p.

MANUAL de planificacion agricola; tomo I. Recife (s.d., 1971) p. irreg. tab. desd. 29 cm. — Tomo II (s.d., 1971) p. tomo a la formulacion de una estrategia de desarrollo agricola, por Manuel Figueroa. (s.d., 1971) 212 p. — Tomo V; Formulacion de proyectos agropecuarios. (s.d., 1971) 295 p.

MARX, Karl — *O capital; crítica da economia política;* vol. III (Das Kapital, Kritik des Politischen Okonomie, Zweiter Band, Buch II Der Sirkulations prozes des Kapitals) Trad. de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1970. 577 p.

MELO FILHO, Murilo — *O desafio brasileiro.* Pref. de João Paulo dos Reis Velloso. 7ª ed. Rio de Janeiro, Bloch, 1970. 393 p.

MELO, Marlos Jacob T. de — *As pequenas empresas no desenvolvimento industrial do Nordeste.* Recife, Núcleo de Assistência Industrial, 1971. 56 p.

MUNDELL, Robert A. — *O homem e a economia* (Man and economics) Trad. de Álvaro Cabral e Elizabeth Tiburceio Libório. Pref. de Carlos Geraldo Langoni. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1971. 211 p.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa et alii — *Direito tributário* (por) Ruy Barbosa Nogueira, Alfred José F. Schmid, Claudete Aparecida Cardo, Fábio Fanucchi. São Paulo, José Bushatsky, 1971. 246 p.

NOVAES, Paulo — *Economia e recursos humanos.* Rio de Janeiro, Renes, 1971. 141 p.

Ó, Manoel do — *Panorama tributário brasileiro;* vol. I. Ribeirão Preto, Valada, 1971. 326 p.

PEREIRA, Luiz *ed.* — *Perspectiva do capitalismo moderno;* leituras de sociologia do desenvolvimento; organização e introdução de Luiz Pereira. Rio de Janeiro, Zahar, 19-1. 266 p.

PEREIRA, Osny Duarte — *A transamazônica: prós e contras;* Pref. de Arthur Cezar Ferreira Reis. 2ª ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971. 429 p.

PESTANA, Clovis — *Problemas brasileiros.* Brasília. EBRASA, 1971. 106 p.

PINHO, Diva Benevides — *Doutrina cooperativista e desenvolvimento econômico.* 3ª ed. atual e ampl. São Paulo, Departamento de Assistência ao Cooperativismo, 1971. 46 p.

POLÍTICA demográfica variável da política de desenvolvimento. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1969. 43 p.

RAMOS, Rodrigo Octávio Jordão — *A Amazonia: uma estratégia para sua preservação no campo do desenvolvimento e da segurança*. Rio de Janeiro, Imp. do Exército, 1971. 49 p. map.

RESULTADOS da política de incentivos fiscais do sistema 34/18. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1970. 8 f. tab.

SÁ, Jayme Magrassi de — *Aspectos da economia brasileira*. Rio de Janeiro, Alba, 1970. 198 p.

SCHICKLER, Samuel, & HADDAD, Paulo Roberto — *Base econômica e fluxos intersetoriais*. Belo Horizonte, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG, 1971. 39 p. gráf. tab. (Monografia,2).

SHIOBARA, Kazuky — *Experiência de administração fiscal no Japão*. Rio de Janeiro, Secretaria da Receita Federal, 1970. 63 p.

SILVA, José Gomes da — *A reforma agrária no Brasil;* frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1971. 284 p.

SILVA, Paulo de Castro Moreira da — *O desafio do mar*. Rio de Janeiro, Ed. Sabiá, 1970. 115 p. il.

SIMONSEN, Mário Henrique — *Ensaios sobre economia e política econômica;* 1964-69; seleção de editoriais. Rio de Janeiro, Apec, 1971.

STEELE, Howard L. et alii — *Comercialização agrícola* /por/ Howard L. Steele, Francisco M. Vera Filho, Robert S. Welsh. São Paulo, Atlas, 1971. 445 p. il. (Publ. em colaboração com a agência Norte Americana — USAID)

THWEATT, William O. — *Teorias do desenvolvimento econômico*. / Economics essa in doctrie & development. Selected papers 1955-1969 / Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Zahar, 1971. 278 p. gráf. tab. (Bibl. de ciências sociais).

TRUBEK, David M. et alii — *O mercado de capitais e os incentivos fiscais* /por/ David M. Trubek, Jorge Hilário Gouvea Vieira e Paulo Fernandes de Sá. Rio de Janeiro, TN-APEC, 1971. 265 p.

VASCONCELOS, João Humberto de — *Introdução ao desenvolvimento industrial e econômico*. Pref. João Wilson Mendes Melo. Natal, Faculdade de Ciências Econômicas / s.d. 1971 / 123 p.

LIVROS PUBLICADOS NO EXTERIOR

Europa do Leste e União Soviética

BISKUP, Reinhold — *Sowjetpolitik und Entwicklun gsländer*. Rombach, Freiburg im Breisgau, 1970. 212 p.
A ideologia e a estratégia soviética em relação aos países em desenvolvimento.

BUTLER, William E. — *The Soviet Union and the Law of the Sea*. Baltimore, Johns Hopkins Press, 1971. 245 p.

Análise das doutrinas soviéticas sobre águas territoriais, mares insulares, plataforma continental e alto mar.

CANG, Joel — *The silent millions.* New York, Taplinger, 1970. 246 p.
Breve história dos judeus soviéticos por um jornalista britânico.

HUTCHINGS, Raymond — *Soviet economic development.* New York, Barnes and Noble, 1971. 314 p.
As origens do progresso e características do desenvolvimento econômico soviético.

ITALIAANDER, Rolf *ed.* — *Albanien-Vorposten Chinas.* Munich, Delp, 1970. 282 p.
Coleção de comentários e documentos sobre a Albânia e suas relações exteriores.

LANE, David — *Politics and society in the URSS.* New York, Ramdom House, 1971. 616 p.
Uma pesquisa enfatizando alguns aspectos sociológicos significativos como: classe, status, grupos de pressão e função da família.

MILENKOVITCH, Deborah D. — *Plan and market in Yugoslav economic thought.* New Haven, Yale University Press, 1971. 323 p.
Detalhada monografia sobre as teorias iugoslavas de organização de uma sociedade socialista.

SKILLING, H. Gordon & GRIFFITHS, Franklyn *ed.* — *Interest groups in Soviet politics.* Princeton, Princeton University Press, 1971. 433 p.
Ensaios elaborados por dois especialistas sobre o papel dos vários grupos de interesse na União Soviética.

SVITÁK, Ivan — *The Czechoslovak experiment 1968-1969.* New York, Columbia University Press, 1971. 243 p.
O autor trabalha com a vasta série de acontecimentos políticos e sociais que ocorreram na Tchecoslováquia antes da invasão soviética.

ZDRAVOMYSLOV, A.G. et alii *ed.* — *Man and his work.* White Plains, N.Y., International Arts and Sciences Press, 1971. 398 p.
Tradução de estudo sobre atitudes em relação ao trabalho elaborado pelo Laboratório de Pesquisa Sociológica de Leningrado.

Europa Ocidental

ALDCROFT, Derek H. — *The inter-war economy; Britain,* 1919-1939. New York, Columbia University Press, 1971. 441 p.
Farto material, bastante organizado faz da obra importante fonte de referência para outros estudos.

BARJONET, André — *Le parti communiste Français.* Paris, John Didier, 1970. 236 p.
Análise das premissas e políticas do Partido Comunista Francês por um ex-membro do Partido.

CALLEO, David — *The Atlantic fantasy: the U.S., NATO, and Europe.* Baltimore, Johns Hopkins Press for the Washington Center of Foreign Policy Research, School of Advanced International Studies, 1970. 182 p.
Críticas às atitudes e política norte-americana em relação à Europa.

CHAUDET, Paul — *La Suisse et notre temps: du souvenir à la réflexion.* Paris, Laffont, 1970. 254 p.
Análise da experiência política suíça como possível modelo para uma nova Europa, escrita por um ex-Presidente da Confederação Helvética.

GAULLE, Charles de — *Mémoires d'espoir: le renouveau* 1958-1962. Paris, Plon, 1970. 314 p.
Memórias de extraordinária luminosidade cobrindo os primeiros quatro anos de seu segundo esforço para levantar a França.

HILLGRUBER, Andreas — *Staatsmanner und Diplomaten bei Hitler.* Frankfurt/Main, Bernard und Graefe, 1970. 568 p.
Segundo volume das conferências de Hitler com diplomatas estrangeiros, cobrindo o período de 1942-44.

HUET, Philippe — *Politique économique de la Grande-Bretagne depuis* 1945. Paris, Colin, 1969. 582 p.
Estudo sobre a política econômica britânica como contribuição para a entrada da Inglaterra na comunidade européia.

KAISER, Karl & MORGAN, Roger — *Strukturwandlungen der Aussen-politik in Grossbritannien und der Bundersrepublik.* Munich, Oldenbourg, 1970. 264 p.
Um grupo anglo-germânico examina as determinantes da política externa dos dois países.

LOOCK, Hans-Dietrich — *Quisling, Rosenberg und Terboven.* Stuttgart, Deutsche Verlags-Anstalt, 1970. 587 p.
Análise da frustrada tentativa de estabelecer um regime nacional-socialista na Noruega.

MEISSNER, Boris *ed.* — *Die Deutsche Ostopolitik* 1961-1970: Kontinuitat und wandel. Cologne, Verlag Wissenschaft und Politik, 1970. 447 p.
Coleção de documentos ilustrando a evolução da controvertida política externa alemã.

ROBINSON, Richard A.H. — *The origins of Franco's Spain: the right, the republic and revolution,* 1931-1936. Pittsburgh, University of Pittisburgh Press, 1971. 475 p.
Um trabalho sobre as causas da Guerra Civil Espanhola. O autor afirma que grande parte da responsabilidade pelo fracasso da República deveu-se à própria Esquerda Republicana.

WILLIS, F. Roy — *Italy chooses Europe.* New York, Oxford University Press, 1971. 373 p.
Análise do papel da Itália na promoção das instituições européias tendo como pano-de-fundo sua própria economia e condição política.

Hemisfério Ocidental

BURNETT, Benn G. — *Political groups in Chile.* Austin, University of Texas Press for the Institute of Latin American Studies, 1970. 319 p.
Análise do sentimento radical e mudança política na última década comentando os partidos e grupos de interesse. A recente vitória de Allende é comentada brevemente num post-script.

GREEN, David — *The containment of Latin America.* Chicago, Quadrangle Books, 1971. 370 p.
A Politica de Boa Vizinhança falhou quando Roosevelt e Truman a usaram para fortalecer o controle americano sobre a economia latino-americana.

HILLIKER, Grant — *The politics of reform in Peru.* Baltimore, Johns Hopkins, Press, 1971. 201 p.
Estudo focalizando o partido APRA no Peru e sua tentativa de promover reformas na América Latina.

MARITANO, Nino — *A Latin American economic community.* Notre Dame, University of Notre Dame Press, 1970. 265 p.
História e contribuições de vários movimentos de integração hemisférica.

PETRAS, James — *Politics and social structure in Latin América.* New York, Monthly Review Press. 1970. 383 p.
Ensaios sobre a política e as relações entre os Estados Unidos e a América Latina.

ROTBERG, Robert I. & CLAGUE, Christopher K. — *Haiti: the politics of squalor.* Boston, Houghton, 1971. 456 p.
Estudo cobrindo todos os aspectos externos de vida e desenvolvimento haitiano.

SZULC, Tad. *ed.* — *The United States and the Caribbean.* Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1971. 212 p.
"Papers" elaborados por especialistas sobre o Caribe.

Estados Unidos

AYA, Roberick & MILLER, Norman *ed.* — *The new American revolution.* New York, Free Press, 1971. 342 p.
Os movimentos revolucionários nos Estados Unidos dando ênfase aos militantes negros e à jovem "inteligência".

BOWLES, Chester — *Promises to keep: my years in public life,* 1941-1969. New York, Harper and Row, 1971. 657 p.
A experiência do autor, duas vezes embaixador na Índia e a descrição de personalidades pouco conhecidas.

CAMPBELL, Alex — *Unbind your sons: the captivity of America in Asia.* New York, Liveright, 1970. 366 p.
A política americana no Oriente Médio e na Ásia pelo editor do "The New Republic".

DOUGLAS, William O. — *International dissent: steps toward world peace.* New York, Random House, 1971. 155 p.
O autor sugere a abolição dos pactos militares, uma corte internacional mais forte, mais ajuda multilateral, reconhecimento da China comunista e um regime internacional para os oceanos.

ISRAEL, Jerry — *Progressivism and the open door: America and China, 1905-21.* Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1971. 222 p.
Uma monografia rejeitando a noção tradicional de que a política americana de "Portas Abertas" foi única e diferente daquelas adotadas para a penetração política e industrial na China pelo mundo ocidental.

KALB, Marvin & ABEL, Elie. — *Roots of involvement: the U. S. in Asia, 1784-1971.* New York, 1971. 336 p.
A guerra da Indochina é apenas uma ligação na corrente "das fanfarras americanas na Ásia", na opinião dos autores.

QUIGG, Philip W. — *America the dutiful.* New York, Simon and Schuster, 1971. 223 p.
Um tributo à política externa americana desde 1945.

SALISBURY, Harrison E. — *The many Americas shall be one.* New York, Norton, 1971. 204 p.
O mais importante ato, que certamente galvanizaria o espírito americano seria, do ponto de vista do autor, o fim da Guerra do Vietnam.

SHEPHERD Jr., George W. — *ed. Racial influences on American foreign policy.* New York, Basic Books, 1971. 238 p.
Nove estudos explorando o impacto do fator racial na política externa americana em vários países.

TAYLOR, Telford — *Nuremberg and Vietnam: an American tragedy.* Chicago. Quadrangle Books, 1970. 224 p.
O autor conclui que "de alguma forma falhamos em aprender as lições que quisemos ensinar em Nuremberg e esta falha é a tragédia americana atualmente."

TUGWELL, Rexford G. — *Off course: from Truman to Nixon.* New York, Praeger, 1971. 326 p.
Analisando os últimos 25 anos, o autor conclui que Nixon, de todos os presidentes, sentiu o desafio de retornar à política de Roosevelt de coexistência com as nações comunistas.

Assuntos Políticos e Jurídicos

CRANSTON, Maurice — *The new left.* New York, Library Press, 1971. 208 p.

Seis ensaios de primeira qualidade sobre figuras de destaque da Esquerda na América, Europa e do Terceiro Mundo.

DAGAN, Avigdor — *Moscow and Jerusalem.* New York, Abelard-Schuman, 1970. 255 p.

Análise pró-Israel das relações soviético-israelenses desde 1948; apresentada por um diplomata israelense.

FABIAN, Larry L. — *Soldiers without enemies*: Preparing the United Nations for peacekeeping. Washington. Brookings Institution, 1971. 315 p.

Pesquisa recente sobre as operações de paz das Nações Unidas. O autor apresenta algumas sugestões práticas para o futuro.

GENOVÉS, Santiago — *Is peace inevitable?* Agression, evolution, and human destiny. New York, Walker, 1970. 194 p.

O autor levanta a questão de não ser o homem violento por natureza. A agressão é aprendida e a guerra uma doença social.

GERASSI, John — *The coming of the new international.* New York, World Publishing Co., 1971. 610 p.

Uma antologia de artigos revolucionários, de autores de mais de 20 países.

HUGO, Grant — *Appearance and reality in International Relations.* New York, Columbia University Press, 1971. 207 p.

Os mal-entendidos (equívocos) entre as nações através de fatos tirados de diferentes períodos da História.

RAPOPRT, Anatol — *The big two*: the Soviet-American perceptions of foreign policy. New York, Pegasus, 1971. 249 p.

As relações soviético-americanas dando ênfase à aplicação da teoria dos jogos.

ROSENAU, James N. — *The scientific study of foreign policy.* New York, Free Press, 1971. 472 p.

Um estudioso do assunto mostrando que a política internacional é mais ciência do que arte.

ROVINE, Arthur — *The first fifty years.* Leyden, Sijthoff, 1970. 498 p.
Uma pesquisa sobre os Secretários Gerais da Liga das Nações e Nações Unidas. Algumas comparações originais.

TOURAINE, Alain — *The post-industrial society.* New York, Random House, 1971. 244 p.

Um sociólogo francês sonda as doenças da moderna sociedade ocidental.

WHITWORTH, William — *Naive questions about war and peace.* New York, Norton, 1970. 126 p.
O autor analisa o ponto de vista de Eugene V. Rostow sobre a política externa norte-americana.

ZEMAN, Z.A.B. — *The gentlemen negotiators.* New York, MacMillan, 1971. 402 p.
Negociações diplomáticas em nove capitais durante a I Guerra Mundial.

Assuntos Militares, Técnicos e Científicos

EYCK, John C. Ten — *The law of diminishing war power*: from Troy to Vietnam. New York, Pageant Press International, 1970. 273 p.
Em casos retirados de diferentes períodos históricos e locais geográficos, o autor demonstra que muitos sucessos militares foram responsáveis por um excesso de confiança que definitivamente geram o desastre militar.

FALK, Richard A. *ed.* — *The International Law of civil war.* Baltimore, Johns Hopkins Press for the Society of International Law, 1971. 452 p.
Seis casos explorando a complexidade das relações entre o direito internacional e a guerra civil.

FRIEDMANN, Wolfgang — *The future of the oceans.* New York, Braziller,1971. 132 p.
O autor deplora as negociações visando a partilha de grandes partes do fundo do mar entre as nações.

GANN, Lewis H. — *Guerrillas in History.* Stanford, Hoover Institution Press, 1971. 99 p.
Breve pesquisa sobre as guerrilhas através da história.

HEZLET, Sir Arthur — *Aircraft and sea power.* New York, Stein and Day, 1970. 370 p.
Estudo do desempenho passado e futuro da aviação nos mares escrito por uma autoridade no assunto.

IKLÉ, Fred Charles — *Every war must end.* New York. Columbia University Press, 1971. 160 p.
Análise do turbulento processo pelo qual a guerra vem passando no século XX para chegar a um fim. O autor se baseia na evidência de que "guerras devem terminar antes de começar".

MAGINNIS, John J. — *Military government journal*: (*Normandy to Berlin.*) Amherst, University of Massachusetts Press, 1971. 351 p.
O dia-a-dia das operações militares norte-americanas da invasão da Normândia à ocupação de Berlim.

POSSONY, Stefan T. & POUNELLE, J. E. — *The strategy of technology*: winning the decisive war. New York, Dunellen, 1971. 189 p.
O autor assegura que os Estados Unidos devem fazer uso total de suas armas tecnológicas para evitar uma II Guerra Mundial.

QUESTER, H. — *Nuclear diplomacy*: the first twenty-five years. New York, Dunellen for the Center for International Affairs, Harvard University, 1971. 327 p.
Análise histórica das relações nucleares entre os Estados Unidos e União Soviética desde o final da II Guerra Mundial.

STOIKO, Michael — *Soviet rocketry*: *past, present, and future*. New York, Rinehart and Winston, 1970. 272 p.
Uma análise do programa espacial soviético, comparando-o com o norte-americano.

Problemas Econômicos e Sociais

BRITTAN, Samuel — *The price of economic freedom*: *a guide to flexible rates*. New York, St. Martin's Press, 1971. 103 p.
De acordo com este jornalista inglês a balança de pagamentos é um grande problema que vem sendo conduzido de tal forma que torna verdadeiros problemas difíceis de resolver.

HELLMANN, Rainer — *The challenge to U.S. dominance of the international corporation*. New York, Dunellen, 1971. 348 p.
Fatos sobre investimentos americanos na Europa e vice-versa.

HINSHAW, Randall — *The economics of international adjustment*. Baltimore, Johns Hopkins Press, 1971. 184 p.
Um grupo de importantes economistas discute sobre como tornar o Sistema monetário internacional mais seguro.

KINDLEBERGER, Charles P. — *Power and money*. New York, Basic Books, 1970. 246 p.
"A economia da política internacional e a política de economia internacional" com alguns exemplos históricos.

MADDISON, Angus — *Economic progress and policy in developing countries*. New York, Norton, 1971. 313 p.
O crescimento econômico mostra que não serviu apenas de teste nos países em desenvolvimento mas contribuiu para que os Estados Unidos tivessem mais compreensão sobre os problemas daqueles países e como tratá-los.

MANDEL, Ernest — *Europe vs. America*: *contradictions of imperialism*. New York, Monthly Review Press, 1970. 160 p.
As relações entre os Estados Unidos e a Europa vista por um marxista belga.

MIKESELL, Raymond F. et alii — *Foreign investment in the petroleum and mineral industries, case studies of investor-host country relations*. Baltimore, Estudos envolvendo cinco produtos e sete países estabelecem as bases para conclusões analíticas.

MUNIER, Bertrand — *Le cambisme et le jeu monétaire internacional*. Paris, Presses Universitaires de France, 1970. 383 p.

A indecisão torna o câmbio um fator de aproximação através da teoria dos jogos.

MYINT, H. — *Economic theory and the underdeveloped countries*. New York, Oxford University Press, 1971. 353 p.
Estudos selecionados de um economista birmanês que é um dos mais ponderados estudiosos do desenvolvimento. A análise é a "média" entre a teoria pura e o estudo empírico.

RIBI, Rolf C. — *Das Comecom*. Zurich, Polygraphischer Verlag, 1970. 462 p.
Uma detalhada análise do COMECOM por um economista suíço.

POLITIQUE ÉTRANGÈRE

REVUE PUBLIÉE TOUS LES DEUX MOIS
PAR LE CENTRE D'ETUDES DE POLITIQUE ETRANGERE
AVEC LE CONCOURS DU CENTRE NATIONAL DE LA
RECHERCHE SCIENTIFIQUE

SOMMAIRE

(36ᵉ année) — nº 1 — 1971

Prix de l'abonnement:

FRANCE	48 F.
ETRANGER	64 F.

A adresser au

CENTRE D'ETUDES DE POLITIQUE ETRANGERE
54, rue de Varenne, Paris (7ᵉ)
C.C.P. Paris 1865-41

(Joindre la somme de 1 F pour tout changement d'adresse)

BIBLIOGRAFIA ESPECIALIZADA

SOBRE O SISTEMA INTERAMERICANO

AARON, Harold R. — Fuerza militar interamericana. *Military* R., 45 (6) : 64-70, Jun. 1965.

ACUERDO de integración subregional andina. *Rev. Pol. Intern.*, 106 : 330/nov. dic. 1969.

ADAMS, Richard Newbold et alii — *Crucifixion by power;* essays on Guatemalan national social structure, 1944-1966. London, Univ. of Texas Press, 1970. 553 p.

AGUILAR MONTEVERDE, Alonso — *Teoria y politica del desarrollo latino-americano.* México, Universidad Nacional Autonoma de Mexico, 1967. 340 p.

ALBA, Victor — *Alliance without allies: The mythology of progress in Latin America.* New York/1965.

ALEIXO, José Carlos Brandi — *A integração latino-americana*; considerações sobre suas bases processos, significados. Brasília. Coordenada, 1970/ 127 p. (col. estudos políticos latino-americanos).

AMERICA Latina, zona desnuclearizada. *Pol. Internacional*, Buenos Aires / (41) / 1963.

ANDRESKI, Stanislaw — *Parasitism and subversion;* The case of Latin America. London, Weidenfeld & Nicolson (c. 1966) 299 p.

THE ANNALS of the American Academy of Political and Social Science, 389, May 1970. Issue on society and its physical environment.

ARRIAGA, Eduardo E. — *Mortality decline and its demographic effects in Latin America.* Berkeley, Institute of International Studies, 1970 / 232 p.

ASHER, Robert E. — *Development assistance in the seventies: alternatives for the United States.* Washington, Brookings Institution, 1970. 248 p.

ASSIS PACHECO, Mario Victor — *Industria farmacêutica e segurança nacional.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

AVIAMI, L. — La integración latino-americana: problemas y estrategia. *Aportes,* : 54-72, jan. 1971.

AVILES MOSQUERA, J. M. — La política comercial frente al Acuerdo de Cartagena y los mecanismos institucionales para la integración economica. *Bol. Banco Centr. Ecuador,* : 25-34, avr/mai 1970.

AZEVEDO RODRIGUES, Jayme — Sistema interamericano contra a América Latina. *Pol. Externa Independente*, Rio de Janeiro, 1 : 81-102, maio 1965.

BACHMURA, Frank T. — Toward economic reconciliation in central America. *World Affairs,* 133 : 283-292, Mar. 1971.

BAILEY, N. A. — The role of military forces in Latin America. *Milit. R.,* : 68-72, Fev. 1971.

BAKER, Ross K. — *A study of military status and status deprivation in three Latin American armies.* Washington, American University Center for Research in Social Systems, 1967. 130 p.

BALASSA, B. — *El desarrollo economico y la integración.* México, CEMLA, 1965. 150 p.

BALASSA, B. — *Teoria de la integración economica.* México, UTEHA, 1964. 332 p.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO — *Factores para la integración lationamericana.* México, Faculdade de Ciências Econômicas UNAM, 1966. 247 p.

BANCO de México — *Inversiones extranjeras, 1940-1961.* México, 1962.

BARBER, Willard & NEALDE RONNING, G. — *Internal Security and military power;* counterinsurgency and civil action in Latin America. Columbus, Ohio University Press, 1966. 338 p.

BARKIN, David & King, Timothy — *Regional economic development;* the river basin approach in Mexico. Cambridge at the Univ. Press, 1970. 262 p.

BEHM, Hugo & GUTIÉRREZ, Héctor — *Estructuras de las causas de defunción y nivel de mortalidad:* una experiencia en América Latina. Trabajo presentado al Congreso Mundial de Población, celebrado en Belgrado, Iuguslávia, sept. 1965. Mimeografado.

BELTRAN, Virgílio Rafael *ed.* — *El papel político y social de las fuerzas armadas en América Latina.* Caracas, Monte Avila, 1970. 350 p.

BERGSMAN, Joel — *Brazil; industrialization and trade policies.* London, Oxford Univ. Press, 1970. 281 p.

BIBLIOGRAFIA sobre integración económica de America Latina. *R. Mex. Ciência Política,* 16 (60) : 265-302, abr./jun. 1970.

BINNING, William C. — The Nixon aid policy for Latin America. *Inter-Amer. Econ. Aff.* 25 : 31-45, Summer 1971.

BLATCHFORD, Joseph H. — The Peace Corps Making it in the seventies. *Foreign Affairs,* 49 (1) : 122-135, Oct. 1970.

BONILLA, Frank & GLAZER, Myron — *Student politics in Chile.* New York, Basic Books, 1970. 367 p.

BOSCH, J. — *Crisis de la democracia de América en la República Dominicana.* México, 1965.

BOURNE, Richard — *Political leaders of Latin America. New York,* Knopf, 1970. 310 p. Baltimore, Penguin, 1969. 306 p.

BRASIL, Câmara dos Deputados. *Primeiro Simpósio sobre Poluição Ambiental.* Brasília, 1971.

BRASIL — Ministério das Relações Exteriores — *Artigos e entrevistas sobre a Operação Pan-Americana.* Rio, 1960.

BRIANO, Justo — *Geopolitica y geoestratégia americana.* Buenos Aires, 1966.

BURNETT, Ben G. — *Political groups in Chile.* Austin, Univ. of Texas Press, 1970. 319 p.

BURNETT, Ben G. — *Political forces in Latin America:* dimensions of the quest of stability (Ed. by) B. G. Burnett (and) K. F. Johnson. 2nd. ed. Belmont, Calif., Wadsworth Publ. Co. (1970) 699 p. mapas.

BURNS, Bradford — *A History of Brazil.* New York, Columbia Univ. Press, 1971. 449 p.

CAICEDO CASTILLA, J. J. — *The work of the Inter-American Juridical Committee.* Washington, Pan American Union, 1964. 108 p.

CALDERÓN MARTINEZ, A. — *De la ALALC al mercado comun latino americano; análisis de algunos problemas para la formación de la tarifa externa común.* México, Universidad Nacional Autonoma de México, 1968. 181 p.

CAMARA NACIONAL DE COMERCIO DE LA CIUDAD DE MÉXICO — *El empresario mexicano ante la integración latinoamericana y el mundo en desarrolo.* México, D. F., 1967. 160 p.

CAREY, Robert G. — *The Peace Corps.* New York, Praeger, 1970. 274 p.

CARDOSO, Fernando Henrique — *Dependência e desenvolvimento na América Latina.* Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar (c. 1970) 143 p. (Bibl. ciências sociais).

CARDOSO, Fernando Henrique — *Mudanças sociais na América Latina.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969.

CARDOSO, Fernando H. — "Teoria de la dependência" o análisis de situaciones concretas de dependência? *R. Latinoamer. Ciencia Pol.,* 1 (3) : 402-414, Dic. 1970.

CARMOY, M. — A Welfare Analysis of Latin America Economic Union: six industry studies. *J. Polit. Econ.,* : 626-654, juil/out. 1970.

CARR, Raymond *ed.* — *Latin American Affairs.* London, Oxford Univ. Press, 1970. 157 p.

CASAS, Juan Carlos — La formación de grandes empresas internacionales bajo control latinoamericano. *Rev. Integración,* 6 : 230-242, mayo 1970.

CASTAÑEDA, J. — Conflictos de competencia entre las Naciones Unidas y la OEA. *Foro Intern.,* México, 6 : 303-322, 1965-66.

CHE GUEVARA, Ernesto — Cuba y el "Plan Kennedy". *Rev. Internacional,* Praga, 5 (1) : jan. 1962.

CHUDNOVSKY, J. Katz — Patentes y actividad inventiva individual. Seminário Interno. Buenos Aires, Centro de Investigaciones Economicas (ITDT), set. 1970. Documento inédito.

CINTA, Ricardo — Clases sociales y desarrollo en México. *R. Latinoamericana Ciência Pol.,* 1 (3) : 447-469, Dic. 1970.

CIRIA, A. — *Partidos y poder en la Argentina moderna, 1930-1946.* Buenos Aires, 1964.

CLARKSON, Stephen *ed.* — *An independent foreign policy for Canada?* Toronto, McClelland and Stewart for the University League for Social Reform, 1968. 290 p.

CLISSOLD, Stephen *ed.* — *Soviet relations with Latin America 1918-1968,* A documentary Survey. Issued under the auspices of the Royal Institute of International Affairs. London/New York, Oxford University Press, 1970. 313 p.

COCHRANE, James D. — Central American economic integration: the "integrated industries scheme". *Inter-Amer. Economic Affairs,* Washington, 19 (2) : 63-74, 1965.

COCHRANE — Costa Rica, Panama and Central American economic integration. *J. Inter-Amer. Stu.,* 7 (3) : 331-344, july 1965.

COCHRANE — "U. S. attitudes towards Central American economic integration". *Inter-Amer. Economic Affairs. Washington,* 18 (2) : 73-91, 1964.

COLEGIO INTERAMERICANO DE DEFENSA — *El rol de las fuerzas armadas en el hemisferio occidental, circunscrito al continente americano.* Seccion 4, Problema 1, Comité 4, Washington, D. C., 1963. 18 p.

COLEGIO INTERAMERICANO DE DEFENSA, DEPARTAMENTO DE ESTUDIOS — *Las fuerzas armadas en Latinoamerica,* bibliografia (The armed forces in Latin America, a Bibliographical Survey), Wasington, 1967.

COMISSÃO DO ACORDO DE CARTAGENA — *Articulos que se refieren a la comercializacion y produccion de tecnologia en la decision nº 24 de la Comision del Acuerdo de Cartagena.* 6 p.

COMISSÃO DO ACORDO DE CARTAGENA — Régimen común de tratamento a los capitales extranjeros y sobre marcas, patentes, licencias y regalias. *Tercer Período de Sesiones Extraordinarias de la Comision* 14-31 *de diciembre de* 1970. Lima — Peru. Decision nº 24.

CONSEJO MONETARIO CENTROAMERICANO — Tres años de compensación multilateral centroamericana. Tegucigalpa, Cámara de Compensación Centroamericana, 1965. 77 p.

COCKRAN JR., Herbert — *Patterns of international cooperation in the Caribbean* 1942-1969. Dallas, Southern Methodist Univ. Press, 1970. 285 p.

CUELLAR, O. — Notas sobre la participation politica de los militares en América Latina. *Aportes,* : 6-41, jan. 1971.

CUSMINSKY DE CENDRERO, R. — Sobre los intentos de integración latinoamericana. *Cuad. amer.,* 24 (4) : 36-52, july/aug. 1965.

DELL, Sidney — *Experiencias de la integración económica en America Latina.* México, CEMLA, 1966. 374 p.

DIAZ ALEJANDRO, Carlos F. — *Essays on the economic history of the Argentine Republic.* London, Yale Univ. Press, 1970. 549 p.

DINIZ, H. — A Aliança para o Progresso e a realidade nacional. *Rev. Brasiliense,* São Paulo : 12-7, março 1962; : 37-48, jul. 1962.

DUNCAN, Raymond & GOODSELL, James Nelson *ed.* — *The quest for change in Latin America;* sources for a twentieth Century Analysis. New York, Oxford Univ. Press, 1970. 562 p.

DUNCAN, W. Raymond — Castro's new approach toward Latin America. *World Affairs,* 133 (4) : 275-282, march 1971.

EDEL, Matthew — *Food supply and inflation in Latin America.* New York, Praeger, 1969. 214 p.

ELIZAGA, Juan C. — *Migraciones a las áreas metropolitanas de América Latina.* Santiago, Centro Latinoameriacno de Demografia, 1970, 223 p.

ELLIS, Howard S. *ed.* — *The economy of Brazil.* Berkeley, University of California Press, 1969. 408 p.

ERELI, Eliezer — The Andean common market. *Houston Law R.,* 8 (3) : 487-497, jan. 1971.

ESTUDIOS sobre integración economica en América Latina. México, 1966. 154 p.

FAGAN, Richard R. — *The transformation of political culture in Cuba.* Stanford, Stanford Univ. Press, 1969. 261 p.

FAGAN, Stuart I. — *Central American economic integration;* the politics of unequal benefits. Berkeley, Univ. California, Institute of International Studies (c. 1970) 81 p.

FALEGEAU, X. — Naissance et orientation du "Groupe andin". *Rev. Def. Nationale,* 26 : 1833-1847, dec. 1970.

FENWICK, C. G. — The Organization of American States: the transition from an unwritten to a written constitution. *Amer. J. Int. Law,* 69 (2) : 315-320, Apr. 1965.

FERRER, A. — *The Argentine Economy.* Berkeley, 1967.

FERREIRA DE CASTRO, Francisco — Modernização e democracia: o desafio brasileiro. Brasília, Ed. de Brasília, 1969. 393 p.

FIENUP, Darrekk F. et alii — *The agricultural development of Argentina.* New York, Praeger, 1969. 437 p.

FITZGIBBON, Russel H. — Seven dilemmas of Latin America's national revolutionary parties. *Orbis,* 14 (2) : 443-462, 1970.

FLORES RODRIGUEZ, Roberto — *La integración industrial latinoamericana y la politica industrial.* México, CEMLA, BID, 1965. 104 p.

FOSSUM, Egil — Factors influencing the occurrence of coups d'etat in Latin America. *J. Peace Research.* 4 : 228-55, 1967.

FROMM, Gary — Transportes e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Victor Publicações (1968). 242 p.

FRONDIZI, Arturo — El problema nacional de América Latina y ciertos esquemas de integración regional. *Estudios Intern.,* 1 (3-4) : 285-303, oct. 1967/marzo 1968.

FUENTES IRUROZQUI, Manuel — *La integración económica de América Latina.* Madrid, Ediciones cultura Hispânica, 1967. 280 p.

FURTADO, Celso — A Aliança para o Progresso e a realidade latino-americana. *Rev. Conselho Nac. Econ.,* Rio de Janeiro, 12 (1) : jan. fev., 1963.

FURTADO, Celso — La concentration del poder económico en los Estados Unidos y sus proyecciones en América Latina. *Estudios Intern.,* 1 (3/4) : 323-335, oct. 1967 / marzo 1968.

FURTADO, Celso — *Economic development of Latin America; a survey from colonial times to the Cuban revolution.* Tr. by S. Macedo. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1970. 271 p. mapas (Cambridge Latin American studies, (8).

FURTADO, Celso — *Formação econômica da América Latina.* Rio de Janeiro, Lia ed., 1969. 365 p.

GARCÉS, Joan E. — Funcionalidad y disfuncionalidad dentro del sistema político. Los obstáculos estructurales al desarrollo de las fuerzas políticas revolucionarias en Colombia. *R. Latinoamer. Ciencia Pol.,* 1 (3) : 470-496, Dic. 1970.

GARCIA REYNOSO, Placido — *Integración económica de América Latina.* México, SEP, 1965. 230 p. (Biblioteca Pedagógica de Perfeccionamiento Profesional, Instituto Federal de Capacitación del Magistério, 48).

GARCIA ROBLES, Alfonso — *La desnuclearizacion de América Latina.* 2ed. México, El Colégio de México, 1966. 154 p.

GARCIA ROBLES, Alfonso — The treaty for the prohibition of nuclear weapons in Latin América (treaty of tlatelolco). *Yb. Wld. Arm. Disarm,* : 218-259, 1969-70.

GARCIA-ZAMOR, Jean Claude — Development Administration in the Commonwealth Caribbean. *Int. Rev. Adm. Sciences,* 36 (3) : 201-214, 1970.

GARRIDO TORRES, José — *La integración económica de America Latina y la Alianza para el progreso.* México, CEMLA, BID, 1965. 121 p.

GERASSI, John — *A invasão da América Latina.* Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (1965). 61 p.

GETRASSI, John — *Military aid, the great fear: The reconquest of Latin America by Latin Americans.* New York, MacMillan, 1963. 457 p.

GHEERBRANT, Alain — *La Iglesia rebelde de América Latina.* (L'Eglise rébelle d'Amerique Latine) Tr. por Carlos Gerhard y otros. México, Siglo XXI, 1970. 319 p.

GIBAJA, Regina — Aspectos sociales y culturales de la modernización. *Rev. Lationam. Sociol.,* 1 (1) : 111-114, marzo 1965.

GIBSON, C. — American regionalism and the United Nations. *Ann Amer. Acad. Polit. Soc. Sci,* 360 : 120-126, july 1965.

GINSBURGS, G. & STAHNKE, A. — Communist China's trade relations with Latin America. *Asian Survey,* : 803-819, sept. 1970.

GLAUERT, Earl T. *ed.* — *The United States and Latin America,* Reading, Mass, Addison Wesley Publ. (c. 1971). 204 p.
GLICK, Edward Bernard — The feasibility of arms control and disarmament in Latin América. *Orbis,* 9 (3) : 1965.
GLICK, Edward Bernard — The feasibility of Arms control Disarmament in Latin America. *Orbis* : 743-59, 1965.
GLICK, Edward Bernard — *The non military use of the Latin American military: A more realistic approach to arms control and economic development system.* Santa Monica, Cali, 1964. 19 p.
GODFREY, E. E. — *The influence of economic factors on U. S. — Brazilian Relations, 1940-1960.* U. of Kentucky Press, 1960.
GONZÁLES CASANOVA, Pablo — *Democracy in Mexico.* New York, Oxford Univ. Press, 1970. 245 p.
GONZÁLES LARIS, Jorge Eduardo G. — *Integración económica latino-americana.* Tese. México, ENE, Universidad Nacional Autonoma de México, 1968. 163 p.
GONZÁLEZ Y REYNERO, Zalinda — Latinoamérica en el contexto internacional. *Rev. Mexicana Ciência Política,* 16 (59), jan/março 1970.
GORDON, L. — Relações dos Estados Unidos com a América Latina, Especialmente o Brasil. *Rev. Bras. Pol. Intern.,* 4 : 13-30, set. 1961.
GOTT, Richard — Guerrilla movements in Latin America. London, Nelson, 1970. 452 p.
GORDON, L. — Latin American guerrilas. *The Listener,* 84 (21-66) : 437-440, oct. 1970.
GREEN, David — *The containment of Latin America;* a history of the myths and realities of the Good Neighbor Policy. Chicago, Quadrangle Books, 1971. 368 p.
GRIFFIN, Keith — *Financing development in Latin America.* New York, Macmillan Press, 1971.
LE GROUPE de la BIRD, et son rôle en Amérique Latine. *Banque Franc. Ital. Amér. Sud.,* : 1-52, jan./Fev. 1965.
GRUNWALD, J. — The Alliance for Progress. *Proc. Acad. Polit. Sci.,* 27 (4) : 78-93, may 1964.
GRUNWALD, J. — *Foreign private investment; The challenge of Latin American nationalism. Virginia I. Int. Law,* 11 : 228-245, mar. 1971.
GRUNWALD, Joseph & MUSGROVE, Philip — *Natural resources in Latin American development.* Baltimore, Johns Hopkins Press for Resources for the Future, 1970. 494 p.
GUEVARA, C. — Cuba and the "Kennedy Plan". *World Marxist R.* Toronto, 5 : 33-9, feb. 1962.
GULLÉN, F. — Militarismo y golpes de Estado en America Latina. *Cuadernos Americanos,* México, : 7-19, mayo/junio 1965.
HAAS, E. B. & SCHMITTER, P. C. — Economics and differential patterns of political integration — projections about unity in Latin America. *Int. Org.,* 18 (4) : 705-737, Aut. 1964.

HACIA el mercado común; antologia de la integración económica latino-americana. México. SELA, 1968, 444 p.

HANKE, Lewis — *Contemporary Latin America, a short history.* Princeton / etc. / D. Van Nostrand, 1968. 532 p.

HANSON, Simon G. — *Dollar diplomacy modern style: chapters in the failure of the Alliance for Progress.* Washington, Inter-American Affairs Press, 1970. 189 p.

HARRISON, Lawrence E. — Waking from the Pan-American dream. *Foreign Policy,* 5 : 163-181, 1971-72.

HARRISON WAGNER, R. — *United States policy toward Latin America:* a study in domestic and international politics. London, Ozford Univ. Press, 1971. 246 p.

HASBUN HASBUN, Rafael H. — *Consideraciones socio-juridicas en torno al militarismo lationamericano* (Tesis Facultad de Derecho). México, UNAM, 1965. 104 p.

HASS, Ernst B. & SCHMITTER, C. Phillipe — *Mexico and Latin American economic integration.* Berkeley, Univ. of California, Institute of International Studies. 1964. 43 p.

HASSON, Joseph A. — Latin American development; the role of Inter-American Committe for the Alliance for Progress. *Orbis.* 9 (4) 1966.

HAVENS, A. Eugene & FLINN, William L. *ed.* — *Internal colonialism and structural change in Colombia.* New York, Praeger, 1970. 252 p.

HEARE, G. E. — *Brasil: Information for United States businessmen.* Washington, 1961.

HECHEN, S. — La política exterior Argentina y el desarrollo. *Foro Intern.* México, 5 : 489-510, abr. 1965.

HENDERSON, Julian — *La Legislacion sobre inversiones extranjeras y la agricultura.* Estudio de las disposiciones legislativas y de otras medidas adoptadas por los países en desarrollo para fomentar y regular las inversiones privadas extranjeras con especial referência a la agricultura, los montes, la pesca y las indústrias conexas. Roma, FAO, 1970. 251 p.

HERRERA, Felipe — *América Latina integrada.* Buenos Aires, Editorial Lozada, 1964. 250 p.

HERRERA, Felipe — *A integração econômica em marcha.* (Rio de Janeiro) APEC, 1966. 180 p.

HERRERA, Felipe — *Nacionalismo latinoamericano.* Santiago de Chile, Ed. Universitaria. (s.d.) 224 p.

HERRERA, Felipe — et alii — Proposiciones para la creación del mercado común latinoamericano. Pol. Externa Independente, Rio de Janeiro, 1 (1) : 127-156, maio 1965.

HILLIKER, Grant — *The politics of reform in Peru.* Baltimore, Johns Hopkins Press, 1971. 201 p.

HIRSHMAN O., Albert — *Latin American issues, essays and comments.* New York. Twentieth Century Fund, 1961. 288 p.

HOLMBERG, Allan R. — *Some relationship between psycho — biological deprivation and culture change in the Andes.* Trabajo presentado a la conferencia sobre el desarrollo de las comunidades de los paises Andinos, Universidad de Cornell, marzo 1966. Mimeografado.

HOROWITZ, I. L. — The military of Latin America. *Econ. development cultural change,* 13 : 238-42, an. 1965.

HOROWITZ, I. L. — Los militares de América Latina. In: *Elites y desarrollo en América Latina.* Buenos Aires, Editorial Paidós, 1967.

HOROWITZ, I. L. — El militarismo en America Latina. *Rev. Ciências Pol.,* México 12 (3) : 45-6, jul./dec. 1966.

HOROWITZ, I. L. — *Revolution in Brazil: Politics and society in a developing nation.* New York, 1964.

HORTA, Luiz Paulo — Retrato armado da América Latina. *Cad. bras.,* 6 (38) : 99-104, nov./dez. 1966.

HUELIN, David — Economic integration in Latin America progress and problems. *Intern. Affairs,* London. 40 (3) : jul. 1964.

HUELIN, David — A free trade area in South America. *World Today,* London, 16 (2) : feb. 1960.

HUMPHREY, H. H. — U. S. Policy in Latin America. *Foreign Affairs,* N. Y., 42, : 585-601, 1964.

IANNI, Octavio — *Crisis in Brazil.* New York, Columbia Univ. Press, 1970. 244 p.

IKONICOFF, M. — Les investissements étrangers en Amérique Latine. *Tiers-Mond,* 11 : 675-699, oct./dec. 1970.

INGRAM, Derek — Guyana's road to Brazil. *Commonwealth,* 14 (6) : 233-5, dec. 1970.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE ESTUDIOS JURÍDICOS INTERNATIONALES — *Instrumentos relativos de la integración económica en América Latina.* Washington, 1964. 346 p.

INSTITUTO DE PUBLICACIONES Y ESTADISTICA, S.A. — *Anuário de los países de Asociación Latinoamericana de Libre Comercio.* Buenos Aires, 1967. 698 p.

INTEGRACIÓN y derechos de la integración. Guadalajara, Univ. Autonoma de Guadalajara, 1967. 185 p.

INTEGRATION latino-americaine. *Tiers Mond,* 6 (23) : 603-775, juil-sept. 1965.

INTERNATIONAL Bank for Reconstruction and Development — *The economic development of Venezuela.* Report of a mission organized by the International Bank for Reconstruction and Development at the request of the Government of Venezuela. Baltimore, 1961.

IRWIN, W. A. — Should Canada join the Organisation of American States? *Queen Quart,* 72 (2) : 289-303, Sum. 1965.

J. A. R. — A diplomacia brasileira e a "crise" do Sistema Interamericano. *Pol. Externa Independente,* Rio de Janeiro, 1 (1) : 157-164, maio 1965.

JIMÉNEZ LAZCANO, Mario — *Integración económica e imperialismo.* México, Editorial Nuestro Tiempo, 1968. 163 p.

JOEL, Clark — Tax incentives in Central American development. *Econ. Devel. Cultural Change,* 19 (2) : 229-252,jan. 1971.

JOHNSON, Cecil — *Communist China and Latin America, 1959-1967.* New York, Columbia Univ. Press, 1970. 324 p.

JOHNSON, J. J. — Algunas características sociales de los militares latinoamericanos. *R. Paraguaia Sociol.* 2 (3) : 41-54, may/Aug. 1965.

JOHNSON, J. J. *ed.* — *Continuity and change in Latin América.* Stanford, cal., Stanford Univ. Press, 1964. 262 p.

JOHNSON, J. J. — *Los militares latinoamericanos como grupo competidor politico en la sociedad en transición.* El papel de los militares en los paises subdesarrollados: América Latina, Mediano Oriente, Indonesia, Birmania, Tailandia, Israel, Africa del Sur, Sahara, Buenos Aires, Círculo Militar, 1965 p. 10?-51.

JOHNSON, John J. — *Militares y sociedades en América Latina.* Buenos Aires, Solar Hachette, 1966. 299 p.

JOHNSON, John J. — *The military and society in Latin America.* Stanford, Stanford University Press, 1964. 308 p.

JOHNSON, L. L. — U. S. business interest in Cuba and the rise of Castro. *World Politics,* 17 (3) : 440-459, abr. 1965.

JORRIN, Miguel & MARTZ, John D. *Latin-American political thought and ideology.* London Oxford Univ. Press, 1971. 453 p.

JOXE, A. & CADENA, C. — El armamentismo de los países dependientes: el caso latinoamericano. *Estud. Int.,* : 3-81, juil/set. 1970.

KALVODA, Josef — Communist Strategy in Latin America. *Yale, R.* 60 (2), dez. 1965.

KAPLAN, M. — Aspectos políticos de la planificación en América Latina. *Aportes,* : 132-170, Avr. 1971.

KAPLAN, Marcos E. — *Problemas del desarrollo y de la integración de América Latina.* Valparaíso, Univ. de Chile, 1967. 203 p.

LAMBERT, Jacques — *Latin America, Social structures and political institutions.* Berkeley and Los Angeles, Univ. California Press, 1967. 413 p.

LANGLEY, Lester D. — *The Cuban policy of the United States:* a brief history. New York / London / Sydney, J. Wiley and Sons, 1968. 203 p.

LATIN American meeting on aspects of the Law of the Sea: Lima declaration and resolutions on the law of the sea. *Int. Legal Materials,* 10 (1) : 207-214, jan. 1971.

LEFF, Nathaniel H. — *Economic policy making and development in Brazil, 1947-1964.* New York / etc / John Wiley & Sons, 1968. 201 p.

LEITE, Cleantho de Paiva — O BID e o Programa da Aliança para o Progresso. *Rev. Conselho Nac. Econ.,* Rio de Janeiro, 11 (3) : maio/ jun. 1962.

LEVINE, Robert M. — *The Vargas regime;* The critical years 1934-1938. New York, Columbia Univ. Press, 1970. 270 p.

LEVINSON, Jerome & ONIS, Juan de — *The Alliance that lost its way:* a critical report on the Alliance for Progress. Chicago, Quadrangle Books, 1970. 381 p.

LIEUWEN, Edwin — *General presidents; neomilitarism* in Latin America. New York, Frederick A. Praeger Publ., 1964. 160 p.

LIEUWEN, Edwin — The military: a force for continuity or a change. In: PASKE, John T. & FISHER, Sidney — *Explosive forces in Latin America.* Columbus, Ohio State Univ. Press, 1964.

LIEUWEN, Edwin — *Militarismo e política na América Latina.* Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar (1964) 110 p. (Div. Cultural: política, 10).

LIMA, Lauro de Oliveira — *Tecnologia, educação e democracia: a educação no processo de superação do subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

LOWER, Milton D. — *Economic integracion in Latin América;* a dynamic assesment. Some aspects of Latin American trade policies. Austin, Univ. of Texas, Bureau of Economic Research, 1964. p. 1-30 (CEMLA-BID, México, 1966).

LOZADA, Salvador Maria — Las fuerzas armadas en la Política Hispanoamericana. *La Ley.* Suplemento diário de la Revista Jurídica Argentina, Buenos Aires, 30 de julio, 1964, p. 2-6; 31 de julio, 1964, p. 1-5.

LUKES, F. — Basic legal research and sources on Latin American economic integration. *Law Library J.*, 58 (3) : 270-287, Aug. 1965.

MANIGAT, L. — L'Amerique Latine devant les États — Unis à la fin de la décennie 1960-1969. *Univers. Polit.*, : 213-248, 1969.

MATHIS, John F. — *Economic integration in Latin America;* the progress and problems of LAFTA. Austin, Bureau of Business Research, the Univ. of Texas (c. 1969) 112 p. (Studies in Latin American Business Series, 8).

MAY, Herbert K. — *Problems and prospects of the Alliance for Progress: a critical examination.* New York, Praeger, 1968. 252 p.

MAYOBRE, José Antonio; HERRERA, Felipe; SANZ de SANTAMARIA, Carlos; PREBISCH, Raul — *Hacia la integración acelerada de America Latina.* México, CEF, 1965. 195 p.

MAZA, E. — Notas sobre el mercado común centroamericano. Conbrución al estudio de sus problemas juridicos. *R. Econ. Polit.*, Madrid, 40 : 31-73, may-aug. 1965.

MARETT, Sir Robert — *Peru.* New York, Praeger, 1969. 280 p.

MARITANO, Nino — *A Latin American economic community.* Notre Dame, Univ. of Notre Dame Press, 1970. 265 p.

MARTZ, John D. — Democratic political campaigning in Latin America: a typological approach to cross-cultural research. *J. Politics,* 33 (2) : 370-398, may 1971.

MCALISTER, Lyle N. — Changing concepts of the role of the military in Latin America. *Ann. Amer. Acad. Pol. Sci.,* 360 : 85-98, july 1965.

MCALISTER, Lyle N. — Civil-military relations in Latin America. In: MARTZ, John D. *ed.* — *The dynamics of change in L. America.* Englewood Clifs, N. J., Prentice-Hall, 1965. 283 p.

MCALISTER, Lyle N. — The military. In: JOHNSON, John J. — *Continuity and change in Latin America.* p. 136-160.

MCALISTER, Lyle N. — Recent research and writings on the role of the military in Latin America. *Research R.*, 2 : 5-36, 1966.

MCCAMANT, John F. — *Development assistance in Central America.* New York, Praeger, 1968. 351 p.

MCNELLY, John T. & TORRES, Augusto — Mass comunications and climate for modernization in Latin America. *J. Inter. Amer. Stu.*, 8 (3), 1966.

MEADE, James E. — *Problemas de una unión económica.* Madrid, Ed. Aguillar, 1967. 134 p.

MECHAM, J. L. — *A Survey of United States — Latin American relations.* Boston, 1965.

MERCIER VEGA, Luis — *Roads to power in Latin America.* Tradução de Robert Rowland. London, Pall Mall Press, 1969. 208 p.

MILITARISTS, merchants and missionaries; United States expantion in middle America. Ed. by Eugene H. Huck & Edward H. Mosely. Alabama, University Alabama Press, 1971. 172 p.

MILLET, Richard — US military civil relations in the Caribbean. Chicago, Southern Illinois University. / s. d. /.

MONTALVA. E. Frei — The Alliance that lost its way. *Foreign Affairs,* N. Y., 45 : 436-48, 1967.

MORALES CARRION, A. — Fundamentos ideológicos de la Alianza para el Progreso. *J. Inter-Amer. Stu. Gainesville,* 6 : 123-9, 1964.

MORRIS, B. Lyle & CALMAN, Richard *ed.* — *Statistical abstracts of Latin America.* Los Angeles, Latin America Center, Univ. of California, 1966.

MYRDAL, Gunnar — *Solidaridad o desintegración.* México, FCE, 1962.

NAÇÕES UNIDAS, CEMLA, BID — *Derechos aduaneros y otros gravamenes y restricciones a la importación en países latinoamericanos y sus niveles promedios de incidencia;* Realizaciones y perspectivas en el proceso del mercado común regional; El papel de la agricultura en los acuerdos latinoamericanos para la formación del mercado común o de la zona de libre comércio. México, ONU, 1966.

NAÇÕES UNIDAS. CEPAL — *Posibilidades de desarrollo industrial integrado en Centroamérica.* México, nov. 1963. 54 p.

NAÇÕES UNIDAS. Comision economica para America Latina — *El proceso de integración en la Asociación de Libre Comercio del Caribe (CARIFTA)* Documentos de conferência. Santiago, Chile, 27 de abril a 8 de maio de 1971. 43 p.

NAÇÕES UNIDAS — Comision Economica para América Latina — *Proyecciones macroeconómicas para América Latina en el decenio de 1970.* Documento de Conferência. Santiago, Chile, 27 de abril — 8 mayo 1971. 108 p.

NAÇÕES UNIDAS. Comision Economica para América Latina — *Tendências demográficas y opciones para políticas de poblacion en América Latina,* Documentos de conferência, Santiago de Chile, 27 de abril — 8 mayo 1971. Santiago, 1971. 77 p.

NAÇÕES UNIDAS. Economic Commission for Latin America — *Development problems in Latin America.* London, Univ. of Texas Press for the Institute of Latin American Studies, 1970. 318 p.

NAÇÕES UNIDAS. Economic Commission for Latin America. Economic Survey of Latin America, 1970. Santiago, 1971.

NAÇÕES UNIDAS. Economic Commission for Latin America. — *The United Nations Conference on trade and development; analysis of the results and prospects for Latin America.* New York, 1964. 64 — 117 p.

NAÇÕES UNIDAS. INSTITUTO DE DESARROLLO ECONOMICO — *Informe final del grupo de expertos sobre estabilización de los ingresos de productos de exportación de América Latina, problemas de mercados.* México, 1964. 57 p.

NAÇÕES UNIDAS. INSTITUTO PARA LA INTEGRACION DE AMERICA LATINA — *La integración latinoamericana;* Situación y perspectivas. Buenos Aires, INTAL, 1965. 217 p.

NAÇÕES UNIDAS — *Las inversiones privadas extranjeras en la zona latinoamericana de libre comercio.* New York, ONU, 1960. 33 p.

NAÇÕES UNIDAS. — *The role of patents in the transfer of technology to developing countries.* New York, 1964.

NEEDLER, Martin C. — The Latin American Military: predatory reactionaries or modernizing patriots? *Inter-Amer. Stu.,* 11 (2) : 237-43, April 1969.

NEEDLER, Martin C. ed. — *Political systems of Latin America.* 2nd. ed. New York, Van Nostrand/Reinhold, 1970. 622 p.

NIEDERGANG, Marcel — Revolutionary nationalism in Peru. *Foreign Affairs* 49 (3) : 454-463, April 1971.

NUN, Jose — *Latin America: the hegemonic crisis and the military coup.* Berkeley, Univ. California, 1969. 73 p. (Politics of Modernization Series, 7).

NUN, José — A Latin American phenomenon: the middle-class military coup. In: PETRAS & ZEITLAN — *The politics of conformity.* p. 66-118.

NUN, José — A Latin American phenomenon: the middle class military coup. In: *Trends in Social science research in Latin America*: a conference report. Berkeley, 1965.

NYSTROM, J. W. — *The Alliance for Progress: Key to Latin America's development.* Princeton, 1966.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. General Secretariat — *External financing for Latin American development.* Baltimore, Md., Johns Hopkins Press, 1971. 248 p.
ORGANIZAÇÃO Educacional Científica e Cultural das Nações Unidas — *Situación demográfica, económica, social y educativa da America Latina* Buenos Aires, Solar Hachette (1966) 139 p.
ORTEGA MATA, Rofo — Los servicios publicos en relación con la tecnologia, la economia y el derecho en los países poco desarrollados. *Rev. Mexicana Sociol.* 23 (1) : 385-402, abril 1961.
OSWALD, Gregory J. *comp.* — *The Soviet image of contemporary Latin America: a* documentary history, 1960-1968. Austin, Univ. Texas Press for the Conference on Latin American History, 1971. 365 p.
OSWALD, Gregory J. — *The Soviet Union and Latin America.* Ed. by J. G. Oswald and A. J. Strover. New York, Praeger for the Institute for the study of the USSR. 1970, 190 p.
DYHANARTE, Julio — *Poder político y cambio estructural en la Argentina.* Buenos Aires, Ed. Paidós, 1969. 127 p.
PANCAKE, Frank R. — Why military assistance for Latin America? *Air Univ. R.* 18 (1), Dec. 1966.
PAZOS, Felipe — El financiamento externo de la América Latina, aumento progresivo o disminución gradual? *Trimestre Econ.*, Mexico, Fondo de Cultura Económica, 2 (150) : 455-476, Abr/Junio 1971.
PEARSON, Charles — Evaluating integration among less developed countries. LAFTA as a case study. *Common Market Stu.*, 8 (3) : 263-275, march 1970.
PERKINS, D. — *The United States and Latin America.* Baton Rouge, La., 1961.
PETKOVIC, R. — Desatomización de América Latina. *Pol. Internacional.*, Belgrado, 315, maio 1963.
PETKOVIC, R. — Latin America: an atom-free zone. *Rev. Intern. Affairs.* Iugoslavia, 14 (315) maio, 1963.
PETRAS, James — *Politics and social structure in Latin America.* New York, Monthly Review Press, 1970. 382 p.
PETRAS, James & ZEITLIN, Maurice ed. *Latin America: reform or revolution?* Fawcett, Greenwich, 1968. 511 p.
PFIRTER DE ARMAS, Frida M. — *La integración fronteriza y la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio.* Rosario, Argentina, 1970. 119 p. (Tese... Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad Nacional del Litoral).
PICCININI, Renato — L'America Latina fra gli estremismi. *Comunità Internazionale,* Roma, 17 (3), jul. 1962.
PIKE, F. B. & BRAY, D. W. — A vista of catastrophe: The future of U.S. — Chilean relations. *Review Politics,* Indiana, 22 : 393-418, 1960.
PINTO, Anibal — Estructura social e implicaciones politicas. *R. Latinoamer. Ciência Pol.,* 1 (2) : 333-351, ag. 1970.

UMA POLÍTICA alienada de desenvolvimento econômico para a America Latina: breve nota sobre a "Aliança para o Progresso", *Pol. Externa Independente,* Rio de Janeiro, 1 (1) : 119-126, maio 1963.
POSICIÓN de America Latina en la historia demográfica mundial. *Fundación Melbank Memorial,* 42 (2) : 18-53, abr. 1964.
POTHOLM, Cristian P. — *Four African political systems.* Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1970. 308 p.
POWELL, J. D. — Military assistance and militarism in Latin America. . .*West Polit. Quart.,* 18 (2) : 382-92, June 1965. Part I.
POWELSON P., John — *Latin America today economic and social revolution.* New York, Mac Graw-Hill, 1964. 303 p.
PRADA JAIMES, L. M. — *Paralelo entre la ONU y la OEA: solución pacifica de las controversias.* Bogotá, 1960.
PRATS, R. — Genèse et evolution du Marché Commun Centraméricain. *Notes Et. Docum.,* 3767 : 48, 24 fev. 1971.
PREBISCH, Raúl — *Transformación y desarrollo: la gran tarea de America Latina.* Informe presentado al Banco Interamericano de Desarrollo, Santiago de Chile, abril de 1970.
LES PROBLEMES agraires des Amériques Latines. Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1967. 781 p.
PUTNAM, Robert — Toward explaining military intervention in Latin American politics. *World Politics,* 20 (1) : 83-110, Oct. 1967.
QUADROS, J. — Brazil's new foreign policy. *Foreign Affairs,* N. Y., 40 : 19-27, 1960.
QUESTER, George H. — Missiles in Cuba, 1970. *Foreign Affairs,* 49 (3) : 493-506 April 1971.
RAMSETT, David E. — *Regional industrial development in Central America.* New York, Praeger, 1969. 133 p.
RECENT trends affecting trade and investment in Latin America (A Symposium) *Houston Law Review,* 8 (3) : 457-458, Jan. 1971.
RAIMER, Joan — Circulación de los étiles en Chile. *R. Latinoamer. Ciência Pol.,* 1 (2) : 288-332, ag. 1970.
REYNOLDS, Clark W. — *The Mexican economy: twentieth-century structure and growth.* New Haven, Yale Univ. Press 1970. 468 p.
RIPPY, J. F. — U. S. Post-War aid to Latin America: An exhibit of incomplete official accounting. *Inter-Amer. Econ. Affairs,* Washington, : 57-65, 1961.
RODRIGUEZ, A. A. — La Conferencia de la OEA: Reunión de cancilleres o mascarada internacional? *Foro Intern.,* Mexico, 5 : 547-75, 1965.
RODRIGUEZ, L. J. — *A comparison: United States Economic Relations with Argentina and Brazil,* 1947-1960. Louisiana State U. Press, 1963.
ROGER, Penelope — *Investment in Latin America.* London, The Economist Intelligence Unit, 1970. 38 p.
ROGERS, William D. — United States investment in Latin America; a critical appraisal. *Virginia J. Int. Law,* 11 : 246-255, Mar, 1971.

ROSÁRIOS, Ottocar — *América Latina. Vinte repúblicas: uma nação.* Trad. de Aluísio D. de Menezes. Petrópolis. Vozes (1966) 228 p.

ROSE, James R. — *An Inter-American Peace Force within the framework of the Organization of American States.* Metuchen, N. J., Scarecrow Press, 1970. 334 p.

ROTBERG, Robert I. & CLAUGUE, Christopher K. — Haiti: *The politics of Squolor.* Boston, Houghton, 1971. 456 p.

RUIZ SÁNCHEZ, Lucia Irene — *Hacia la integración latinoamericana.* México, D.F., ENPS, UNAM, 1967. 133 p.

SABATO, Jorge & BOTANA, Natalio — La ciencia y la tecnologia en el desarrollo futuro de America Latina. *Rev. Integracion*, 3, nov. 1968.

SALGADO, Germanico — *Ecuador y la integracion económica de America Latina.* Buenos Aires, Instituto para la Integración de America Latina (INTAL-BID), 1970. 330 p.

SÁNCHEZ HERRERO, Santiago — *La unión de pagos frente a la integración económica de América Latina.* Mexico, D. F., 1966.

SANTA-PINTER, J. J. — Regulacion constitucional de las fuerzas armadas en Hispano América. *Rev. Estud. Polit.*, 139 : 173-189, jan./fev. 1965.

SCILINGO, Adolfo — Desnuclearizacion de America Latina. *Pol. Intern.*, Buenos Aires, 41, 1963.

SCOTT, J. — *How much Progress? Alianza para el Progreso.* N.Y., 1963.

SEERS, D. — Latin America and U.S. Foreign Policy. *Political Quarterly*, N.Y., 34 : 200-10, April 1963.

SELSER, Gregorio — El ansiado objetivo de la creación de un cuerpo militar Panamericano. *Pol. Intern.*, 63/64 e 65/66.

SEPULVEDA, Alberto — El militarismo desarrollista en America Latina. *Estudios Intern.*, Santiago, Universidad de Chile, 4 (15) : 97-124, oct/dic. 1970.

SIGMUND, Paul E. ed. — *Models of political change in Latin America.* New York, Praeger, 1970. 338 p.

SILVA, Hélio — 1937: *Todos os golpes se parecem;* o ciclo de Vargas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. vol. 9, 610 p.

SLATER, Jerome — *Intervention and negotiation: the United States and the Dominican revolution.* New York, Harper & Row, 1970. 254 p.

SLATER, J. — *A revaluation of collective security: the OAS in action.* Columbus, Ohio State University Press, 1965. 56 p.

SLOAN, John W. — Three views of Latin America: President Nixon, Govern Rockefeller, and the Latin American consensus of Vina del Mar. *Orbis*, 14 (4) : 934-950, 1971.

SMETHERMAN, Bobbie B. & SMETHERMAN, Robert — The CEP claims, U.S. Tuna fishing and Inter-American relations. *Orbis*, 14 (4) : 951-972, 1971.

SMITH, Peter H. — *Politics and beef in Argentina, patterns of conflict and change.* New York, Columbia Univ. Press, 1969. 292 p.

SPECIAL Latin American coordinating comission (CECLA): Action seeking closer cooperation with the European Communities *Int. Legal Materials,* 10 (2) : 446-455. March 1971.

STANLEY J. & STEIN, Barbara — *The colonial heritage of Latin America.* New York, Oxford Univ. Press. 1970. 222 p.

STINSON, Hugh B. — The Movement for regional arms control in Latin America. *I. Inter-Amer. Studies and World Affairs,* Coral Gables, Fla, 13 (1) : 1-17, Jan. 1971.

STORRS, Peter — The church in south America. *Bank of London & South Amer. R.,* 4 (45) : 478-86, Sept. 1970.

STRASSMAN, W. Paul — *Technological change and economic development.* Cornell Univ. Press, 1968.

STYCOS, J. Mayone — Population growth and the Aliance for Progress. *Engenics Quart.,* 9 : 231-236, 1962.

STYCOS, J. Mayone — Problemas demográficos de America Latina. *Rev. Latinoamer. Sociol.,* 2 (1) : 20-26, marzo 1966.

SULLIVAN, G. — The Story of the Peace Corps. New York, 1964.

SUNKEL, Osvaldo — Intégration capitaliste transnationale et désintégration nationale en Amérique Latine. *Politique Etrangere,* 35 (6) : 641, 1970.

SUNSHINE, E. R. — Religion and evolution in Latin America. *World Yb. Relig.,* : 113-134, 1969.

SZASZ, Paul C. — The Investment Disputes convention and Latin America. *Virginia J. Int. Law.,* 11 : 256-265, Mar. 1971.

SZULC, Tad *ed.* — *The United States and the Caribbean.* Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1971. 212 p.

TEXTOS del Instituto de Planificación Económica y social — La brecha comercial y la integración interamericana. Mexico, Siglo XXI, 1967. 287 p.

TIERNEY Jr., John J. — U.S. intervention in Nicaragua, 1927-1933· lessons for today. *Orbis,* 14 (4) : 1012-1028, 1971.

TOMASSINI, Luciano — Aspectos institucionales del desarrollo latinoamericano. *R. Latioamer. Ciencia Pol.,* 1 (3) : 497-526, Dic. 1970.

TOBRAS, P. — Evaluación de la política de E.U. en America Latina. *Cuba Social.,* 5 (47) : 9-32, Jul. 1965; 5 (48) : 14-35 Ag. 1965.

TRASK, David F. et alii — *A bibliography of United States — Latin American relations since* 1810. Lincoln, Univ. of Nebraska Press, 1968. 441 p.

TRETIAK, Daniel — Cuba and the Communist system: the politics of a communist independent, 1967-1969. *Orbis,* 14 (3) : 740-764, 1970.

TRUBEK, David M. & STEINER, Henry J. — Brazil — all power to the generals — *Foreign Affairs,* 49 (3) : 464-479, April 1971.

UNITED INTERNATIONAL BUREAU FOR THE PROTECTION OF INTELLECTUAL PROPERTY (BIRPI) — Model law for developing countries on inventions. Geneva, 1965.

URQUIDI, F.L. — El desarrollo Latinoamericano, el capital extranjero y la transmisión de la tecnologia. *Trimestre Econ.,* enero/marzo 1962.

URQUIDI, Victor — *Teoria, realidad y posibilidad de la ALALC en la integración económica latinoamericana.,* Mexico, El Colegio de Mexico, 1966, 61 p.

URRUTIA, Miguel — *The development of the Colombian labor movement,* New York, Yale Univ. Press, 1969. 297 p.

USCS. Committee on Foreign Relations — Events in U.S. — Cuban Relations: A chronology, 1957-1963, Prepared by the Department of State. (*88th Cong., ist. Sess.*) Washington, 1963.

US CONGRESS SENATE, SUBCOMMITTEE ON DESARMAMENT OF THE COMMITTEE ON FOREIGN RELATIONS. *Control and reduction of armaments, disarmaments and security in Latin America.* Mayo 12, 1957. 29 p.

VAITSOS, C.V. — *Estrategias alternativas en la comercialización de la tecnologia; el punto de vista de los países en vias de desarrollo.* Position paper presented to the Junta del Acuerdo de Cartagena, oct. 1970.

VAITSOS, C.V. — *Patents reviseted: their function in developing countries.* Paper presented to the Secretariat of the Andean Common Market. Lima, March, 1971 62 p.

VALLIER ,Ivan — *Catholicism, social control, and modernization in Latin America.* Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1970. 172 p.

VÉLIZ, Claudio — The Chilean experiment *Foreign Affairs,* 49 (3) : 442-453, April 1971.

VÉLIZ, Claudio — Foreign policy in Latin America. *Survival,* 12 (4) : 139-45 Apr. 1970.

VÉLIZ, Claudio ed. — *The Politics of conformity in Latin America.* London Oxford Univ. Press, 1971 (Galaxay Book n. 328) Issued under the auspices of the Royal Institute of International Affairs.

VENEU, Antonio Luiz Rocha — *Áreas de fricção política na América Latina.* (Rio de Janeiro, Imprensa do Exército) 1967 24 p.

VITERI, M. H. — *For a federated Latin America, the one answer to twenty problems.* New York, Exposition Press, 1965. 115 p.

WAGENHEIM, Kal — *Puerto Rico: a profile,* New York, Praeger, 1970. 286 p.

WAGNER, R. Harrison — *United States policy toward Latin America*: a study in domestic and internatioanl politics. Stanford, Stanford Univ. Press, 1970. 246 p.

WEFFORT, Francisco C. — Notas sobre la "teoria de la dependencia". Teoria de classe o ideologia nacional? *R. Latinoamer. Ciencia Pol.,* 1 (3) : 389-401, Dic. 1970.

WELLS, Henry — The modernization of Puerto Rico: a political study of changing values and institutions. Cambridge, Harvard Univ. Press, 1969. 440 p.

WICKOFF, Theodore — The role of the military in Latin American Politics. In: MARTZ, J. D. — *The dynamics of change in Latin American Politics.* New Jersey, Prentice-Hall, 1965. p. 263-75.

WIENCKE GUALTIERI, E. — *La funcion regional de la OEA y su importancia.* Mexico, 1962.

WIONCZEK, Miguel S. *ed.* — *A integração econômica da América Latina.* Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1966.

WHITAKER, A. P. — Cuba's intervention in Venezuela: a test of the OAS. *Orbis,* 8 (3) : 511-536, Fall 1964.

WHITEHEAD, Laurence — Aid to Latin America: problems and prospects. *I. Intern. Affairs,* 24 (2) : 181-202, 1970.

WOOD, Bernard — La nueva política de Canadá hacia América Latina. *Foro Intern.* 12 (1) : 27-45, jul/sept. 1971.

WOOD, Donald — Trinidad in Transition: the years after slavery. London/New York, Oxford Univ. Press, 1968. 318 p.

WORCESTER, Donald E. & SHAEFFER, Wendell G. ed. — *The growth and culture of Latin America.* The continuing struggle for independence. 2ed New York, Oxford Univ. Press, 1971. vol. 2, 638 p.

YUDELMAN, Montague & HOWARD Frederic — *Agricultural development and economic integration in Latin America.* London, Allen & Unwin, 1970. 336 p.

IL POLITICO

RIVISTA ITALIANA DI SCIENZE POLITICHE

RIVISTA TRIMESTRALE
EDITA A CURA DELL'ISTITUTO DI SCIENZE POLITICHE
DELL'UNIVERSITÁ DEGLI STUDI DI PAVIA

GIUGNO 1971

ANNO XXXVI N.° 2

NUOVA SERIE DEGLI ANNALI DI SCIENZE POLITICHE
UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI PAVIA

ABBONAMENTI PER IL 1971 (4 numeri)
SUBSCRIPTIONS FOR 1971 (4 issues)

Italia .... L. 6.000 Studenti Italia .... L. 4.000
Estero .... L. 8.000 Studenti estero .... L. 7.000
Sostenitore .... L. 10.000

Un numero separato L. 2.300 — Estero L. 3.000
Abbonamento ridotto per i Magistrati L. 4.800

THE JOURNAL OF SOCIAL ISSUES

1972 VOLUME 28 N.º 1

COLLECTIVE VIOLENCE AND CIVIL CONFLICT

Issue Editor: Lewis A. Coser

Order from:	1972 ANNUAL SUBCRIPTION	RATES
Journal of Social Issues	INSTITUTIONS	$15.00
Post Office Box 1248	INDIVIDUALS	9.00
Ann Arbor, Michigan 48106	SINGLE COPIES	3.00

published quarterly by

The Society for the Psychological Study of Social Issues
(a division of the American Psychological Association)

FOREIGN AFFAIRS

AN AMERICAN QUARTERLY REVIEW

APRIL 1971

Published quarterly by Council on Foreign Relations, Inc. Editorial and Business Offices, 58 East 68 Street, New York, N. Y. 10021.

TERZO MONDO

Rivista trimestrele di studi, richerche e documentazione
sui paesi afro-asiatici e latino-americani
diretta da Umberto Melotti

anno V n. 15 marzo 1972

Sommario

Questo numero : L. 900
Abbonamento per il 1972: L. 3.800 (ordinario); L. 10.000 (sostenitore).

OFFERTE SPECIALI riservate ai lettori di questa rivista: A) il numero speciale "Marx e il Terzo Mondo" + l'abbonamento per il 1972: L. 5.000; B) la collezione completa dei dodici numeri pubblicati fra il 1968 e il 1971: L. 10.000, con in omaggio il volume "Rivoluzione e Società" di U. Melotti, del valore di L. 3.600.

Versamenti sul conto corrente postale n. 3/56111 intestato a "Terzo Mondo", via G. B. Morgagni, 39 — 20129 Milano, o con assegno, specificando l'offerta speciale richiesta.

Abonnement/Subscription/Suscripción: U.S. $ 6
Un exemplaire/Singles copies/Numero avulso: U.S. $ 2 by bank or money orders.

(Preghiera di pubblicare in cambio il sommario sopra riportato. — Prière de publier en échange le sommaire de notre revue. — Will you, please, publish in change this advice in Your journal. — Se ruega la publicación en cambio.)

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

EDITADA SOB OS AUSPÍCIOS DO

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS

•

•

PUBLICA-SE SEMESTRALMENTE

ASSINATURA ANUAL .... Cr$ 3,00

PREÇO DE CADA NÚMERO ..... Cr$ 1,50

•

REDAÇÃO

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS — BELO HORIZONTE — MINAS GERAIS — BRASIL

Composto e paginado na Linotípia Luna, Rua Camerino, 162. Rio de Janeiro, GB e impresso nas oficinas gráficas da Editora Vozes Limitada. Rua Frei Luís, 100, Petrópolis, RJ.